

ATLANTIDA

MENSARIO ARTISTICO,
LITERARIO E SOCIAL
PARA
PORTUGAL E BRAZIL



DIRECTORES:
João do Rio e João de Barros
EDITOR: Pedro Bordalo Pinheiro
REDACÇÃO: Rua António Maria Cardoso, 27

Nº 25

SUMÁRIO

PÁG.		PÁG.	
3	<i>Portugal e a guerra</i> (Palavras do Presidente da República).....	5	<i>Le Portugal et la guerre</i> (Paroles prononcées par le Président de la République).....
7	<i>Portugal e os Aliados</i>	11	<i>Le Portugal et les Alliés</i>
15	<i>Manhã heróica</i>	17	<i>Journée héroïque</i>
19	<i>O povo portuguez é que fez o seu exército</i> (Palavras do Sr. Ministro da Guerra).	22	<i>C'est le peuple portugais qui a fait son armée</i> (Paroles de Mr. le Ministre de la Guerre).....
25	<i>A marinha de guerra portuguesa e a Alemanha</i> (Entrevista com o Sr. Leote do Rêgo, comandante da Divisão Naval).....	31	<i>La marine de guerre portugaise et l'Allemagne</i> (Entrevue avec Mr. Leote do Rêgo, commandant de la Division Navale).....
37	<i>Augusto Soares, Ministro dos Negocios Estrangeiros</i>	39	<i>Augusto Soares, Ministre des Affaires Etrangères</i>
41	<i>A Instrução Pública em Portugal</i>	59	<i>L'Instruction Publique en Portugal</i>
78	<i>António José d'Almeida e Afonso Costa</i>	82	<i>Antonio José d'Almeida et Afonso Costa</i>
86	<i>Portugal heróico</i>	103	<i>Le Portugal héroïque</i>
123	<i>O Domínio Colonial Português</i>	125	<i>Le Domaine Colonial Portugais</i>
127	<i>Letras de Portugal</i>	137	<i>Les lettres au Portugal</i>
148	<i>Três monumentos de Portugal</i>	183	<i>Trois monuments du Portugal</i>
186	<i>O Brasil e a guerra</i>	182	<i>Le Brésil et la guerre</i>
167	<i>A missão latina de Portugal</i>	176	<i>La mission latine du Portugal</i>
186	<i>A música em Portugal</i>	195
199	<i>Portugal et Brésil</i>	207	<i>La femme portugaise</i>
214	<i>A mulher Portuguesa</i>	219	<i>L'Alliance Anglaise</i>
224	<i>A Aliança Inglesa</i>	227	<i>L'Alliance Anglaise</i>
224	<i>A poesia e a filosofia moderna em Portugal</i>	227	<i>La poésie et la philosophie moderne au Portugal</i>

Teófilo Braga
H. de Vasconcelos

Barbosa de Magalhães

H. Lopes de Mendonça

A. Freire de Andrade
M. de Sousa PintoJoão Barreira
João de BarrosJoaquim Manso
Humberto de Avelar
João do Rio

Amália de Queiroz

Eduardo de Sousa

Lecnardo Coimbra

NOTÍCIAS & COMENTÁRIOS

Reproduções de: Columbano e António Carneiro.*Desenhos de:* Roque Gameiro, Alberto de Sousa, Manoel Gustavo, Raul Lino, Santos Silva e Morais.

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

PORTUGAL, ILHAS E COLÓNIAS

Um ano (12 números)..... 5\$50
Seis meses..... 1\$80

PAÍSES DA UNIAO POSTAL

Um ano (12 numeros)..... Frs. 15

Número avulso em Portugal \$30

REDACÇÃO: Rua António Maria Cardoso, 26 } LISBOA
ADMINISTRAÇÃO: Largo do Conde Barão, 49 }

ATLANTIDA

MENSARIO ARTISTICO,
LITERARIO E SOCIAL
PARA
PORTUGAL E BRASIL

SOB O ALTO PATROCINIO DE S. EX.^{AS}
OS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DO BRASIL
E DOS ESTRANGEIROS E FOMENTO
DE PORTUGAL



ATLANTIDA

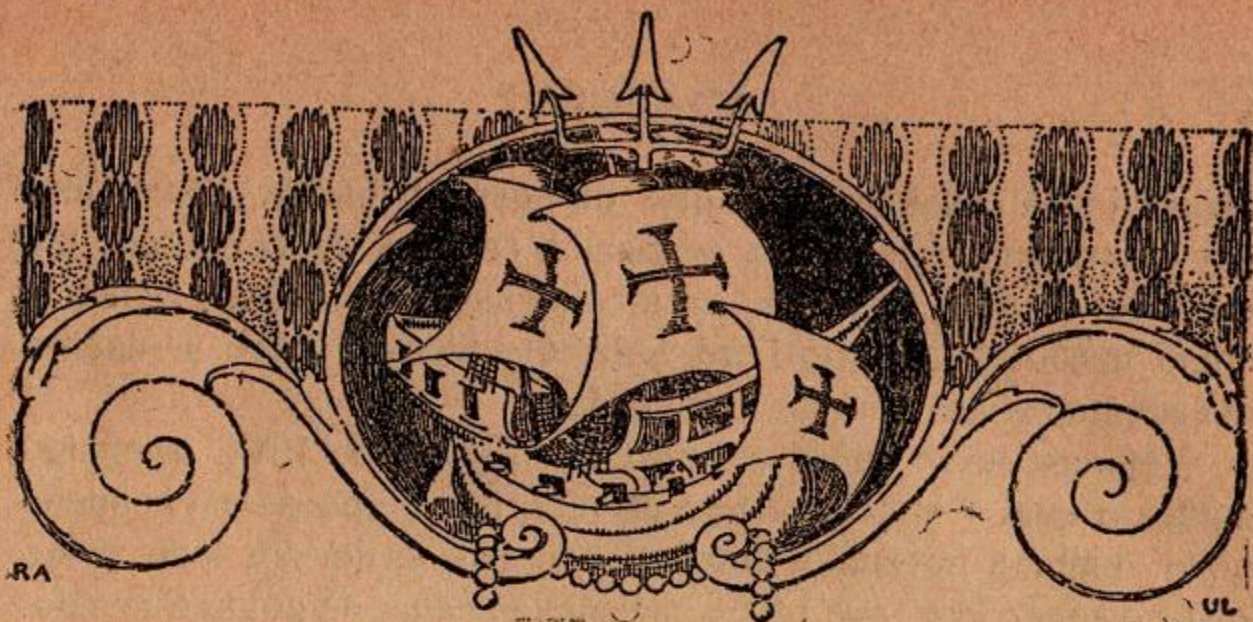
DIRECTORES:

João do Rio e João de Barros

EDITOR: Pedro Bordalo Pinheiro

REDACÇÃO: Rua António Maria Cardoso, 27

IMPRESA LIBANIO DA SILVA, Travessa do Fala-Só, 24 — LISBOA



Portugal e a guerra

PALAVRAS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

O Sr. Presidente da República recebe o representante da *Atlântida*, que lhe vai pedir algumas palavras para este número especial, com uma afabilidade carinhosíssima. A *Atlântida*, diz, é-lhe simpática pela sua decidida e tenaz simpatia pela causa dos Aliados. Não tem dúvida, pois, em dar-lhe um pouco do seu tempo, contribuindo para a propaganda de Portugal e dos Portugueses que hoje encetamos. E, com um brilho de palavra extraordinário, eloquente mas conciso, patriótico mas sóbrio, quasi helénico pela precisão do termo, profundamente português pelo sentimento que o anima, diz-nos este louvor admirável da grandeza e da glória de Portugal :

«A preço de quantos sacrifícios enormes nos fica realmente a nossa intervenção militar na grande guerra! Mas todos damos por bem empregados, porque vingamos fazer com ela uma demonstração solene que nos compensa e indemniza de tudo. Somos novamente perante o mundo uma nação cheia de valor moral, com todas as fôrças vivas para a sustentação da nossa altiva independência! A República operou, dentro da sociedade portuguesa, essa revolução profunda.

Um dia, ao despontar da guerra anglo-boer, Lord Salisbury, invocando para isso os nossos antigos tratados de aliança, convidava-nos a prestar à Inglaterra o nosso concurso militar. A nossa resposta foi declinatória... E contudo acabávamos de alardear os nossos feitos de bravura colonial. E era lá, sôbre território nosso, dentro da nossa casa, que havíamos de estabelecer a base da nossa campanha intervencionalista! É que tínhamos certamente

alguns belos cavaleiros andantes da nossa galhardia militar, mas não possuíamos, nem nos sentíamos capazes de constituir, um exército. E essa fraqueza era a condenação da nossa existência como nação. O próprio Lord Salisbury lançara sôbre as nações decadentes o anátema de moribundas.

Vejamos agora que contraste! Em Agosto de 1914, o inimigo contra o qual a Inglaterra tem de lutar não é apenas um pequeno povo, embora intrépido, como os boers: — é um dos mais poderosos e aguerridos, que parece mesmo ameaçar de golpe o mundo, com seu triunfo fulminante.

Convidados pela Gran-Bretanha a prestar-lhe o nosso concurso, ao que nós mesmos, desde a primeira hora, nos mostrámos firmemente decididos, colocando-nos logo desassombradamente ao lado da nossa aliada. E o exército formou-se, e a nação retomou o seu pôsto de honra na História. . . Renascemos com a República! >

Le Portugal et la guerre

PAROLES PRONONCÉES PAR LE PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE

Le Président de la République reçoit avec une affabilité vraiment affectueuse le représentant de l'*Atlantida*, qui va lui demander quelques mots pour ce numéro spécial. L'*Atlantida*, dit-il, lui est sympathique par son dévouement décisif et tenace à la cause des alliés. Il ne regrette donc pas de lui consacrer un peu de son temps, contribuant ainsi à la propagande du Portugal et des Portugais que nous entreprenons aujourd'hui. Et sa parole extraordinairement brillante, éloquente mais concise, patriotique mais sobre, presque hellénique par la précision des termes, profondément portugaise par le sentiment qui l'anime, nous fait cette louange admirable de la grandeur et de la gloire du Portugal.

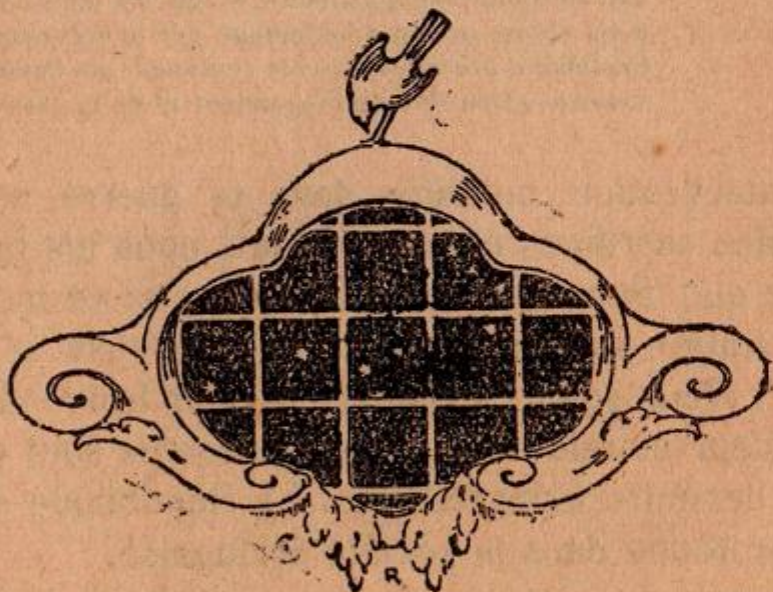
Notre intervention militaire dans la guerre nous a coûté réellement des sacrifices énormes ! Mais nous les faisons de bon cœur, parce que nous sommes parvenus, par ce moyen, à faire une démonstration solennelle qui nous compense et nous indemnise de tout. Nous sommes redevenus pour le monde une nation pleine de valeur morale dont toutes les forces sont vivantes pour le maintien de notre indépendance. La République a opéré cette révolution profonde dans la société portugaise.

Un jour, quand éclata la guerre anglo-boer, Lord Salisbury, invoquant nos anciens traités d'alliance, nous invita à donner à l'Angleterre notre concours militaire. La réponse fut déclinatoire. Et cependant nous venions de faire parade de nos prouesses de bravoure coloniale. Et c'était là, sur un territoire à nous, dans nos propres domaines, que nous aurions établi la base de notre campagne interventionnaliste ! C'est que nous avons certes quelques beaux chevaliers errants de notre vaillance militaire, mais nous ne possédions pas, ni n'étions pas capables de constituer une armée. Et cette faiblesse était la condamnation de notre exis-

tence comme nation. Lord Salisbury lui-même lança sur les nations décadentes l'anathème de moribondes.

Quel contraste maintenant ! En août 1914, l'ennemi contre lequel l'Angleterre doit lutter n'est pas à peine un petit peuple, intrépide il est vrai, comme les Boers : c'est une des nations les plus puissantes et aguerries, qui paraît même menacer le monde entier de son triomphe foudroyant.

Conviés par la Grande-Bretagne à lui donner notre aide, nous-mêmes, dès la première heure, nous y sommes montrés fermement décidés, nous plaçant, tout de suite, hardiment du côté de notre alliée. Et l'armée s'est formée, et la nation a repris son poste d'honneur dans l'histoire . . . La République nous a fait renaître.





Portugal e os Aliados

Como o maior crime da História será designada na memória das gerações vindouras esta guerra de invasão, de assalto, de devastação e de retrocesso à animalidade bruta, organizada, estudada e posta em efeito sem motivo pelos dois impérios alemães do norte e do sul, prosseguindo nas suas tradições de barbárie e fortalecidas pelos recursos científicos da civilização europeia. Todas as nações da Europa foram surpreendidas pela instantaneidade da guerra, pelos milhões de homens armados e pelo seu espantoso municiamento, que denunciaram um premeditado atentado, depois de ter pela sua diplomacia e torpe espionagem nacional reconhecido que nenhuma das nações europeias estava preparada para lhes fazer frente.

Novas armas de combate estavam ensaiadas, como a aviação, os submarinos, os gases asfixiantes; as pequenas nacionalidades, como a Grécia, a Bulgária, a Suécia, estavam ensaiadas para uma traiçoeira neutralidade, e o nosso Portugal era oferecido à Espanha contanto que consentisse no empolgamento do domínio africano pelos seus aventureiros. Propostas análogas foram feitas pela Alemanha à França e à Inglaterra para compartilharem amigavelmente êste pequeno Portugal, mas repelidas pela repugnância da imoral brutalidade. Se não surgisse a conflagração mundial provocada pelos atentados canibalescos dêstes novos Hunos, a sorte de Portugal seria tremendamente trágica. Os alemães, que pelos seus Coburgos se introduziram no trono da dinastia dos Braganças, foram pelo rei D. Luís admitidos em África, e, pelo projectado casamento de D. Manuel II com uma

princesa alemã, aqui teríamos êsses ávidos *boches* senhores do Tejo, com as suas esquadras, e o exército messianizado para o policiamento da sua nova feitoria, em que a influência inglesa se apagaria inevitavelmente. Mas a proclamação da República pela revolução de 5 de Outubro de 1910 destruiu todos estes planos alemães. Daí os seus ódios e o requinte com que compra os agentes perturbadores para tornarem o país ingovernável. Escrevia Naquet, antes de morrer, ao ver proclamada a República em Portugal: «Êsse país é pequeno, mas a sua República é grande, pelo profundo influxo que vai produzir na marcha política da Europa. E está-se vendo a queda dos acontecimentos. O pangermanismo tornou-se um delírio, uma pandemia nacional. As antigas tradições das hordas germânicas, revivificadas pelo ensino oficial e acirradas pelo prussianismo da casta Hohenzollern, fizeram ferver o sangue a êsses sessenta milhões de alemães, prontos para resistirem a tudo até o último homem. De sorte que esta guerra irracional só se pode explicar como sendo a repetição periódica das crises guerreiras com que por quatro vezes a civilização da Europa tem sido destruída por esta raça. A primitiva civilização da Europa, hoje conhecida e estudada, foi a Bazifera, da grande confederação ligúrica, conhecendo a navegação atlântica, viajando guiados pela constelação da Ursa, tendo feitorias mercantis pelas ilhas do Mediterrâneo, e conhecendo o alfabeto. Esta assombrosa civilização, que nos aparece viva na epopeia de Homero, com o seu carácter moral e artístico, foi destruída pela inumerável horda dos homens corpulentos e louros do Norte, os Gualt ou Celtas coroados que, achando-se fortalecidos com a nova arma de *ferro*, fácil lhes foi vencer por essa superioridade as espadas de bronze flexíveis e quebradiças. A Europa ficou sepultada sob a barbárie, até o século II, antes da era moderna, em que, pela influência dos romanos, que ocuparam o norte da África, a Espanha, as Gálias e Inglaterra, puderam outra vez reconstituir essa civilização, que, em menos de dois séculos de domínio, já dava a Roma filósofos e imperadores, poetas e heróis. Quando esta nova civilização renascia sob a disciplina administrativa de Roma, surgem novas hordas de teutões, godos e ostrogodos, lombardos, silingos, francos, vândalos, suevos, alanos, e caem como um dilúvio de gafanhotos sobre a Europa do século V e apropriam-se dos estados, deixando a *tertia romanorum*, um têrço dos seus bens aos povos subjugados. São

estas as invasões germânicas, que implantaram o terrível regime feudal, que a Igreja, pela sua moral de passiva subserviência, prestou auxílio aos imperadores germânicos, consagrando a servidão dos povos como base da nova ordem. Êste imperialismo bárbaro durou dez séculos, da v à xv centúria, em que o regime católico feudal prolongou essa terrível época que mereceu o nome de *Noite de mil anos*. A Igreja foi um dos principais factores destas invasões, que a dotavam com a posse de territórios e privilégios, apagando assim nos povos o sentimento das suas nacionalidades. No século xv faz-se o descobrimento da *pólvora*, e no meado do século xv os turcos, pela sua ocupação de Constantinopla, introduzem o conhecimento dos *exércitos permanentes*. Com estes dois novos instrumentos aparece-nos Carlos V, com o seu tradicionalismo germânico, possuído de sonho da monarquia universal; êle extingue pelo seu imperialismo os foros ou liberdade da Espanha, ferindo-a nas suas energias; funde as monarquias de Espanha e Alemanha; prepara a redução de Portugal a província castelhana e, para captar Roma, afronta a formação das nacionalidades protestantes. As grandes guerras do século xvii provieram da necessidade de desfazer êste bloco hispano-alemão com que Carlos V também pensava apoderar-se da Itália. Todo êsse imperialismo tornou as monarquias de um absolutismo tão parasitário e retrógrado que determina essa explosão temporal do fim do século xviii — a Revolução Francesa. Para combater êsse regime da democracia fácil foi aproveitar a criminosa vaidade dum aventureiro corso, Bonaparte, que atraçou a República que o elegera seu cônsul, para se impor como Imperador, sagrado expressamente pelo papa, e consorciando-se com uma arquiduquesa austríaca. A Alemanha, atacada em 1812 pelo devairado corso, teve de recorrer às suas superiores qualidades teutónicas para subjugar o execrando renegado que fundara o seu génio militar na mobilização da artilharia. Vencido Napoleão e enclausurado em 1814, a Áustria forma a Santa Aliança dos reis contra os povos para que a liberdade política não subsista, e a Europa é retalhada numa partilha diplomática de estúpidos interesses e que foram o fermento de todas as guerras do século xix.

Quando Bismarck prepara a invasão da França em 1870, e sobre o seu esmagamento a Prússia se torna centro do império alemão, destituindo a Áustria da sua secular hegemonia, ficou

acordado o militarismo, que se torna para a política alemã uma fonte económica da riqueza nacional. Os cinco milhares de milhões que a Alemanha extorquiou à França foram o *tesouro da Fábula* que causa a morte de quem o possuir. A guerra de 1814 é sincrónica com a obra do triunfo do militarismo alemão; e o abandono da França pelas potências da Europa à extorsão odiosa da Alemanha, êsse crime político foi agora bem pago, quando a Inglaterra se viu súbitamente ameaçada pela invasão da Bélgica, tendo êsse inimigo firmado pé a vinte léguas de distância e podendo fechar-lhe o Mar do Norte e o Estreito de Calais. A Europa tem de destruir êste perigo permanente e que periódicamente irrompe. Já se passou um século em pé de guerra esgotante. A paz no mundo tem de fundar-se, como condição duma civilização industrial, criadora de riquezas e bem-estar.

A vinda das Américas à conflagração mostra que a máxima de Monroe caducou e a América é da civilização humana que é solidária com a justiça e a moral em todos os continentes. E ao tomar parte nesta guerra pode dizê-lo com orgulho, como depois da Grécia ter salvado a civilização do ocidente da invasão da Pérsia o disse: *Estive em Salamina!* Era o título da maior e mais pura glória. Os nossos soldados, sustentando o seu sector português com o valor étnico que os distingue, poderão dizer com ardor e superior orgulho: Combatemos na Conflagração Europeia, na mais cruenta guerra do mundo, e pelo mais alto ideal!

TEÓFILO BRAGA.

Le Portugal et les Alliés

La guerre actuelle, guerre d'invasion, d'assaut, de dévastation et de recul vers l'animalité brute, guerre organisée, étudiée et déchaînée sans motif par les deux empires allemands du nord et du sud, fidèles à leurs traditions de barbarie et puisant une nouvelle force dans les ressources scientifiques de la civilisation européenne, cette guerre passera dans la mémoire des générations à venir comme le plus grand crime de l'Histoire. Toutes les nations de l'Europe ont été surprises par l'instantanéité de la guerre, stupéfaites devant les millions d'hommes armés et devant l'amas effroyable de munitions dont ils étaient pourvus, témoignage indéniable de la préméditation d'un attentat que l'ennemi n'a perpétré qu'après s'être bien assuré par sa diplomatie et le honteux espionnage national, qu'aucune des nations qu'il voulait attaquer n'était préparée à lui tenir tête.

De nouvelles armes de combat étaient essayées : les avions, les sous-marins, les gaz asphyxiants ; les petites nationalités étaient entraînées à une neutralité perfide, et notre Portugal était offert à l'Espagne, à la condition qu'elle permît à ces aventuriers de mettre la griffe sur notre domaine africain. L'Allemagne avait aussi invité la France et l'Angleterre à la curée du pauvre petit Portugal, mais l'immorale brutalité de ces propositions les leur avait fait rejeter avec répugnance. Si la conflagration mondiale provoquée par les attentats féroces de ces nouveaux Huns, ne se fût pas produite, c'en était fait du Portugal. Les Allemands qui, par leurs Cobourg, s'étaient glissés sur le trône de la dynastie des Bragance, furent admis en Afrique par

le roi D. Luis, et par le mariage projeté de D. Manuel II avec une princesse allemande, les flottes de ces avides *boches* seraient devenues maîtresses de notre Tage, et leurs soldats se repandraient sur notre territoire pour policer leur nouvelle conquête, d'où l'influence anglaise serait inévitablement condamnée à disparaître. Mais la révolution du 5 Octobre 1910 qui proclame la République vient renverser tous ces beaux plans de l'Allemagne. De là sa haine et l'acharnement avec lequel elle s'obstine à acheter des faiseurs de désordre dont la mission est de rendre le pays ingouvernable. Naquet, avant sa mort, voyant la République proclamée au Portugal, écrivait : «Ce pays est petit, mais sa République est grande par l'action qu'elle va exercer sur la marche de la politique de l'Europe». Et nous voyons comme les événements se précipitent. Le pangermanisme est devenu un délire, une pandémie nationale. Les anciennes traditions des hordes germaniques, revivifiées par l'enseignement officiel, et rendues encore plus haineuses par le prussianisme de la caste des Hohenzollern, firent bouillir le sang dans les veines de ces soixante millions d'allemands prêts à se sacrifier jusqu'au dernier homme pour résister à tout. De sorte que cette guerre irrationnelle ne peut s'expliquer que comme la répétition périodique des crises belliqueuses de cette race par qui quatre fois déjà la civilisation européenne a été détruite. La première civilisation européenne, aujourd'hui connue et étudiée, est la Buzifère, de la grande confédération ligurique, où la navigation sur l'Atlantique était connue, dont les marins voyageaient en se guidant sur la Grande Ourse ; qui avait des comptoirs dans les îles de la Méditerranée, et qui connaissait l'alphabet. Cette merveilleuse civilisation, qui nous apparaît vivante dans l'épopée d'Homère, avec son caractère moral et artistique, fut détruite par la horde innombrable des gros hommes du Nord, les Gualt ou Celtes couronnés, à qui la supériorité que leur donnait la nouvelle arme de fer rendait facile la victoire sur des ennemis dont les armes de bronze se tordaient ou se brisaient aisément.

L'Europe resta ensevelie dans la barbarie jusqu'au II^{ème} siècle avant l'ère moderne, où l'influence des Romains, qui occupaient le Nord de l'Afrique, l'Espagne, les Gaules et l'Angleterre, put reconstituer cette civilisation qui, en moins de deux siècles de domination, donnait à Rome des philosophes et des empereurs, des poètes et des héros. Mais quand, sous la discipline adminis-

trative de Rome refluorissait cette nouvelle civilisation, surgissent des hordes de teutons, de goths et d'ostrogoths, de lombards, de silinges, de francs, de vandales, de suèves, d'alains qui, tombant comme un déluge de sauterelles sur l'Europe du V^e siècle, s'emparent des états et ne laissent aux peuples subjugués que le tiers de leurs biens, la *tertia romanorum*.

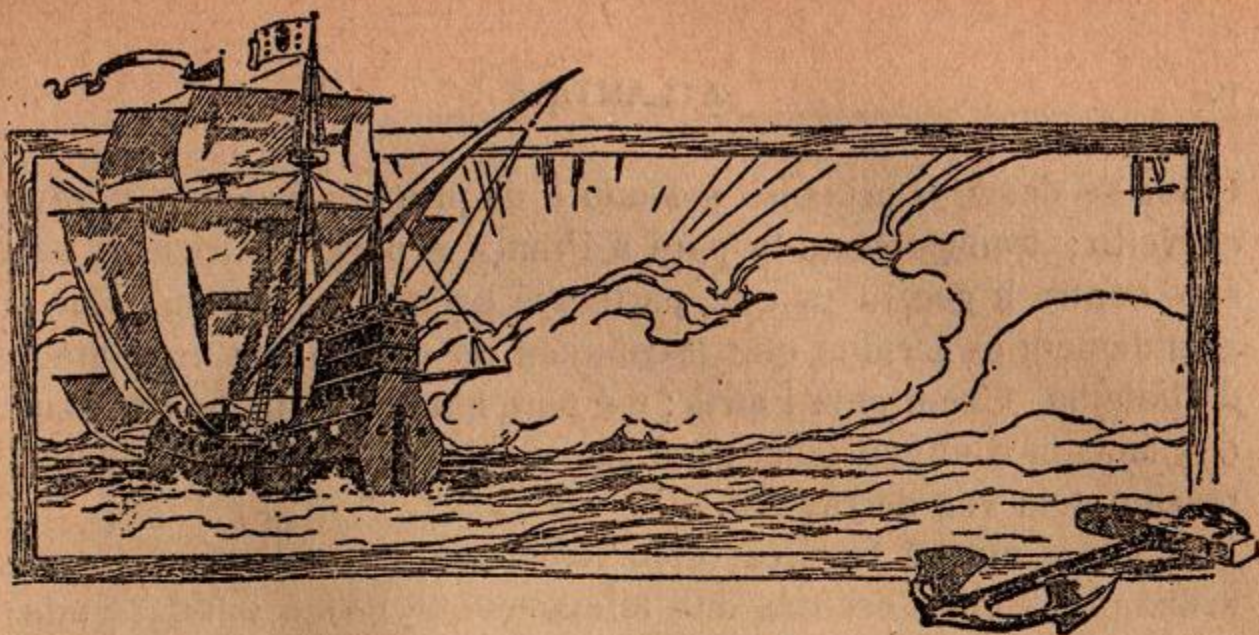
Ce sont ces invasions germaniques qui ont implanté le terrible régime féodal, pendant lequel l'Église, par sa morale de sujétion passive qui consacrait l'esclavage des peuples comme la base du nouvel ordre, donna tout son appui aux empereurs allemands. Cet impérialisme barbare dura du V^e au XV^e siècle, dix siècles pendant lesquels le régime catholique féodal prolongea cette terrible époque qui mérite bien le nom de *Nuit de mille ans*. L'Église fut un des principaux facteurs de ces invasions qui la dotaient de territoires et de privilèges, ce qui concourait à éteindre dans l'esprit des peuples le sentiment de leur nationalité. Au XV^{ème} siècle, on invente la poudre, et en 1453 les turcs s'emparent de Constantinople et introduisent en Europe la connaissance des armées permanentes. C'est avec ces deux instruments que nous apparaît Charles-Quint, tout imbu du traditionalisme germanique et rêvant la monarchie universelle ; son impérialisme étouffe les aspirations de liberté de l'Espagne et porte un coup mortel à son énergie ; il effectue la fusion des deux monarchies, espagnole et allemande ; il se prépare à faire du Portugal une province castillane, et, pour capter Rome, il combat la formation des nationalités protestantes. Les grandes guerres du XV^{ème} siècle proviennent de la nécessité de démembrer ce bloc hispano-allemand dans lequel Charles-Quint espérait bien englober aussi l'Italie. Tout cet impérialisme rendit les monarchies si absolues dans leur parasitisme retrograde, qu'il détermina, à la fin du XVIII^{ème} siècle, le déchaînement de ce terrible ouragan qui s'appelle la Révolution Française. Pour combattre ce régime de démocratie, il était tout indiqué de profiter de la criminelle vanité d'un aventurier corse, Bonaparte. Il trahit la République qui l'avait élu consul, pour se proclamer empereur, se faire sacrer par le pape venu expressément de Rome, et épouser une archiduchesse autrichienne. L'Allemagne, attaquée en 1812 par le corse alluciné, dut recourir à ses qualités supérieures de teutons pour subjuguier cet exécrationnable renégat qui avait fondé son génie militaire sur la mobilisation de l'artillerie. Napoléon acculé et

vaincu en 1814, l'Autriche fonde la Sainte Alliance des rois contre les peuples pour leur enlever la liberté politique, et l'Europe est morcelée dans un stupide partage diplomatique, d'où sortiront toutes les guerres du XIX^{ème} siècle.

Lorsque Bismarck prépare l'invasion de 1870, et qu'après l'écrasement de la France, la Prusse, enlevant à l'Autriche son hégémonie séculaire, devient le centre de l'empire allemand, alors domine le militarisme qui constitue pour la politique allemande une source économique de richesse nationale. Les cinq milliards que l'Allemagne a extorqués à la France ont été le trésor de la Fable, qui cause la mort de son possesseur. La guerre de 1814 est synchronique avec l'œuvre du triomphe du militarisme allemand; et le crime politique commis par les puissances de l'Europe en abandonnant la France à l'odieuse extorsion de l'Allemagne a été bien payé à présent, quand l'Angleterre s'est vue subitement menacée par l'invasion de la Belgique, et que l'ennemi installé à vingt lieues aurait pu lui fermer la mer du Nord et le Pas de Calais. Il faut que l'Europe fasse disparaître à jamais ce danger permanent dont l'irruption est périodique. Déjà un siècle s'est passé sur un pied de guerre qui épuise les nations. La paix du monde doit être fondée sur des bases dont la première condition est la civilisation industrielle, seule productrice de la richesse et du bien-être.

L'entrée de l'Amérique dans la conflagration montre bien que la maxime de Monroë a fait son temps, et qu'elle réclame sa place dans la civilisation humaine qui, dans tous les continents, est solidaire avec la justice et la morale. Elle pourra dire avec orgueil qu'elle a pris part à cette guerre, comme on disait, lorsque la Grèce eut sauvé la civilisation de l'Occident de l'invasion des Perses: *J'ai été à Salamine!* C'était alors le plus beau titre de gloire. Nos soldats, défendant le secteur portugais avec la valeur ethnique qui les distingue, pourront à leur tour, pleins d'un noble orgueil, dire fièrement: Nous aussi, dans la Conflagration Européenne, dans la plus sanglante de toutes les guerres, nous avons combattu pour l'idéal le plus pur, le plus élevé.

TEÓFILO BRAGA.



Manhã heróica

Para os Portugueses, rompeu a manhã heróica. Cansada dos sucessos, a nobre raça adormecera, num longo sono, por vezes convulso. Dir-se-ia que a nossa história se quebrara, que o livro de bronze em suma se transformara. Perdêramos, como nação, o contacto com as grandes épocas do passado, esquecêramos a epopeia da Renascença e o esforço viril e contínuo da constituição da nacionalidade.

A nossa vida não tinha um ideal e éramos como sonâmbulos, marchando para a catástrofe inconscientemente. Mas nas camadas profundas do povo, as energias vitais sacudiam em gestos desesperados aqueles que conservavam, com a fé dos destinos, a fôrça para agir. Na noite lóbrega, o clarão de 5 de Outubro foi o luminoso *Surge et ambula!* A esperança avigorou os corações, uma fôrça desconhecida impeliu-nos para a acção, as actividades buscaram empregar-se e a ressurreição material do país foi a consequência do renascimento moral.

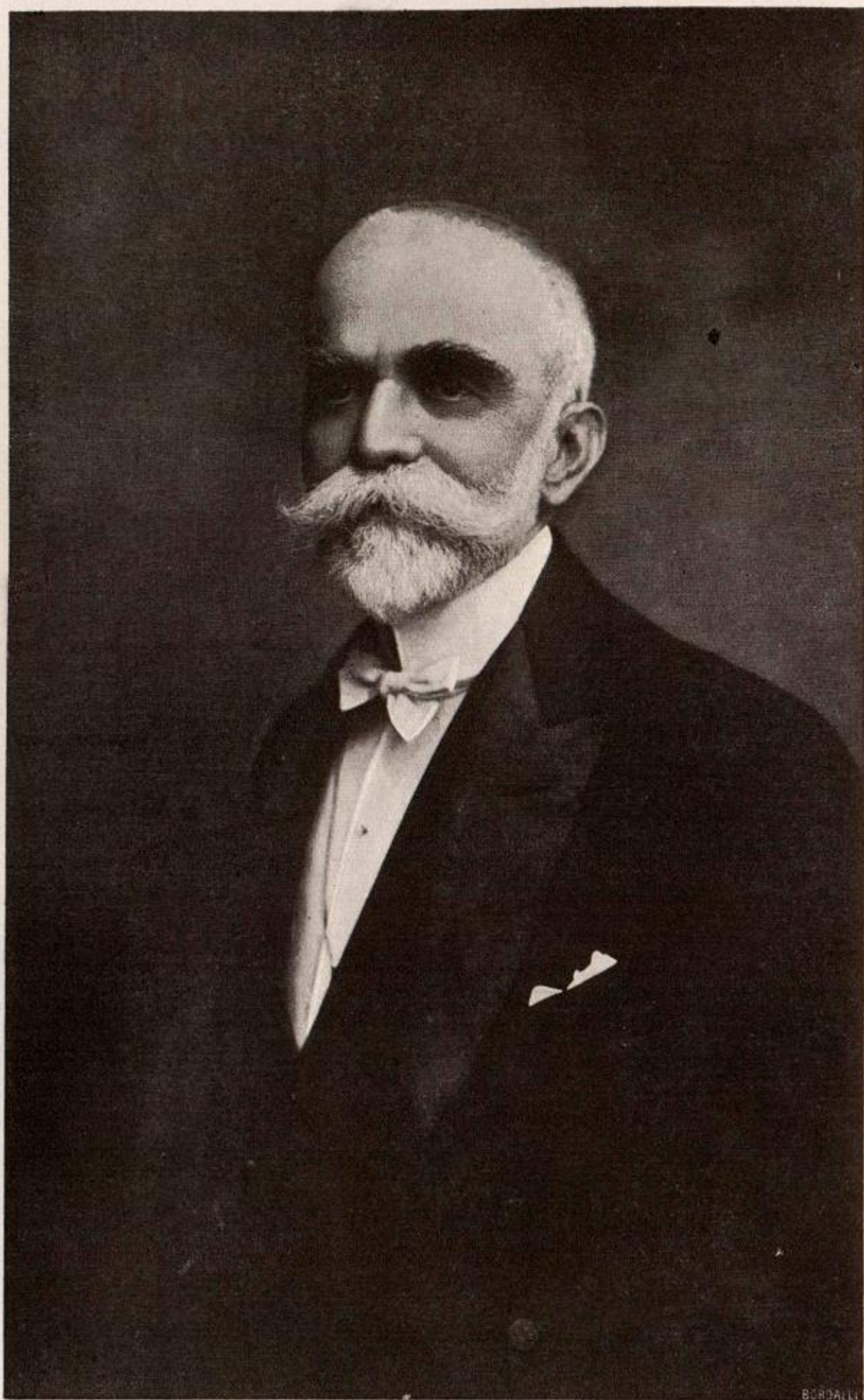
A guerra formidanda, sem exemplo, ensanguentou o mundo no momento em que afincadamente trabalhávamos para suprir o largo período da inacção.

Não importa. Os braços vigorosos, que produziam nos abençoados labores da paz, iriam guerrear. E o camponês deixaria a charrua com que em largos sulcos preparava a terra para receber a semente fecunda. O moço operário abandonaria a oficina. Os intelectuais largariam os livros onde vive a alma dos mortos. Todos se prepararam. Realizou-se o milagre da energia nacional.

Criou-se desde o primeiro soldado e da primeira baioneta o novo exército; transportámo-lo para a França e para a África. E não são contra a guerra os que partem e os que se batem. Não amaldiçoam os feridos que escabujam no campo ensanguentado da batalha. Caem pela Pátria: e é para ela que os olhos embaciados lançam o último olhar; por ela, os corações que vão parar, pulsam pela vez derradeira.

É uma manhã heróica, êste tempo em que vivemos. Já não brilham nas lojas escuras dos alfagemes as forjas onde se aguçavam as espadas de combate. Mas todo o Portugal é uma vasta oficina, e nos campos verdes as multidões preparam-se para a luta, na comunhão de sentimentos, de esperança e de amor com a nação inteira. Portugal ressurgue, forte e bello como um deus antigo, na manhã heróica que abrasa de sol a estrada do seu futuro glorioso.

HENRIQUE DE VASCONCELOS.



DR. BERNARDINO MACHADO
Actual Presidente da República Portuguesa

Journée héroïque

Pour les Portugais, le jour d'héroïsme a lui. Fatiguée de ses succès, la noble race s'était endormie d'un long sommeil parfois convulsif. On aurait dit que notre histoire était brisée, et que le livre de bronze où elle inscrivait nos exploits s'était fermé pour jamais. Comme nation, nous avons perdu tout contact avec les grandes époques du passé ; nous avons oublié l'épopée de la Renaissance et l'effort viril et continu fait pour la constitution de notre nationalité.

Notre vie n'avait plus d'idéal, et nous marchions inconsciemment, comme des somnabules, vers la catastrophe. Mais dans les couches profondes du peuple, les énergies vitales secouaient avec des gestes désespérés ceux qui, avec la foi dans nos destinées, conservaient encore la force d'agir. Dans les ténèbres de la nuit, la lueur du 5 Octobre fut pour nous le lumineux — «*Surge et ambula!*» — L'espérance ranima les cœurs, une force inconnue nous poussa à l'action, les activités cherchent à s'appliquer, et la renaissance matérielle du pays fut la conséquence de la renaissance morale.

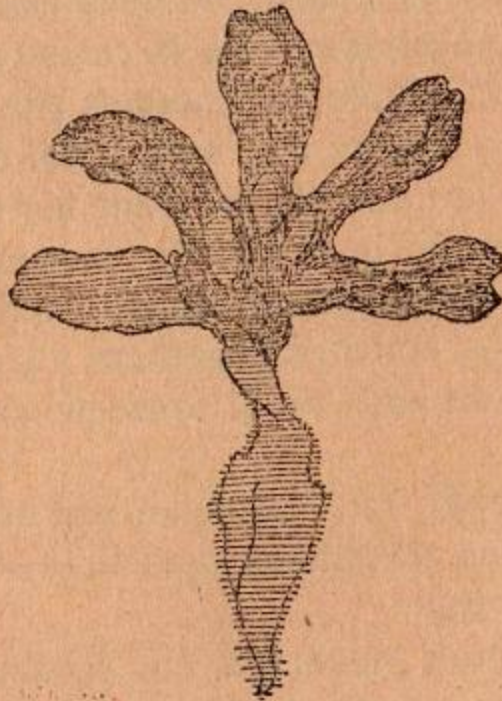
La guerre formidable, sans exemple, vint ensanglanter le monde au moment où nous travaillons opiniâtrément à racheter cette longue période d'inaction.

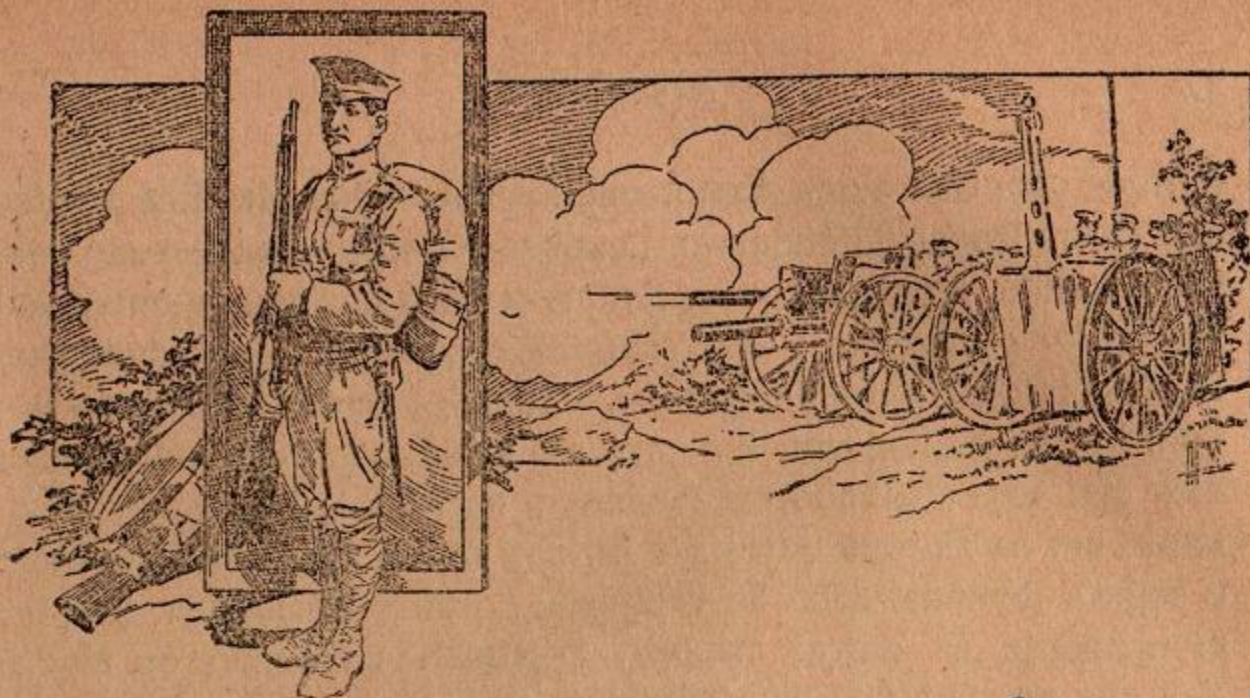
N'importe. Les bras vigoureux qui produisaient dans les labours bénis de la paix, quitteraient les outils pour prendre les armes. Le paysan abandonnerait la charrue qui traçait les larges sillons où devait germer la semence féconde. L'ouvrier quitterait l'atelier. Les intellectuels fermeraient leurs livres où revit l'âme

des morts. Tous se préparaient. Le miracle de l'énergie nationale s'est réalisé : une armée nouvelle a été créée depuis le premier soldat jusqu'à la première baïonnette, et elle a été transportée en France et en Afrique. Et ce n'est pas à contre-cœur qu'ils partent et qu'ils se battent. Les blessés qui se tordent sanglants sur les champs de bataille ne maudissent pas la guerre. Ils tombent pour la Patrie : pour elle, le dernier regard de leurs yeux déjà ternis par les affres de la mort ; pour elle la dernière pulsation de leur cœur que la mort va immobiliser !

C'est une journée heroïque que nous vivons aujourd'hui. On ne voit plus briller dans les boutiques obscures des armuriers les forges où s'affilaient les épées de combat ; mais le Portugal tout entier s'est transformé en un vaste atelier, et dans les vertes campagnes, les foules se préparent à la lutte en communion de sentiments, d'espoir et d'amour avec la nation toute entière. Le Portugal ressuscite, dans sa force et dans sa beauté, comme un ancien dieu, dans cette journée heroïque, qui inonde de soleil la route de son glorieux avenir.

HENRIQUE DE VASCONCELOS.





O povo português é que fez o seu exército

PALAVRAS DO SR. MINISTRO DA GUERRA

O Sr. Norton de Matos, Ministro da Guerra, tem a mesma atitude confiada de sempre, ao falar-nos do exército que os seus esforços, a sua actividade, o seu talento de organizador soube criar e manter. Sente-se que está em frente de nós um homem cuja alma enérgica e forte crê, místicamente quási, nos destinos gloriosos de Portugal. Com uma eloquência serena, mas eminentemente sugestiva, faz-nos as seguintes declarações :

Devemos sentirmo-nos orgulhosos com tudo que se tem feito a favor da nossa cooperação na guerra. Agora, que já estão em França os 55:000 homens que devíamos de para lá enviar, e que tudo está organizado para que os reforços necessários possam seguir regularmente, já não são permitidas dúvidas sobre êste esforço gigantesco do povo português. E digo *do povo*, e não *do govêrno*, porque assim o penso e sinto. Não desconheço que os amigos e os inimigos me atribuem a responsabilidade principal, senão única, deste facto... Mas, sem enjeitar responsabilidades, quero mais uma vez afirmar que tudo se deve ao sentimento profundo de patriotismo que anima o povo da nossa terra.



Porque não bastava mandar tropas para fora do país, no in-

tuito de cooperar numa acção comum pela civilização. Era preciso que essas tropas defendessem, exaltassem e ennobrecessem, pela sua conduta, o país que representavam. É o que tem acontecido! No *sector português — que realmente existe* já — o soldado português pratica quotidianamente actos de verdadeiro heroísmo, como já os praticavam, e continuam a praticar, os 30:000 soldados que têm combatido e combatem na África. Estes dois exércitos, um na Europa outro na África, são a mais deslumbrante e segura demonstração da vitalidade do povo português. Proporcionalmente às outras nações, Portugal, mantendo os efectivos que mantêm nos dois continentes, faz um esforço excepcional em relação aos seus recursos de gente e de dinheiro! Mais uma vez afirmamos, como nos séculos passados, o desejo de viver e de ser respeitados que nos tornou gloriosos perante o mundo inteiro!

É curioso observar como o soldado português, com o seu belo instinto de conservação nacional, tem a consciência do papel que desempenha. Vão voluntariamente. Querem ir. Resistem a todas as influências, mesmo àquelas de carácter sentimental, ou de propaganda tendenciosa. Todas as diligências dos agentes germanófilos têm-se quebrado diante da fé colectiva na utilidade do sacrifício! Admirável! Repare: — apesar das ameaças sucessivas de perturbações de ordem pública, por Lisboa passaram 60:000 homens, além dos que foram para a África, sem o menor barulho ou motim. Num dia de greve — da recente greve dos telégrafo-postais, em 11 de Setembro último — fez-se um embarque de tropas na maior serenidade... Com que direito dizer depois disto que ao govêrno, ou a mim, cabe a glória suprema de ter obrigado o povo a tomar parte na guerra? Ele parte porque assim o quer, porque assim o entende, na nobre altivez da sua consciência.

No fundo — esta verdade sobreleva a todas: — por muito que um homem queira viver longe ou afastado da sua família, laços indestrutíveis o ligam a ela! A honra que recai sôbre os soldados portugueses, combatendo em França e na África, recai sôbre todos nós. Por isso se foi criando esta unanimidade de entusiasmo e de consentimento em volta da nossa cooperação militar na grande guerra!

Quando visitei a frente portuguesa senti, verifiquei bem como o soldado português está com os seus chefes, e vive pelo prestígio do nome e da honra da sua Pátria. Parece que uma inspiração

secreta lhe diz que, combatendo por Portugal, defende o património colonial que lhe legaram os seus antepassados. E são 80:000 homens em armas ligados nesse sentimento comum, sentimento de raça, sentimento de orgulho, — sentimento de que, pelo seu sacrifício de todas as horas, dão à Pátria e à Republica o seu grande escudo de defesa e a sua melhor arma de triunfo no campo da nossa política internacional. . .



C'est le peuple portugais qui a fait son armée

PAROLES DE MR. LE MINISTRE DE LA GUERRE

Mr. Norton de Matos, Ministre de la Guerre, conserve, en nous parlant de l'armée que ses efforts, son activité, son talent d'organisateur ont su créer et maintenir, la même attitude pleine de confiance qu'il a toujours montrée. On sent que l'on a devant soi un homme dont l'âme énergique et forte croit avec une ferveur pour ainsi dire mystique aux destinées glorieuses du Portugal. Avec une éloquence sereine mais éminemment suggestive, il nous fait les déclarations suivantes :

Nous devons nous sentir fiers de tout ce que nous avons fait en faveur de notre coopération à la guerre. A présent que les 55:000 hommes que nous devons y envoyer sont déjà en France, et que tout est organisé pour l'expédition régulière des renforts nécessaires, il n'est plus permis d'émettre le moindre doute sur l'effort gigantesque du peuple portugais. Et je dis *du peuple* et non pas *du gouvernement*, parce que c'est ainsi que je le pense et que je le sens. Je sais bien que pour mes amis et pour mes ennemis, je suis le principal, sinon le seul responsable de ce fait. . . . Mais, sans vouloir renier la responsabilité qui peut me revenir, je tiens à affirmer une fois de plus que tout ce qui a été fait est dû au profond sentiment de patriotisme dont est animé notre peuple.

Car il ne suffisait pas d'envoyer des troupes hors du pays pour prendre part à une action commune en défense de la civilisation. Il fallait que ces troupes sussent défendre, exalter et ennoblir, para leur conduite, le pays qu'elles représentaient. Et que voyons-nous ?! Dans le *secteur portugais*—*qui existe déjà effectivement*—les soldats pratiquent journellement des actes de véritable hé-

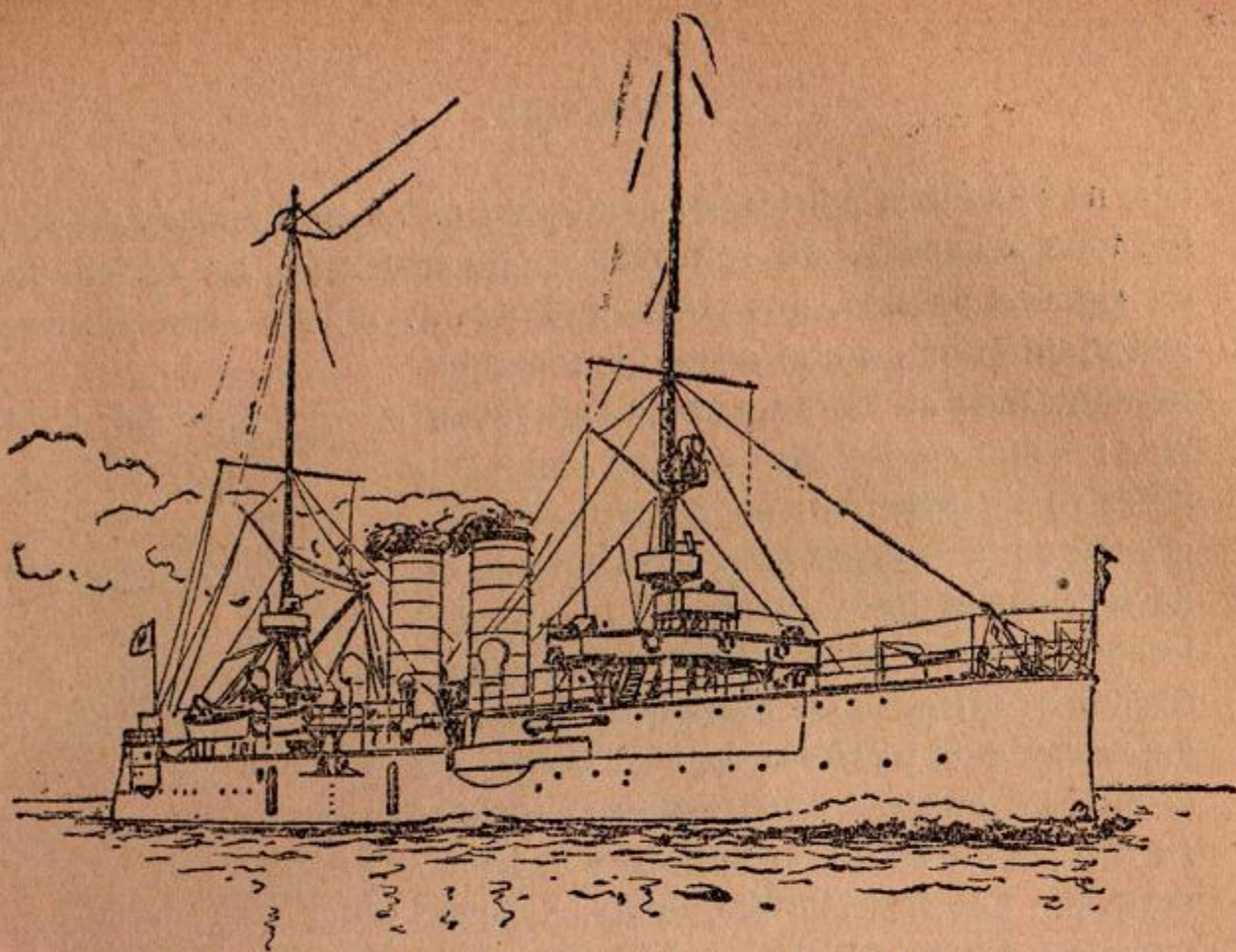
roïsme, comme le faisaient et le font encore leurs frères d'armes, les 30:000 soldats qui ont combattu et continuent à combattre en Afrique. Ces deux armées, l'une en Europe, l'autre en Afrique, sont la démonstration la plus brillante et la plus formelle de la vitalité du peuple portugais. Proportionnellement aux autres nations, le Portugal, en maintenant, comme il les maintient, ses effectifs sur les deux continents, fait un effort exceptionnel par rapport à ses ressources en hommes et en argent ! Une fois de plus, nous affirmons, comme aux siècles passés, le désir de vivre et d'être respectés qui nous a rendus glorieux devant le monde entier !

Il est curieux d'observer combien le soldat portugais, avec son bel instinct de conservation nationale, a la conscience du rôle qu'il remplit. Il part volontairement pour la guerre. Il veut y aller. Il résiste à toutes les influences, aussi bien à celles qui émanent du sentiment, qu'à celles que cherche à faire naître une propagande tendancieuse. Tous les efforts des agents germanophiles sont venus se briser contre la foi collective en l'utilité du sacrifice. C'est admirable ! Voyez : malgré les troubles qui à plusieurs reprises menacent l'ordre public, 60:000 hommes, sans compter ceux qui partent pour l'Afrique, traversent Lisbonne sans qu'il se produise le moindre tumulte, la moindre émeute. Pendant la dernière grève — la grève des employés des Postes et Télégraphes — le 11 Septembre de cette année, un embarquement de troupes se fait dans le plus grand calme . . . Est-il possible, après cela, de dire que c'est au gouvernement ou à moi que revient la gloire suprême d'avoir obligé le peuple à prendre part à la guerre ? Il part, parce qu'il le veut ainsi, parce que dans la noble fierté de sa conscience il entend devoir partir.

Au fond — cette vérité l'emporte sur toutes les autres — un homme a beau vouloir vivre séparé ou éloigné de sa famille, des liens indestructibles l'y rattachent ! L'honneur que les soldats acquièrent sur les champs de bataille de France et d'Afrique rejaillit sur nous tous. C'est cela qui a créé cette atmosphère de consentement et d'enthousiasme unanimes autour de notre coopération militaire à la grande guerre !

Lorsque j'ai visité le front portugais, j'ai éprouvé, j'ai constaté combien le soldat est en communion avec ses chefs, combien il est prêt au sacrifice de sa vie pour le prestige et l'honneur de sa patrie. Il semble qu'une inspiration secrète lui dit qu'en combattant pour le Portugal il défend le patrimoine que lui ont légué

ses ancêtres. Et ce sont 80:000 hommes en armes que réunit ce sentiment commun, sentiment de race, sentiment d'orgueil, — sentiment qui leur dit que, par leur sacrifice de chaque heure, ils donnent à la Patrie, à la République, le bouclier le plus résistant pour se défendre et la meilleure arme pour triompher sur le champ de notre politique internationale . .



Cruzador Vasco da Gama, navio-chefe da Divisão Naval Portuguesa

A marinha de guerra portuguesa e a Alemanha

ENTREVISTA COM O SR. LEOTE DO REGO
COMANDANTE DA DIVISÃO NAVAL

Leote do Rego é, desde a primeira hora da guerra, um partidário entusiasta da intervenção de Portugal na guerra. A sua obra, nesse sentido, foi grande: conferências, discursos e actos decisivos como a sua participação no movimento de 14 de Maio (destinado, sobretudo, a fazer organizar um governo intervencionista) criaram-lhe uma situação de destaque na sociedade portuguesa, onde já eram conhecidas e admiradas as suas altas qualidades de marinheiro. É, pois, com dupla autoridade que êle fala à «Atlantida» da *Marinha de guerra portuguesa e a Alemanha*.

«O futuro de Portugal, segundo a frase conhecida, mas que me parece cada vez mais justa, está no mar. As nossas épocas de esplendor coincidiram sempre, como se sabe, com o nosso poder marítimo. A história portuguesa ensina-nos, de incontestável maneira, que as horas de decadência nacional sempre andaram a par com a decadência da marinha. Quando o Marquês de Pom-

bal, na sua ânsia patriótica, modificou os moldes sociais do país, fez toda a espécie de reformas: — da instrução, da agricultura, da riqueza pública, dos costumes, etc... E não esqueceu uma, importantíssima, e que acima de todas lhe permitiu falar ao estrangeiro de cara levantada: — encarregou Martinho de Melo, seu ministro da Marinha, da construção dum grande número de navios. Uma floresta de navios portugueses, com efeito, (nesse tempo, todos os navios eram iguais), guardavam as estradas do Mar; e, guardando-as, davam-nos o direito de usar delas, e o direito de encarar o estrangeiro *straight in the face*. Todas as nações nos consideravam, nos respeitavam então... Desaparece a esquadra, vão-se os restos dela na bagagem de D. João VI; — e começa logo uma época de sujeição, de que o país se salva pela exclusiva energia do seu povo. Começam a surgir os dias da luta pela liberdade, e de novo aparece Portugal ansioso da sua independência, procurando progredir: — e, simultâneamente, de novo surge alguém a cuidar do levantamento da marinha nacional, alguém que foi, também, um homem ilustre no domínio das letras: — Rebelo da Silva. Esse ministro fez construir os primeiros navios a vapor, entre os quais uma infinidade de canhoneiras, barcos apropriados aos mares tropicais. E é com essa nova flotilha que novamente consolidamos o nosso predomínio mundial, visitando os nossos navios, onde flutua a bandeira da Pátria, os núcleos de portugueses espalhados por todo o globo; que mantemos intacta a nossa soberania nas colónias; e que conseguimos desempenhar, em pé de perfeita igualdade e merecendo dos nossos colaboradores os maiores elogios — como o Marquês de Niza os ouviu da bôca do próprio Nelson — essa obra prodigiosa, militar e civilizadora, que foi a repressão da escravatura. É a época da transição da vela para o vapor, período para nós agudo e áspero, em que várias pretensões, — que a justiça e a verdade histórica mostravam não ter nenhum fundamento —, e em que um círculo opressivo de cobiças espreitando por cima das fronteiras coloniais, só foram mantidos em respeito pelos nossos pequenos navios, que nos garantiram e afirmaram assim a posse dos territórios que o



passado nos legara. Pode mesmo dizer-se que só a êles estava confiada a guarda das colónias, visto que não era ainda uso organizarem-se expedições militares para tão inóspitas paragens. Não havia telégrafo. Não havia os grandes paquetes. A marinha de guerra, para a defesa e salvaguarda do nome nacional, era tudo. E foi tudo, nesse período difficilimo e doloroso . . .

«Mas, em seguida, não se caminhou para um novo progresso. O esforço de Rebelo da Silva não foi continuado. E aí por 1890 a 1896 — a marinha quási se avizinha do seu completo aniquilamento. A corporação da armada não se conforma, no emtanto. Não pretendendo o monopólio do patriotismo — exige que lhe reconheçam, porêm, o direito de ser tão patriota como os maiores patriotas. Exactamente por andar sempre em contacto com as marinhas estrangeiras e porque passava a sua vida nas colónias, longe da terra natal, e sabia a estreita dependência económica em que o País vive em relação às colónias, e em relação, ainda, às nações donde recebia e recebe o que lhe falta em alimentação e matérias primas — ela amava a sua Pátria com mais viva consciência e pressentia, se não conhecia inteiramente, que seria um verdadeiro crime de lesa-nacionalidade o abandono duma sã e bem orientada política marítima. Aqueles que não a queriam seguir, invocavam o pretexto de que a evolução do material tornavam excessivamente caras as unidades de combate. Era a célebre tese, que infelizmente tantos países adoptaram, de que o fomento devia preferir a defesa nacional . . .

«Em 1897 temos, porêm, a boa fortuna de ver na pasta da marinha um ministro penetrado de verdadeiro patriotismo — Jacinto Candido —, homem inteligente e que sem nenhuma sombra de embaraço consegue um crédito de dez mil contos para iniciar a reorganização naval. Adquire cruzadores modernos, remodelam-se serviços e infligem-se rudes golpes na rotina, nos preconceitos e nos *filis d'orchevêque* . . . Fez-se de novo o dia para a marinha! E, sem necessidade de mestres estrangeiros, êsse novo material alcança nas suas mãos uma perfeita eficiência. Desgraçadamente, o turbilhão da política e o mêdo das ideas extremamente liberais, dominantes na marinha, fazem com que ela passe a ser oihada com a maior desconfiança. Tudo se lhe recusou outra vez, ainda o mais essencial para seu progresso e instrução, e fez-se-lhe a afronta de a dispensar de levar o Chefe de Estado de então a uma

visita às côrtes da Europa. Ele vai num navio de guerra estrangeiro, onde a bandeira do seu país não pode flutuar! . . .

«Compreende-se assim bem a razão por que a marinha tanto contribuiu para a implantação do novo regime. E como, mesmo, a parte da população da marinha que não era republicana aceitou sem relutância a República. De resto o primeiro cuidado dos seus homens foi anunciarem espontâneamente ao mundo que uma das missões do novo regime seria valorizar, tão rápidamente quanto possível, os elementos de defesa da terra e do mar; não para termos um exército tão grande como a Alemanha, ou uma esquadra como a Inglesa — pretensões que seriam ridículas — mas para podermos defender eficazmente a nossa independência, termos direito a viver, e ainda a transformar a nossa velha aliança, meramente platónica, desigual e, talvez, num ou outro momento da nossa história, afrontosa para os nossos brios numa aliança digna dêsse nome, em que ambas as partes pudessem respeitar-se mutuamente e ficassem dispostas a efectivarem, quando preciso fôsse, os auxílios mútuos a que os tratados as obrigavam. A marinha de guerra, no entender dos estadistas republicanos, nunca foi tão necessária para o bem da Pátria . . .

«E tanto assim é que o Parlamento Republicano de 1914, ainda quando mal se podia entrever um completo acêrto de contas de resurgimento financeiro, votou por unanimidade um programa mínimo de desenvolvimento naval, que correspondia de facto à política marítima que precisávamos realizar. Corresponhia também, inteiramente, às aspirações dum pequeno exército de propagandistas entusiastas da defesa nacional, a que tenho a honra de ter pertencido e que se lançaram pelo país fora a explicar como a defesa nacional devia acompanhar no seu progresso o progresso da riqueza pública. Afonso Costa, Ministro das Finanças, reserva dois terços do seu primeiro *superavit* para a construção de algumas unidades, construídas no país e por operários portugueses.

«Mas os acontecimentos precipitam-se e a guerra estala, surpreendendo-nos bem mal apetrechados, ainda. Pior do que a própria guerra, surge um govêrno de autênticos germanófilos, sob a presidência de Pimenta de Castro. A República, por momentos, ajoelha, abate . . . Os seus compromissos quási ficam letra morta. E quando, em 14 de Maio, a marinha ergue o brado da revolta para restituir à Constituição o seu império e à República a situa-

ção que havia conquistado perante o conflito, Pimenta de Castro pensa por um momento em destruir toda a marinha. . . .

«O mau sonho passa, no entanto. A marinha entra, logo em seguida, num período de excepcional actividade. Guarda fiel das instituições, vela carinhosamente pela Pátria. Uma plêiade de oficiais novos, cheios de fé, sabedores, e com o que se pode chamar *a convicção da guerra*, organizam novos regulamentos, que rapidamente avigoram a disciplina e lançam o que nos resta de material naval numa intensiva preparação para a guerra. A divisa da marinha passa a ser *«lugar aos novos»*.

«Não se descansa um momento. É pôsto em serviço todo o material disponível. Armam-se cruzadores auxiliares, organizam-se patrulhas, fazem-se recrutamentos especiais de voluntários e de velhos marinheiros da marinha mercante. Em perfeita conjugação com a *frente marítima*, a cargo do exército montou-se no litoral do continente um serviço de defesa, útil e vigilante. Nos arsenais há uma actividade nunca excedida, porque, ao mesmo tempo que se preparam e armam navios para a guerra, reparam-se dezenas de navios ex-alemães, em que os *boches* tinham feito tremendas avarias.

«É assim que ao aparecimento das primeiras minas inimigas nos nossos portos, elas são imediatamente destruídas. Uma fôrça de marinha vai para a África colaborar com o exército nas operações do sul de Angola. Marinheiros de um cruzador português agüentam no Rovuma as primeiras investidas alemãs. . . .

«A vida da marinha portuguesa é, presentemente, de trabalhos, de fadigas, de esfôrço sem igual. Poucos, embora — os nossos navios aparecem em toda a parte. Transportam tropas para a Europa. Dão assistência a centenares de navios. Colaboram incessantemente com os aliados. E, ao deixar uma esquadra inglesa, recentemente, o pôrto de S. Vicente, onde estava guardando inúmeros cabos telegráficos, e que é uma das mais importantes bases de carvão do Atlântico, tendo ali a Inglaterra, como é óbvio, importantíssimos interesses, o almirante confiou a guarda de todos êsses valores a dois pequenos navios portugueses.

«Sem dúvida que, na hora actual, é difícil, senão impossível, adquirir unidades já feitas. Ninguêem julga possuir as bastantes. . . . Mais valor isso dá, ainda, ao trabalho excepcional a que é obrigado o material e o pessoal da nossa marinha. O espírito que nela domina é só um: — procurar honrar sempre as suas tradições; im-

pedir que o inimigo zombe dos nossos limitados recursos; e merecer perante o mundo, e especialmente perante os aliados, o respeito pelo nosso passado, e pelo nosso esforço em face da guerra.

«Chamam os ingleses *«portuguese man of war»* a um pequeno molusco, a que nós chamamos navegadores — e que andam sobre o mar com uma asa servindo de vela. Não é, por escárneo, é por preito, que os ingleses assim os chamam — preito àqueles que, de entre os marinheiros de todo o mundo, sabem fazer grandes cousas em minúsculos navios. . . . E, para terminar, sabe em que se ocupam, nas suas raras horas de repouso, os marinheiros da divisão naval? Em angariar donativos para se construírem navios que substituam os tantíssimos que foram afundados pelos alemães, deixando sem pão centenares de famílias !

La marine de guerre portugaise et l'Allemagne

ENTREVUE AVEC M. LEOTE DO REGO,
COMMANDANT DE LA DIVISION NAVALE

Leote do Rego est, depuis la première heure de la guerre, un partisan chaleureux de l'intervention de Portugal dans le conflit. L'œuvre que, dans ce but, il a accompli, a été grande : des conférences, des discours et des actes décisifs comme sa participation au mouvement du 14 Mai, destiné, surtout, à faire organiser un gouvernement interventioniste, lui ont donné une situation véritablement exceptionnelle dans la société portugaise, où ses qualités de marin étaient déjà connues et admirées. C'est donc avec une double autorité qu'il parle à « *Atlantida* » de la *Marine de Guerre portugaise et l'Allemagne*.

« L'avenir du Portugal, selon la phrase bien connue, mais qui de jour en jour me semble plus juste, l'avenir du Portugal est sur la mer. Les époques de notre splendeur, on le sait, ont toujours coïncidé avec celles de notre puissance maritime. L'histoire portugaise nous apprend, sans contestation possible, que les phases de décadence nationale ont toujours correspondu à celles de la décadence de la marine. Lorsque le Marquis de Pombal, dans son ardeur patriotique, jeta dans de nouveaux moules les bases sociales de son pays, il en réforma tous les organes : instruction, agriculture, finances, richesse publique, us et coutumes, etc. ; mais il eut bien soin de ne pas oublier la plus importante de ces réformes, celle qui, plus que toute autre, lui permit de parler à l'étranger la tête haute : — il chargea Martinho de Melo, son ministre de la marine, de la construction d'un grand nombre de navires. Une forêt de bâtiments portugais (en ce temps-là tous les bateaux étaient semblables) gardaient en effet les routes de la mer, et nous donnaient ainsi, avec le droit de nous servir des routes que nous gardions, le droit de regarder l'étranger *straight in the face*. Alors toutes les nations nous considéraient, nous

respectaient... Un jour notre flotte disparaît; D. João VI en emporte les derniers restes dans sa fuite: — et aussitôt commence une époque de sujétion dont seule l'énergie du peuple parvient à sauver le pays. Viennent alors les jours de lutte pour la liberté, de nouveau reparaît le Portugal, avide d'indépendance, aspirant au progrès: — et simultanément, surgit aussi un homme qui va relever la marine nationale, un homme qui a laissé en même temps un nom illustre dans le domaine des lettres — Rebelo da Silva. Ce ministre fit construire les premiers navires à vapeur, et entre autres, un grand nombre de canonnières, bateaux appropriés aux mers tropicales — et c'est avec cette nouvelle flotille que nous consolidons de nouveau notre domination mondiale; c'est avec ces bateaux, où flotte le drapeau de la Patrie, que nous visitons les noyaux de portugais disséminés sur tout le globe; que nous conservons l'intégrité de notre souveraineté coloniale; et que nous parvenons à exécuter, sur le pied de la plus complète égalité, et aux plus vifs éloges de nos collaborateurs — comme le Marquis de Niza en a recueilli le témoignage de la bouche même de Nelson — cette œuvre prodigieuse, militaire et civilisatrice — la répression de l'esclavage. C'est l'époque de la transition de la voile à la vapeur, période aiguë et dure pour nous, alors que diverses prétentions, dont la justice et la vérité historique démontraient l'inanité, et qu'un cercle resserré de convoitises guettant par dessus les frontières coloniales ne purent être tenues en respect que par nos petits navires, récemment construits, qui nous garantirent et affermirent ainsi la possession des territoires que le passé nous avait légués. On peut même dire que c'est à ces seuls bateaux qu'était confiée la garde de nos colonies, puisqu'il n'était pas encore d'usage d'organiser des expéditions militaires à ces rivages si inhospitaliers. Il n'y avait pas de télégraphe; pas de grands paquebots. Pour défendre, pour sauvegarder le nom national, — la marine de guerre — et c'est tout. Et elle fut tout, dans cette période difficile et douloureuse. Malheureusement, après cela, le progrès s'arrête: l'effort de Rebelo da Silva ne fut pas continué, et entre 1890 et 1896 la marine touche presque à son complet anéantissement, malgré la résistance et les protestations des officiers et des matelots qui ne peuvent se résigner à cette ruine, et qui, sans prétendre au monopole du patriotisme, exigent cependant qu'on leur reconnaisse le droit d'être aussi patriotes que qui que ce soit. Et

c'est exactement parce que nos marins se trouvaient constamment en contact avec les flottes étrangères, parce qu'ils passaient leur existence dans les colonies; parce qu'ils savaient combien la vie économique de notre pays dépend de nos possessions, comme elle dépend aussi des nations qui comblaient et comblent encore ses *deficit* de subsistances et de matières premières; c'est pour tout cela que nos marins aimaient plus profondément leur Patrie, et qu'ils pressentaient, si toutefois ils ne le savaient pas d'une façon absolue, que ce serait un véritable crime de lèse-nationalité que d'abandonner une politique maritime saine et bien orientée. Ceux qui ne voulaient pas suivre cette politique donnaient pour prétexte que l'évolution du matériel rendait excessivement dispendieuses les unités de combat. C'était la fameuse thèse, malheureusement adoptée par tant de pays, et selon laquelle il fallait s'attacher, avant tout, au développement interne...

«En 1897, nous avons la chance de voir le portefeuille de la marine entre les mains d'un homme intelligent, d'un ministre animé d'un véritable patriotisme — Jacinto Cândido, qui, sans le moindre embarras, obtient un crédit de dix mille contos, pour entreprendre la réorganisation navale. Il acquiert des croiseurs modernes, il réforme les services, et frappe de rudes coups sur la routine et sur les préjugés... La marine renaît au-jour! Et, sans le secours de maîtres étrangers, ce nouveau matériel, entre les mains de nos marins, atteint pleinement son but. Malheureusement le tourbillon de la politique, et la peur qu'inspirent les idées extrêmement libérales qui dominent dans la marine, la rendent suspecte et en font l'objet de la plus vive défiance. Une fois de plus, on lui refuse tout, même les choses les plus essentielles à son progrès, à son instruction; on lui inflige même un affront sanglant, et lorsque le chef de l'État de ce temps-là va visiter les diverses cours de l'Europe, ce n'est pas un vaisseau de notre marine qui le transporte, c'est un navire de guerre étranger où ne peut flotter le pavillon portugais!...

«Après cela, il est facile de comprendre pourquoi la marine a tellement contribué à l'implantation du nouveau régime, et pourquoi même la partie de la population maritime qui n'était pas républicaine a, sans répugnance, accepté la République. Du reste, le premier soin de ses dirigeants fut d'annoncer spontanément au monde que le nouveau régime prendrait à cœur de valoriser, le plus rapidement possible, les éléments de défense de terre et de

mer, non certes pour avoir une armée aussi grande que celle de l'Allemagne, ou une flotte aussi puissante que la flotte anglaise — ce qui ne serait qu'une prétention ridicule — mais afin de pouvoir défendre, avec succès, notre indépendance; afin d'avoir le droit de vivre, et aussi pour transformer notre vieille alliance, purement platonique, inégale, et peut-être, à certaines époques de notre histoire, outrageante pour notre point d'honneur, en une alliance digne de ce nom, où les deux parties pussent se respecter mutuellement, dans la certitude qu'au moment voulu elles seraient, l'une et l'autre, prêtes et disposées à se donner réciproquement l'aide exigée par les traités. Jamais, de l'avis des hommes d'État républicains, jamais la marine de guerre ne fut plus nécessaire au bien de la Patrie. . .

«Et cela est tellement vrai, que le Parlement Républicain de 1914, alors qu'on ne pouvait encore que difficilement entrevoir l'équilibre dans le rétablissement de nos finances, votait à l'unanimité un programme minimum de développement naval correspondant, de fait, à la politique maritime qu'il nous fallait réaliser. Ce programme répondait complètement aussi aux aspirations d'une petite armée de champions enthousiastes de la défense nationale, armée à laquelle j'ai l'honneur d'avoir appartenu, et qui se mit à parcourir le pays pour expliquer en tous lieux comment la défense nationale devait marcher de pair avec le progrès de la richesse publique. Afonso Costa, ministre des finances, réservait les deux tiers de son premier *superavit* à la construction de quelques unités, faite dans le pays et par des ouvriers portugais.

«Mais les événements se précipitent, la guerre éclate et nous surprend bien mal équipés encore. Plus désastreux encore que la guerre elle-même, surgit un gouvernement de germanophiles à outrance, sous la présidence de Pimenta de Castro. Un instant, la République plie les genoux et courbe la tête. . . Ses engagements ne sont plus que lettre morte. Et lorsque le 14 Mai la marine pousse le cri de la révolte pour rendre son prestige à la Constitution, et à la République la situation qu'elle avait conquise devant le conflit, Pimenta de Castro songe un moment à détruire la marine toute entière. . .

«Mais bientôt le mauvais rêve se dissipe. La marine entre immédiatement dans une période d'activité exceptionnelle. Gardienne fidèle des institutions, elle veille avec tendresse sur la

Patrie. Une pléiade de jeunes officiers, pleins de foi, instruits et animés de ce que l'on pourrait appeler *la conviction de la guerre*, organise de nouveaux règlements qui réveillent et fortifient rapidement la discipline, et jettent ce qui nous reste de matériel naval dans une préparation intensive pour la guerre. La marine prend pour nouvelle devise — «*place aux jeunes*».

«Pas un moment de repos. Tout le matériel disponible est mis en service. On arme des croiseurs auxiliaires, on organise des patrouilles, on fait des recrutements spéciaux de volontaires et de vieux matelots de la marine marchande. Conjugué parallèlement avec le *front maritime*, on a établi sur le littoral du continent, à la charge de l'armée, un service de défense, utile et vigilant. Les arsenaux déploient une activité sans pareille; car, en même temps qu'ils préparent et arment les navires pour la guerre, ils réparent des dizaines de vaisseaux ex-allemands auxquels les *boches* avaient fait de terribles avaries.

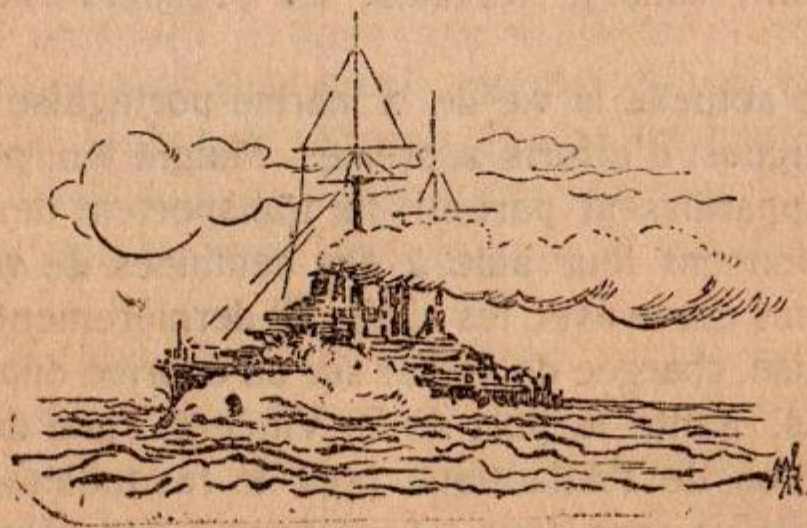
«Aussi, à peine les premières mines ennemies apparaissent-elles dans nos ports qu'elles sont aussitôt détruites. Un détachement de marine se rend en Afrique pour prendre part avec l'armée aux opérations du sud d'Angola. Les marins d'un croiseur portugais supportent, dans le Rovuma, les premiers chocs des allemands...

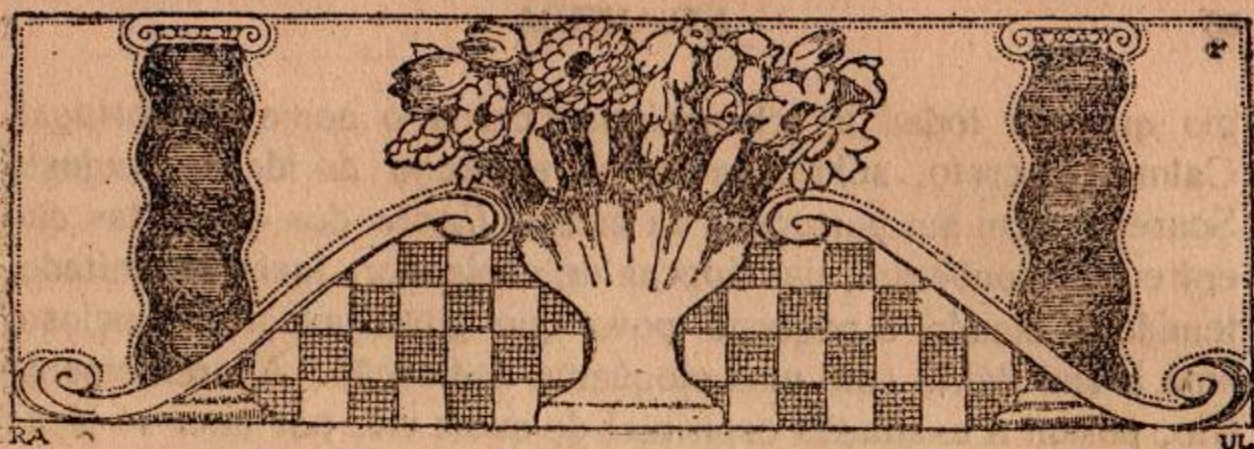
«A l'heure actuelle la vie de la marine portugaise est faite de peines, de fatigues, d'efforts suprêmes. Malgré leur petit nombre, nos navires apparaissent partout. Ils transportent des troupes en Europe, ils donnent leur aide à des centaines de vaisseaux, ils collaborent sans cesse avec les alliés. Et dernièrement, lorsqu'une escadre anglaise, chargée de veiller sur un énorme dépôt de câbles télégraphiques, quitte le port de S. Vincent, l'une des bases les plus importantes de l'Atlantique pour le ravitaillement de charbon, et où, cela va sans dire, l'Angleterre a des intérêts de haute importance, c'est à deux petits bâtiments portugais que l'amiral confie la garde de toutes ces valeurs.

«Sans doute, aujourd'hui, il est difficile, pour ne pas dire impossible, d'acquérir des unités toutes faites. Personne ne croit en avoir assez pour soi... Aussi, le travail exceptionnel imposé au matériel et au personnel de notre marine n'en a-t-il que plus de valeur. L'esprit qui domine dans ce corps est un : — tâcher, toujours et partout, d'honorer ses traditions; empêcher l'ennemi de se moquer de nos faibles ressources; et mériter, devant le

monde, et surtout devant les alliés, le respect de notre passé et leur estime pour nos efforts en face de la guerre.

«Les anglais donnent le nom de *portuguese man war* à un petit mollusque que nous appelons «argonaute», auquel une légère membrane déployée sert de voile pour naviguer sur la mer. Ce n'est pas par dérision que les anglais nous appellent ainsi : c'est un hommage qu'ils rendent à ceux qui, parmi les marins du monde entier, savent faire de grandes choses sur de tout petits navires... Et, pour terminer, savez-vous à quoi s'occupent les marins pendant leurs rares heures de repos? — A recueillir des offrandes pour la construction de vaisseaux qui viennent remplacer tous ceux qui ont été coulés par les allemands, et dont la perte a laissé sans pain des centaines de familles!...»





Augusto Soares, Ministro dos Negocios Estrangeiros

Neste número da *Atlantida*, especialmente organizado num intuito de propaganda patriótica, e em que se fixam alguns dos traços mais característicos da nossa vida colectiva e alguma das directrizes mais importantes da consciência nacional, fazem grande falta meia dúzia de palavras do Ministro dos Negócios Estrangeiros. Com elas poder-se-ia, decerto, definir a fisionomia internacional do país, nesta hora de magnífico esforço a favor do nosso império colonial e do nosso bom nome na Europa. Poder-se-ia, decerto, precisar um pouco a orientação futura dos nossos destinos. Poder-se-ia, sem dúvida, espalhar um forte sentimento de optimismo em todos os espíritos portugueses, que dos nossos destinos se preocupam e inquietam. E mais uma conclusão de ordem patriótica, ao lado de tantas outras consoladoras, se inscreveria nestas páginas da *Atlantida*.

Mas o Ministro dos Negócios Estrangeiros, quando tem, sobretudo, a meticolosa e rigorosíssima consciência do lugar que desempenha — é este o caso do Dr. Augusto Soares — nem sempre pode e deve falar. Porque assim o compreendemos, não tentou a *Atlantida* ouvir o Dr. Augusto Soares, que aliás já aqui explanou, por mais de uma vez, o seu ponto de vista sobre a nossa política internacional. A *Atlantida* não quiere, porém, deixar de publicar o seu retrato e de louvar novamente a sua larga e profunda obra de diplomata, tão singularmente penetrante e dum alcance tão vasto, que a ela devemos, desde já, o prestí-

gio que em todas as chancelarias cerca o nome de Portugal. Calmo, discreto, sóbrio de gestos e sereno de ideas, Augusto Soares é bem um português da mesma *lignée* dos estadistas que entre nós souberam, nas épocas de esplendor, fazer respeitado, temido e amado o pequeno povo que governavam. Silencioso, ama a sua Pátria com uma eloquente dedicação. Aparentemente frio, possui a exaltação espiritual de quem vive por uma só idea: — engrandecer o país.

A êle deve a República uma grande parte das simpatias que hoje a rodeiam, simpatias de que foi o artífice supremo, assim como lhe devemos todos o não nos acharmos nesta guerra tremenda sem aquelas garantias de sentimento e de interêsse que são indispensáveis ao nosso bemestar e à nossa segurança colectiva. É um dos grandes políticos portugueses; é um dos seus maiores estadistas. O seu retrato e o seu nome eram indispensáveis neste número consagrado à grandeza, à fôrça e à glória de Portugal.

Augusto Soares, Ministre des Affaires Étrangères

Dans ce numéro de «*Atlantida*» spécialement composé dans un but de propagande patriotique, et dans lequel on fixe quelques-uns des traits les plus caractéristiques de notre vie collective et quelques-unes des idées directrices les plus importantes de la conscience nationale, quelques mots du Ministre des Affaires Étrangères nous seraient bien nécessaires. D'après ces paroles, on pourrait certes définir la physionomie internationale du pays en cette heure de magnifique effort en faveur de notre empire colonial et de notre bonne renommée en Europe. On pourrait sans doute préciser un peu l'orientation future de nos destinées. On pourrait avec raison répondre un robuste sentiment d'optimisme dans l'esprit de tous les Portugais que notre avenir préoccupe et inquiète. Et, dans ces pages de «*Atlantida*» nous pourrions inscrire, après tant d'autres si consolatrices, une conclusion patriotique de plus.

Mais un Ministre des Affaires Étrangères qui a, comme M. Augusto Soares, la conscience rigoureuse et méticuleuse de la place qu'il occupe, ne peut ni ne doit toujours parler. C'est parce que nous comprenons cette vérité que l'«*Atlantida*» n'a pas tenté d'interroger le Docteur Augusto Soares qui, d'ailleurs, a déjà exposé plus d'une fois sa manière de voir sur notre politique internationale. L'«*Atlantida*» ne veut pas toutefois omettre de publier le portrait de l'éminent diplomate et de louer encore une fois son œuvre large et profonde, si singulièrement pénétrante et d'une portée si vaste, que nous lui devons, dès maintenant, le prestige dont jouit, dans toutes les chancelleries, le nom de Portugal. Calme,

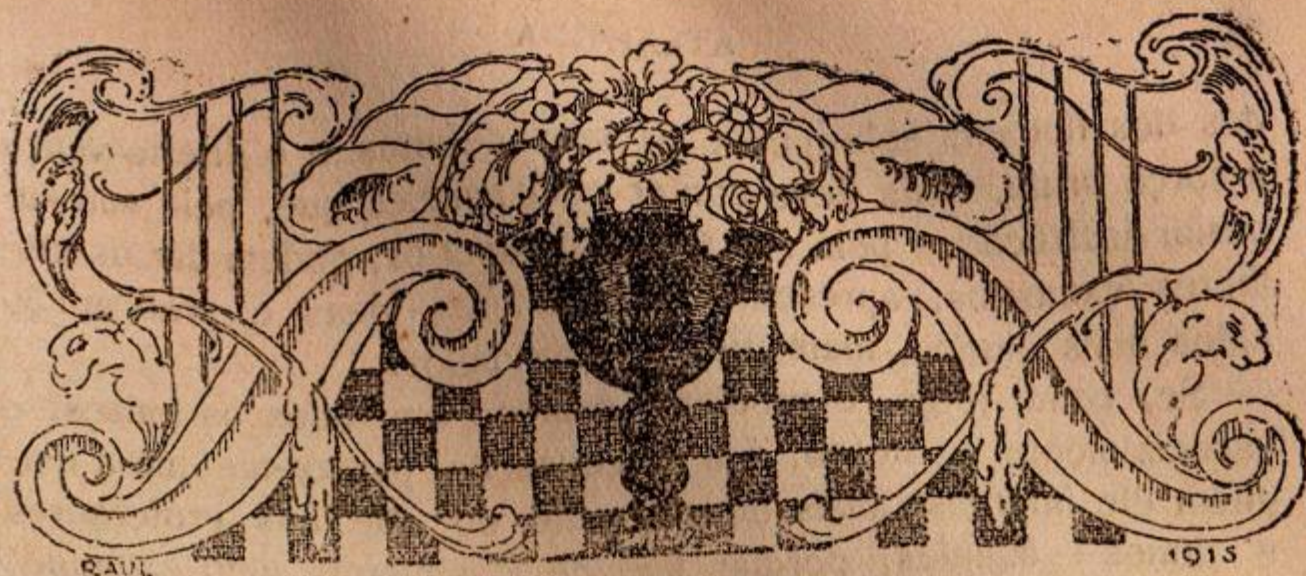
discret, sobre dans ses gestes et d'idées sereines, Auguste Soares est bien un Portugais de la même lignée que ces hommes d'État qui, parmi nous, ont su, aux époques de splendeur, faire respecter, craindre et aimer le petit peuple qu'ils gouvernaient. Silencieux, il aime sa Patrie avec un dévoûment éloquent. D'apparence froide, il possède l'exaltation d'esprit de ceux qui vivent pour une seule idée : grandir le pays.

C'est à lui que la République doit une grande partie des sympathies qui l'entourent aujourd'hui, sympathies dont il a été le suprême artisan ; c'est à lui aussi que nous devons tous de ne pas être mêlés à cette horrible guerre sans les garanties de sentiment et d'intérêt qui sont indispensables à notre bien-être et à la sûreté collective. C'est un des grands hommes politiques portugais ; c'est un de nos plus grands hommes d'État. Son portrait et son nom étaient indispensables dans ce numéro consacré à la grandeur à la force et à la gloire du Portugal.



Augustus Kraus

Ministro dos Negocios Estrangeiros



A Instrução Pública em Portugal

O Sr. Ministro de Instrução, a quem pedíramos algumas palavras para este número. deu-nos o seu discurso, brilhantíssimo, proferido na abertura da Universidade de Lisboa. É todo um programa de ensino patriótico. E, por isso, muito se honra a «*Allântida*» de poder publicá-lo aqui:

Regulando a solenidade da abertura dos trabalhos universitários determina a Constituição de 19 de Abril de 1911 que nela tome a palavra um representante do Ministro, em nome do Estado.



Esta disposição, que considero boa, não impede, e assim tem sido entendida nos anos anteriores, que os Ministros compareçam em pessoa à sessão solene de abertura e nela tomem a palavra.

Assim o venho fazer também, dando por esta forma cumprimento ao referido preceito legal e obedecendo ainda ao desejo, que tenho, de aproveitar esta oportunidade para dizer aquilo que, em nome do Estado, entendo dever dizer-vos, a vós, professores e alunos, que, nesta hora trágica da vida mundial e da vida do nosso país, tendes, todos, uma tão alta e nobre e grave missão a cumprir.

Se a Pátria deve contar com a dedicação de todos os seus filhos, assim como a humanidade deve confiar em que as virtu-

des dos homens sobrepujem os seus defeitos e o direito vença a fôrça bruta, mais deve contar com aqueles que, pela sua superior instrução e pela sua situação superior, podem dar os melhores exemplos, apresentar as melhores ideas e praticar os actos mais dignos, mais úteis e mais belos.

Se, como julgo, o problema máximo em todos os países, e especialmente no nosso, é o da educação, parece-me que a ninguém êle interessa mais directamente do que aos professores e alunos — àqueles, porque têm de a ministrar pelo exemplo, pelo hábito e pela palavra; a estes, porque têm de a receber, com obediência; resultante, não do temor, mas da convicção, e portanto com perfeita consciência.

Quero, pois, falar hoje a professores e alunos; e a professores e alunos não só desta Universidade de Lisboa, mas de todas as universidades, de todos os liceus, de todas as escolas e estabelecimentos de educação e ensino, aproveitando o belo ensejo que me fornece esta solenidade.

Quero falar ao país por intermédio da Universidade da sua capital, como para falar a uma grande multidão se sente a necessidade de subir a um ponto muito elevado.

Possa eu ter fôrça para me fazer ouvir, para convencer e para colhêr algum resultado das palavras que vou proferir, não com o intuito de dizer cousas novas e bonitas, mas de contribuir, como é de meu dever, para a prosperidade de nosso país.

* * *

Todos nós deploramos e continuamente ouvimos lastimar que Portugal sob o ponto de vista da instrução mais rudimentar, — ler, escrever e contar —, esteja ainda num lugar tão inferior, com uma percentagem de analfabetos, que, apesar de todos os contínuos esforços da República, ainda hoje é, infelizmente, bem grande.

Todavia, o mal, se é enorme, e é-o evidentemente, não é o maior e o mais grave.

Pior que a falta de instrução é a falta de educação, e esta pode dar-se, e dá-se, também nos indivíduos instruídos, sendo certo que é exactamente nesses que é mais perigosa e prejudicial.

É intuitivo que, entre dois indivíduos sem educação, o instruído está em melhores condições de praticar o mal e que, por

tanto, a instrução desacompanhada da educação não é desejável e não pode servir para, só por ela, se apreciar o grau de civilização e a bondade dum povo.

O nosso país é disto um exemplo; as classes instruídas são muitas vezes aquelas que têm menos exacta e mais desvirtuada a noção do dever, embaraçando por isso mais a acção do Estado, causando dificuldades e exercendo uma má influência sobre os iletrados.

E isto não deve admirar: a instrução é um simples meio de que a educação se serve para atingir o seu fim superior de realizar o desenvolvimento racional e simultâneo da natureza humana sob os seus três aspectos: físico, moral e intelectual.

A cada um destes aspectos correspondem meios diversos, e é evidente que a instrução propriamente dita se dirige apenas ao desenvolvimento intelectual do indivíduo, e este, desacompanhado do desenvolvimento físico, é, não só insuficiente, mas prejudicial, porque produz um desequilíbrio, que é maior ainda quando ao desenvolvimento intelectual não corresponde o desenvolvimento moral, isto é, a formação do carácter, a cultura dos sentimentos de honra, do dever e do altruísmo.

É infelizmente muito vulgar encontrarmos homens fortes, valentes, vigorosos, mas duma crassa estupidez e da maior ignorância, como se encontram pessoas muito ilustradas, sábios-egregios, com uma fraquíssima constituição física que lhes não permite trabalho excessivo ou vida longa, e como encontramos ainda pessoas muito inteligentes, talentos de primeira grandeza, profissionais muito distintos, que são os menos dignos, menos sérios, falhos de carácter e cheios de maus sentimentos.

Colocai ao lado de indivíduos como êsses um que tenha vigor físico, que tenha grande ilustração e que seja um perfeito homem de bem, e dizei-me qual é aquele que está melhor preparado para a vida e que mais serviços pode prestar ao seu país e à humanidade.

É esta a grande tarefa da educação: conseguir o equilíbrio da natureza física, moral e intelectual do homem, empregando para isso os meios que forem mais adequados, segundo as épocas, as circunstâncias, as tradições e as qualidades fundamentais dos respectivos povos.

Por isso se vê a importância do problema da educação dum povo e a sua grande dificuldade.

Não há nenhum outro problema social que seja mais geral e mais completo, porque não há nenhum outro que como êle dependa, para ser resolvido, de tantas condições de ordem individual e social — da compleição física e moral de indivíduo, do seu desenvolvimento, da sua raça, das suas tradições, do meio e da época em que vive, e outras muitas.

E é por isto que ao Estado êle interessa, como nenhum outro, e que para a sua solução devem ser exercidas com a maior fôrça e devidamente conjugadas a acção do indivíduo, da família e do Estado.

O indivíduo pode exercê-la, quer isoladamente num campo restrito, lendo, seguindo os bons exemplos, etc., quer colectivamente, constituindo sociedades e criando instituições destinadas principalmente ao desenvolvimento físico, intelectual e moral da humanidade.

A acção da família é, porventura, a mais competente e eficaz, embora incompleta, porque ainda hoje quasi só se aplica ao desenvolvimento moral, e ainda assim não abrangendo todos os seus aspectos, como o relativo à educação cívica.

Pelo que diz respeito à formação do carácter, ao culto dos bons sentimentos, especialmente o de amor à própria família, a acção desta sobrepuja sempre a acção individual e a do Estado, e pode e deve exercer-se ainda com grande proveito quanto ao amor, à profissão, que muito depende da sua boa escolha, à educação cívica e ao amor da Pátria.

Mas é nestes últimos aspectos, como em relação ao desenvolvimento intelectual, à instrução, que a actividade do Estado se deve exercer mais intensa e extensamente.

Penoso é consignar que até agora essa acção do Estado se tem limitado à instrução, desprando quasi por completo a educação moral.

É êste um dos maiores males, origem de muitos outros, de que temos vindo e continuamos sofrendo. Os poderes públicos, durante muito tempo e até há pouco não reconheciam a necessidade de curar do desenvolvimento moral do indivíduo, especialmente nos estabelecimentos de ensino secundário e superior: deixavam êsse encargo à família e à vontade dos professores; e bem poucos dêstes compreendiam que a sua missão abrange também a formação do carácter do aluno, fazendo dêle, não só um homem instruído, mas também um homem forte, com condi-

ções físicas bastantes para a luta pela vida, um bom camarada, um bom cidadão, um bom patriota, com hábitos de trabalho e disciplina, com amor à sua profissão, com interêsse e dedicação pela *causa pública*

Grave falta essa, ainda hoje em grande parte cometida, embora nestes últimos anos, e muito especialmente depois da implantação do novo regime, muito se tenha feito já, tanto sobre educação física, como sobre educação moral.

Mas o que há ainda a fazer, e urgentemente, é muito, muitíssimo, dependendo não só propriamente da ação dos poderes públicos, de decretos, portarias e ordens e até de condições materiais, mas também, e em grande parte, da acção do professorado.

Não lhe cumpre só instruir: cumpre-lhe também educar, aliás a sua obra ficará incompleta, imperfeita e será mesmo prejudicial.

Um bom médico, que seja dotado de um mau carácter, é pior que um mau médico.

Um bom advogado, que não conheça os melindres da sua nobre profissão, é pior que um mau advogado.

Um comerciante hábil e sabedor, mas com espírito ganancioso e cheio de má fé, deixa de ser um comerciante para se tornar o que hoje, por corrupção, em linguagem vulgar, se chama um traficante.

E se todos forem maus cidadãos, cuidando só dos seus interesses pessoais, com desprezo pelos seus semelhantes e pelos interesses públicos, se não forem patriotas, a sua acção será muito mais prejudicial do que a dos indivíduos analfabetos, ou pouco instruídos.

Um advogado deve ser *vir bonus, diceudí peritus*; um médico deve ter tanta ou mais consciência do que sciência.

Um comerciante deve ter boa fé, porque é nela que se baseia o crédito, que por sua vez é a base de toda a vida comercial.

Escolas que exportem advogados, médicos e comerciantes sem as qualidades morais indispensáveis para o exercício dessas profissões não cumprem a sua função, o seu dever, e antes prestam um mau serviço ao seu país, à sociedade.

É por tudo isto, — e os exemplos poderiam multiplicar-se —, que o problema da educação é o mais instante e grave, embora nem a sua solução, nem portanto os resultados desta, possam ser imediatos.

Há que trabalhar para o futuro ; mas há que trabalhar já e depressa, para se não perder mais tempo e para, se possível fôr, conquistar algum do tempo perdido.

Temos de nos preparar para a luta económica que depois da guerra se vai travar mais rude e violenta do que nunca o foi ; e essa preparação tem de fazer-se, muito principalmente, pela educação física, intelectual e moral do indivíduo, — pelo desenvolvimento integral e harmónico de todas as suas faculdades, para que possa produzir mais e melhor e para a sua mais perfeita adaptação às condições do meio e à acção, que tem de desempenhar, na vida social.

É hoje como que um axioma que a principal condição para vencer essa tremende luta é produzir muito, depressa e barato.

A superprodução, quando não seja, e não é, o único elemento para a resolução da questão social, como últimamente há quem sustente, é indiscutivelmente o elemento primordial, aquele que mais contribuirá para aumentar o bem-estar económico e a maior igualdade e justiça na distribuição da riqueza.

É o *mot d'ordre* que por toda a parte se ouve, tanto para vencer as dificuldades de hoje como para alcançar a vitória nas lutas de amanhã.

Produzir, aumentar, continuamente e por todas as formas, a criação e a circulação da riqueza, eis a tarefa máxima, que todos os povos se impõem actualmente e que nós temos de encetar sem demora e com confiança nas qualidades do nosso povo, nas condições naturais do nosso país, e na obra educativa a que todos nós, poderes públicos, instituições particulares, professores e alunos, devemos dedicar-nos com amor, com entusiasmo.

Há-de ser pela cultura física, necessária para criar homens fortes e aptos para o trabalho, pela formação do character e apuramento de qualidades morais necessárias para fazer bons cidadãos e bons profissionais, e por uma instrução bem orientada, num sentido prático, e com predominância do ensino técnico e profissional, que temos de nos preparar e adestrar para a luta.

Para produzir é necessário trabalhar : e para poder trabalhar a primeira condição é ter aptidão física.

Quanto maior ela fôr, tanto maior será a capacidade de trabalho.

Ora a aptidão física adquire-se e melhora-se pelo exercício, pela hygiene, pela gymnástica, cultivando os desportos e os jogos.

Sem higiene, individual como colectiva, isto é, nas escolas, nas oficinas, nas repartições, nas casas de habitação, o homem está sujeito a muitas doenças que lhe enfraquecem e depauperam o organismo, que o impossibilitam ou lhe diminuem a capacidade de trabalhar, quando lhe não produzem a morte.

A higiene individual consegue-se pela educação moral, pela propaganda e ainda também, mas em pequena escala, por meio de sanções penais.

É principalmente pela educação moral que se incutem no indivíduo, e deverá começar-se logo na criança, as ideas do asseio, de limpeza e de higiene preventiva, que depois pela sua contínua realização se transformam em hábitos; e essa educação compete quasi exclusivamente à familia e aos professores.

A acção do Estado deve depois exercer-se em maior escala na higiene dos estabelecimentos públicos e particulares e das casas de habitação.

Basta-nos agora referir-nos às escolas.

O Estado deve ter escolas higiénicas, com dimensão, luz e ar bastantes, com todas as condições que a sanidade escolar reclama, e estas exigências as deve êle fazer por sua vez às escolas particulares.

É sabido que já alguma cousa se tem feito últimamente neste sentido. Mas é sabido também que as condições financeiras do Estado e da maior parte dos corpos administrativos não têm permitido fazer mais.

No emtanto, o que é preciso é que todos se convençam de que é por aqui que se deve começar.

Se a escola fôr acanhada, escura e suja, nem atrai o aluno, e o que lhe possa dar em educação intelectual tira-lho em vigor físico. Se a escola fôr ampla, com ar e luz, assejada, o aluno sente-se bem nela e sente a necessidade de estar também assejado.

O próprio professor não é indiferente a essa influência.

Infelizmente os nossos serviços de higiene escolar deixam muitíssimo a desejar e quasi não existem nas escolas primárias, nas escolas industriais e comerciais e mesmo nas escolas superiores, onde se permite o trabalho em comum, respirando o mesmo ar deficiente e utilizando os mesmos instrumentos de trabalho, alunos com doenças repugnantes e contagiosas.

Urge remodelar e desenvolver estes serviços, como urge remodelar e desenvolver o ensino e exercício da gymnástica, que, em

boa verdade, só se faz, e ainda sem todas as condições materiais necessárias, nos liceus de Lisboa e Pôrto.

Mas, geralmente, êste ensino é ainda muito pouco considerado, não se reconhecendo a sua absoluta necessidade, chegando até muitos alunos dos liceus a julgá-lo uma maçada e a empregar todos os esforços para fugir a êle, no que, por vezes, são auxiliados pelas próprias famílias. Cumpre aos professores mostrar as vantagens e a necessidade da gymnástica e dos desportos e jogos para o desenvolvimento físico do aluno e a relação que existe entre êsse desenvolvimento físico e o desenvolvimento moral.

A gymnástica e essas outras formas de educação física devem começar logo na instrução primária, e para isso é preciso: — que o professor tenha aptidão física e tenha tido, na respectiva escola normal, o conhecimento e prática dos novos métodos de cultura física; é preciso que êsses exercícios sejam obrigatórios, ocupando parte do tempo destinado ao ensino em todas as escolas públicas e particulares, e que, junto delas e fazendo parte delas, ou, ao menos, nas respectivas localidades, pertencendo ao Estado, ou aos corpos administrativos e podendo ser utilizados pelo público, haja terrenos reservados e adequados para êsses exercícios; e, finalmente, torna-se mester a assistência médica, para que êles sejam feitos, não só segundo as normas devidas, mas tendo em atenção a compleição física de cada aluno por forma a evitar o excesso de fadiga e a tirar dêsses exercícios o maior proveito.

Dir-se há que é esta uma obra imensa a realizar: mas urge começá-la, ou, com mais verdade, urge continuá-la sem perda de tempo.

A obra realizada entre nós quanto a educação física, tanto nas escolas, como fora, já é importante, e basta lembrar as sociedades de escoteiros e de instrução militar preparatória; mas, como diz um escritor num livro recente, em relação à própria França, essa obra quasi se limita às principais cidades e ainda assim numa medida insufficiente.

Ora deve ter-se sempre bem presente e repetir-se, para que todos disto se convençam, que pela cultura física se desenvolvem as faculdades produtoras do homem e se contribui grandemente para a sua educação moral.

A gymnástica educativa, diz-nos um médico distinto num bem

elaborado relatório apresentado ao 1.º Congresso Nacional de Educação Física, assegura ao homem o vigor, a saúde, a resistência, a agilidade, que o torna em todas as circunstâncias senhor dos seus movimentos. Desperta assim o sentimento da disciplina e uma confiança em si próprio, que exalta a coragem, a energia, o sangue-frio, a audácia e a resolução. Retempera o carácter e prepara o homem para ser útil a si e à Patria, a defender-se e a defendê-la vitoriosamente. Torna-o apto para cumprir os seus deveres sociais e mais forte na luta pela vida.

Os jogos e desportos no campo, começados na escola e continuados depois, constituem um atractivo da vida rural, desviando os homens da taberna e do alcoolismo, inculcando-lhes hábitos de disciplina consciente, de higiene, de camaradagem e de sociabilidade.

* * *

Como a educação física, a educação moral deve começar na escola primária, quer pelo que diz respeito à formação do carácter, quer pelo que se refere à educação cívica.

O carácter é a síntese das qualidades morais e de acção, diz Georges Hersent; e continua: «é o vigor do carácter que faz os homens fortes; vontade, energia, iniciativa, ordem e sentimento do dever, aceitação das responsabilidades, continuidade no esforço e confiança, em si, tais são as qualidades que se torna mister desenvolver».

Ora é evidente que o despertar dessas qualidades, que afinal se resolvem todas na primeira delas — na vontade — deve fazer-se logo na infância na casa paterna, — casa de pais, escola de filhos —, e na escola, que o Presidente Wilson diz ser o lugar onde se formam os americanos; numa e noutra se deve e depois sempre ir aperfeiçoando essas qualidades, aproveitando para isso todos os meios e todas as oportunidades.

Pais e professores têm essa bela e melindrosa missão de formar o espírito e o carácter da criança, provocando todas as circunstâncias que sirvam para lhe excitar e orientar a vontade e para lhe inculcar persistência e confiança, procurando ao mesmo tempo afastar ou destruir qualquer influência nociva que possa prejudicar o exercício e desenvolvimento das suas faculdades de acção.

E não são professores à altura de tal missão os que não co-

nhecem a criança e a ciência que a estuda, os que não sabem psicologia e pedagogia, os que não têm a plena consciência dos seus deveres e um verdadeiro amor pela causa da educação e pelos progressos do seu país.

A formação do carácter não se faz só em aulas especiais, deve fazer-se em todas as aulas; deve começar-se na escola primária, mas deve continuar sempre em todas as escolas de todos os graus e ramos de ensino, todos os dias, a toda a hora e a propósito de tudo, para que a educação, que na fórmula modelar de Gustave Le Bon é «l'art de faire passer le conscient dans l'inconscient», possa fazer-se pela repetição contínua de actos, pelo hábito.

Ninguém mais do que os pais e os professores têm ensejo e obrigação de, pela palavra e pelo exemplo, cultivar as qualidades morais do indivíduo, inculcando-lhe o amor à verdade, à família, ao trabalho e à profissão, despertando-lhe o espírito de iniciativa, dando-lhe energia e coragem moral, conseguindo o equilíbrio dos sentimentos de independência e de disciplina, levando-o ao domínio sobre si mesmo, fazendo-lhe conhecer o bem e fazendo dê-lo um altruísta, um amigo do seu semelhante e inculcando-lhe os sentimentos de personalidade, de brio e dignidade e o culto do dever e da honra.

A própria educação cívica, sem a qual não há perfeita educação moral, não deve ser limitada às lições da respectiva cadeira.

Contínuamente se deparam ensejos para ensinamentos cívicos, fazendo conhecer e apreciar os caracteres do povo, as tradições nacionais e a organização política e administrativa do Estado, fazendo amar a liberdade e a democracia, e levando à maior intensidade o amor da Pátria.

O que é preciso é aproveitá-los, e para isso o professor não pode limitar-se a recitar uma lição e a fazer um interrogatório; deve estreitar e tornar afectuosas as suas relações com os alunos e deve pô-los em contacto directo com a vida real preparando-os, para ela e fazendo mesmo da escola, pelos trabalhos manuais e práticos, ao mesmo tempo uma oficina, um atelier, um escritório, um campo de actividade útil.

Os trabalhos manuais são um excelente meio de educação, sendo para deplorar que, instituídos na nossa legislação para a instrução primária em 1911, e para a instrução secundária em 1914, tanta numa como noutra estejam longe de ter ainda a exe-

cução, já não dizemos o desenvolvimento, que é mester dar-se-lhes.

Mas, por outro lado, já os vemos também em outros estabelecimentos de educação e ensino, como sejam a Escola-Oficina n.º 1, que foi a que primeiro os iniciou entre nós, a Tutoria da Infância, o Instituto dos Pupilos do Exército, o Instituto Feminino de Educação e Trabalho, etc.; e isto mostra como no nosso país se tem caminhado de alguns anos para cá e se vai fazendo uma evolução, cujos benéficos resultados se deverão sentir dentro em pouco.

Em todas as escolas de ensino primário e secundário, mesmo nas que ainda não dependem do Ministério de Instrução Pública, por estarem juntas a estabelecimentos de assistência ou doutra natureza, mas que deverão dêle depender sob o ponto de vista pedagógico, os trabalhos manuais assim como o canto coral devem ser obrigatórios, e por êles o professor, ao mesmo tempo que procurará descobrir as tendências do aluno para determinada profissão, incitá-lo depois para ela e orientá-lo, mostrará, não só a vantagem dêsses trabalhos, mas ainda que êles são tão honrosos e dignos de consideração como os trabalhos intellectuais.

Ainda hoje se nota em algumas camadas da sociedade desprezo pelo trabalho manual, o que dêles afasta muitas vezes criaturas que bem melhor fariam dedicando-se logo a uma profissão harmónica com as suas faculdades e propensões do que tirando a custo um curso superior, que depois na vida só lhe serve de embaraço.

Um outro meio de educação moral e cívica de proficuos resultados e muito interessante é o dos quadros artísticos, em que, despertando já no aluno o sentimento estético, ou se lhe atrai a curiosidade para factos históricos, para os costumes do povo, etc., ou se lhe lembram as qualidades morais que deve possuir: o asseio, a ordem, a disciplina, o sentimento do dever e da honra, o amor à arvore e aos animais, a coragem, o culto da bandeira, o amor filial, a dedicação pela Pátria, etc.

Duma maneira geral, uma conveniente decoração escolar, com êsses quadros, como também com mapas geográficos, retratos de homens notáveis, monumentos, paisagens, e até mesmo com gráficos estatísticos facilmente explicáveis e compreensíveis, contribui também enormemente para a educação moral da juventude.

E não quero deixar de notar que a acção do Estado e a ini-

ciativa individual se têm feito sentir muito recentemente a êste respeito. O Parlamento inscreveu no orçamento do Ministério de Instrução Pública para o ano corrente uma verba especialmente destinada a decorações escolares, e no mercado apareceram uns quadros históricos e outros de feição moral, feitos por artistas portugueses, que bem correspondem já ao fim educativo que têm em vista.

E, na hora actual, parece-me que seria de aproveitar a idea, já lançada num livro de educação, para que por meio dêsses quadros se procure fazer sentir as necessidades da maior produção agrícola e industrial, da maior expansão do comércio, do aumento da marinha mercante e de todos os meios de comunicação, e, especialmente para nós, do progresso das nossas colónias.

«Ce serait un moyen entre plusieurs, diz-se nesse livro, de faire comprendre à l'enfant qu'il doit à son pays, et qu'il lui doit non seulement le sacrifice de sa vie ce qu'il fait aujourd'hui si généreusement et si naturellement, mais que, même en temps de paix, il n'aura pas le droit d'être un inutile, et qu'il lui incombe, pour sa part, de contribuer à la grandeur du pays par son intelligence et son travail».

Se há cousa que entre nós se deva prègar é o amor ao trabalho e esta obrigação, que todos os cidadãos têm, de serem úteis ao seu país, empregando produtivamente a sua actividade e intensificando-a tanto quanto lho permitam as suas faculdades.

Quem assim não proceder, na sua escola, na repartição pública, na oficina, no estabelecimento comercial, no campo, em toda a parte, não é um bom cidadão, não é um amigo de si próprio, da sua família, da sua Pátria.

Assim o devem fazer sentir todos os professores, nas suas aulas, nos seus livros, nos seus discursos, porque, como diz ainda aquele mesmo livro:

«Tout, et les livres de prix, et les discours officiels, et les recueils de lectures, et les leçons d'histoire contemporaine, doit concourir à rendre toujours présentes à la mémoire des enfants et pour ainsi dire constamment placées sous leurs yeux, les idées de patrie et de famille, mais accompagnées de cet acte de volonté que patrie et famille soient toujours plus grandes, plus florissantes, plus respectées.

Chegados propriamente ao problema de educação intelectual, da instrução, eu tenho de limitar ao essencial o muito que teria a dizer.

Vejo-me forçado a salientar os pontos de vista fundamentais de que julgo depender, não só o progresso puramente científico, mas também o progresso económico, agrícola, industrial e comercial do nosso país, como de todos os países civilizados.

Recordemos o fim supremo que, hoje mais do que nunca, se impõe aos Estados: aumentar a sua produção. Para o conseguir há que desenvolver as faculdades produtoras de cada indivíduo. Compete essa tarefa também à instrução, mas para que a possa cumprir tem de ser orientada e ministrada nesse sentido — de ter em atenção a actividade profissional e produtora do homem, fornecendo-lhe os meios indispensáveis para que ela possa ser exercida o mais depressa possível, com a maior intensidade e com o menor dispêndio de energia.

Ao sair da escola, de qualquer grau que ela seja, o aluno deve estar apto a entrar imediatamente na vida, exercendo um mester, uma profissão, produzindo trabalho útil.

A escola deve ser escola da vida.

Não é depois de ter saído dela com um diploma que o aluno se há-de ver obrigado a vir para a chamada vida prática fazer a sua aprendizagem e conhecer aquilo com que de há muito deveria estar familiarizado. Não deve sair da escola para a vida como quem é atirado para o mar sem saber nadar, aliás, quando não vá logo e de vez para o fundo, tem de sofrer muito, de empregar sobre-humanos esforços e de ficar devendo a sua salvação a quem quer que seja.

Na própria escola primária, o aluno deve logo travar conhecimento com todos os objectos mais usuais e necessários à vida, tendo em atenção as especialidades de cada região, não só lendo trechos das selectas sobre êles e vendo-os em estampas, mas tendo-os ao alcance da sua mão, podendo tocar-lhes, ver como e de que são feitos, para que servem; e, ao mesmo tempo que vai adquirindo ideas sobre êsses objectos e sobre certos actos, como a medição, a pesagem, etc., deve ir empregando a sua actividade nesses mesmos actos, no desenho, em trabalhos manuais, de barro, plasticina e madeira, e em trabalhos agrícolas.

Quere dizer, logo no 1.º grau o ensino deve começar a ser prático e técnico.

Principalmente no campo, a escola deve ter adjunto um terreno onde os alunos possam receber lições práticas de agricul-

tura e jardinagem e possam já ir com as suas próprias mãos semeando, plantando árvores, tratando das plantas.

Escusado é acentuar como a criança assim se possui de interesse e de gosto pela escola e pela terra, e como vai adquirindo hábitos de trabalho.

Da escola primária a criança deve sair para as escolas agrícolas, industriais e comerciais, sem que sinta uma solução de continuidade.

E mesmo depois no ensino secundário geral, digamos, no ensino liceal, o mesmo deve acontecer quando o aluno queira seguir para as escolas superiores técnicas, industriais, comerciais ou agrícolas.

Quere dizer: o ensino liceal deve ser também tanto quanto possível prático, dando-se a maior importância ao desenho, aos exercícios orais e escritos e aos trabalhos manuais.

Êsse ensino não serve só de degrau para o ensino superior; logo no fim da 1.^a ou da 2.^a secção do curso geral, ou no fim do curso complementar, o aluno pode vir para a vida prática, e deve poder transitar para as escolas técnicas e profissionais. A sua habilitação deve ser de molde a poder tomar, sem grande dificuldade, qualquer dêesses caminhos, tendo-se sempre em consideração que o ensino liceal não deve invadir a área do ensino superior e que mais vale saber menos cousas, mas bem, do que muitas e mal.

Do ensino secundário, geral ou técnico, o aluno deve sair com uma preparação bastante para os cursos superiores, e essa deve obtê-la com o conhecimento profundo das cousas mais gerais e fundamentais de cada disciplina, e não tanto com o conhecimento ligeiro e superficial de especialidades e de detalhes.

Essas especialidades devem mesmo constituir cursos especiais no ensino técnico, ou ser estudadas no desenvolvimento dessas disciplinas nos cursos superiores respectivos.

E nestes, nas nossas Faculdades, também o ensino tem evoluído e tende cada vez mais a evolucionar no sentido de se tornar mais prático, sem que deixe de se fazer ciência pura e abstracta e de se formarem sábios e pensadores só consagrados a estudos especulativos.

Tudo tem o seu lugar, conquanto, na luta árdua pela vida, que hoje se trava, seja menor o destinado a essa cultura puramente académica.

As escolas superiores não têm só por missão fazer académicos e sábios; ao contrário, a sua população, na quási totalidade, quer conseguir os conhecimentos necessários para vir seguir uma carreira na vida, e quer, portanto, sair delas estando e sentindo-se logo em condições de entrar na vida prática, sem necessidade de vir depois fazer cá fora, já numa idade pouco própria para isso, a sua aprendizagem.

O aluno deve sair da escola por forma a poder entregar-se imediatamente à profissão com destino à qual estudou.

Conquanto de 1911 para cá as nossas Faculdades não possam ser objecto da acusação, que tantos escritores e, principalmente, Gustave Le Bon, têm feito, às Faculdades francesas, de ministrarem um ensino puramente teórico e abstracto, a verdade é que ainda temos que nos queixar de todos os anos saírem para a vida dúzias de *doutores*, de intelectuais, que não conseguem logo colocação, e que andam durante anos numa pseudo-aprendizagem, ou se lançam na política, no jornalismo, ou na prática de negócios, não fazendo, em todo o caso, parte da multidão dos que trabalham e produzem.

A guerra veio aproveitar todos êsses letrados, mas veio mostrar também que urge dispor as cousas por forma que, finda ela, os de maior ilustração devem ser aqueles que mais e melhor produzam, não se estiolando, durante anos, depois de terem completado os seus estudos superiores.

Isto só se consegue dando uma feição mais prática e mais utilitária ao ensino, aumentando os exercícios orais e escritos, as visitas a instituições sociais e estabelecimentos públicos e particulares e as viagens de estudo, reduzindo o número de exames e estabelecendo as relações entre as diversas Faculdades e escolas, quer de instrução geral, quer técnica, para o estudo de assuntos e resolução de problemas que a umas e outras interessem.

Entre a Faculdade de Ciências e o Instituto Superior Técnico, ou o Instituto Superior de Agronomia, entre a Faculdade de Direito e o Instituto Superior de Comércio, bem poderão estabelecer-se essas relações, com vantagem para o ensino.

Das escolas têm de sair operários, mestres, engenheiros, advogados, médicos, comerciantes, agrónomos, já verdadeiramente preparados para a vida e não apenas aprendizes e candidatos ao exercício das suas profissões e, o que é pior, a empregos públicos. . .

Às escolas, em todos os graus e ramos de ensino, está confiado o futuro do país, porque se tem reconhecido que o extraordinário desenvolvimento económico dos últimos anos tem sido devido aos progressos científicos aplicados à produção das utilidades, à agricultura, às indústrias e ao comércio.

Reconheceu-se, diz Lyzis, que a ciência é a alavanca da transformação dos povos. A química, a física, a mecânica constituem fontes de progresso inesgotáveis e maravilhosas; a economia política, aproveitando os elementos que essas sciencias lhes fornecem, e lançando mão da técnica jurídica, apresenta-nos hoje as mais interessantes e sedutoras combinações e as mais complexas soluções de importantíssimos problemas económicos.

Não há capítulo de ciência que não contribua para desenvolver e intensificar a produção, aumentando a riqueza e o bem-estar da humanidade.

Ora como a ciência se faz e aplica nas escolas e pelas escolas tem de ser derramada, é intuitivo que a elas cumpre fornecer os elementos necessários para essa obra de progresso e de civilização.

E será pelo ensino prático e técnico e pela extensão universitária que o farão, como nos Estados Unidos, na Alemanha, e noutros países têm feito, e até mesmo já no nosso país, embora ainda em pequena escala.

Mas surge agora a mais instante necessidade de que essa tarefa seja levada ao máximo para que possamos vencer as terríveis dificuldades do momento e competir, com as outras nações, no prélio monstro que em pleno terreno económico se vai travar depois da guerra.

Para êle se preparam todas as nações, mobilizando todas as suas forças e empregando tanto maiores esforços quanto é certo que a guerra veio desorganizar serviços de instrução, como de fomento e muitos outros, com o aliás legítimo fundamento de que acima de tudo estão os supremos interesses da guerra, ou, segundo a fórmula de Lloyd George, todas as considerações devem desaparecer perante a necessidade de vencer.

Mas isto, que nem todos compreendem ou querem compreender, não nos deve desalentar, e antes nos obriga a duplicar o nosso esforço e a procurar torná-lo mais produtivo.

Não se pode perder um átomo de força nem um minuto de tempo.

E por isso todos — homens, mulheres e crianças — devemos dedicar-nos ao trabalho, cumprindo aos poderes públicos e às escolas orientá-lo, dirigi-lo e, pela observância das normas científicas, tirar d'ele o maior rendimento possível.

Isto se conseguirá cultivando a educação física, cuidando com carinho e amor da educação moral, formando caracteres, bons cidadãos e bons patriotas, tornando mais prático o ensino em todos os seus ramos e graus, reformando e desenvolvendo o nosso ensino técnico, agrícola, industrial e comercial e, fazendo por todas as formas, pela conferência, pela imprensa periódica e pelo livro, uma verdadeira extensão universitária.

O grito de guerra, canhões! munições! deve ser acompanhado d'êste outro: escolas, oficinas, mercadorias. Porque não bastará vencer na guerra: no terreno económico temos que vencer as dificuldades de hoje e de fazer uma obra de tão grande intensidade criadora de riqueza que, anos atrás, não seria julgada possível e que, de facto, pela grande concentração de esforços que reclama, pela sua vastidão e importância, só será exequível se todos a ela nos dedicarmos, com vigor, com entusiasmo, fraternalmente, de mãos dadas, todos comungando no mesmo ardente desejo de servir a Pátria e possuídos da confiança, que devemos ter, nas qualidades de trabalho e nas virtudes cívicas do nosso povo.

Os portugueses são hoje os mesmos que eram dantes, como o têm demonstrado agora na improvisação de um exército e no campo da batalha.

Tendo facilidades de adaptação e de aprendizagem, sobriedade, *élan* e espírito de disciplina, valentia, arrôjo e heroicidade, os nossos soldados mantêm as nobilíssimas tradições do exército português, sendo bem dignos de acompanhar os combatentes do Marne, do Somme, de Verdun e Ypres e de, com êles, cooperar na defesa da liberdade, da democracia e dos direitos das nações pequenas, na grande obra de libertação e de progresso que há três anos se vem fazendo nos campos de batalha.

Eles marcam bem o lugar do nosso Portugal, e afirmam bem o valor d'êste pequeno mas glorioso país e o seu intenso e ardente desejo, não só de viver livre e próspero, como também de conservar íntegro o seu enorme e valioso património colonial.

Pois ao seu esforço, à sua dedicação, ao seu sacrifício tem de corresponder a nossa acção firme, decidida e intensa, elevando

o nosso espírito e o nosso coração à altura máxima em que pairam os sagrados interesses da Pátria.

Temos de completar a sua acção no terreno militar com a nossa acção no terreno económico, onde, como diz Lysis, se joga hoje a vida dos povos, não menos perigosamente que no choque sangrento dos exércitos.

Tenhamos nessa luta o mesmo espírito de improvisação e organização, a mesma coragem e energia, o mesmo entusiasmo que os nossos irmãos têm tido no campo da batalha, e tenhamos, como êles têm também, a mesma fé, a mesma plena confiança na vitória.

L'Instruction Publique en Portugal

Monsieur le Ministre de l'Instruction, à qui nous avons demandé quelques mots pour le présent numéro de notre Revue, a bien voulu nous donner le discours qu'il a prononcé à la séance d'ouverture de l'Université de Lisbonne. Ce discours renferme tout un programme d'enseignement patriotique. Aussi, l'*Allântida* tient-elle à grand honneur de pouvoir le publier ici :

MESDAMES, MESSIEURS :

La constitution du 19 Avril 1911, qui règle la solennité de l'ouverture des travaux universitaires, détermine qu'un représentant du Ministre y prenne la parole au nom de l'État.

Cette disposition, que je trouve bonne, n'empêche pas (et c'est ainsi que cela a été compris les années précédentes) que les Ministres ne comparaissent en personne à cette solennité et n'y prennent également la parole.

Aussi suis-je venu moi-même pour obéir au précepte légal, en même temps que pour satisfaire mon vif désir de profiter de cette occasion pour vous dire ce qu'au nom de l'État, je crois devoir vous dire, à vous professeurs, à vous élèves, qui tous, à cette heure tragique de la vie mondiale et de la vie de notre pays, avez à remplir une mission si haute, si noble et si grave.

Si la Patrie a le droit de compter sur le dévoûment de tous ses enfants, de même que l'humanité a le droit de croire que les vertus des hommes l'emportent sur leurs défauts, et le droit sur la force brutale, à plus forte a-t-elle le droit de compter sur ceux qui, par leur instruction et leur situation supérieures, sont à même de donner les meilleurs exemples, de présenter les meilleures idées et de pratiquer les actions les plus dignes, les plus utiles et les plus belles.

Si, comme je le crois, le problème primordial dans tous les pays, et spécialement dans le nôtre, est celui de l'éducation, il me semble qu'il n'y a personne pour qui ce problème soit d'un intérêt plus palpitant que les professeurs et les élèves — les premiers, parce que c'est à eux de donner l'éducation par l'exemple, l'habitude et la parole; les seconds, parce qu'ils, doivent la recevoir avec une obéissance inspirée non par la crainte, mais par la conviction, et, par conséquent, avec une parfaite conscience.

Je veux donc aujourd'hui, profitant de la belle occasion que m'offre cette solennité, parler aux professeurs et aux élèves; non pas seulement aux professeurs et aux élèves de cette Université, mais à ceux de toutes les Universités du pays, à ceux de tous les lycées, de toutes les écoles, de tous les établissements d'éducation et d'enseignement.

Je veux parler à la nation toute entière, par l'intermédiaire de l'Université de sa capitale, de même que pour parler à une grande foule il faut se placer à un point très élevé.

Puissé-je avoir assez de force pour me faire entendre, pour convaincre et tirer quelques résultats des paroles que je vais prononcer, non dans l'intention de dire des choses nouvelles et jolies, mais afin de contribuer, come il est de mon devoir, à la prospérité de notre patrie.

* * *

Nous déplorons tous, et nous entendons constamment regretter que le Portugal, au point de vue de l'instruction la plus rudimentaire — lire, écrire, compter — occupe encore une place si inférieure, et que, malgré les efforts incessants de la République, la proportion des illettrés soit encore aujourd'hui si considérable.

Et cependant ce mal, tout énorme qu'il est, n'est ni le plus grand ni le plus grave.

Quelque mauvais que soit le manque d'instruction, le manque d'éducation est encore pire, et ce mal peut exister, et il existe, aussi chez les individus instruits, et c'est exactement chez ceux-là qu'il est le plus nuisible et le plus dangereux.

Il est évident qu'entre deux personnes sans éducation, celle qui est instruite se trouve dans de meilleures conditions pour faire le mal, et que par conséquent l'instruction qui n'est pas accompagnée de l'éducation n'est pas désirable, et qu'elle ne

peut servir, rien que par elle-même, à apprécier le degré de civilisation et la bonté d'un peuple.

Notre pays en est un exemple ; les classes instruites sont bien souvent celles qui, par la notion la moins exacte et la plus faussée qu'ils ont du devoir, embarrassent par cela même l'action de l'État, créent des difficultés et exercent une influence pernicieuse sur les illettrés.

Et cela n'a rien d'étonnant : l'instruction est un simple moyen dont l'éducation se sert pour atteindre son but suprême : la réalisation du développement rationnel et simultané de la nature humaine sous ses trois aspects : physique, moral et intellectuel.

À chacun de ces aspects correspondent des moyens divers, et il est évident que l'instruction proprement dite ne s'adresse qu'au développement intellectuel de l'individu, qui s'il n'est pas accompagné du développement physique, est non seulement insuffisant mais encore nuisible, parce qu'il produit un déséquilibre qui devient plus grand encore lorsqu'au développement intellectuel ne correspond pas le développement moral, c'est-à-dire, la formation du caractère, la culture des sentiments de l'honneur, du devoir et de l'altruisme.

Il n'est malheureusement que trop fréquent de trouver des hommes forts, courageux, vigoureux, mais d'une stupidité révoltante et d'une ignorance crasse, comme l'on trouve des hommes fort instruits, savants, éminents, mais doués d'une constitution physique extrêmement faible, incapables d'un travail excessif, et voués à une mort précoce ; ou bien encore comme nous trouvons des personnes profondément intelligentes, des talents de premier ordre, des professionnels distingués, mais qui n'ont ni dignité, ni moralité, ni caractère, ni sentiments.

Placez à côté de ces individus un homme physiquement vigoureux, doué d'une instruction solide, et qui soit en même temps un honnête homme, et dites-moi lequel des deux est le mieux préparé pour la lutte de la vie, lequel des deux pourra rendre le plus de services à son pays et à l'humanité.

Telle est la grande tâche de l'éducation : obtenir l'équilibre dans la nature physique, morale et intellectuelle de l'homme, en employant, pour y parvenir, les moyens les plus appropriés, selon les époques, les circonstances, les traditions et les qualités fondamentales des peuples respectifs.

On voit par là de quelle importance est le problème de l'éducation d'un peuple, et combien la résolution en est difficile.

Aucun autre problème social n'est plus général ni plus complexe, parce qu'aucun autre ne dépend, comme celui-ci, pour être résolu, de tant de conditions d'ordre individuel et social — complexion physique et morale de l'individu, son développement, sa race, ses traditions, son milieu et l'époque où il vit, et tant d'autres encore.

Et c'est pour cela que plus que tout autre il intéresse l'État, et qu'il faut apporter à sa solution l'action énergique et ininterrompue de l'individu, de la famille et de l'État.

L'individu peut exercer cette action soit isolément, dans un champ restreint, en lisant, en suivant les bons exemples, etc., soit collectivement, en constituant des institutions destinées principalement au développement physique, intellectuel et moral de l'humanité.

L'action de la famille est peut-être la plus appropriée et la plus efficace, bien qu'elle soit incomplète, attendu qu'elle ne s'applique guère qu'au développement moral, dont elle n'embrasse cependant pas tous les aspects, comme l'éducation civique, par exemple.

Pour ce qui touche à la formation du caractère, au culte des bons sentiments et surtout à l'amour de la famille elle-même, son action l'emporte toujours sur celle de l'individu et de l'État, et elle peut et doit s'exercer encore, avec grand avantage, sur l'amour de la profession, qui dépend surtout d'un bon choix, sur l'éducation civique et sur l'amour de la patrie.

Mais c'est sur ces trois derniers objets, de même que sur le développement intellectuel, sur l'instruction, que l'État doit exercer son activité de la manière la plus intense et la plus étendue.

Il est pénible de constater que, jusqu'à présent, cette action de l'État s'est bornée à l'instruction, laissant presque complètement de côté l'éducation morale.

C'est là l'un des plus grands maux, cause de bien d'autres, dont nous ayons souffert et dont nous continuons à souffrir. Pendant longtemps, et il y a peu encore, les pouvoirs publics ne reconnaissaient pas la nécessité de s'occuper du développement moral de l'individu, spécialement dans les établissements d'enseignement secondaire et supérieur; ils laissaient ce soin à la charge de la famille et au gré des professeurs, et bien peu d'entre eux com-

prenaient que leur mission embrassait aussi la formation du caractère de l'élève; que c'était à eux d'en faire non seulement un homme fort, réunissant les conditions physiques nécessaires à la lutte pour la vie, mais aussi un bon camarade, un bon citoyen, un bon patriote, dressé au travail et à la discipline, aimant sa profession, intéressé et dévoué à la *cause publique*.

C'est une grave faute que nous commettons encore aujourd'hui en grande partie, bien que dans ces dernières années, et surtout depuis l'implantation du nouveau régime, on ait beaucoup fait, aussi bien en faveur de l'éducation physique que de l'éducation morale.

Mais ce qu'il reste encore à faire, et avec urgence, est énorme, immense; et dépend, à bien dire, non seulement de l'action des pouvoirs publics, decrets, ordonnances et même conditions matérielles, mais aussi et en grande partie de l'action du professorat.

Son rôle n'est pas seulement d'instruire; c'est encore à lui de donner l'éducation, sans quoi son œuvre sera incomplète, imparfaite et même nuisible.

Un bon médecin, s'il a un mauvais caractère, est pire qu'un mauvais médecin.

Un bon avocat, qui ne connaît pas toutes les délicatesses de sa noble profession, est pire qu'un mauvais avocat.

Un négociant habile et instruit, mais qui se laisse dominer par l'esprit du lucre et la mauvaise foi, cesse d'être un négociant pour devenir ce qu'aujourd'hui, en langage vulgaire, on appelle, par corruption, un traficant.

Et s'ils sont tous de mauvais citoyens, de mauvais patriotes, ne s'occupant que de leurs intérêts personnels, au mépris des intérêts publics et de ceux de leurs semblables, leur action sera beaucoup plus nuisible que celle des individus illettrés ou peu instruits.

Un avocat doit être *vir bonus, dicendi peritus*; un médecin doit avoir autant, ou plus de conscience que de science.

Un négociant doit avoir de la bonne foi, parce que c'est sur elle que se fonde le crédit qui, à son tour, est la base de la vie commerciale.

Les écoles qui exportent des avocats, des médecins et des commerçants ne possédant pas les qualités morales indispensables à l'exercice de leur profession, ne remplissent pas leur fon-

ction, manquent à leur devoir et rendent un mauvais service à leur pays, à la société.

C'est pour tout cela — et les exemples pourraient être multipliés — que le problème de l'éducation est le plus pressant, le plus grave, bien que sa solution, et par conséquent les résultats qui en découleront, ne puissent être immédiats.

Il faut travailler pour l'avenir ; mais il faut travailler tout de suite, et vite, pour ne pas perdre plus de temps, et, s'il est possible, rattraper un peu du temps perdu.

Nous devons nous préparer pour la lutte économique qui, après la guerre, va s'engager plus rude, plus violente qu'elle ne l'a jamais été ; et cette préparation doit se faire, avant tout et principalement, par l'éducation physique, intellectuelle et morale de l'individu — par le développement intégral et harmonique de toutes ses facultés, afin qu'il produise plus et mieux, afin d'arriver à une adaptation plus parfaite aux conditions de son milieu et à la fonction qu'il devra remplir dans la vie sociale.

On considère aujourd'hui comme un axiome que la principale condition pour remporter la victoire dans cette effroyable lutte, c'est de produire beaucoup, vite et à bon marché.

La superproduction qui, malgré l'opinion contraire soutenue dernièrement par quelques-uns, n'est pas le seul élément de la résolution de la question sociale, en est indiscutablement l'élément primordial, celui qui contribuera le plus à augmenter le bien-être économique et à rendre plus juste, plus équitable, la distribution de la richesse.

C'est le mot d'ordre que l'on entend partout, aussi bien pour surmonter les difficultés d'aujourd'hui que pour remporter la victoire dans les luttes de demain.

Produire, augmenter sans cesse et par tous les moyens la création et la circulation de la richesse, telle est la tâche suprême qui s'impose actuellement à tous les peuples, et à laquelle nous devons nous mettre sans retard, confiant dans les qualités de notre race, dans les conditions naturelles de notre pays, et dans l'œuvre éducative à laquelle, nous tous, pouvoirs publics, institutions particulières, professeurs et élèves, nous devons nous dévouer avec amour, avec enthousiasme.

Et c'est par la culture physique, nécessaire pour créer des hommes forts et aptes au travail, par la formation du caractère et l'épurement des qualités morales nécessaires pour faire de bons

citoyens et des bons professionnels, par une instruction pratique bien orientée, et où domine l'enseignement technique et professionnel, qu'il nous faut nous préparer et nous exercer pour la lutte.

Pour produire il faut travailler, et sans l'aptitude physique point de travail possible.

Plus elle sera grande, plus grande sera la capacité de travail.

Or l'aptitude physique s'acquiert et s'améliore par l'exercice, par l'hygiène, par la gymnastique, par la culture des sports et des jeux.

S'il n'y a pas d'hygiène, individuelle ou collective, c'est-à-dire à la maison, ou dans les écoles, les ateliers, les bureaux, l'homme est sujet à de nombreuses maladies qui affaiblissent et appauvrissent son organisme, qui diminuent ou annulent sa capacité de travail, quand elles n'amènent pas la mort.

L'hygiène individuelle s'obtient par l'éducation morale, par la propagande et aussi, mais sur une plus petite échelle, par la sanction pénale.

C'est surtout par l'éducation morale que l'on inculque chez l'individu — il faut commencer de bonne heure chez l'enfant — les idées de propreté et d'hygiène préventive, qui par leur application sans cesse répétée, se transforment bien en habitude ; et cette éducation appartient presque exclusivement à la famille et aux professeurs. Plus tard, l'action de l'État s'exercera plus largement sur les établissements publics et particuliers et sur les maisons d'habitation.

Qu'il nous suffise pour le moment de nous occuper des écoles.

Les écoles de l'État doivent être spacieuses, largement éclairées et aérées, et posséder toutes les conditions qu'exige la salubrité scolaire ; et ces conditions, il doit à son tour les imposer aux écoles particulières.

On sait que quelque chose [d'utile a été fait dernièrement dans ce sens. Mais on sait aussi que les conditions financières de l'État et de la plupart des corps administratifs n'ont pas permis de faire davantage.

Et cependant il faut bien se convaincre que c'est par là que l'on doit commencer.

Si l'école est trop petite, elle n'attire pas l'élève, et ce qu'elle peut lui donner en éducation intellectuelle, elle le lui enlève en vigueur physique. Si l'école est ample, propre, si la lumière et

l'air y circulent abondamment, l'élève s'y sent bien et il éprouve aussi le besoin d'être propre.

Le professeur lui-même n'échappe pas à cette influence.

Malheureusement nos services d'hygiène scolaire laissent énormément à désirer, et ils n'existent pour ainsi dire pas dans les écoles primaires, dans les écoles industrielles et commerciales, et même dans les écoles supérieures, où les élèves travaillent en commun, respirent le même air insuffisant, et où ils se servent des mêmes instruments que les élèves atteints de maladies répugnantes et contagieuses.

Il est de toute urgence de remodeler et de développer ces services, de même qu'il est urgent de remodeler et de développer l'enseignement de la gymnastique, qui, à vrai dire, ne se fait que dans les lycées de Lisbonne et de Porto, et, encore, sans réunir toutes les conditions matérielles nécessaires.

Mais en général cet enseignement est peu considéré; on n'en reconnaît pas l'absolue nécessité, et même un grand nombre des élèves des lycées en viennent à le regarder comme une corvée à laquelle ils s'efforcent d'échapper par tous les moyens, en quoi ils sont parfois aidés par leurs propres familles. Il appartient aux professeurs de montrer les avantages et la nécessité de la gymnastique, ainsi que des sports et des jeux pour le développement physique de l'élève, et la relation qui existe entre ce développement physique et le développement moral.

La gymnastique et les autres formes d'éducation physique doivent commencer avec l'instruction primaire, et pour cela il est indispensable: — que le professeur ait l'aptitude suffisante, qu'il ait reçu, à l'école normale, la connaissance des nouvelles méthodes de culture physique, et qu'il les ait pratiquées; il faut que ces exercices soient obligatoires et qu'ils occupent une partie du temps destiné à l'enseignement, dans toutes les écoles publiques et particulières; qu'à côté de ces écoles et en faisant partie, ou tout au moins situés dans la même localité, il y ait des terrains publics, appartenant soit à l'État, soit aux corps administratifs, appropriés et réservés à ces exercices, qui ne devront se faire qu'avec l'assistance médicale afin qu'ils soient exécutés non seulement selon les règles, mais pour qu'il soit tenu compte de la complexion physique de chaque élève, de façon à éviter un excès de fatigue qui enlèverait à ces exercices la meilleure partie de leurs avantages.

On dira que c'est une œuvre immense à réaliser ; c'est pour cela même qu'il faut la commencer, ou pour mieux dire, la continuer sans perte de temps.

Ce qui a déjà été fait entre nous relativement à l'éducation physique, aussi bien dans les écoles qu'en dehors, est important, et pour le prouver, il suffira de rappeler les sociétés de *scout-boys* et les sociétés d'instruction militaire préparatoire ; mais, comme le dit, dans un livre récent, un écrivain, en parlant de la France même, cette œuvre se limite presque aux villes principales, et cela encore dans une mesure insuffisante.

Or, il faut avoir toujours présent à l'esprit, et ne pas se lasser de répéter, afin que tout le monde en soit bien convaincu, que c'est par la culture physique que se développent les facultés productrices de l'homme, et qu'elle contribue grandement à son éducation morale.

La gymnastique éducative, nous dit un médecin distingué dans un rapport remarquable présenté au 1^{er} Congrès National d'Éducation Physique, assure à l'homme la vigueur, la santé, la résistance, l'agilité, qui dans toutes les circonstances le rend maître de ses mouvements. Elle réveille ainsi le sentiment de la discipline, et lui donne une confiance en lui-même, qui exalte l'énergie, le courage, le sang-froid, l'audace et la résolution. Elle retrempe le caractère et prépare l'homme à être utile à lui-même et à sa patrie, à se défendre et à la défendre victorieusement. Elle le rend apte à remplir ses devoirs sociaux, et plus fort dans la lutte pour l'existence.

Les jeux et les sports à la campagne, commencés à l'école, et continués ensuite, constituent une attraction de la vie rurale, et en même temps qu'ils détournent les hommes du cabaret et de l'alcoolisme, ils leur donnent des habitudes de discipline consciencieuse, d'hygiène, de camaraderie et de sociabilité.

L'éducation morale comme l'éducation physique, pour tout ce qui touche à la formation de caractère, de même que pour tout ce qui a trait à l'éducation civique, doit commencer à l'école primaire.

Le caractère est la synthèse des qualités morales et de l'action, dit Georges Hersent, et il ajoute « c'est la vigueur du caractère qui fait les hommes forts. Volonté, énergie, initiative, ordre et sentiment du devoir, conscience des responsabilités, continuité dans l'effort et confiance en soi-même, telles sont les qualités qu'il est nécessaire de développer ».

Or il est évident que l'éveil de ces qualités qui, en fin de compte, se résument toutes en la première — la volonté — l'éveil de ces qualités doit avoir lieu dans l'enfance, dans la maison paternelle, — maison des parents, école des enfants —, et à l'école qui, dit le Président Wilson, est l'endroit où se forment les américains; puis, dans la maison paternelle comme à l'école, il faudra continuer, et toujours, à perfectionner ces qualités en se servant pour cela de tous les moyens et de toutes les occasions possibles.

C'est aux parents et aux professeurs que revient la belle et délicate mission de former l'esprit et le caractère de l'enfant, en profitant de toutes les circonstances qui puissent servir à exciter et diriger sa volonté, à lui inculquer la persistance et la confiance, tout en cherchant en même temps à éloigner ou à détruire toute influence qui pourrait porter tort à l'exercice et au développement de ses facultés d'action.

Et les professeurs qui ne connaissent pas l'enfant et la science qui l'étudie, les professeurs qui ignorent la psychologie et la pédagogie, qui n'ont pas la pleine conscience de leurs devoirs, un profond dévouement pour la cause de l'éducation et pour les progrès de leur pays, ceux-là ne sont pas à la hauteur de leur mission.

Ce n'est pas dans des classes spéciales que se fait la formation du caractère, c'est dans toutes les classes; elle doit commencer à l'école primaire, mais elle doit être continuée dans toutes les écoles, à tous les degrés, dans toutes les branches de l'enseignement, tous les jours, à toute heure, à propos de tout, pour que l'éducation qui, selon la belle formule de Gustave Le Bon, est «l'art de faire passer le conscient dans l'inconscient», puisse se faire par la répétition constante des actes, par l'habitude.

Personne mieux que les parents et les professeurs n'a l'occasion, personne plus qu'eux n'a le devoir de cultiver les qualités morales de l'individu, en lui inspirant l'amour de la vérité, de la famille, du travail et de la profession, en éveillant chez lui l'esprit d'initiative, en lui donnant l'énergie et le courage moral, en établissant l'équilibre entre les sentiments d'indépendance et de discipline, en lui apprenant à se dominer, en mettant à sa portée la notion exacte du bien, enfin, en faisant de lui un altruiste, un ami de son semblable, et en lui inculquant les sentiments de personnalité, de générosité, de dignité, et le culte du devoir et de l'honneur.

L'éducation civique elle-même, sans laquelle il n'y a pas d'éducation morale parfaite, ne saurait se limiter aux leçons professées. A tout moment se présente une occasion qui peut servir à l'enseignement civique : faire connaître et apprécier la caractéristique du peuple, les traditions nationales, l'organisation politique et administrative de l'État, inspirer l'amour de la liberté et de la démocratie, et exalter au plus haut degré l'amour de la Patrie.

Ce qu'il faut, c'est savoir profiter de ces occasions ; mais pour cela le professeur ne doit pas se borner à réciter une leçon et à faire un interrogatoire ; il faut qu'il resserre et rende affectueuses ses relations avec les élèves qu'il devra mettre en contact direct avec la vie réelle pour les y préparer, en faisant même de l'école, au moyen des travaux pratiques et manuels, tout à la fois un chantier, un atelier, un bureau, enfin un champ d'activité utile.

Les travaux manuels sont un excellent moyen d'éducation, et il est regrettable que notre législation les ayant institués pour l'instruction primaire en 1911, et pour l'instruction secondaire en 1914, ils n'aient pas encore reçu, je ne dirai pas le développement qu'on doit leur donner, mais au moins l'application que la loi impose.

D'un autre côté, nous voyons ces travaux établis dans d'autres maisons d'éducation et d'enseignement, telles que l'*Escola Oficina n.º 1*, la première où ils aient été introduits, la *Tutoria da Infancia*, l'*Instituto dos Pupilos do Exército*, l'*Instituto Feminino de Educação e Trabalho*, etc., et cela nous montre les progrès réalisés depuis quelques années dans notre pays, et la marche d'une évolution dont les résultats se feront sentir sous peu.

Dans toutes les écoles d'instruction primaire et secondaire qui ne dépendent pas encore du Ministère de l'Instruction Publique, parce qu'ils sont adjoints à des établissements d'assistance ou d'autre nature, mais qui devront être sous sa dépendance au point de vue pédagogique, les travaux manuels ainsi que le chant choral seront obligatoires, et c'est par eux que le professeur cherchera à découvrir les tendances de chaque élève pour une profession déterminée, vers laquelle il pourra le pousser et le diriger en lui montrant non seulement combien ces travaux sont avantageux, mais encore qu'ils sont tout aussi honorables et tout aussi dignes de considération que les travaux intellectuels.

Aujourd'hui encore on constate dans certaines classes de la

société que le travail manuel est considéré avec mépris, ce qui souvent en détourne des individus qui feraient bien mieux de se dédier tout de suite à une profession en harmonie avec leurs facultés et leurs tendances que de suivre, à grand peine, un cours supérieur pour obtenir un diplôme qui plus tard dans la vie ne servira qu'à les embarrasser . . .

Un autre moyen d'éducation morale et civique, fort intéressant, et qui donne d'excellents résultats, est l'emploi des tableaux artistiques qui éveillent déjà chez l'enfant le sentiment esthétique ou attirent sa curiosité par les faits historiques, les coutumes qu'ils représentent, ou lui rappellent les qualités morales qu'il doit posséder : la propreté, l'ordre, la discipline, le sentiment du devoir et de l'honneur, l'amour pour les arbres, et la bonté envers les animaux, le courage, le culte du drapeau, l'amour filial, le dévouement pour la patrie, etc.

D'une manière générale, une décoration scolaire convenable, faite avec ces tableaux, des cartes géographiques, des portraits d'hommes remarquables, des monuments, des paysages et même des graphiques faciles à expliquer et à comprendre, contribue énormément aussi à l'éducation morale de la jeunesse.

Et je tiens à faire remarquer que l'action de l'État et l'initiative individuelle se sont fait sentir récemment dans cet ordre d'idées. Le Parlement a inscrit au budget du Ministère de l'Instruction Publique, pour l'année courante, une somme destinée à la décoration des écoles, et des artistes portugais ont déjà jeté sur le marché des tableaux historiques et d'autres de caractère moral, qui répondent bien au but éducatif qu'ils ont en vue.

Et, à l'heure actuelle, il me semble qu'il y aurait tout avantage à mettre en exécution l'idée déjà exposée dans un livre d'éducation : chercher à faire sentir au moyen de tableaux de cette nature, la nécessité d'une production agricole et industrielle plus grande, d'une plus large expansion commerciale, d'un plus grand développement de la marine marchande et de tous les autres moyens de communication, et spécialement pour nous, du progrès de nos colonies.

«Ce serait un moyen entre plusieurs, dit ce même livre, de faire comprendre à l'enfant ce qu'il doit à son pays, et que non seulement il lui doit le sacrifice de sa vie, qu'il fait aujourd'hui si généreusement et si naturellement, mais que, même en temps de paix, il n'aura pas le droit d'être un *inutile*, et qu'il lui incombe,

pour sa part, de contribuer à la grandeur du pays par son intelligence et son travail».

S'il y a entre nous quelque chose que l'on doive prêcher sans cesse, c'est l'amour du travail et l'obligation qu'ont tous les citoyens d'être utiles à leur pays, en employant leur activité d'une manière productive et en l'intensifiant autant que leurs facultés le leur permettent.

Quiconque n'agit pas ainsi, à l'école, au bureau, à l'atelier, au comptoir, aux champs, n'est l'ami ni de soi-même, ni de sa famille, ni de sa Patrie.

C'est ce que les professeurs doivent s'efforcer de faire sentir, dans leurs classes, dans leurs livres, dans leurs discours, parce que, dit encore le livre que nous citons ; «Tout, et les livres de prix, et les discours officiels, et les recueils de lecture, et les leçons d'histoire contemporaine, tout doit concourir à rendre toujours présentes à la mémoire des enfants et pour ainsi dire constamment placées sous leurs yeux, les idées de patrie et de famille, mais accompagnées de cet acte de volonté que patrie et famille soient toujours plus florissantes, plus respectées».

* * *

Nous voici arrivés au problème de l'éducation intellectuelle, l'instruction proprement dite, et je me vois obligé de restreindre à l'essentiel tout ce que j'aurais à dire à ce sujet.

Je me vois contraint à mettre en relief les points de vue dont, à mon avis, dépend non seulement le progrès purement scientifique, mais aussi le progrès économique, agricole, industriel et commercial de notre pays, comme celui de tous les pays civilisés.

Rappelons-nous le but suprême qui, aujourd'hui plus que jamais, s'impose aux États : augmenter leur production. Pour y arriver, il faut développer les facultés productives de chaque individu. Cette tâche revient aussi à l'instruction ; mais pour qu'elle puisse la remplir, il est indispensable qu'elle ne perde pas de vue l'activité professionnelle et productrice de l'homme, et qu'elle lui fournisse les moyens nécessaires pour qu'il puisse exercer cette activité le plus tôt possible, avec la plus grande intensité et la moindre dépense d'énergie.

En sortant de l'école, à quelque degré qu'elle appartienne, l'élève doit être prêt à entrer immédiatement dans la vie, et à y

exercer une profession produisant un travail utile. L'école doit être avant tout l'école de la vie.

Il ne faut pas qu'en sortant de l'école avec un diplôme, l'élève se voie obligé de venir faire dans ce qu'on appelle la vie pratique, l'apprentissage de tout ce avec quoi il devrait être familiarisé depuis longtemps. Il ne faut pas qu'au sortir de l'école l'élève soit jeté dans la vie, comme on jette à la mer un homme ne sachant pas nager ; autrement, s'il ne va pas tout de suite au fond, pour ne jamais reparaître, il lui faudra souffrir longtemps, faire des efforts surhumains et encore ne devra-t-il son salut qu'à un secours étranger.

C'est à l'école primaire que l'enfant doit faire connaissance avec tous les objets manuels courants et nécessaires à la vie, surtout avec les spécialités de chaque région ; on ne doit pas se contenter de lui faire lire dans les livres des passages qui s'y rapportent, ou de les lui montrer les images qui les représentent ; mais il faut les mettre à la portée de sa main, pour qu'il puisse les toucher, voir comment ils sont faits, à quoi ils servent ; et en même temps qu'il acquiert des idées sur ces objets et sur certains actes, tels que le mesurage, le pesage, etc., il faut qu'il exécute lui-même ces actes, et qu'il applique son activité au dessin, aux travaux manuels, au modelage en argile, en plasticine, au façonnage du bois, aux travaux agricoles.

C'est-à-dire, dès le premier degré, l'enseignement doit commencer à être pratique et technique.

A la campagne principalement, toute école doit posséder un terrain attenant, où les élèves puissent recevoir des leçons pratiques d'agriculture et de jardinage, et de leurs propres mains, semer, planter des arbres, soigner les plantes.

Il est inutile d'appuyer sur l'intérêt et le goût que cette pratique fait naître chez l'enfant pour l'école, pour la terre, et sur les habitudes de travail qu'elle lui fait acquérir.

L'enfant doit passer de l'école primaire aux écoles agricoles, industrielles et commerciales sans avoir l'impression d'aucune solution de continuité.

Il doit en être de même de l'enseignement secondaire général, l'enseignement des lycées, lorsque l'élève prétend passer ensuite aux écoles supérieures techniques, industrielles, commerciales ou agricoles. Je veux dire que l'enseignement des lycées doit être de son côté, autant que possible, un enseignement pratique, et qu'il

faut y donner la plus grande importance au dessin, aux exercices oraux et écrits ainsi qu'aux travaux manuels.

Cet enseignement ne sert pas seulement de degré pour arriver à l'enseignement supérieur ; dès qu'il a terminé la 1^{ère} ou la 2^{ème} section du cours général, ou qu'il a fini le cours complémentaire, l'élève peut entrer dans la vie pratique, et il doit être apte à passer dans les écoles techniques et professionnelles. Il doit être préparé de façon à pouvoir suivre sans grande difficulté, n'importe laquelle de ces deux routes. Il convient de ne pas perdre de vue que l'enseignement des lycées ne doit pas empiéter sur le terrain de l'enseignement supérieur, et qu'il vaut mieux savoir moins de choses, mais bien, que d'en connaître un grand nombre, mais mal.

L'élève doit sortir de l'enseignement secondaire, général ou technique, avec une préparation suffisante pour suivre les cours supérieurs, et cette préparation résultera de la connaissance profonde des choses les plus générales, des choses fondamentales de chaque matière, et non pas de la notion légère et superficielle de spécialités et de détails.

Ces spécialités doivent être étudiées dans des cours particulièrement destinés à l'enseignement technique, ou comprises dans le développement de ces matières, donné dans les cours supérieurs respectifs.

Et dans ces cours, dans nos Facultés, l'enseignement a évolué également, et il accuse une tendance de plus en plus marquée à devenir plus pratique, sans toutefois abandonner la science pure et abstraite, et sans cesser de former des savants et de penseurs qui se consacrent uniquement aux études spéculatives.

Il y a place pour tout, bien que dans le terrible lute pour l'existence dans laquelle nous sommes engagés, la place réservée à la culture purement académique se trouve forcément réduite.

Les écoles supérieures n'ont pas pour unique mission de faire des académiciens et des savants ; au contraire, la presque totalité de la population de ces écoles veut obtenir les connaissances nécessaires à la carrière qu'ils veulent suivre dans la vie, et par conséquent, à la fin des études, se trouver, et se sentir, à même d'entrer dans la vie pratique, sans avoir besoin ensuite, et déjà à un âge qui s'y prête peu, de faire leur apprentissage.

Lorsque l'élève sort d'école, il doit être en état de se livrer immédiatement à la profession en vue de laquelle il a étudié.

Bien que depuis 1911 nos Facultés ne puissent plus être l'objet de l'accusation que tant d'écrivains, et principalement Gustave Le Bon, lancent sur les Facultés françaises, de ne donner qu'un enseignement purement théorique et abstrait, la vérité est que nous avons encore à nous plaindre que tous les ans, il sorte de nos Facultés des douzaines de *Docteurs*, d'intellectuels, qui trouvent difficilement à se placer, et qui passent de longues années dans un pseudo-apprentissage, ou se jettent dans la politique, le journalisme ou les affaires, et qui, dans tous les cas, ne font pas partie de la foule de ceux qui travaillent et produisent.

La guerre est venue mettre à profit tous ces lettres, mais elle est venue démontrer en même temps la nécessité urgente de disposer les choses de façon qu'après la guerre, se soient justement les plus instruits qui produisent le plus et le mieux, au lieu de s'étioler pendant des années et des années après avoir terminé leurs études supérieures.

Mais cela ne s'obtiendra qu'en donnant à l'enseignement un caractère plus pratique et plus utilitaire ; en augmentant les exercices oraux et écrits, les visites aux institutions sociales et aux établissements publics et particuliers, et les voyages d'étude ; en réduisant le nombre des examens, et en établissant des relations entre les Facultés et les écoles d'instruction générale ou technique, pour l'étude et la résolution des problèmes qui intéressent les unes et les autres.

Il sera facile et avantageux pour l'enseignement d'établir ces relations entre la Faculté de Sciences et l'Institut Supérieur Technique ou l'Institut Supérieur d'Agronomie ; entre la Faculté de Droit et Institut Supérieur de Commerce.

C'est des écoles que doivent sortir des ouvriers, des patrons, des ingénieurs, des médecins, des avocats, des commerçants, des agronomes véritablement prêts à entrer dans la vie, et non pas des apprentis et des candidats à l'exercice de leurs professions, ou ce qui est pis, des prétendants aux emplois publics.

C'est aux écoles, de quelque degré qu'elles soient, et quel que soit les branches d'enseignement dont elles s'occupent, c'est aux écoles qu'est confié l'avenir du pays ; car on a reconnu que l'extraordinaire développement économique de ces dernières années est dû aux progrès scientifiques appliqués à la production des utilités, à l'agriculture, aux industries et au commerce.

On a reconnu, dit Lyzis, que la science est le levier de la

transformation des peuples. La chimie, la physique, la mécanique constituent des sources de progrès inépuisables et merveilleuses; l'économie politique, profitant des éléments que ces sciences lui fournissent, et s'appuyant sur la technique juridique, nous présente aujourd'hui les combinaisons les plus intéressantes et les plus séduisantes en même temps que les solutions les plus complexes de problèmes économiques de haute importance.

Il n'y a pas un chapitre de la science qui ne contribue à développer et à intensifier la production, en augmentant la richesse et le bien-être de l'humanité. Or puisque la science se fait et s'applique dans les écoles, que ce sont les écoles qui doivent la répandre, il est intuitif que c'est à elles de fournir les éléments nécessaires à cette œuvre de progrès et de civilisation.

Et c'est par l'enseignement pratique et technique, et par l'extension universitaire qu'elles le feront, comme l'ont fait les États-Unis, l'Allemagne et d'autres pays, et même le nôtre, bien que sur une petite échelle encore.

Mais il faut à tout prix qu'au plus tôt cette tâche soit portée au maximum, si nous voulons surmonter les terribles difficultés du moment, et rivaliser avec les autres nations dans le combat monstrueux qui va s'engager après la guerre.

Toutes les nations s'y préparent, en mobilisant toutes leurs forces et en faisant des efforts d'autant plus grand qu'il est certain que la guerre est venue désorganiser les services de l'instruction, du travail, et bien d'autres — désorganisation toute naturelle du reste, les intérêts suprêmes de la guerre devant passer avant tout, ou, selon la formule de Lloyd George, toutes les considérations devant disparaître devant la nécessité de vaincre.

Cet état de choses que bien des gens ne comprennent pas ou ne veulent pas comprendre, ne doit pas nous décourager, mais bien au contraire nous exciter à redoubler nos efforts et à tâcher de les rendre plus productifs.

Ne perdons pas un atôme de notre force, pas une minute de notre temps.

Aussi tous — hommes, femmes, enfants — nous devons nous dévouer au travail et laisser aux pouvoirs et aux écoles le soin de le diriger et d'en tirer, par l'observance des règles scientifiques, le plus grand rendement possible.

Et cela s'obtiendra en cultivant l'éducation physique, en entourant de soins et de tendresse l'éducation morale, en formant

des caractères, des bons citoyens et des patriotes, en rendant plus pratique l'enseignement à tous les degrés et dans toutes ses branches, en réformant et en développant notre enseignement technique, agricole, industriel et commercial, en faisant par tous les moyens, par la conférence, la presse périodique, par le livre, une véritable extension universitaire.

A côté du cri de guerre — des canons, des munitions! doit retentir cet autre cri — des écoles, des ateliers, des marchandises! Car ce n'est pas tout de remporter la victoire sur les champs de bataille; il va falloir, sur le terrain économique, surmonter des difficultés énormes et faire une œuvre d'une intensité créatrice telle qu'on l'eût jugée impossible il y a quelques années, et qui en effet, par son étendue, son importance, et par la grande concentration d'efforts qu'elle exige, ne pourra être accomplie que si tous, sans exception, nous nous y consacrons avec vigueur, avec enthousiasme, fraternellement, la main dans la main, dans une même communion ardente du désir de servir la Patrie, et avec l'entière confiance que nous devons avoir dans les qualités de travail et dans les vertus civiques de notre peuple.

Les portugais sont aujourd'hui ce qu'ils étaient autrefois, comme vient de le démontrer hier l'improvisation d'une armée, comme ils le démontrent tous les jours sur les champs de bataille.

Doués de grandes facilités d'adaptation et d'apprentissage, sobres, impétueux, disciplinés, pleins de courage, d'audace et d'héroïsme, nos soldats conservent les nobles traditions de l'armée portugaise, et sont bien dignes de prendre place à côté des combattants de la Marne, de la Somme, de Verdun, d'Ypres, et de coopérer avec eux à la défense de la liberté, de la démocratie et des droits des petites nations, dans la grande œuvre d'affranchissement et de progrès qui depuis trois ans est à la forge sur les champs de bataille.

Ils marquent bien la place de notre Portugal, et affirment bien haut la valeur de ce petit mais glorieux pays, et proclament son désir ardent, intense, non seulement de vivre libre et prospère, mais de conserver intact son immense et précieux patrimoine colonial.

C'est à nous de répondre à leurs efforts, à leur dévouement, à leur sacrifice par une action ferme, décidée, intense, en élevant notre esprit et notre cœur à la hauteur sublime où planent les intérêts de la Patrie.

C'est à nous de compléter leur action sur le terrain militaire, par notre action sur le terrain économique, où, comme le dit Lysis, la vie des peuples se joue d'une façon non moins dange- reuse que dans la collision sanglante des armées.

Apportons dans cette lutte l'esprit d'improvisation et d'orga- nisation, le courage, l'énergie, l'enthousiasme qu'ont nos frères sur le champ de bataille, et, comme eux aussi, ayons la confiance absolue, la foi inébranlable dans la victoire.

Antonio José d'Almeida
e Afonso Costa



Antonio José d'Almeida foi sempre defensor vigoroso da Re- publica. Quando Ministro do Interior, no Governo Provisório, fez tudo quanto pôde para que os princípios tolerância fossem pouco a pouco introduzidos. Foi humanitário e sempre se lembrou de não pôde ser de- cidido o suicídio dos prisioneiros e das mulheres que estão internadas n- os estabelecimentos de instrução, anexos à sua pasta. A sua obra é das que ficam a duradoura impressão e a instrução supe- rior desenvolverão os melhores cidadãos e não de ser os silêncios da conversa sociedade republicana de amanhã.

A luta política fez do Brasil um do- parlamentar um jornalista de altíssimo valor. No seu jornal a Re- publica educou o combate. A sua pena é por vezes colossal. A luta de ideias acordou os seus mestres de terra e de mar. Não por acaso o fundador da República, o Sr. Antônio José de Almeida, como político, que sabe o que deve a sua República e a pátria é inflexível e quanto mais o combatem, mais vito- rias alcança, entre as quais a sua própria com que se deu a



António José d'Almeida e Afonso Costa

António José d'Almeida foi sempre defensor vigilante da República. Quando Ministro do Interior, no Governo Provisório, fez tudo quanto pôde para que os princípios republicanos de tolerância fôsem pouco a pouco uma realidade. Pôde humanizar a paixão da revolta, se não pôde ser decididamente o sufocador dos egoísmos e das ambições que então infelizmente irrompiam. . .



Nos assuntos de instrução, anexos à sua pasta, a sua obra é das que ficam. A instrução primária e a instrução superior absorveram-lhe os maiores cuidados, e hão-de ser os alicerces da convicta sociedade republicana de amanhã.

A luta política fez do tribuno e do parlamentar um jornalista de altíssimo valor. No seu jornal a *República* educa e combate. A sua pena é por vezes colossal. A turba, deixando acordar os seus instintos de fera, tenta atingi-lo por vezes, por não lhe justificar os desmandos, mas António José de Almeida, como político, que sabe o que deve a si, à República e à Pátria, é inflexível; e, quanto mais o combatem, mais vitórias alcança, entre as quais avulta aquela com que no seu artigo

Pela Verdade arranca aos presos políticos o capuz penitenciarário.

Tendo fundado o *Partido Evolucionista* com a alta mira da consolidação da República pela sua integração na consciência nacional, sacode e agita a vida política portuguesa em lutas e combates para prestígio da República e felicidade da Pátria. É no mais aceso dessas lutas, em meados de 1914, que o conflito europeu surge. Então só vê os interesses da sua Pátria; e na histórica sessão parlamentar de 7 de Agosto dos seus lábios saem estas palavras: «Somos oposição *política* ao ministério. Mas nesta hora não deve haver política, e *patrioticamente* estamos ao lado d'êlê para o amparar e dar-lhe fôrça. Nada há que possa macular o propósito honrado do nosso partido. Se êle tem combatido a orientação partidária do Sr. Bernardino Machado, nunca êle o considerou mau português ou republicano susceptível de traição, e é como português e como republicano que êle agora tem de representar a Pátria Portuguesa». O ministério do Sr. Bernardino Machado abandonava o poder pouco tempo passado; mas contou até a última hora o apoio lial e desinteressado de António José de Almeida e dos seus amigos.

Estabelecido o govêrno de Pimenta de Castro, para cujo estabelecimento em nada contribuíra, mas porque na política interna se propunha realizar grande parte da obra do evolucionismo, deu-lhe o seu lial e desinteressado apoio, apesar de nunca lhe ter negado o seu conselho bem contrário a alguns dos actos que maior animadversão concitaram contra o mesmo Pimenta de Castro. Vencido êste, considerou-se também vencido, apesar de a revolução triunfante, desde o primeiro momento, ter solicitado o seu concurso.

Um tanto ou quanto afastado da acção política, mercê dos acontecimentos e também por doença, assim se manteve até a brutal declaração de guerra da Alemanha a Portugal. António José de Almeida fôra desde a implantação da República um defensor convicto da política da aliança inglesa. São de Agosto de 1913 estas palavras inscritas no programa partidário: «Afirma



(o partido evolucionista) que, em matéria de política externa, é preciso que a velha amizade com a Inglaterra se mantenha íntegra e profícua». E já em Fevereiro do mesmo ano, em artigo referente a um brinde do Ministro de Inglaterra em Portugal, Sr. Harding, assim dizia:

«Já se sabia, e ninguém em Inglaterra duvidava, da cooperação que Portugal lhe dará, lialmente, em todas as lutas pela civilização e pelo engrandecimento dos dois povos. Como ninguém em Portugal ignorava que a Inglaterra, observando o nosso esforço para uma regeneração eficaz e reconhecendo neste velho e honrado povo um colaborador devotado, que progressivamente, sob a acção das novas instituições, se vai tornando mais forte e mais prestadio, não só não tinha arrefecido, mas mais tinha acalentado, as suas velhas simpatias por nós. Tudo isso se sabia, mas foi bom que agora se ouvisse por uma bôca tão autorizada e eloquente como a do Sr. Harding».

A declaração de guerra levanta-o ainda doente para ir primeiro ao Parlamento e depois para a Presidência do ministério, em que Afonso Costa, chefe do gabinete transacto, entrava também. O discurso que então pronuncia seria só por si uma prova inequívoca do seu apaixonado amor à Pátria, e altiva e indignadamente repele o epíteto infamante de *vassalo* da Inglaterra com que o maior criminoso de todos os séculos tentou enxovalhar o Portugal glorioso. Como nós recordamos um seu artigo da *Alma Nacional*, de Julho de 1910, sôbre as missões diplomáticas da revolução já em marcha. Como António José de Almeida é o patriota de sempre:

«... em sua opinião (partido republicano), mais digno lhe seria o prolongamento indefinido da escravidão monárquica do que o recurso à intervenção estrangeira para proclamar uma república, que, em tal caso, mais não seria do que uma aviltante imposição estranha.

Mas ninguém ignora que os povos hoje vivem em grande parte da mútua penetração de sentimentos e ideas, dêsse câmbio constante de influências internacionais que os estimula e anima. E todo o mundo sabe que, para um povo ter uma vida superior e autónoma, precisa respirar uma atmosfera internacional de prestígio e respeito».

Mais de um ano dura o seu ministério, e se a sua obra política tornou possível a brilhante intervenção de Portugal na guer-

ra, o seu exemplo moral de pela Pátria esquecer agravos, lavar ressentimentos, para na mais íntima e sincera das confraternizações tornar realidade o patriótico desejo de todos os portugueses, é exemplo que perdurará por todo o sempre.

Assim António José de Almeida e Afonso Costa, o seu velho amigo e companheiro de Coimbra e das lutas de propaganda, e que as lutas políticas haviam tornado seu inimigo de ontem, reconciliados e abraçados junto do altar da Pátria, não sem reveses e contratempos, realizam a alta missão que o país lhes cometera. Quem ousará negar que a situação internacional de Portugal é hoje como nas melhores épocas da sua história? Para ela contribuiu grandemente essa obra do grande patriota onde, pela sua acção governativa, perdera amigos porque não olhara a interêsses, teve de recolher novamente ao leito donde saíra, e onde durante meses teve de sofrer as conseqüências do seu sacrifício pela Pátria. Mas a paz da sua consciência era-lhe lenitivo nas horas longas do sofrimento. E ainda hoje a Pátria, como sempre, pode contar com êle, e a República com o seu amor e o seu desinterêsse.

C. B.



secouant et agitant la vie politique portugaise, concourent au prestige et au bonheur de la Patrie. C'est au moment où ces luttes sont le plus ardentes qu'éclate le conflit européen. Alors, le grand tribun ne voit plus que les intérêts de sa Patrie, et à la séance historique du 7 Août 1914, il prononce ces paroles mémorables : « Nous faisons de l'opposition *politique* au ministère. Mais à l'heure présente, il ne doit plus y avoir de *politique*, et *patriotiquement* nous sommes avec le gouvernement pour le soutenir et lui donner la force. Il n'y a rien qui puisse jeter une ombre sur l'honnêteté de notre résolution. Si nous avons combattu l'orientation de M. Bernardino Machado, jamais nous ne l'avons considéré comme un mauvais portugais ou comme un républicain capable de trahison ; et c'est comme portugais et comme républicain qu'il doit représenter à présent la Patrie Portugaise ». Peu de temps après, le ministère de M. Bernardino Machado abandonnait le pouvoir, mais jusqu'à la dernière heure il a pu compter sur le concours loyal et désintéressé de José de Almeida et de ses amis. Sans avoir en rien contribué à l'établissement du gouvernement de Pimenta de Castro, il lui donne son appui désintéressé, parce qu'il se propose de réaliser dans la politique intérieure une grande partie de l'œuvre du parti évolutionniste, sans cependant ménager à ce gouvernement ses conseils en complète opposition avec quelques-uns des actes qui ont provoqué le plus d'animadversion contre Pimenta de Castro. Celui-ci vaincu, José de Almeida se considère vaincu également, bien que dès la première heure la révolution triomphante eut sollicité son concours.

Les événements d'un côté, et la maladie de l'autre, le tint un peu en dehors de l'action politique jusqu'à la brutale déclaration de guerre faite par l'Allemagne au Portugal. Depuis l'implantation de la République, José de Almeida avait toujours été un défenseur convaincu de la politique d'alliance anglaise. En 1913, le parti évolutionniste inscrivait dans son programme la déclaration suivante : « En matière de politique extérieure, il affirme (le parti) la nécessité de conserver intégralement la vieille amitié anglaise ». Et déjà au mois de Février de la même année, dans un article que José de Almeida écrivait à propos d'un toast porté par le Ministre d'Angleterre, Mr. Harding, au Portugal, il disait :

« On connaissait déjà, et personne en Angleterre n'en doutait, la coopération que le Portugal lui apporterait, loyalement, dans

toutes les luttes pour la civilisation et pour la prospérité des deux peuples. De même, personne n'ignorait au Portugal que les sentiments de l'Angleterre à notre égard ne s'étaient pas refroidis, mais, au contraire, que devant les efforts que faisait pour se régénérer, ce vieux et honnête peuple, son collaborateur dévoué, qui progressivement, sous l'action des nouvelles institutions, devient de jour en jour plus fort et plus utile, les sympathies de son alliée séculaire s'étaient encore accrues. Tout cela on le savait, mais il était bon qu'on l'entendît, une fois de plus, en ce moment, d'une bouche aussi autorisée et aussi éloquente que celle de M. Harding.

Au moment de la déclaration de guerre, José de Almeida est malade ; il quitte son lit de souffrance pour aller d'abord au Parlement, puis pour monter peu après à la présidence du ministère, avec Afonso Costa comme ministre des finances. Le discours qu'il prononce alors est une nouvelle preuve de son ardent amour de la Patrie, et c'est avec une indignation hautaine qu'il repousse l'épithète infamante de *vassal de l'Angleterre*, dont le plus grand criminel de tous les siècles passés cherche à souiller le nom glorieux de Portugal. Jamais nous n'oublierons l'article qu'il publie en Juillet 1910, dans l'*Alma Nacional*, sur les missions diplomatiques de la Révolution déjà en marche. Une fois de plus, il s'y montre le patriote qu'il a toujours été :

« . . . dans son opinion (c'est du parti républicain qu'il parle) il serait plus digne pour lui de se courber indéfiniment sous le joug de l'esclavage monarchique, que d'accepter le recours à l'intervention étrangère pour proclamer la république, qui dans ce cas ne serait qu'une imposition avilissante.

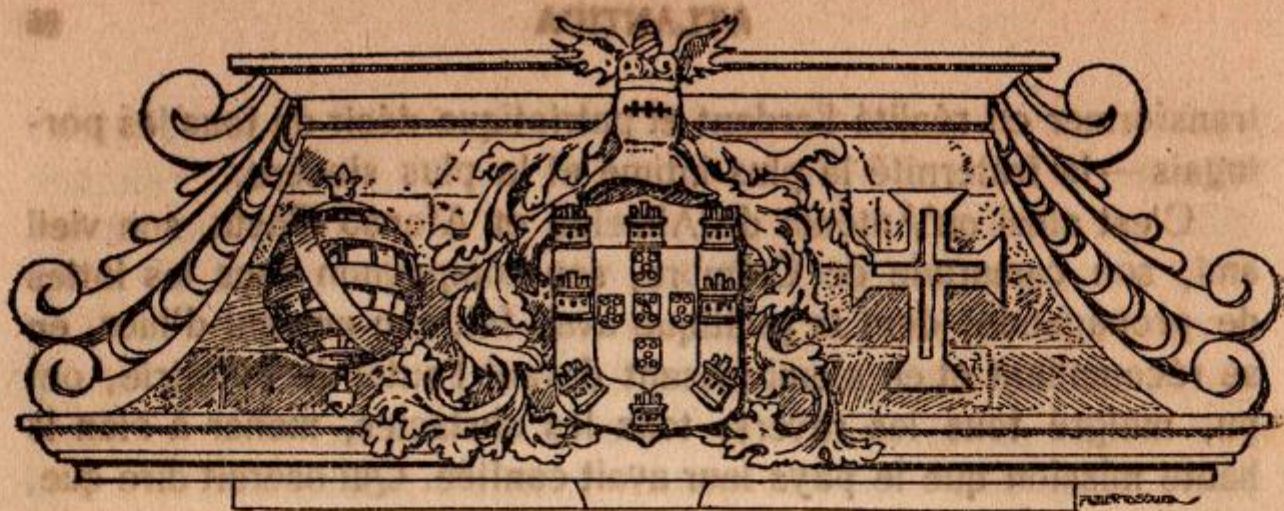
Mais il n'y a personne qui ne sache aujourd'hui que les peuples vivent en grande partie de la pénétration mutuelle des sentiments et des idées, de cet échange constant d'influences internationales qui les anime et les stimule. Et tout le monde sait que, pour qu'un peuple puisse avoir une existence supérieure et autonome, il faut qu'il respire dans une atmosphère internationale de prestige et de respect ».

Le Ministère qu'il préside a duré plus d'un an, et son œuvre politique a rendu possible la brillante intervention du Portugal dans la guerre actuelle ; mais au-dessus de tout cela est l'immortel exemple moral qu'il donne, en faisant à la patrie le sacrifice de ses ressentiments, de son amour propre offensé, pour

transformer en réalité l'ardent et patriotique désir de tous les portugais — la fraternité la plus intime et la plus sincère.

C'est ainsi qu'António de Almeida et Afonso Costa, son vieil ami, son camarade de Coïmbre, son compagnon dans les luttes de propagande, dont la politique avait fait son ennemi d'hier, en se réconciliant et en s'embrassant devant l'autel de la Patrie, ont pu, malgré tous les revers, tous les obstacles, mener à bien la haute mission que le pays leur avait confiée. Qui oserait dire que, même aux époques les meilleurs de son histoire, la situation internationale du Portugal ait été plus enviable qu'aujourd'hui? C'est en grande partie à l'action du gouvernement de ce grand patriote qu'est dû ce résultat. Son inflexibilité lui fit perdre bien des amis, car il sacrifiait sans hésitations intérêts particuliers à l'intérêt général. Mais son effort avait été trop grand; il dut reprendre le lit où, pendant de longs mois, il lui fallut souffrir les conséquences du sacrifice qu'il avait fait à la Patrie. Mais il trouvait dans la paix de sa conscience un adoucissement aux longues heures de souffrance. Et aujourd'hui, comme hier, comme toujours, la Patrie, la République, peut compter, inconditionnellement, sur son amour, sur son abnégation.

C. B.



Portugal heróico

I

Bloco arrancado aos flancos da Espanha, que prodígios de energia foram precisos para que Portugal destruísse os rijos tentáculos que se opunham à desintegração! Por isso, a alvorada da nova monarquia é cheia de lampejos épicos, prolongamento daqueles que rasgaram a treva da sua vida embrionária, quando as guerrilhas de Viriato, o pastor do Hermínio, desbaratavam as legiões da soberba Roma.

A mesma ânsia de liberdade, que armava contra as águias romanas os fundibulários lusitanos, ressurgiu em plena Idade Média nos arrojados cavaleiros, que romperam na face dos reis de Castela e Leão os vínculos de vassalagem, que arrebataram palmo a palmo aos invasores mouriscos o território onde queriam gerar uma nação de homens livres.

Foi uma luta prolongada e ferrenha, de servos contra senhores, de cristãos contra maometanos. Da França, eterna pátria dos ideais generosos, veio o primeiro alento, na pessoa do borgonhês D. Henrique, donatário do condado portugalense. E foi a sua viúva, bastarda do velho suserano, quem ousou trocar o subalterno apanágio de condessa pelo título sobranceiro de Rainha.

Empolga-lhe o poder seu impetuoso filho, Afonso Henriques.

Os primeiros assomos da sua rialeza iluminam a figura austera de Egas Moniz, imorredouro exemplar de lialdade, que para

resgate da palavra dada oferece ao castelhano a sua vida e a vida dos seus.

Agora, porém, quasi isento de vassalagem, o incoercível conde barafusta, estrangulado nas apertadas fronteiras que lhe impõem os potentados muçulmanos. Para merecer o nome de reino, necessita alargá-las para o sul. D. Afonso Henriques interna-se por terras da mourama, tala, devasta, conquista, e tão prodigiosas são as suas vitórias, que as almas crentes as atribuem à intervenção divina. Surge-lhe Cristo em Ourique, como surgira a Constantino, e sobre o novo lábaro escorre o sangue das suas chagas.

Lenda mística, lenda admirável! Só justificam tal consagração os povos fadados para superiores destinos. São os grandes mitos que a imaginação deslumbrada entrevê no limiar da sua história: Heracles em Esparta, Teseu em Atenas, Marte em Roma. É o ideal religioso a gerar o ideal de pátria. Como não seria assim em Portugal, se a sua nascença é afinal um episódio da epopeia da Cruz?

Cruzado era o conde de Borgonha, cruzados do norte auxiliaram a conquista da futura capital, e nas ordens militares, fruto das cruzadas, encontrou a nascente monarquia o mais vigoroso estímulo para os seus primeiros passos.

É ainda o entusiasmo da guerra santa que presta vulto às lendas primitivas desta Ilhada. Martim Moniz entala o corpo moribundo na soleira de uma porta, para dar entrada no castelo de Lisboa à aluvião dos cristãos. Gonçalo Mendes da Maia, que o seu cognome de Lidador irmana em glória ao Cid Campeador, só aos noventa anos, em crua refrega, deixa cair das mãos sem vida o pesado montante. Fuas Roupinho, capitaneando grosseira fustalha, derrota, apresa, incendia as fortes galés da Mourama, é o precursor das glórias marítimas da pátria. Giraldo Sem-Pavor, bandoleiro épico, põe o amor ao seu serviço para se apossar, sozinho, do castelo de Évora. Pelas povoações, ainda rareadas, desabrocha enfim uma seara de tradições heróicas, repetindo o culto regional dos semi-deuses nas populosas cidades helénicas.

Afonso Henriques estende até o Alentejo os domínios do seu acanhado reino. Septuagenário e inválido, ainda da sua liteira acaudilha os defensores de Santarém contra uma formidável investida dos almóadas, irritados com a temerária afronta do

príncipe herdeiro, que até Sevilha abrija um caminho de fogo e sangue. No seu túmulo de Coimbra, o velho conquistador repousa com a segurança de ter fundido uma coroa régia, a cujo peso não sucumbirá a sua descendência.

Mas a conquista prossegue lenta. Agora, é o clero ávido quem reclama predomínio sobre a coroa de Portugal; é ele quem esmorece a acção guerreira contra os infiéis. Todavia, na trégua das lutas intestinas, Sancho I ultrapassa fronteiras do Alentejo; Afonso II coopera na vitória das Navas de Tolosa sobre os Mouros que ameaçam Castela; Sancho II, embora enredado em trama de intrigas, alastra até o Guadiana as suas armas vitoriosas. Desventurado monarca, cujo esbulho experimenta a fidelidade dos vassallos! Sobre a sua sepultura no exílio, são religiosamente depostas as chaves de Coimbra pelo alcaide Martim de Freitas, que, altivo, recusara menagem ao usurpador. Finalmente, no reinado de Afonso III, após as proezas ardidas do Mestre de Santiago, D. Paio Peres Correia, ultima-se com o senhorio do Algarve a definitiva posse do território continental, donde o génio português vai irradiar pelo mundo.

Para essa expansão, que o Destino marcou como o mais nobre objectivo da sua missão histórica, necessita Portugal de vastos recursos, de adequados instrumentos. Cria-os, com previsão maravilhosa, o rei D. Dinis, trovador e sábio, modelo de soberanos, que na rabiça do arado não se peja de calejar os dedos, habituados a desferir as cordas da lira provençal. Por seus auspícios se plantam pinhais, matéria prima de naus; se organiza a marinha, que há-de ser o veículo da civilização portuguesa; se institui a Ordem de Cristo, que fornecerá cabedais para a grande empresa marítima; se funda a Universidade, onde as primícias do saber humano germinarão em cérebros ainda incultos, aparelhando-os para desvendar os mistérios da Terra.

Acha-se armada para a porvindoura missão a pequena nacionalidade. E logo D. Afonso IV, ao que se suspeita, experimenta a perícia dos neófitos mareantes com uma expedição que, através do temeroso Mar das Trevas, aporta às Canárias.

Mas outro oceano, mais temeroso talvez, se levanta em escarcéus para subverter as cristandades da Península. É a inundaçào ismaelita que avança, de Marrocos, de Granada, de Túnis, de Bugia, a Mauritânia em peso, para implantar de novo o crescente em terras de Espanha. É a hoste portuguesa, junto da cas-

telhana, aniquilada nas margens do Salado a derradeira e formidável arrancada do Islam.

A crónica cavalheiresca é porêem incompleta, quando algo de feminino não suaviza a aspereza guerreira. Dois vultos de mulher perfumam, com efeito, de rescendências de santidade e de amor profano êsse bárbaro período da vida mediavel portuguesa. Santa Isabel entra no agiológio, com o regaço cheio das rosas em que transformou a mealha dos pobres. Inês de Castro tapa, com o manto da rialeza póstuma, as chagas mortais do seu colo de garça. Religiosa e lírica, a alma do povo murmura preces no altar da santa pacificadora; beija nas lajes da Quinta das Lágrimas as nódoas indeléveis, que deixou o sangue da mártir.

A saúdade amorosa dulcifica a seus olhos o duro aspecto de D. Pedro I, a auréola da justiça ofusca-o perante a crueza do monarca, amparo dos humildes.

Outra figura mulheril surge agora, inspiradora de crimes, fautora de guerras funestas. O rei D. Fernando ergue ao cimo do trono a adúltera D. Leonor Teles. Servem-lhe de supedâneo os cadáveres dos mesteirais austeros, ciosos da régia dignidade, em cuja cerviz inflexível a fascinante comborça aperta o nó do barço. São assomadas do despotismo futuro, que há-de abafar a voz das côrtes, expressão da soberania popular.

Essa mesma arraia miúda, ludibriada por D. Fernando, esteia-lhe o trono, pela sua constância nos reveses, contra as invasões de Castela, que trazem até o coração da capital a devastação e o incêndio. D. Fernando rola para o túmulo, deixando a herança rialenga cravada pelas garras do leão castelhano. Mas um relance de profecia lhe alumiou o ânimo volúvel, quando, entre outras providências salutareas, auspiciou a construção de uma frota mercante e lançou as primeiras bases do seguro marítimo. Como que descortinava, nos horizontes ilimitados do Oceano, o esplêndido porvir de Portugal.

Agora, contudo, vai sossobrar sem dúvida a independência do pequeno reino, que mal conta dois séculos. Todo o poder castelhano, aliado a grande parte da fidalguia degenerada, intenta sustentar a coroa portuguesa na frente infantil da rainha de Castela. É então que surge, em volta do Defensor do Reino, essa admirável coorte onde se espelha a Távola Redonda. Segue-a a turba intrépida dos chamorros, ventres ao sol, rebeldes ao jugo estranho. Ondula ao vento da liberdade o balsão verde da Ala dos

Namorados. Rutila ao sol das batalhas a espada invencível de D. Nuno Álvares Pereira, discípulo de Galaaz. Forjou-a o alfageme profeta, fadando-a para gloriosos destinos.

E os destinos cumprem-se. A essa espada deve sobretudo a coroa o Mestre de Avis, rei eleito pelo povo, que de um bando de garotos, descalços e risonhos, recebeu, às portas de Coimbra, as primícias da aclamação. Já conde de Ourem e condestável do reino, Nuno Álvares é o mais sólido factor de vitória nos campos de Aljubarrota, sôbre o poderoso exército do usurpador de Castela.

Sem repouso, os denodados campeões varrem de estrangeiros o solo sacrosanto da pátria. Entre êles encontra o duque de Lancaster a legendária pléiade dos Doze paladinos, que num torneio homérico vingam a honra afrontada das damas de Inglaterra.

Está assegurada e firme a independência do povo indómito. De ora avante, num adejo audacioso, vai ascender ao lugar preminente que lhe pertence na História.

II

Ceuta é a portada pela qual irrompe a ascensão apoteótica. Para conquistar a jóia do Estreito, os veteranos de Aljubarrota apontam o caminho à mocidade sôfrega de façanhas bélicas, aos filhos de D. João I que anseiam pelas esporas de ouro. O território peninsular está liberto de opressores, mas os piratas berberes infestam as costas mal defesas. Urge esmagá-los nos seus algares.

Para a expedição que se apresta, com secreto propósito, todos os portos fornecem naus, todo o reino dá combatentes. A armada singra para o Estreito, banhado pelo sol de Agosto, o sol de Aljubarrota. De improviso, engolfa batalhões intrépidos nas muralhas do soberbo empório. Dentro de poucas horas, no minarete da sumptuosa mesquita tanger aaleluia os sinos, outrora roubados a campanários algarvios.

Fatídica situação, a de Ceuta, beijada a leste pela onda azul do Mediterrâneo, berço da civilização antiga, alagada a oeste pela espuma alvinitente do Atlântico, inexplorada imensidão onde ela irá perpetuar-se! Das alturas do Facho, pedestal de uma das colunas de Hércules, o Infante D. Henrique espraia pelas ampli-

dões o olhar de visionário. Do longínquo levante, chega-lhe ao ouvido a alegre celeuma das equipagens venezianas, repatriando naus carregadas das riquezas do Oriente, que as caravanas transportam, em longas e laboriosas jornadas, até Alexandria e Palestina. Mas ao ocidente, contornando a África misteriosa que seus pés calcam, desenha-se uma estrada luminosa, mais plana e desafogada, por onde essa áurea torrente jorrará no Tejo. Ao seu génio se antolha a missão providencial da sua raça: perscrutar os mares, propagar a fé, alargar a ciência, e, com a mira dos tesouros, aposta em cérebros rudes, dar a Terra aos homens.

Outra perspectiva porêm, mais contingente e fagueira, abre às almas crentes e ingénuas o acinzentado contôrno dos últimos contrafortes do Atlas. É terra de infiéis a que subjugaram; por ela se prolongue a terra da pátria, expandindo no feraz Algarve de Além-Mar a sujeição às quinas portuguesas, o culto da cruz de Cristo.

São dois destinos que se deparam: um, sorridente ao idealismo nativo da raça; de preferência compreensível aos espíritos práticos. Através de sacrifícios inúmeros, o primeiro remonta às culminâncias da fama; o segundo conduz à prosperidade e à abastança. Entre os dois, a apoucada grei não hesita. Toma resolutamente por ambos.

Mas, para levar a cabo a sonhada emprêsa, a mais transcendente de toda a história, o Infante de Sagres tem que vencer, acima da oposição dos homens e dos elementos, a tremenda legião de abusões, de preconceitos, de vãos terrores. Cinquenta anos parece haverem desvanecido da memória dos portugueses a precursora expedição de Afonso IV. O Mar Tenebroso encapela diante de seus olhos os vagalhões devoradores. O sol dos trópicos abrasa seus corpos. Alcatéias de monstros, de canibais, de feras horrendas, guardam com fúria as plagas inóspitas. E que exiguidade bárbara de recursos! Pequenos e grosseiros lenhos, mal apercebidos contra os ventos e as ondas; rudes instrumentos primitivos de navegação; carência absoluta de cartas e roteiros; abastecimentos indefesos contra a corrupção e a larva; vidas entregues ao minar da epidemia e da febre...

Avante! brada no Promontório Sagrado a voz do vidente. E as caravelas singram, pandas as asas do velame; vogam fustas e barinéis, ferindo as águas com as remadas rítmicas.

A oeste, surge uma turma de ilhas, sentinelas avançadas dum continente oculto; ao sul, desabrocha das ondas uma floresta miraculosa. São os Açôres, é a Madeira; e os nomes de Gonçalo Velho e de Gonçalves Zarco encabeçam o rol triunfante dos descobridores.

Avante! repete a voz. Gil Eanes perfuma com uma mólhada de boninas, colhidas além do Bojador, as mãos alvoroçadas do Infante. A Senegâmbia, a Guiné, vão recortando, caminho do meio-dia, o adusto litoral africano. Sangue português tinge os areais e os rochedos, mistura-se na corrente de rios caudalosos, grava nos portulanos as etiquetas toponímicas. Outro esculca da perdida Atlântida emerge das ondas: é o arquipélago de Cabo Verde, onde aporta, com o português Diogo Gomes, o veneziano Cadamosto.

Porque, para essa cruzada, fecunda entre todas, acorrem de toda a Europa os aventureiros, desde os semi-bárbaros *fiords* da Escandinávia até as polidas repúblicas da Itália. A ciência do universo, os arcanos do planeta, descerram-nos aos seus olhos pasmados as explorações dos nautas do Ocidente. E quando D. Henrique expira, lega à humanidade a costa ocidental da África, até a vasta enseada do Golfo de Guiné.

Entrementes, os reis de Portugal empenham-se na conquista marroquina. Agoura-a um desastre: Tânger. E o últimogénito de D. João I, D. Fernando, sacrifica liberdade e vida para salvar Ceuta. Mas a emprêsa não afrouxa. Nela se aguça o ânimo cavaleiroso de D. Afonso V, cubiçoso de desferrar a Cristandade da perda de Constantinopla. Caem nas suas mãos Alcácer Seguer, Arzila; e a expugnação de Tânger vinga o passado insulto. Forjam-se os primeiros elos da cadeia que deve sufocar Marrocos. O soberano assume o título de rei dos Algarves de Aquêem e de Além-Mar. Um viveiro de heróis se vai criando nesse prolongamento do solo pátrio. D. Duarte de Meneses, primeiro capitão de Alcácer, digno filho do conde D. Pedro, primeiro capitão de Ceuta, oferece-se à morte para dar vida ao seu rei. E em volta de todas as praças, as incursões dos almogávares sulcam de sangue e de chamas os campos do Riff e da Ducala.

No interior do reino, sobeja o esforço da raça para se despendem em pugnas intestinas, em guerras de ambição dinástica. Ao lado do Infante D. Pedro, nobre vítima de intrigas fratricidas, morre o bravo e cavalheiresco conde de Avranches, clamando

ãos verdugos: Fartar, vilanagem! O adolescente príncipe D. João, armado cavaleiro em Arzila, destroça em Toro a ala castelhana do aragonês. Mas a vitória é indecisa. A ala do monarca português é por seu turno desbaratada. Soberba derrota, que deixa ver entre os dentes do alferes Duarte de Almeida, decepado dos dois braços, o estandarte rial que os inimigos disputam!

O Príncipe Perfeito é agora rei de Portugal. A nobreza arrogante projecta sombras ao diadema régio. O cadafalso, o cárcere, o punhal, a peçonha, o desafogam para que lhe bata em cheio a luz do porvir. É do Oriente que ela irrompe, tamisada através dos nimbos de África. Desfaçam-se os nimbos importunos, rasgue-se a fulgurante estrada que o génio do grande Infante traçou na redondeza da orbe. E as quilhas portuguesas cortam de estrias argêntas o mar incógnito, olhos portugueses catam pepitas de ouro nas terras arrancadas ao Mistério, cérebros portugueses se embebem de luz para a reverberar no mundo inteiro. Emergem dos rochedos os padrões das quinas, erguem-se castelos, fundam-se feitorias, cristianizam-se selvagens. Diogo da Azambuja, invocando S. Jorge, levanta uma fortaleza no meio do gentio feiticista da Mina. Diogo Cão lava nas águas caudalosas do Congo o costado das suas naus, devassa os páramos insulcados do hemisfério meridional.

Entretanto, dos sertões espessos, através dos desertos líbicos, surdem alvoroçantes atoardas. Lá para as orlas orientais do negro continente, um potentado misterioso, sob o nome hierático de Preste João das Índias, tem por insígnia a cruz de Cristo. Ele estenderá por certo a mão aos seus irmãos na fé, para que possam atingir o termo da excelsa empreza. Por mandado do rei português, Pero da Covilhã renova as peregrinações lendárias de Marco Polo, singra pelo Mar das Índias, aperta a mão fraterna do descendente de Salomão nos caliginosos recessos da Abissínia.

Mas, ao mesmo tempo, uma expedição, fecunda entre todas, veleja no Atlântico do Sul. Três caravelas minúsculas arfam nas ondas empoladas pela fúria de Adamastor. Esfaimados pigmeus, vencem o Titan formidável. Miseranda a fábula de Édipo, o libertador de Tebas! O mais sublime desvendador de enigmas é Bartolomeu Dias, que traz nas rudes mãos a libertação da Humanidade, até então avassalada pelo Mistério!

Estão abertas as portas do Índico para o remate da faina se-

cular. A Boa Esperança flameja entre o negrume das tormentas. Que se aguarda pois, para atingir o alvo?

É que um perigo se depara à exígua nação de mareantes. Cingem-lhe agora o dorso montanhoso os braços robustos duma agigantada nacionalidade, agregado dos restantes reinos da Península. Seus monarcas, os reis católicos, acolhem com ânsia o genovês astuto, que assimilou as lições dos portugueses, que sonha enfeixar as derrotas quási apagadas de João Côrte-Rial, de João Lavrador, dos pioneiros açoreanos, no rumo da Índia, para o poente, através do Atlântico.

E é a Índia que os olhos iludidos de Colombo julgam ver nas antilhas dum mundo novo. Vacilam cosmógrafos. Hesita D. João II perante a curteza da presumida estrada. Espolia-o de glória e fortuna a ciumenta ambição da Espanha. Para pôr termo à contenda entre os rivais da Península, Deus, pelas mãos do seu vigário, rasga a Terra em dois quinhões iguais. As cristandades erguem clamores contra a iníqua sentença. Mas Portugal dói-se no seu orgulho. Para as energias que o exaltam, é minguada a partilha.

«Morreu o homem!» exclama Isabel de Castela, entre aliviada e extática, ao saber que a forte alma, alanceada da saúdaes, é expulsa do corpo pelo veneno vingativo. O bemfadado herdeiro colhe a breve trecho o mais precioso do legado. Vasco da Gama, menos aventureiro que Bartolomeu Dias, liga dois troços destacados para rematar na superfície líquida o roteiro do Extremo Oriente.

Veneza é morta. Vai suceder-lhe Lisboa, mais vasto empório. As raças humanas vão conhecer-se entre si. O génio português desperta o mundo entorpecido.

III

Com o rei D. Manuel, chega-se ao apogeu da epopeia. Epopeia colossal, abarcando, na realidade inverosímil, as mais variadas efabulações dum ciclo épico. Odisseia e Ilíada, tragédia e romance, jogos heróicos que têm por Coliseu a Terra inteira, naumíquias representadas em todos os mares. Todas as línguas ressoam no côro, formado por todos os povos. São corifeus Cristo e Mafoma. Protagonista é Portugal.

Como abranger numa rápida síntese o mais espantoso e ubíquo drama da História? Um relance de vista, apenas, deslumbra e entontece. Floresta com folhagem de estrêlas, onde mal avultam copas sobranceiras!

Emerge uma, contudo. Ao pé dela, são mesquinhas as que sobriariam para a glória dum povo: Álvares Cabral, alastrando pelos infindos sertões do Brasil a sombra da Vera-Cruz; os Côrte-Riais, alteando com os seus cadáveres o banco da Terra Nova; Duarte Pacheco, revivendo o feito das Termópilas, desta vez invencíveis, na terra dos rajás; o vice-rei D. Francisco de Almeida, atroando o Índico com o alarido dos seus triunfos e os terrores da sua vingança; seu filho D. Lourenço, o descobridor de Ceilão, a quem não fraqueja o ânimo no corpo espedaçado pelos pelouros turcos; êsses mineiros do Oceano, que se chamaram Tristão da Cunha e João da Nova, e tantos outros, quasi indistintos no punhado anónimo que faz colheita de ilhas e cinge de luz os continentes; mais perto, além do Estreito, os paladinos fronteiros de África, as dinastias egrégias dos Meneses e dos Coutinhos, as lanças que se internam com ímpeto por terras de alarves, até fazerem ressoar, pelas mãos de Nuno Fernandes de Ataíde, as portas sacrossantas de Marrocos; Safim, Mazagão, Azamor, acrescentados no rosário diamantino que amortece o luar do crescente...

Sim! À gigantesca turba ainda sobrepuja um colosso. Para o fundir, renovou a natureza o molde de Alexandre Magno, e só três séculos mais tarde, avara, dêle fará surgir Napoleão. Mas a Afonso de Albuquerque, menos ditoso que seus émulos, concede o Destino meia dúzia de anos de velhice, apenas, para desempenhar o papel que lhe reservou, meia dúzia de milhares de soldados para encher com êles um teatro dez vezes mais amplo. Põe-lhe embargos a inveja, a intriga, a malevolência insensata. Embora! Suas mãos nervosas vão modelar, para a pequena nação do Ocidente, o vasto império que o seu génio concebeu, tamanho que só num labor pertinaz de duzentos anos o realizará a Gran-Bretanha. Tremem diante dêle os potentados da Índia, o rei de Cambaia, o Sofi da Pérsia, o sultão do Egipto; seu nome retumba em Constantinopla como o açoite do Islam. Cerra ao comércio muçulmano as portas por onde afluíam tesouros. Empolga Ormuz e Malaca. Assenta em Goa a metrópole do Oriente. Torna em tributários do seu rei os soberanos da Terra e as vagas do Oceano.

A sua espada fulmina, a sua justiça apavora, a sua tolerância afaga. Erige templos, sem destruir pagodes e mesquitas. Guerreia a morte, fundando hospitais; as trevas, abrindo escolas. Assimila pelo amor os povos sujeitos ao seu domínio. Cria o viveiro duma nova raça, que expande e perpetue por paragens remotas o sangue dos escassos antepassados. Capitão esforçado, mareante experto, político exímio, legislador prudente, Albuquerque é o mais admirável epítome do herói condutor de homens.

Seu corpo débil succumbe à doença, no momento em que a sua grande alma é lacerada pela ingratição do monarca. Ungem-lhe o túmulo as lágrimas da saudade, gastam-no os beijos da idolatria. E o seu derradeiro soluço é como o anélito de Portugal na vasca do supremo esforço.

Contudo, depois dêsse meio-dia coruscante, que fúlgido entardecer até os esplendores do crepúsculo! Tão prodígio de clarões, que lhe sobejam para opulentar auréolas estranhas! Assim é que a coroa de Carlos V lucila com a glória do português Fernão de Magalhães, o primeiro circunnavegador do globo, como mais tarde os leões de Castela se arrogarão as explorações da Oceânia, feitas pelo eborense Fernandes de Queiroz.

O taciturno D. João III rege a mais forte potência naval do mundo. É Lisboa o ponto de confluência das riquezas terrenas. Mas o Destino está cansado de realizar impossíveis. A pequena nacionalidade extenua-se. Do seu regaço começam a resvalar jóias, de entre as que circundavam o Algarve de Além-Mar.

E no entanto, o antigo vigor continua a intumescer a história às proporções de lenda. Na governança da Índia destacam duma ementa prestigiosa o destemido Nuno da Cunha, o austero D. João de Castro, o magnânimo D. Luís de Ataíde. Dio por duas



Afonso de Albuquerque

vezes rompe, no arranco de um punhado de bravos, o cingidouro de hostes inúmeras. As mulheres portuguesas dão alento aos tíbios, confôrto aos mutilados. Um átomo, o baixel de Botelho Pereira, pontua o infinito, refazendo a torna-viagem do Gama. Repercute a obscenidade épica de António da Silveira, antecessora da vergastada plebeia de Cambronne. E pelas nebulosas regiões da China, de Cipango, da Sonda, através de cativeiros, naufrágios, combates, baldões maravilhosos, Fernão Mendes Pinto traça a mais extraordinária e verídica Odisseia dos modernos tempos.

A Morte ennoita os paços régios. Assoma uma alvorada promissória. Na mente mística de D. Sebastião renasce o espírito cavalheiresco das cruzadas. Os príncipes da Cristandade acolhem com um sorriso de mofa os anacrónicos sonhos. A descrença lavra. A voz de Lutero abalou o mundo. A cavalaria andante agoniza. Dentro do cérebro genial de Cervantes já retinem os primeiros rebates do dobre funéreo. A lança do régio D. Quixote flameja sòzinha, como se a rodeasse uma selva de cajados, scetros de soturnas Baratárias.

Que importa? O velho sangue português derrama-se pelos confins da Terra, rareadas gotas sobram para alento da fascinadora arremetida. Mercenários engrossam a deminuta falange. Abunda ouro para fundir a coroa imperial de Marrocos, com a cruz por cimeira. Não faltam cordas sonoras para exalar, em música dolente, no meio da refrega decisiva, a alma sentimental da pátria. Santiago e avante! É a terra dos Xerifes que vai finalmente acrescentar-se ao território sagrado. É o exício fatal do Mouro, prenunciado numa lira épica, cujos acordes vão reboar no mundo inteiro.

Na campina adusta, perto de Alcácer Quibir, dá-se o tremendo encontro. É a batalha dos Três Reis. Baqueia no início da peleja o pretendente aliado dos cristãos; é o cadáver do usurpador quem guia da liteira a hoste vitoriosa; e no tumultuar dos batalhões destroçados, no alarido vertiginoso da fuga, no lamentoso estridor do pânico, fremem os lábios exangues de D. Sebastião no responso homérico: «Morrer, mas devagar!»

Não é um rei que expira, não é um trono que desaba: é uma nacionalidade que morre!

IV

Morre, sim, morre devagar, para ressuscitar sessenta anos mais tarde, num alor célere. Não é morte afinal: é o torpor da crisálida. Sob os dedos férreos dos Filipes, Portugal vai prolongando, num dilúculo ainda irradiante, o ocaso da idade heróica. O Demónio do Meio-Dia reduz a destroços a sua fôrça naval, na insensata emprêsa da Invencível Armada. Novas cobiças, açuladas pelo ódio à Espanha, escalavram os domínios ilimitados, que o sol beija perenemente.

O coração português não esmorece, na defesa do património sagrado. No Oriente, na América, na África, os descobridores da Terra disputam à Inglaterra, à França, à Holanda, os farrapos da sua glória. Persas, turcos, mogores, berberes, selvagens, se precipitam, matilhas encarniçadas, sôbre o javali derribado, cujos colmilhos não perdoam. E, nas profundezas insondáveis, os monstros do abismo seguem, pelas relíquias dos naufrágios, pelos despojos das batalhas, o rasto das naus portuguesas.

Os vínculos da união à Espanha ameaçam porêem romper-se. Nem dourados pela ambição de seus próprios reis, D. Fernando, D. Afonso V, D. Manuel, os aceitou de boa mente o povo. Abomina-os agora, que um soberano estranho ousa transformá-los em grilhões. Num arranque poderoso de músculos, quebra-os de vez. A nobreza expia a desídia pretérita, impondo a coroa ao descendente dos reis nacionais. Os octogenários cingem as velhas armas de Alcácer, enferrujadas pelas lágrimas do cativo. Aos adolescentes, são as maternas mãos aristocráticas que lhes penduram as espadas nos talabartes brasonados. A arraia miuda segue, frenética, o impulso libertador. Gastam-se as gargantas no brado altivo da aclamação. «Rial, rial, pelo rei de Portugal D. João IV!» Até dos berços se pretende ouvir o mágico estribilho, como de ninhos implumes a saúdação da aurora.

Se a revolução é rápida, quási incruenta, não assim a reacção ferrenha dos expoliados dominadores. São vinte e oito anos de campanhas pertinazes contra o mais aguerrido exército da Europa. Para opor a Olivares, o génio português cria um grande estadista, Castelo Melhor; para contrapor a generais de fama, D. João de Áustria e Carracena, surgem D. Sancho Manuel e o marquês de Marialva. E êste último, em Montes Claros, repete

Aljubarrota. De novo Portugal respira livremente, no concôrto das nações livres.

Mas, três séculos antes, o resfolegar de alívio levantava apenas uma nesga do solo hispânico. Não assim agora. Para além dos mares, o antigo pigmeu estira membros de gigante. Por êles se propaga o arquejo fremente. Mãos hercúleas, as de João Fernandes Vieira em Pernambuco, as de Salvador Correia de Sá em Angola, partem as derradeiras algemas do Prometeu do Ocidente.

O itinerário, traçado na superfície do globo pelos portugueses, já deixou porêm de ser seu apanágio exclusivo. A pena de Grótius abre os mares ao comércio universal. Novas potências navais, com todo o vigor da juventude, arrancam ao encanecido guerreiro o tridente de ouro. Debalde Rui Freire de Andrade acumula façanhas para defender Ormuz das garras britânicas e das arremetidas persas. Debalde, nos muros desmantelados das fortalezas, um punhado de heróis entoia as estrofes dos *Lusíadas*. Debalde o neerlandês sitiador de Colombo toma o capitulado trôço de famintos e mutilados por mísera guarda avançada de numeroso exército. Debalde a excelsa raça multiplica prodígios para manter na sua vassalagem as terras e os mares que descobriu.

Lisboa deixou de ser o empório das especiarias, o ponto de confluência dos tesouros do Oriente. Outras riquezas, contudo, lhe intumescem de ora avante o regaço. Vêm de além do Atlântico, da região maravilhosa que há-de reviver Portugal no Novo Mundo. Desbarata-as o pródigo D. João V; sob essa chuva de ouro e diamantes perde a têmpera o forte organismo nacional. À fase heróica sucedeu a fase mercantil. E, na untuosa empolgadura do jesuíta, o misticismo fecundante amolece em bigotismo estéril.

Na penumbra dêsse freirático século XVIII, em que as máximas energias da raça se fundem no despotismo regenerador de Pombal, raro se entrevê o lampejo das armas portuguesas; e todavia elas concorrem para a colheita de alheias glórias. No alvorecer do século irrompem triunfantes por Madrid, com o marquês das Minas, para cingir da púrpura imperial os ombros dum Habsburgo. Mais uma vez, nas águas do cabo Matapan, lhes sentem o pêso os Turcos arrogantes. E, no ocaso do século, fulge na Rússia e no Rossilhão a espada dum soldado intrépido, Gomes Freire de Andrade, que o amor da liberdade fadou para o martírio.

É o amor da liberdade que desperta os sopitos alentos da alma portuguesa, quando na fornalha revolucionária se forja o sceptro dum déspota. Desamparada por uma côrte egoísta, quási entregue às ambições do conquistador da Europa, uma turba de maltrapilhos converte-se de súbito num exército aguerrido. Junto aos ingleses, derrota Junot no Vimeiro e na Roliça; expulsa-o do território pátrio, como mais tarde repele duas invasões sucessivas; leva a vitória até os píncaros do Buçaco; varre para além dos Pirinéus a furibunda avalanche das legiões napoleónicas; fere de morte, no adejo altaneiro, a águia imperial da França. É a alma de Viriato que volta, após mil e quinhentos anos, às brenhas nativas do Hermínio.

Mas as sementes, espalhadas pelo sôpro da Revolução, germinaram no solo português, afeito à liberdade. Regadas pelo sangue de Freire de Andrade e dos seus companheiros, ei-las que florescem, expandidas e rubras, na lapela romântica dos Vintistas.

O seu perfume embriaga os espíritos mais abertos às doutrinas dum direito novo. Mas não destrói de improviso as raízes da tradição, profundamente encravadas na alma popular. A cega fidelidade ao divino poder dos reis é ainda primário mandamento da sua lei cavalheiresca. Como apagá-la, sem renhidas lutas?

Começa, de feito, uma nova *Ilíada*. Gregos e troianos, tudo são portugueses. As quinas fulguram nos estandartes adversos. O passado sufoca o reino sob o manto da tirania, prestigiado pela atlética intrepidez, pela desassomburada rudeza dum moço príncipe. Um baluarte roqueiro, a meio do Oceano, serve de refúgio aos guerrilheiros do futuro. É-lhes orago uma infantil imagem feminina, cujas faces polpudas e aveludadas se roseiam sob o diadema.

Esta minoria ínfima, fortalecida pela nova fé, realiza milagres. O solo da pátria freme, sob os pés de sete mil exilados que desembarcam em som de guerra. Contra os muros do Pôrto, onde êles se aninham, quebram-se as fúrias do déspota. Através da fumaça que se esbate, enrubescida pelos relâmpagos, entrevêem-se, como nimbadas de auréola, as figuras que em Portugal repercutem os lances da grande epopeia revolucionária: o Rei-Imperador, largando dois scetros às mãos de duas crianças para brandir a espada nas suas mãos viris; Sá da Bandeira, agitando o coto mutilado para transmitir os estos que alagam seu coração de paladino; Saldanha, alteando no corsel branco a sua esbelteza mar-

cial de *condottiere* da Liberdade; tantos outros denodados campeões, em cujos espíritos o romantismo reacende, como uma apetecida Renascença, as inspirações medievais da Cavalaria.

Pelo Alentejo coleia, acaudilhado pelo valoroso Terceira, um minguado trôço de liberais. Lisboa, desamparada pelas fôrças do legitimismo, abre-lhes as portas. A fôrça liberticida é arrasada. O passado é morto, o passado autocrático de três séculos; porque o passado remoto ressurge na voz soberana do povo. Sob o dossel côm do céu e da espuma, no meigo sorriso duma rainha adolescente, esplende uma alvorada.

Nuvens pesadas não tardam contudo a empaná-la. Largos anos decorrem, antes que no coração régio, obumbrado pelo orgulho atávico, penetre a consciência da sua nova missão. No meio das revoltas, retumba a eloquência demosténica de José Estêvão; realça a integridade republicana de Passos Manuel; agita-se, nebulosa como um símbolo, a enérgica figura da Maria da Fonte, empunhando a fouce para segar, na seara ondulante, o escalraço das vindicações rialengas.

Estabelece-se finalmente a paz. Uma era de civilização utilitária se abre, com o triunfo definitivo da burguesia. Através dela, contudo, irrompem as florescências heróicas. O velho espírito aventureiro, à mingua de plagas novas a contornar, devassa os recessos dos continentes. Já na África o haviam feito os pombeiros, na América os bandeirantes, adiantando-se à metódica exploração científica dos modernos tempos. Agora, em novo sonho de um imenso império africano, os itinerários de Serpa Pinto, de Capelo e Ivens, de um sem número de exploradores audazes, estriam de uma trama luminosa o sertão negro. E a herança dos grandes fronteiros de África, dos grandes capitães da Índia, é consagrada por Mousinho de Albuquerque no quadrado épico de Maracuene.

O trono de oito séculos treme, roído pelo parasitismo político, aluído pela torrente democrática. Resvalam nos seus degraus, empapados num sangue de tragédia, os passos de um moço inexperto. E quando a revolução entrega finalmente ao povo os destinos da vigorosa nacionalidade, ainda entre a poeirada do desmoronamento rebrilham, num e noutro campo, as tradições heróicas da raça.

V

Eis, a breves traços, a trajectoria de Portugal no firmamento da história. Em volta do sol da Liberdade, a fôrça que o tem impulsionado é, sobretudo, a palavra de Cristo. Por muito que os abusos da Igreja lhe tenham abalado a fé mística, o seu idealismo ingénito persiste, e as suas mais altas expressões são o amor da Justiça e o horror da Mentira. Sôbre elas se formou o código de cavalaria, o qual ainda hoje, obliterado pelo correr dos séculos, lacerado pelo utilitarismo materialista, escarnecido na propria reedição do humanitarismo, ilumina na alma portuguesa os recessos misteriosos do sub-consciente.

É por isso que um frémito de cólera arrepiou o generoso povo, perante o orgulho de uma potência bárbara, que afrontava o Direito, esmagava a Liberdade, conspurcava a Civilização. O veterano das Cruzadas compreendeu, num relance intuitivo, que ia guerrear-se no mundo a suprema cruzada da Justiça contra a Tirania, do nobre ideal latino de perfeição moral contra o odioso ideal germânico de fôrça dominadora. O astro lusitano aberraria da sua órbita esplêndida, se passasse longe da batalha ingente. Enriquecendo a causa do Bem com o tesouro das suas energias, Portugal segue o caminho lógico do seu destino, completa a obra civilizadora que iniciou na terra.

Não o movem ânsias de despojo, mas reclama o seu quinhão de honra. Defende direitos alheios, e apenas exige que respeitem os seus. À semelhança do intemerato Magriço, chega retardatário aos campos devastados pela barbarie.

— *Me adsum!* brada êle aos consocios, num amplexo fraterno.

E sob o pendão das quinas, que em seu aferro livremente ondula, o herói de cem epopeias arroja o guante ao degenerado Lo-hengrin...

HENRIQUE LOPES DE MENDONÇA.

Le Portugal héroïque

I

Bloc arraché aux flancs de l'Espagne, que de prodiges n'a-t-il pas fallu au Portugal pour se débarrasser des puissantes tentacules qui l'emprisonnaient ! Aussi, l'aurore de la nouvelle monarchie est-elle pleine de clartés épiques, reflets de celles qui avaient déchiré les ténèbres de sa vie embryonnaire, quand les *guerrillas* de Viriathe, le pâtre de l'Herminius, taillaient en pièces les légions de la superbe Rome.

Le même désir véhément de liberté, qui avait armé contre les aigles romaines les frondeurs lusitaniens, reparut en plein Moyen Age chez les hardis chevaliers, qui brisèrent, à la face des rois de Castille et de Léon, les chaînes de leur vasselage, et qui arrachèrent pied à pied le territoire où ils voulaient créer une nation d'hommes libres.

Ce fut une lutte longue, acharnée, des serfs contre les seigneurs, des chrétiens contre les mahométans. C'est de la France, l'éternelle patrie des idées généreuses, que nous est venu le premier encouragement, en la personne de Henri de Bourgogne, donataire du comté de *Portucale*. Et ce fut sa veuve, bâtarde du vieux roi suzerain, qui osa échanger l'apanage subalterne de comtesse contre le titre hautain de Reine.

Son fils, l'impétueux Afonso Henriques, lui arracha le pouvoir.

Les premières manifestations de sa royauté mettent en relief la figure austère d'Egas Moniz, exemple immortel de loyauté, qui, pour racheter la parole donnée par son maître, offre au Castillan sa vie et celle des siens.

À présent que le voilà presque débarrassé de son vasselage, l'indomptable petit comté se débat, étouffant dans les étroites limites que lui imposent les potentats musulmans. Pour mériter le nom de royaume, il faut qu'il élargisse ces frontières vers le sud. D. Afonso Henriques pénètre dans les terres des Maures, saccage, dévaste, conquiert, et ses victoires sont si prodigieuses, que les croyants les attribuent à l'intervention divine. Le Christ lui apparaît à Ourique, comme il était apparu à Constantin, et sur le nouveau labarum coule le sang de ses plaies.

Légende mystique et admirable ! Une telle consécration est réservée aux seuls peuples prédestinés. Ce sont les grands mythes que l'imagination éblouie entrevoit au seuil de son histoire : Héraclès à Sparte, Thésée à Athènes, Mars à Rome. C'est l'idéal religieux qui va créer l'idéal de la Patrie. Comment pourrait-il en être autrement pour le Portugal, puisque sa naissance n'est, en fin de compte, qu'un épisode de l'épopée de la Croix ?

Le comte de Bourgogne était un croisé, ce furent des croisés du nord qui aidèrent à la conquête de la future capitale, et c'est dans les ordres militaires, fruit des croisades, que la monarchie naissante a trouvé le plus solide appui de ses premiers pas.

C'est encore l'enthousiasme de la guerre sainte qui donne corps aux légendes primitives de cette Iliade. Martim Moniz fait de son corps moribond un seuil, pour laisser passer par la porte du château de Lisbonne l'avalanche des chrétiens. Gonçalo Mendes da Maia, que son surnom de Lidador fait l'égal du glorieux Cid Campeador, a quatre-vingt-dix ans quand, au milieu d'une sanglante mêlée, sa main sans vie laisse tomber son pesant espadon. Fuas Roupinho qui, commandant une flottille grossière, met en déroute, saisit et incendie les puissantes galères des Maures, est le précurseur des gloires maritimes de sa patrie. Giraldo Sans Peur, le brigand épique, se sert de son amour pour s'emparer tout seul du château d'Evora. Enfin, dans les villages encore clair-semés, s'épanouit une moisson de traditions héroïques, en tout semblables au culte des demi-dieux dans les villes populeuses de la Grèce païenne.

Afonso Henriques étend jusqu'à l'Alentejo les domaines de son étroit royaume. Septuagénaire et invalide, de sa litière il commande quand même les défenseurs de Santarêm dans le formidable assaut des Sarrasins, irrités du téméraire affront infligé par le prince héritier qui avait fait jusqu'à Séville une trouée

sanglante. Le vieux conquérant emporte dans son tombeau de Coïmbre la certitude d'avoir fondu une couronne royale dont ses descendants sauront supporter le poids.

Mais la conquête marche lentement. À présent, c'est le clergé qui prétend dominer la couronne portugaise, c'est lui qui affaiblit et ralentit l'action guerrière contre les infidèles. Cependant la trêve des luttes intestines permet à D. Sancho I de porter ses frontières au-delà de l'Alentejo ; Afonso II prend une part brillante à la victoire de Navas de Tolosa sur les maures qui menacent la Castille ; Sancho II, quoique enveloppé dans un réseau d'intrigues, porte ses armes victorieuses jusqu'au Guadiana. Malheureux monarque, dont la chute mit à l'épreuve la fidélité de ses vassaux ! Martim de Freitas, gouverneur du château de Coïmbre, refusant de rendre hommage à l'usurpateur, dépose sur la tombe du roi exilé les clefs qu'il lui avait confiées. Enfin sous le règne d'Afonso III, après les exploits audacieux du Maître de Santiago, D. Paio Peres Correia, la conquête de l'Algarve scelle définitivement la possession du territoire continental d'où le génie portugais va rayonner sur le monde.

Pour l'expansion que le Destin a marqué comme le plus noble objectif de sa mission historique, le Portugal a besoin de vastes ressources, d'instruments appropriés. Ces ressources, ces instruments, ils vont être créés par la prévision merveilleuse de D. Dinis, le roi poète et savant, modèle des souverains, qui ne rougit pas de durcir au manche de la charrue ses mains habituées à faire vibrer les cordes de la lyre provençale. Sous ses auspices, on plante les forêts de sapins qui deviendront des navires ; on organise la marine, chargée de porter au loin la civilisation portugaise ; on institue l'Ordre du Christ, qui fournira les fonds nécessaires à la grande entreprise maritime ; on fonde l'Université, où germeront les prémices du savoir humain dans des cerveaux encore incultes et qui se préparent à dévoiler les mystères de la Terre.

Voilà la petite nation armée pour sa mission future. Et aussitôt D. Afonso IV, à ce que l'on soupçonne, veut expérimenter l'habileté de ses nouveaux marins, et ordonne une expédition qui à travers les périls de la Mer Ténébreuse aborde aux Canaries.

Mais un autre océan ténébreux, bien plus terrible peut-être, menace d'engloutir sous ses ondes toute la chrétienté de la péninsule. C'est l'inondation ismaélite, qui avance du Maroc, de Grenade, de Tunis, de Bougie ; c'est la Mauritanie en masse qui

veut implanter de nouveau le croissant dans les terres d'Espagne. Et l'armée portugaise, alliée aux Castillans, brise sur les bords du Salado le dernier et formidable effort de l'Islam.

La chronique chevaleresque, qu'un peu de grâce féminine ne vient pas adoucir dans sa rudesse guerrière, est une chronique incomplète. Deux figures de femme parfument, de leurs effluves de sainteté et d'amour profane, cette période barbare de la vie du Moyen Age en Portugal. Sainte Elisabeth, qui entre dans l'hagiologie, les mains pleines de roses, touchante métamorphose du denier des pauvres. Inés de Castro, qui couvre du manteau de sa royauté posthume les plaies mortelles de son cou d'albâtre. L'âme du peuple, religieuse et lyrique, murmure des prières devant l'autel de la sainte pacificatrice ; elle baise sur les dalles de la *Quinta das Lágrimas* les taches indélébiles qu'y a laissées le sang de la martyre.

L'amour du peuple pour D. Pedro I adoucit à ses yeux le dur aspect de son roi, et l'auréole de justice dont est ceint ce monarque cruel éblouit ses sujets, qui ne voient plus en lui que le protecteur des humbles.

Puis apparaît une autre figure de femme qui vient inspirer des crimes et allumer des guerres funestes. Le roi D. Fernando élève jusqu'au trône l'adultère Leonor Telles. La fascinatrice ensorceleuse fait jeter la corde au cou des artisans austères qui, jaloux de la dignité royale, refusent de courber la tête, et leurs cadavres lui servent de marchepied. Ce sont les premiers symptômes du despotisme futur qui un jour étouffera la voix des Cortès, expression de la souveraineté populaire.

C'est ce même *menu peuple*, bafoué par D. Fernando, qui, par sa constance dans les revers, étiera le trône quand le castillan envahisseur viendra apporter jusqu'au cœur de la capitale la dévastation et l'incendie. Lorsque D. Fernando roule dans le néant, les griffes du lion de Castille sont profondément enfoncées dans le royal héritage. Mais avant cette heure, un éclair prophétique avait illuminé son esprit insconstant quand, entre autres mesures salutaires de prévoyance, il préconisa la construction d'une flotte marchande et qu'il jeta les premières bases de l'assurance maritime, comme si à l'horizon illimité de l'Océan il voyait se dessiner à ses yeux le splendide avenir du Portugal.

Et cependant, voici l'heure où pour jamais, sans doute, va sombrer l'indépendance de ce petit royaume qui ne compte encore

que deux siècles d'existence. Tout le pouvoir castillan, allié à la plus grande partie de la noblesse portugaise dégénérée, s'efforce de faire passer la couronne de Portugal sur la tête d'un enfant, la reine de Castille. C'est alors que surgit autour du Défenseur du Royaume cette admirable cohorte de nouveaux chevaliers de la Table Ronde, que suit intrépidement la foule des fameux Tondus, le torse nu, rebelles au joug étranger. L'étendard vert de l'*Ala dos Namorados* flotte au vent, et D. Nuno Alvares Pereira, disciple de Galaad, fait briller au soleil des batailles l'invincible épée, forgée par l'armurier prophète et destinée à de glorieux exploits.

Et la destinée s'accomplit, car c'est surtout à cette épée que doit sa couronne le Maître d'Avis, l'élu du peuple, qu'une bande de gamins nu-pieds et rieurs furent les premiers à acclamer aux portes de Coïmbre. Déjà comte d'Ourém et connétable du royaume, Nuno Alvares est le premier facteur de la victoire remportée dans les champs d'Aljubarrota sur la puissante armée de l'usurpateur de Castille.

Sans trêve ni repos, les vaillants champions portugais baillaient impitoyablement les envahisseurs du sol sacré de la patrie. C'est entre eux que le duc de Lencastre trouve la pléiade légendaire des douze paladins qui, dans un tournoi homérique, vengent l'affront fait à l'honneur des dames d'Angleterre.

L'indépendance du peuple indompté est enfin définitivement assurée, et dorénavant, dans un essor audacieux, il va monter au point culminant qui lui appartient dans l'Histoire.

II

C'est par Ceuta que commence cette ascension d'apothéose. Pour conquérir ce joyau du détroit, les vétérans montrent le chemin à la jeunesse assoiffée d'exploits belliqueux, aux fils de D. João I qui aspirent après leurs éperons d'or. Le territoire de la péninsule est affranchi de ses oppresseurs ; mais les pirates de la Barbarie infestent les côtes mal défendues. Il faut les écraser dans leurs antres.

Pour l'expédition qu'on prépare en secret, tous les ports fournissent des navires, tout le royaume donne des combattants. La flotte cingle vers le détroit, sous le soleil d'Août, le soleil d'Al-

jubarrota, et à l'improviste, elle jette des bataillons intrépides dans les murailles du superbe entrepôt. Quelques heures après, sur le minaret de la somptueuse mosquée, éclate l'alleluia sonné par les cloches volées autrefois aux églises de l'Algarve.

Quelle situation fatidique que celle de Ceuta, caressée à l'est par la vague azurée de la Méditerranée, berceau de la civilisation antique ; baignée à l'Ouest par l'éblouissante blancheur de l'écume de l'Atlantique, immensité vierge où elle ira se perpétuer ! Du haut du Facho, piédestal de l'une des colonnes d'Hercule, l'Infant D. Henrique sonde l'étendue infinie de son regard de visionnaire. De l'Orient lointain arrive à son oreille le chant des matelots vénitiens, ramenant leurs navires chargés des richesses que les caravanes transportent en de longs et pénibles voyages jusqu'à Alexandrie et en Palestine. Plus à l'ouest, contournant cette mystérieuse Afrique que leurs pieds foulent, se dessine une route lumineuse, plus plane, plus libre, par où ce torrent d'or viendra se déverser dans le Tage. Son génie entrevoit la mission providentielle de sa race : sonder les mers, propager la foi, élargir le domaine de la science, et, pour satisfaire ces rudes cerveaux avides de trésors, donner la Terre aux hommes.

Mais, derrière le contour grisâtre des derniers contreforts de l'Atlas, une autre perspective plus riante s'ouvre pour les âmes croyantes et ingénues. Cette terre conquise est la terre des infidèles : qu'elle devienne le prolongement de la patrie, et que dans ce fertile Algarve d'outre-mer s'implantent les quines portugaises et le culte de la Croix du Christ.

Deux chemins s'offrent au peuple portugais : l'un, plus attrayant pour l'idéalisme natif de la race ; l'autre, plus accessible aux esprits pratiques. Au prix de sacrifices immenses, le premier nous mènera à l'apogée de la gloire ; le second nous conduit à la prospérité, à l'abondance. Entre les deux, le petit peuple n'hésite pas : il les prend résolument tous les deux.

Mais pour mener à bien cette entreprise rêvée, la plus transcendante de toute l'histoire, l'Infant de Sagres aura à vaincre, non pas seulement l'opposition des hommes et des éléments, mais avant tout l'effroyable légion des abus, des préjugés, des vaines terreurs. Les cinquante ans qui se sont écoulés semblent avoir effacé de la mémoire des portugais l'expédition avant-courrière de D. Afonso IV. À leurs yeux effrayés se dressent encore, terribles et menaçantes, les vagues immenses de la Mer Ténébreuse.

Le soleil des tropiques embrase leurs corps, des bandes de monstres, de cannibales, de bêtes hideuses, défendent furieusement ces parages inhospitaliers. Et quelle exiguité barbare de ressources ! Quelques nefes misérables et petites, mal appareillées contre les vents et les ondes ; des instruments grossiers et primitifs de navigation ; manque absolu de cartes et de portulans ; les provisions sans protection contre la corruption et les larves, la vie humaine en proie à l'épidémie et à la fièvre . . .

En avant ! crie du haut du Promontoire Sacré la voix du prophète. Et les caravelles déploient leurs ailes, et les fustes et les galères, en cadence, frappent les eaux de leurs longues rames.

A l'ouest surgit un groupe d'îles, sentinelles avancées d'un continent caché ; au sud, une forêt merveilleuse sort des ondes. Ce sont les Açores, c'est Madère ; et les noms de Gonçalo Velho et de Gonçalves Zarco ouvrent la liste triomphale de nos découvreurs.

En avant ! répète la voix. Et Gil Eannes vient déposer, dans les mains tremblantes d'émotion de l'Infant, une touffe de fleurettes cueillies au-delà du cap Bojador. La Sénégambie, la Guinée, découpent, sur la route du midi, le littoral brûlant de l'Afrique. Le sang portugais coule sur les sables et sur les rochers, se mêle aux eaux de larges fleuves et trace sur les cartes qui surgissent les nouvelles dénominations géographiques. Un autre vestige de l'Atlantide disparue émerge du sein des flots : c'est l'archipel du Cap Vert, où aborde, avec le portugais Diogo Gomes, le vénitien Cadamosto.

Car, à cette croisade féconde entre toutes, les aventuriers accourent de tous les points de l'Europe, depuis les fiords semi-barbares de la Scandinavie jusqu'aux républiques policées de l'Italie. Les explorations des nautoniers de l'Occident viennent dévoiler à leurs yeux stupéfaits les arcanes de notre planète, la science de l'Univers. Et lorsque D. Henrique expire, il lègue à l'humanité la côte occidentale de l'Afrique, jusqu'à la vaste rade du Golfe de Guinée.

Pendant ce temps, les rois de Portugal s'acharnent à la conquête du Maroc. Survient un désastre : Tanger. Le plus jeune des fils de D. João I, D. Fernando, sacrifie sa liberté et sa vie pour sauver Ceuta. Mais l'ardeur ne se ralentit pas, et le désastre passé excite l'esprit chevaleresque de D. Afonso V, jaloux de compenser la Chrétienté de la perte de Constantinople.

Alcacer Seguer et Arsille tombent en son pouvoir, et la prise de Tanger venge le premier affront. Ainsi sont forgés les premiers anneaux de la chaîne qui étouffera le Maroc. Le souverain prend le titre de roi des Algarves d'en deçà et d'au-delà des mers. Une pépinière de héros pousse sur ce prolongement du sol de la Patrie. D. Duarte de Meneses, premier gouverneur d'Alcacer et digne fils du comte D. Pedro, premier gouverneur de Ceuta, donne sa vie pour sauver celle de son roi. Et autour de toutes les places fortes, les incursions des soldats portugais contre les Maures mettent à feu et à sang les champs du Rif et de Ducala.

Dans l'intérieur du royaume, les luttes intestines, les guerres d'ambition dynastique n'arrivent pas à épuiser les forces de la nation. D. Pedro, noble victime d'intrigues fratricides, voit mourir à ses côtes le brave et chevaleresque comte d'Avranches qui crie à ses bourreaux : « Gorgez-vous, canaille ! » Le jeune prince D. João, armé chevalier à Arsilla, met en déroute, à la bataille de Toro, l'aile castillane de l'Aragonais. Mais la victoire est indécise ; à son tour, l'aile du roi portugais est obligée de céder. Déroute superbe, qui nous montre le porte-enseigne Duarte de Almeida, dont les deux bras ont été emportés, tenant entre ses dents l'étendard royal que les ennemis lui disputent !

Le Prince Parfait est à présent roi de Portugal. La noblesse arrogante porte ombrage au diadème royal. L'échafaud, la prison, le poignard, le poison, lui font de la place pour qu'il puisse recevoir en plein la lumière de l'avenir, qui lui vient de l'Orient, tamisée par les limbes de l'Afrique. Mais ces limbes importuns vont disparaître, et voilà que s'ouvre la route resplendissante que le génie du grand Infant Henri a tracée sur la sphéricité du globe. Et les nefes portugaises couvrent de sillages argentés les mers inconnues ; des mains portugaises cherchent les pépites d'or dans les pays arrachés au Mystère ; des yeux portugais s'emplissent de lumière qu'ils vont refléter sur le monde entier. Des rochers, sortent les colonnes où sont gravées les quines portugaises ; on construit des châteaux, on fonde des comptoirs, on convertit les sauvages. Diogo da Azambuja, en invoquant St.-George, élève une forteresse au milieu des tribus idolâtres de Mina. Les navires de Diogo Cão pénètrent dans les eaux du large Congo, et sillonnent pour la première fois les plaines liquides de l'hémisphère méridional.

Cependant, des forêts lointaines et épaisses, à travers les

déserts de la Lybie, viennent des bruits de voix troublantes. Là-bas, sur les confins orientaux du continent noir, un potentat mystérieux, sous le nom hiératique de Prêtre Jean des Indes, a pris pour insigne la Croix du Christ. Il tendra certainement la main à ses frères en croyance pour les aider à atteindre le but de leur sublime entreprise. Par ordre du roi portugais, Pero da Covilhã renouvelle les pérégrinations légendaires de Marco Polo, cingle vers la mer des Indes, et serre la main fraternelle du descendant de Salomon, sur les bords caligineux de l'Abysinie. Mais en même temps, une expédition, féconde entre les plus fécondes, vogue sur l'Atlantique du Sud. Trois caravelles minuscules bravent les fureurs d'Adamastor. Quelques pygmées affamés ont raison du Titan formidable. Que vaut à côté de cela la fable d'Œdipe, le libérateur de Thèbes ? Le plus sublime devineur d'énigmes est Bartolomeu Dias qui, de ses rudes mains, affranchit l'humanité jusqu'alors asservie par le Mystère !

Les portes de l'Océan Indien sont ouvertes, la Bonne Espérance flamboie au milieu des ténèbres des tourmentes ; qu'attend-on donc pour atteindre le but et couronner la tâche séculaire ?

C'est qu'un nouveau péril menace ce petit peuple de navigateurs. Il plie sous l'étreinte des bras vigoureux d'une nationalité gigantesque, formée par l'agrégation du reste des royaumes de la Péninsule. Ses monarques, les rois catholiques, accueillent avec ardeur l'astucieux génois qui s'est assimilé les leçons des portugais, et songe à profiter, en les réunissant, les routes à demi effacées qu'ont tracées João Côrte Real, João Lavrador, les pionniers açoriens, pour arriver aux Indes par le couchant en traversant l'Atlantique.

Et lorsqu'il aperçoit les îles d'un nouveau monde, les Antilles, il croit voir l'Inde. Les cosmographes sont perplexes, D. João hésite devant la brièveté du chemin présumé, et il se voit spolié de la gloire et de la fortune par la jalouse ambition de l'Espagne. Pour mettre un terme à la querelle des deux rivaux, Dieu, par main de son vicaire, divise la terre en deux parts égales. La chrétienté pousse des cris contre cette sentence inique ; mais le Portugal est blessé dans son orgueil : pour l'énergie qui l'anime, la part est trop petite.

«L'homme est mort !» s'écrie, dans une extase de soulagement et de joie, Isabelle la Catholique, en apprenant que le poison a arraché de son enveloppe cette âme torturée par le regret. L'heu-

reux héritier recueille à bref délai le plus précieux de son héritage. Vasco da Gama, moins aventureux que Bartolomeu Dias, n'a qu'à réunir les deux tronçons séparés pour compléter ainsi sur la surface liquide la route de L'Extrême Orient.

Venise est morte. Un plus vaste entrepôt va lui succéder: — Lisbonne. Les races humaines vont faire connaissance les unes avec les autres. Le génie portugais réveille le monde engourdi.

III

Sous D. Manuel, nous touchons à l'apogée de l'épopée. Épopée colossale, qui embrasse dans sa réalité invraisemblable, et sous les formes les plus variées, tous les exploits que peut renfermer un cycle épique. Iliade et Odyssée, tragédie et roman, jeux héroïques qui ont pour Colisée la Terre entière, naumachies représentées sur toutes les mers. Toutes les langues se fondent dans ce chœur formé par tous les peuples, et qui a pour coryphées le Christ et Mahomet, pour protagoniste le Portugal.

Comment embrasser dans une rapide synthèse le drame le plus merveilleux et le plus complexe de l'Histoire? Un seul coup d'œil éblouit et donne le vertige. Forêt dont les arbres ont pour feuilles des étoiles, et dont le faite se perd dans les nues!

Un colosse, cependant, les domine tous: à côté de lui, les autres, qui suffiraient à la gloire d'un peuple, paraissent petits: Alvares Cabral étendant jusque dans les immenses régions intérieures du Brésil l'ombre de la Vraie Croix; les Corte-Real exhaussant de leur cadavre le banc de Terre Neuve; Duarte Pacheco renouvelant, mais en vainqueur cette fois, l'exploit des Thermopyles sur les terres des rajahs; le vice-roi D. Francisco de Almeida, emplissant l'Océan Indien du bruit de ses triomphes et de la terreur de sa vengeance; son fils D. Lourenço, à qui nous devons Ceylan, dont l'âme ne faiblit pas dans son corps déchiré par les boulets turcs; ces mineurs de l'Océan qui s'appellent Tristão da Cunha et João da Nova; et tant d'autres presque perdus dans cette pléiade anonyme qui fait une moisson d'îles et entoure les continents d'une auréole de lumière; plus près, de l'autre côté du Détroit, les paladins des frontières de l'Afrique, les illustres dynasties des Meneses et des Coutinho, les lances qui impétueusement font irruption dans le pays des bédouins au

point de faire résonner, sous la main de Nuno Fernandes de Ataíde, les portes sacrées de Maroc; Saffi, Mazagan, Azamor, ajoutées au rosaire de diamant qui fait pâlir l'éclat du croissant . . .

Oui ! De cette foule de géants se détache un colosse. Pour le fondre, la nature a renouvelé le moule d'Alexandre le Grand ; et, fatiguée de son effort, ce n'est que trois siècles plus tard qu'elle en fera de nouveau sortir Napoléon. Mais le Destin, moins généreux pour Afonso de Albuquerque que pour ses deux émules, ne lui accorde que quelques années pour jouer le rôle qu'il lui réserve, et quelques milliers de soldats pour remplir un théâtre dix fois plus vaste que le leur. L'envie, l'intrigue, la malveillance insensée s'acharnent contre lui : n'importe ! De ses mains nerveuses, il va tailler pour la petite nation occidentale l'immense empire que son génie a conçu, empire tellement grandiose que, pour le réaliser, il faudra à la Grande-Bretagne deux cents ans d'un labeur obstiné. Devant lui tremblent les potentats de l'Inde — le roi de Cambaye, le Sofi de Perse, le Sultan d'Egypte ; son nom retentit à Constantinople comme le fléau de l'Islam. Il ferme au commerce musulman les portes par où affluaient les trésors. Il s'empare d'Ormus et de Malaca, il fait de Goa la métropole de l'Orient, il rend tributaires de son roi les souverains de la Terre et les flots de l'Océan. Son épée foudroie, sa justice terrifie, sa bonté caresse. Il élève des temples sans détruire les pagodes et les mosquées ; il combat la mort, en fondant des hôpitaux, et les ténèbres, en ouvrant des écoles. Il assimile par l'amour les peuples qu'il a soumis à sa domination. Il crée la pépinière d'une race nouvelle qui s'étendra et perpétuera dans les parages lointains le sang des quelques héros qui furent leurs ancêtres. Vaillant capitaine, marin habile, fin politique, législateur prudent, Afonso de Albuquerque est la plus admirable incarnation du héros conducteur d'hommes.

Son corps débile succombe à la maladie au moment où son âme est déchirée par l'ingratitude de son roi. Les larmes de regret inondent son tombeau, les baisers de l'idolâtrie en usent la pierre. Et son dernier sanglot est comme le dernier souffle du Portugal dans les affres du suprême effort.

Cependant, après ce midi flamboyant, quelle soirée éblouissante, quel magnifique crépuscule ! Si prodigieusement lumineux qu'il peut faire resplendir de son éclat les couronnes étrangères ! C'est ainsi que le diadème de Charles-Quint brille de la gloire

du portugais Fernão de Magalhães — le premier navigateur qui fit le tour du monde ; ainsi, plus tard, les lions de Castille s'attribueront les explorations de l'Océanie, faites par le portugais Fernandes de Queiroz.

Le taciturne D. João III possède la première puissance navale du monde. Lisbonne est le point de confluence de toutes les richesses du globe. Mais le Destin se lasse de réaliser l'impossible ; la petite nationalité commence à se sentir extenuée, et de sa main s'échappent déjà des joyaux, entre autres les perles de l'Algarve d'Outre-Mer.

Et cependant, l'ancienne vigueur continue à donner à l'histoire l'apparence de la légende. Des mémoires de haute valeur nous montrent, au gouvernement de l'Inde, l'intrépide Nuno da Cunha, l'austère D. João de Castro, le magnanime D. Luís de Ataíde. L'audace impétueuse d'une poignée de braves deux fois de suite brise la ceinture de lances des hordes ennemies qui étreint Diu. Les femmes portugaises réchauffent les cœurs attiédés ; elles consolent et soulagent les blessés. Un atôme, la nef de Botelho Pereira, pointe l'infini en refaisant le voyage de Gama. Les echos retentissent du mot épique de António da Silveira, pris dans l'obscénité du langage plébéien, comme plus tard le mot de Cambonne pour fouetter au visage ses ennemis. Et à travers les régions nébuleuses de la Chine, de Cipango, de la Sonde, bravant la captivité, les naufrages, les combats, au milieu de péripéties merveilleuses, Fernão Mendes Pinto trace l'Odyssée véridique et la plus extraordinaire des temps modernes.

La Mort vient jeter le deuil sur les palais de nos rois. Puis apparaît une aube pleine de promesses : dans l'âme mystique de D. Sébastien renaît l'esprit chevaleresque des croisades.

Les princes de la chrétienté accueillent avec un sourire d'ironie ces rêves d'antan ; l'incrédulité se répand ; la voix de Luther a ébranlé le monde. La chevalerie agonise, et dans le cerveau génial de Cervantès retentissent les premiers glas de la cloche funèbre. La lance du royal D. Quichote flamboie seule comme si elle n'était entourée que d'une forêt de houlettes, sceptres de tristes *Baratarias*.

Qu'importe ? Le vieux sang portugais coule aux confins de la Terre, mais il en reste encore quelques gouttes pour tenter la séduisante entreprise. Des mercenaires viennent augmenter la petite phalange. Il y a plus d'or qu'il n'en faut pour fondre la

couronne impériale du Maroc, avec la croix pour cimier. Et au milieu des combats, il ne manquera pas de voix pour chanter, sur une musique dolente, l'âme de la Patrie. Saint Jacques ! et en avant ! C'est le pays des chérifs qui va enfin s'ajouter au territoire sacré. C'est la fin inéluctable du Maure, prédite par une lyre épique dont les accords vont faire tressaillir le monde entier.

C'est dans une campagne brûlée, près d'Alcacer Quibir, qu'a lieu la terrible rencontre — la bataille des Trois Rois. Au début de la mêlée, le prétendant allié des chrétiens tombe mort ; c'est le cadavre de l'usurpateur qui, de sa litière, guide l'armée victorieuse, et dans le tumultueux désordre des bataillons en déroute, au milieu des cris affolés de la fuite, de la clameur lamentable de la terreur panique, des lèvres exsangues et frémissantes de D. Sebastien sort ce répons homérique : « Mourir, oui, mais lentement !... »

Ce n'est pas un roi qui expire, ce n'est pas un trône qui s'écroule : c'est une nationalité qui meurt !

IV

Elle meurt, oui, elle meurt, mais pour ressusciter soixante ans après, plus vive, plus brillante. Ce n'était donc pas la mort, ce n'était que la torpeur de la chrysalide. Sous les doigts de fer des Philippes, le Portugal prolonge encore en un crépuscule toujours radieux le coucher de l'âge héroïque. Le Démon du midi, dans son entreprise insensée de l'Invincible Armada, anéantit la flotte portugaise. De nouvelles convoitises, attisées par la haine contre l'Espagne, rongent les domaines illimités que dore un éternel soleil. Le cœur portugais ne faiblit pas dans la défense du patrimoine sacré. En Orient, en Amérique, en Afrique, ceux qui ont découvert de nouveaux mondes sont contraints de disputer à l'Angleterre, à la France, à la Hollande, les lambeaux de leur gloire. Persans, turcs, mongols, berbères, sauvages, comme des meutes affamées, se précipitent sur le sanglier renversé dont les défenses ne pardonnent pas. Et dans les profondeurs insondables de l'abîme, les monstres, attirés par les débris des naufrages, par les dépouilles des batailles, suivent le sillage des vaisseaux portugais.

Mais les liens qui nous attachent à l'Espagne menacent de se

rompre. Tout dorés qu'ils étaient par l'ambition de ses propres rois, ce n'est qu'à contre-cœur que le peuple les a acceptés. Il les déteste aujourd'hui qu'un souverain étranger ose les transformer en chaînes.

Dans un effort suprême, il brise à jamais ces liens odieux. La noblesse, en expiation de son incurie d'autrefois, impose la couronne au descendant des rois nationaux. Les octogénaires revêtent leurs vieilles armures d'Alcacer, rouillées par les larmes de la captivité. Ce sont les mains maternelles de nos nobles dames qui passent au cou de leurs fils les baudriers armoriés qui portent leurs épées. Le menu peuple se précipite avec enthousiasme dans cet élan libérateur. De toutes les gorges, jaillit sans interruption cette clameur hautaine : « Pour le roi de Portugal, pour notre roi D. João IV ! » Il semble même que ce cri magique sorte des berceaux, comme dans les jeunes nids le chant des oisillons salue l'aurore.

Si la révolution est rapide, s'il n'y a presque pas de sang versé, il n'en est pas de même de la réaction impitoyable des anciens dominateurs dépossédés : vingt-huit ans de luttes acharnées contre l'armée la plus aguerrie de l'Europe. Pour l'opposer à Olivarès, le génie portugais crée un grand homme d'état, Castelo Melhor ; pour lutter contre les fameux généraux D. Juan d'Autriche et Carracena, surgissent D. Sancho Manuel et le Marquis de Marialva, qui à Montes Claros renouvelle les exploits d'Aljubarrota. Alors le Portugal peut de nouveau respirer librement dans le concert des nations libres.

Mais trois siècles auparavant ce soupir de soulagement n'avait soulevé qu'un coin du sol hispanique. Aujourd'hui c'est autre chose : au-delà des mers qui frémissent sous son souffle, le pigmée d'autrefois étend ses membres de géant. De leurs mains herculéennes, João Fernandes Vieira, à Pernambouc, et Salvador Correia de Sá, en Angola, brisent les derniers fers qui enchaînaient le Prométhée de l'Occident.

Cependant l'itinéraire tracé sur la surface du globe par les portugais a cessé d'être leur apanage exclusif. La plume de Grotius ouvre les mers au commerce universel. De nouvelles puissances navales, dans tout la vigueur de leur jeunesse, arrachent son trident d'or au vieux guerrier blanchi sous le harnois. C'est en vain que Rui Freire de Andrade accumule prouesses sur prouesses pour défendre Ormus des griffes britanniques et des

attaques des persans. En vain sur les murs démantelés des forteresses une poignée de héros entonne les strophes des *Lusiades*. C'est en vain que la petite troupe, que la faim et la misère obligent à capituler, passe aux yeux du hollandais qui assiège Colomb pour l'avant-garde d'une puissante armée. C'est en vain que la race d'élite multiplie les prodiges pour conserver sous son vasselage les terres et les mers qu'elle a découvertes.

Lisbonne a cessé d'être l'entrepôt des épices, le point de confluence des trésors de l'Orient. Heureusement d'autres trésors vont tomber dans son sein. Ils lui viennent de l'autre côté de l'Atlantique, de cette région merveilleuse où le Portugal revivra dans le Nouveau Monde. La prodigalité de D. João V dilapide toutes ces richesses, et sous cette pluie d'or et de diamants le vigoureux organisme national se détrempe. A la phase héroïque succède la phase mercantile. Et sous l'accaparement onctueux des jésuites, le mysticisme fécondant dégénère en bigotisme stérile.

C'est à peine si dans la pénombre de ce XVIII^e siècle, siècle de moines et de religieuses, où toutes les énergies de la race se fondent dans le despotisme régénérateur de Pombal, c'est à peine si l'on entrevoit un rare éclair des armes portugaises, et cependant elles concourent à la moisson des gloires étrangères. A l'aurore du siècle, sous la conduite du Marquis das Minas, elles entrent triomphalement dans Madrid, pour mettre sur les épaules d'un Habsbourg la pourpre impériale. Une fois de plus, dans les eaux du cap Matapan, les turcs arrogants sentent le poids de nos armes. Et au déclin du siècle, étincelle en Russie et dans le Roussillon l'épée d'un soldat intrépide, Gomes Freire de Andrade, que son amour de la liberté a marqué pour le martyr.

C'est l'amour de la liberté qui réveille le courage assoupi dans l'âme portugaise, quand dans la fournaise révolutionnaire se forge le sceptre d'un despote. Abandonnée par une cour égoïste, presque livrée à l'ambition du conquérant de l'Europe, une foule de déguenillés se transforme soudain en une armée aguerrie. Avec les Anglais, elle met en déroute les soldats de Junot, à Vimeiro et à Roliça; elle le chasse du sol de la patrie, comme plus tard elle repousse deux invasions successives; elle porte la victoire jusqu'au sommet du Buçaco; elle balaie au-delà des Pyrénées l'avalanche furieuse des légions napoléoniennes, et elle blesse à mort, dans son essor altier, l'aigle impériale de France. C'est

l'âme de Viriathe qui revient après mille cinq cents ans dans les forêts natales de l'Herminio.

Mais les semences disséminées par le souffle de la Révolution ont germé sur le sol portugais, habitué à la liberté. Arrosées du sang de Freire de Andrade et de ses compagnons, elles fleurissent de leur éclosion vermeille la boutonnière romantique des révolutionnaires de 1820.

Les esprits les plus ouverts aux doctrines d'un droit nouveau s'enivrent à leur parfum ; mais les traditions profondément enracinées dans l'âme populaire ne se laissent pas détruire d'un moment à l'autre. La fidélité aveugle au pouvoir divin des rois est encore le premier commandement de la foi chevaleresque. Combien de luttes ne faudra-t-il pas pour la faire disparaître ?

En effet, voilà que commence une nouvelle Iliade où, grecs et troyens, tous les combattants sont portugais. Les mêmes quines décorent les étendards des adversaires. Le passé étouffe le royaume sous le manteau de la tyrannie, encore entouré du prestige que lui donne l'intrépidité athlétique, la témérité sans égale d'un jeune prince. Un bastion, élevé sur un rocher, sert de refuge aux *guerrilleros* de l'avenir, qui ont pour patronne une image féminine d'enfant, dont les joues rebondies et veloutées rosissent sous le diadème.

Cette infime minorité, soutenue par la foi nouvelle, fait des prodiges. Le sol de la patrie tremble au passage de ces sept mille exilés, qui débarquent sur pied de guerre. Ils s'enferment dans les murs de Porto, où vient se brider la fureur du despote. A travers la fumée qui s'estompe, rougie par des éclairs, on entrevoit comme nimbées d'une auréole les figures qui personnifient les péripéties de la grande épopée révolutionnaire : le Roi-Empereur, laissant ses deux sceptres aux mains de deux enfants pour brandir de ses mains viriles sa terrible épée ; Sá da Bandeira, agitant son moignon mutilé pour exprimer l'ardeur qui embrase son cœur de paladin ; Saldanha, dressant sur son cheval blanc sa sveltesse martiale de *condottiere* de la Liberté ; et tant d'autres champions dévoués, chez qui le romantisme rallume, comme une Renaissance désirée, les inspirations que le Moyen Age donnait à la Chevalerie.

Une petite troupe de braves, conduits par le vaillant Terceira, traverse l'Alentejo. Lisbonne, abandonnée par les forces légitimistes, leur ouvre ses portes. Le gibet liberticide est anéanti ;

le passé, ce passé autocratique de trois siècles, est mort ; car l'autre, le passé qui remonte bien plus haut, celui-là, il ressuscite dans la voix souveraine du peuple. Sous le dais couleur de ciel et d'écume, au doux sourire d'une jeune reine, resplendit une nouvelle aurore.

Cependant de sombres nuages ne tardent pas à en ternir l'éclat. De longues années se passent avant que dans le cœur royal, endurci par l'orgueil atavique, pénètre la conscience de sa nouvelle mission. Au milieu des révoltes, retentit l'éloquence de notre Démosthène, José Estevão ; Passos Manuel met en pleine lumière son intégrité républicaine ; et, nébuleuse comme un symbole, s'agite l'énergique figure de Maria da Fonte, empoignant sa faux pour faucher dans la moisson ondulante l'ivraie des vindictes royales.

Finalement la paix est rétablie. Le triomphe définitif de la bourgeoisie ouvre une ère de civilisation utilitaire que traversent cependant des éclairs d'héroïsme. Le vieil esprit d'aventures, n'ayant plus de nouvelles plages à contourner, fouille les recoins des continents. C'est ce que, précédant la méthodique exploration scientifique des temps modernes, avaient déjà fait les *pombeiros* en Afrique et les *bandeirantes* en Amérique. À présent, dans le nouveau rêve d'un immense empire africain, les itinéraires de Serpa Pinto, de Capelo et Ivens, et d'une foule d'autres audacieux explorateurs, couvrent le continent noir d'un réseau lumineux. Et l'héritage des grands conquérants de l'Afrique, des valeureux capitaines de l'Inde, est consacré par Mousinho de Albuquerque dans le carré épique de Marracuene.

Rongé par le parasitisme politique, ébranlé par le torrent démocratique, le trône de huit siècles chancelle. Le sang tragique, qui en recouvre les marches, fait glisser les pas d'un jeune roi sans expérience. Et quand la révolution rend enfin le peuple maître des destinées de sa vigoureuse nationalité, au milieu de la poussière de l'écroulement, on voit encore briller d'un côté et de l'autre les traditions héroïques de la race.

V

Telle est, en légers traits, la trajectoire du Portugal dans le firmament de l'Histoire. C'est surtout de la parole du Christ que

lui est venue la force qui l'a fait graviter autour du soleil de la Liberté. Quelque profondément que les abus de l'Église aient ébranlé la foi mystique, son idéalisme inné persiste et se manifeste hautement par son amour de la Justice et son horreur du Mensonge. Ces deux sentiments sont la base du code de la Chevalerie, qui aujourd'hui encore, oblitéré par le cours des siècles, déchiré par l'utilitarisme matérialiste, bafoué dans la propre réédification de l'humanitarisme, illumine dans l'âme portugaise les replis mystérieux du sous-conscient.

C'est pour cela qu'un frémissement de colère a secoué ce généreux peuple devant l'orgueil d'une puissance barbare qui violait le Droit, qui écrasait la Liberté, qui déshonorait la Civilisation. Le vétéran des Croisades a compris, d'un regard d'intuition, que dans le monde allait s'engager la suprême croisade de la Justice contre la Tyrannie, du noble idéal latin de perfection morale contre l'odieux idéal germanique de la force dominatrice. L'astre lusitanien se serait écarté de sa brillante orbite s'il eût passé loin de la formidable mêlée. En apportant à la cause du Bien les trésors de son énergie, le Portugal suit le chemin logique de sa destinée et complète l'oeuvre de civilisation qu'il avait commencée sur la terre.

Ce n'est pas la convoitise des dépouilles qui le pousse, mais il veut avoir sa part d'honneur. Il combat pour la défense des droits d'autrui, et n'exige qu'une chose ; c'est que l'on respecte les siens. Comme l'intrépide Magriço, il arrive un peu en retard sur les champs dévastés par la barbarie, et il s'écrie en embrassant fraternellement ses compagnons :

— *Me adsum!*

Et sous les plis de l'étendard, qui flotte librement dans sa forte poigne, le héros de cent épopées jette son gantelet à la face du Lohengrin dégénéré...

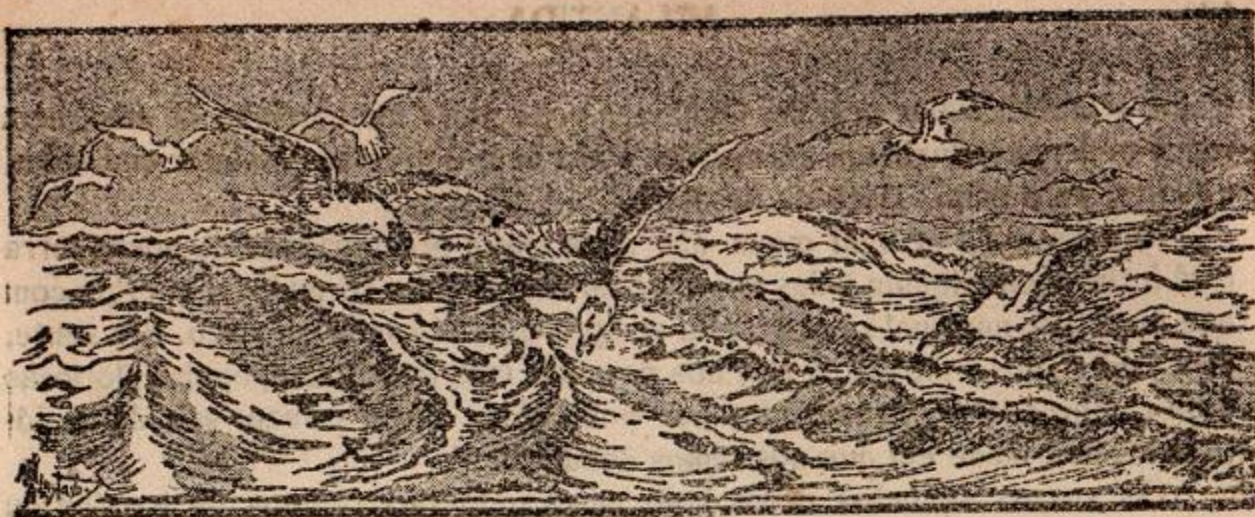
HENRIQUE LOPES DE MENDONÇA.



VINDIMANDO

LA VENDANGE

(Desenho de Roque Gamero)



O Domínio Colonial Português

Durante séculos foi a nossa política colonial guiada no sentido duma apertada centralização administrativa, sistema êsse em que fomos acompanhados por todos os povos latinos; dêle só a Inglaterra se afastou, com o resultado que todos admiramos e que lhe permitiu reunir agora nos campos de batalha da Europa soldados vindos dos mais remotos confins de todas as partes do mundo. À política centralista se deveu, em parte, o atraso em que nos veio encontrar êsse período de vida intensa e larga expansão, que levou a procurar novos campos onde se exercitasse a actividade dos que nos velhos territórios já não achavam lugar. Quisemos então acompanhar a marcha para a frente que se acentuava por toda a parte e sobretudo na Africa, até então mal conhecida; e muito fizemos, é certo, ao mesmo tempo que o exemplo alheio e a experiência própria nos iam demonstrando que as novas condições obrigavam a novos processos e que mal iríamos se continuássemos com os antiquados sistemas a que vínhamos de há tanto apegados.



E assim foi que, a pouco e pouco, como resultado do trabalho de muitos, veio a criação das cartas orgânicas para as colónias, instrumento de que brilhantes resultados se esperam, e que deverá guiar a nova era das colónias de Portugal. A esses diplomas se ligam, entre outros, os nomes de dois ministros que muito trabalharam para a sua promulgação, Lisboa de Lima e Ernesto de Vilhena, que de há muito tinha posto o seu grande saber ao serviço de tão justa causa.

Vamos seguir caminho novo, e porque os meios para o fazer são enérgicos e poderosos, também exigirão maior cuidado, maior ponderação,

maior sciência, maior prática. Qualquer pode guiar um carrinho de mão, nem todos podem conduzir um automóvel. Para êste é preciso condutor que saiba, e muito, para evitar risco de desastre.

Não há em Portugal quem não sinta que a prosperidade da nossa terra está íntimamente ligada à das nossas colónias, e daí a formidável energia com que o espírito nacional se manifesta sempre que as sonha em risco. Êle sente, com razão, que o ultramar, que nos permitiu uma época de epopeias gloriosas e de riquezas quasi sem conto, nos pode ainda elevar e fazer sair da monótona mediocridade em que nos temos debatido.

Os nossos soldados estão hoje mostrando nos campos de batalha da França que não desmerecemos dos nossos maiores em valentia, coragem e serena compreensão do dever. Precisamos ser dignos dêles e mostrar que queremos trabalhar com igual dedicação pela grandeza da pátria, criando riqueza, desenvolvendo o nosso comércio e alargando a nossa navegação, para o que as colónias nos serão, não só os melhores elementos, como também o mais fácil dos meios.

Nesse ultramar que vinca o nome português nas quatro partes do mundo, e onde são tão fortes as tradições que deixámos, encontramos nós quasi tudo que necessário é para produzir e criar. Os terrenos queimados do sol onde se levantam todas as culturas tropicais ali estão ao lado dos de clima temperado que tornam possível a colónia de população; minas, quedas de água poderosíssimas, portos de mar dos melhores e tantos outros elementos igualmente valiosos lá jazem ao nosso dispor, pedindo apenas, para se transformarem em preciosas fontes de indústria e comércio, iniciativas e trabalho orientado.

Que renovadas energias se levantem e que um patriotismo sincero exalte o espírito dos bons portugueses, e das nossas colónias renascerá uma era, tão grande, tão elevada e tão brilhante como aquela que há séculos nos tornou grandes entre as grandes nações do mundo. Que a vida que agora se vai iniciar com a autonomia que ao ultramar é dada corresponda da parte de nós todos, que somos e nos orgulhamos de ser portugueses, o espírito de sacrifício, o desejo do engrandecimento da pátria, e a dedicação pela causa pública que foi a norma e guia dessa legião de portugueses, dignos companheiros do maior de todos êles, o grande Afonso de Albuquerque.

A. FREIRE DE ANDRADE.

Le Domaine Colonial Portugais

Pendant des siècles, notre politique coloniale, comme du reste celle de tous les peuples latins, a obéi à une étroite centralisation administrative ; seule, l'Angleterre s'est écartée de ce système et la ligne qu'elle a suivie, et qui lui a donné les résultats que nous admirons, lui a permis de réunir, tout prêts à combattre, sur les champs de bataille de l'Europe, des soldats venus des confins les plus éloignés de toutes les parties du monde. C'est à la politique de centralisation qu'est dû en partie l'état arriéré où nous avons trouvés cette période de vie intense et de large expansion, qui a poussé ceux qui ne trouvaient plus place sur le vieux continent à chercher sur la terre des champs nouveaux où exercer leur activité. À notre tour, nous avons voulu accompagner la marche en avant qui s'accroissait dans toutes les directions, surtout vers l'Afrique, alors mal connue ; et nous avons fait beaucoup, certes, en même temps que l'exemple d'autrui et notre expérience personnelle nous enseignaient que les nouvelles conditions imposaient des procédés nouveaux, et qu'il nous en fallait de vouloir conserver à toute force les systèmes surannés auxquels nous nous étions depuis si longtemps attachés.

Et c'est ainsi que peu à peu, grâce au travail de chacun, on en est arrivé à la création des chartes organiques pour les colonies ; instruments dont on attend de brillants résultats, et qui devront ouvrir une ère nouvelle aux colonies portugaises. Deux ministres ont plus précisément intervenu dans l'organisation de ces choses : — Lisboa de Lima et Ernesto de Vilhena, qui depuis longtemps avait mis son grand savoir au service de cette cause si juste.

Nous allons suivre un chemin nouveau, et comme les moyens dont nous disposons sont énergiques et puissants, ils exigent aussi de notre part un plus grand soin, une réflexion plus attentive, une science plus développée, une pratique plus grande. N'importe qui peut pousser une brouette, mais le premier venu ne saurait conduire automobile. Pour cela il faut être chauffeur, et chauffeur connaissant bien son métier pour éviter les risques d'accident.

Il n'y a personne au Portugal qui ne sente combien la prospérité de notre pays est intimement liée à celle de nos colonies ; aussi avec quelle formidable énergie l'esprit national se manifeste-t-il à la moindre apparence de danger qui

puisse les menacer ! Il comprend, il sent, et le passé lui donne raison, que notre domaine colonial qui nous a déjà donné une époque d'épopées glorieuses et de richesses incalculables, peut encore nous relever et nous faire sortir de la monotone médiocrité où nous débattons.

Nos soldats sont en train de démontrer, sur les champs de bataille de France, qu'ils n'ont pas démerité de leur aînés, et qu'ils ont, comme eux, la valeur, le courage et la sereine compréhension du devoir. A notre tour de nous montrer dignes de nos vaillants soldats, et de prouver que nous voulons travailler avec la même ardeur et le même dévouement à la grandeur de la patrie, en créant de la richesse, en développant notre commerce et notre navigation ; et pour la réalisation de tous ces progrès, ce sont nos colonies qui, non seulement nous fourniront les meilleurs éléments, mais qui encore en seront elles-mêmes le moyen le plus facile.

Dans ces domaines d'outre-mer, disséminés dans les quatre parties du monde, auxquels le nom portugais est indissolublement attaché et où les traditions que nous avons laissées sont tellement fortes, nous trouvons presque tout ce qui est nécessaire pour produire et pour créer. Les terrains brûlés par le soleil, où se développent toutes les cultures tropicales, y confinent avec les régions au climat tempéré qui permet la colonisation : des mines, des chûtes d'eau d'une puissance extraordinaire, des ports de mer excellents, et mille éléments de valeur, s'offrent à nous et ne demandent, pour se transformer en sources précieuses d'industrie et de commerce, que l'initiative et du travail bien orienté.

Que de nouvelles énergies se produisent, et qu'un patriotisme sincère exalte l'esprit des bons portugais—et de nos colonies renaîtra une ère nouvelle aussi grandiose, aussi élevée, aussi brillante qui, il y a quatre siècles, a fait le Portugal grand entre les grandes nations du monde. Que la vie nouvelle, qui va commencer avec l'autonomie accordée à nos colonies, trouve en nous tous qui sommes portugais, et qui sommes fiers de l'être, l'esprit de sacrifice pour la grandeur de la patrie et le dévouement à la cause publique qui ont toujours été la règle et le guide de cette légion de portugais, dignes compagnons du plus grand d'entre tous, le grand Afonso de Albuquerque.

A. FREIRE DE ANDRADE.



Letras de Portugal

Floresça, fale, cante, ouça-se e viva
A portuguesa língua, e já onde fôr
Senhora, vá de si soberba e altiva.

ANTÓNIO FERREIRA.

I

A POESIA

... a arte de trouar, que em todo tẽpo
foy muy estimada.

GARCIA DE RESENDE.

Velha nau conquistadora, sempre de proa ao mar, Portugal é a arca santa dum livro rival da *Odisseia*, da *Encida*, da *Divina Comédia*.

Só a Itália e Portugal tiveram, de facto, no mundo nascido da romana partilha, a fôrça, ou a sorte, de procriar um cérebro donde a forma nacional, divinizando-se em olímpica matriz, safu definitivamente modelada na estátua que ao cortejo das gerações aponta o futuro.

Nebulosa por vezes, versejada numa língua que ainda não atingira a maioridade, pairam na epopeia florentina negruras medievais. O nosso poema, a que Vénus preside, foi composto, em plena Renascença, numa adulta linguagem, que entrelaça o paganismo e a fé cristã. Nos seus dez cantos, que, apesar de minuciosos, não compendiam, pois quasi esquecem o Brasil, todo o surto português através dos oceanos, celebra-se e dignifica-se o ímpeto aventureiro que o orientou do Tejo ao Ganges, da «praia das lágrimas» à dourada Goa, rasgando aos olhos da Europa, vendados pelas trevas circunstantes, o deslumbramento total do Oriente.

O milagre português, para empregar um termo em voga, teve nos *Lusíadas* o seu cântico. Tem, no convento admirável de Belém, o templo da sua vitória. E, na preciosa custódia que o rei D. Manuel mandou cinzelar do primeiro ouro que os descobrimentos lhe renderam, tem o penhor do abraço com que Portugal, hercúleo noivo, levado por mil arriscadas velas onde a cruz de Cristo sangrava, se apossou da noite que imperava sôbre os mares, convertendo em «boa esperança» as «tormentas» do Adamastor.

Camões morreu na miséria. Tão vil desamor, dos herdeiros da glória por êle acrescida, revoltou contra a pátria as cóleras do destino. A' divulgação do grande hino em 1572, sucede, pouco depois, a usurpação castelhana, que a lendária arrogância lusitana a custo tolera, por fatal esgotamento, durante sessenta anos.

Em 1640, desaparece a estrêla de Aljubarrota. Portugal escorraça o domínio filipino, como, nos princípios do século XIX, sacode a efêmera ingerência napoleónica.

É um povo livre o português, um povo rebelde, a que a experiência não tem quebrado o ardor da mocidade: uma permanente juventude, que, não o fadando para as empresas tenazes da madurez, pródigamente lhe concede excepcionais faculdades de trovador.

Trazemos todos, os de sangue português, glóbulos de sonho nas veias. Em nenhuma actividade como na poesia, somos tão cabalmente nós mesmos. É riquíssima a lista dos bons poetas em Portugal. Raras nações os terão melhores, nem em tão grande número. O próprio povo mostra-se um poeta excelente. Na sua forma preferida, a quadra, há obras perfectas.

Vibrantes, sentimentais, melancólicamente amorosos, fáceis a êsse intraduzível sentimento da saudade, lembrança desejosa do que de nós dista no espaço ou no tempo, assistidos por apaixonadas mulheres que sabem, entre todas, verter belas lágrimas, natural se torna que seja a lírica, e, caracterizada, a lírica triste, a maneira predilecta da nossa expressão literária.

Camões é disso a melhor prova. Ombreando nos *Lusíadas* com o Dante, nas *Rimas* iguala Petrarca.

Os seus méritos de glorificador são de ordem a obscurecer mais o discutível merecimento de outros que, inspirando-se na história portuguesa ou na lenda, escreveram poemas épicos. Não é pequena a lista: desde o *Viriato Trágico*, do bravo Mascarenhas, à *Malaca Conquistada*, em que Francisco de Sá e Meneses celebrou Albuquerque; do *Oriente*, do bilioso Macedo, tão destro na verrina, ao *Afonso Africano*, cujo autor, Vasco Mousinho de Quevedo, consagra depois seis cantos castelhanos à entrada de Filipe III em Lisboa, o que lhe regateia direitos ao pedestal do único monumento que em Portugal, tão mesquinamente, preiteia Camões.

Pouco custa ao menos feliz dos hendecassílabos dos *Lusíadas* reduzir a cotão de palavras os milhares de versos dos inúmeros poemas com que o luso verbosismo tem, pomposa ou ridículamente, apregoado triunfos e carpido reveses, como o do terremoto de 1755, prolífico em metrificadores. Na epopeia, que aparece com êle, Camões ficou só. Os seus émulos chamam-se Milton, Byron, Ariosto, Tasso.

Não sucede o mesmo com as suas canções, as suas éclogas, e sobretudo com os seus sonetos. Na lírica, em que se revela tão grande como na épica, Camões tem predecessores apreciáveis e insignes continuadores.

Os três grandes cancioneiros dos séculos XIII e XIV, o da Ajuda, o da Vaticana e o de Colocci-Brancuti, permitem-nos assistir ao gradual emancipamento da língua, que, fundida originariamente com o galécio, madrega em insinuantes cantares de amigo, em frescas bailadas, em serranilhas, barcarolas e cantigas de romaria.

Com D. Dinis, a poesia senta-se no trono ainda recente. Dois bastardos

riais, D. Pedro, Conde de Barcelos, cujo *Livro de Cantigas*, não se sabe se originais ou compiladas, se perdeu, e D. Afonso Sanches cultivam, como o pai, a arte de trovar, no que os imitaria êsse a quem o Marquês de Santilhana dirigiu o proêmio das suas obras, o condestável D. Pedro, que é o primeiro português a notabilizar-se na história da literatura espanhola.

Entre êsses portugueses que deram às castelhanas letras o maior dos prodecessores do teatro do século de ouro, e a clássica *Historia de los movimientos, separación y guerra de Cataluña*, de D. Francisco Manuel de Melo, está o inspirador de *L'Astrée*, de Honoré d'Urfé, o músico Jorge de Montemor, que pôs de moda a pastoral em verso e prosa, com a sua *Diana*, editada dezóito vezes no século XVI.

Mais do que a *Arcadia*, de Sannazaro, serviu de modêlo à espalhada novela a *Menina e Moça*, de Bernardim Ribeiro, outro bom poeta quinhentista. Acompanha-o de perto, com a écloga *Crisfal*, o discutido Cristóvão Falcão, que alguns sustentam ser o mesmo Bernardim.

Com estes, e principalmente em Camões, a poesia amorosa atinge a maior altura, sendo tal o predomínio do lirismo na índole literária da raça, que, noutro dos seus génios, Gil Vicente, um dos mais extraordinários poetas dramáticos que têm existido, vamos encontrar magníficos trechos líricos.

Assim como Camões se mostra único na épica, Gil Vicente, na dramática, tem sequazes e modificadores, mas não lhe aparece rival. Obedecendo à feição um pouco meteórica ou esporádica, que parece marcar, em muitos campos, a evolução portuguesa, os seus autos, farças e tragicomédias são o melhor de todo o nosso teatro.

Gil Vicente surde como uma deslumbradora aurora sem meio-dia, ao passo que Camões, como lírico, é um astro fixo, em cujo céu outros se acenderam e vêm brilhando. Ainda no seu século esplendoroso, são de nomear Sá de Miranda e António Ferreira, classicistas, e dois irmãos pela natureza e pela arte, Diogo Bernardes, cantor do *Lima*, e o místico Fr. Agostinho da Cruz. A António Ferreira deve-se a *Castro*, primeira tragédia da Renascença na península, sobre a «que depois de ser morta foi rainha».

O século XVII não desentranha um grande poeta. Deixam-nos, no entanto, versos agradáveis o novelista Francisco Rodrigues Lobo e o já citado D. Francisco Manuel de Melo, precursor de Molière na sua farça em verso *O Fidalgo Aprendiz*. Fútil mas gracioso, o *Auto da Lavradora de Airó*, de Vilasboas e Sampaio, abre um parêntese de simplicidade no gongorismo tortuoso.

Manuel Maria Barbosa du Bocage, o rabelesiano Bocage, que, na malícia popular sofre a mesma irrespeitosa celebridade do Bocácio em Itália e de Quevedo na Espanha, afirma-se como o maior dos poetas do século XVIII. Desgraçado, aventureiro, perseguido, malbaratou a curta vida a traduzir obras medíocres e a compor outras de ocasião, que, felizmente, o não impediram de forjar sátiras tão soberbas como a *Pena de Talião*, contra José Agostinho de Macedo, e numerosos sonetos onde reverdece o estro camoniano.

Satelizam-no, no jocoso, o sempre esfomeado Tolentino e António Diniz da Cruz e Silva, com o *Hissope*, contemporâneos de Correia Garção, por vezes inspiradíssimo, de Domingos dos Reis Quita, bucolista e cabeleireiro, do

vernáculo Francisco Manuel do Nascimento, que, para fugir à Inquisição, foi morrer a Paris, e do melodioso João Xavier de Matos, tão injustamente esquecido como o amargurado José Anastácio da Cunha.

Com o *Uruguay*, de José Basílio da Gama, e o *Caramuru*, de Santa Rita Durão, Portugal engrandece-se, por êsse tempo, com a constituição da mais importante das literaturas americanas. Saída da sua, a literatura brasileira vem reforçar a perpetuidade da língua em que outros dois poetas de sangue brasílico, Tomás António Gonzaga e Cláudio Manuel da Costa, modulam enternecedoras rimas.

Dilatada do velho ao novo mundo, a língua portuguesa, que novamente beija o mar, seu favorito, mantêm, além ondas, as suas características principais. À luz do setestrêlo, tinha-a, com despotismo, o amor ao seu serviço. Sob a fulguração do cruzeiro do sul, será o mesmo déspota a escravizá-la. Boa filha, a literatura brasileira não repudia a lírica preponderância materna. Também no imenso Brasil, os líricos prevalecem em número e sentimento, requintando a melancolia lusitana com tropical languidez.

Poucas serão as obras da primeira metade do século XIX destinadas a sobreviver. Apesar da sua sentimentalidade, Portugal não conta um grande bardo entre os três corifeus do romantismo. Cego, Castilho deixou um bom tratado de metrificacão, *A Primavera*, e adaptações de Anacreonte, Vergílio, Ovídio e Molière, onde o inegável domínio da língua se prejudica com a demasiada liberdade das transcrições. A devota *Harpa do Crente*, de Herculano, está longe de ser imortal. Garrett levou à poesia a sua elegância, mas a mais bela das suas obras em verso é o *Romanceiro*, que, abusando do retoque, inicia a colheita dos poemas tradicionais.

Seguem-se-lhes os trovadores ultra-românticos: Soares de Passos, cujo funéreo *Noivado do Sepulcro* tem comprometido o *Firmamento*; João de Lemos, o da *Lua de Londres*; Gomes de Amorim, com a *Flor de Mármore*; Luís Augusto Palmeirim, que os contemporâneos alcunharam de *Béranger*; Tomás Ribeiro, Eduardo Vidal, Bulhão Pato.

De 1850 para cá, abre se um período de intensa vibração. São poetas de valor Guilherme Braga, o panfletário do *Bispo* e dos *Falsos Apóstolos*, Guilherme de Azevedo, o inovador da *Alma Nova*, o brasileiro Gonçalves Crespo, Simões Dias, Manuel Duarte de Almeida. Dois nomes, porém, condensam toda a luz: João de Deus e Antero do Quental.

A sensibilidade do primeiro, tão privilegiada como a de Camões, destila, na mais pura e espontânea das formas, algumas das mais lindas cousas que homens têm rimado. Ao lado dos *Lustadas*, em todo o bom lar português, deve estar o *Campo de Flores*.

O *Campo de Flores* e *Os Sonetos*. Filósofo e suicida, Antero, uma das mais poderosas cerebrações latinas, é um singular poeta sem competidores conhecidos, um aedo isolado, que, em sonetos de bronze ou de cristal, desce às últimas profundidades, sobe à maior elevação.

Ja mortos, dois outros poetas, mais modernos, assinalam a sua passagem, com um livro cada um. São Cesário Verde, impressionista original, e António Nobre, em cujo *Só a dor da raça* achou um dos seus padrões.

Vivos, há três príncipes do verbo medido: Guerra Junqueiro, épico negador, cujo «fôlego cáustico» Oliveira Martins equiparou ao de Juvenal; Go-

mes Leal, o lírico adorável das *Claridades do Sul* e da *História de Jesus*; Eugénio de Castro, o mais artista de todos.

Das novas gerações, merecem fixar-se os nomes de António Feijó, falecido recentemente, António Patrício, Augusto Gil, Correia de Oliveira, Guedes Teixeira, João de Barros, João Saraiva, Lopes Vieira, Nunes Claro, Osório de Castro, Silva Gaio, Teixeira de Pascoais.

Entre os novíssimos, alguns se salientam, mas seria prematuro individualizá-los num quadro tão sumário como êste, feito no simples intuito de frisar que, século a século, com breves pausas em que o eco da corda emudecida cobre o silêncio gerador do novo citaredo, a história literária portuguesa é uma cadeia de poetas transmitindo-se, sonora e vibrante, a lira amorosa.

II

A PROSA

O gesto airoso do idioma luso.

FILINTO ELÍSIO

Não tarda em amanhecer a prosa portuguesa. Temo-la ensaiando as fôrças nos *Livros de Linhagens* ou *Nobiliários*, onde a genealogia floresce em lenda. Depois do rei-trovador da primeira dinastia, há, na estupenda família de Avis, um monarca inclinado à equístrica e à filosofia, D. Duarte, que compõe uma *Arte de bem cavalgar* e o *Lial Conselheiro*. Morto êle, rege o reino D. Pedro, o das sete partidas, autor de um tratado de moral, *Da Virtuosa Bemfeitoria*.

Cedo a história aparece, e, para confirmar a ofuscadora sina das alvoradas portuguesas, o primeiro cronista é um historiador notável. Igualava-o o anónimo da *Crónica do Condestável*. Expostas recentemente, por o benemérito director do *Arquivo Histórico*, as razões que levam a atribuir aquele trabalho ao mestre da *Crónica de D. João I*, ficou só em campo Fernão Lopes como um narrador modelar de concisão, bem dizer e pitoresco.

Deixando a perder de vista os seus mais directos continuadores, o exacto mas redundante Zurara, o menos prolixo mas adulator Rui de Pina, e o palaciano Garcia de Resende, compilador do *Cancioneiro Geral*, tão avaro em primores, mas tão pródigo em típicos informes, Fernão Lopes é o maior dos nossos historiadores de factos internos. Favorecido pela maior cultura, só o equivale, quanto ao desassombro e precisão de linguagem da *Crónica de D. Manuel*, o grande espírito de Damião de Góis, europeicamente apreciado.

Convêm estabelecer essa distinção entre historiadores internos e externos, porque nos séculos XV e XVI cabe à história portuguesa a ingente tarefa de acompanhar os rasgos das espadas e os sulcos das quilhas mundo em fora. Os cronistas sedentários, como o latinista do *De rebus Emmanuelis gestis*, Jerónimo Osório, êsses mesmos forçados a olhar para longe, cedem o passo aos historiógrafos viajeiros, navegadores, batalhantes, voluntariamente exilados.

Querendo documentar-se para a *Crónica da Tomada de Ceuta*, Gomes Eanes de Zurara visita o norte de África. A *História do Descobrimento da Índia pelos Portugueses* representa vinte anos lá passados por Fernão Lopes de Castanheda. Nasce na Índia a curiosa figura de António Galvão, autor do *Tratado dos diversos e desvairados caminhos por onde nos tempos passados a pimenta e especiaria veio da Índia às nossas partes*. Da Índia traz Gaspar Correia as suas *Lendas*. Não percorreu o Oriente, mas esteve na Mina e pagou uma expedição ao Brasil, o inspirador dos *Lusiadas*, João de Barros, cujas valiosas *Décadas* asiáticas são a única parte empreendida da tetralogia *Europa, África, Asia e Santa Cruz*, grandiosa epopeia em que planeou resumir Portugal. O seu consciencioso continuador, Diogo do Couto, foi morrer à Índia.

A par da história e dos trabalhos científicos de um Garcia da Orta, amiúdam-se as descrições de paragens e costumes exóticos, assinadas por uma plêiade brilhante, cujo vulto primacial é o temerário Fernão Mendes Pinto. O relato fiel do que vira e soubera da China e do Japão pareceu tão incrível aos leitores antigos, que, trocando-lhe o nome, o alcunharam de mentiroso.

Os próprios guerreiros cultivam a história e a informação. Afonso de Albuquerque, genial delineador do império que a Inglaterra viria a realizar, redige cartas preciosas. Precedendo o amigo de Miguel Angelo, Francisco de Holanda, o austero D. João de Castro faz crítica de arte num dos seus roteiros, a propósito dos templos de Elefanta.

Outra obra típica dêste país de navegantes começa, então, a constituir-se: a *História Trágico-Marítima*, ou inventário dos desastres com que o mar repeliu, por vezes, o tridente lusitano.

O domínio dos portugueses no Oriente traz à Lisboa cosmopolita de 1500 os mais variados e raros produtos. D. Manuel empunha um scetro de ouro lavrado na Índia, como é lenda que D. Dinis tivera outro, feito do ouro das areias do Tejo. Delapida o público erário tanta riqueza, mas a língua, enfeitada princesa, opulenta-se extraordinariamente à custa dela.

Êsse intercâmbio do português com os idiomas orientais está sendo exaustivamente documentado por Monsenhor Sebastião Rodolfo Dalgado, que, com a *Influência do Vocabulário Português em Linguas Asiáticas*, demonstrou a penetração da nossa língua em perto de cinquenta idiomas orientais, preparando-se para, no *Glossário Luso-Oriental*, catalogar as muitas palavras que dêles importámos.

Um dos melhores historiadores do século XVII, D. Francisco Manuel de Melo, foi, como vimos, dar à literatura espanhola, e sobre sucessos espanhóis, uma obra estimável. Ficam, para a historiografia portuguesa, Fr. António Brandão, o verídico reabilitador da *Monarquia Lusitana*, Jacinto Freire de Andrade, cuja retórica exuberância tem no panegírico de D. João de Castro magníficas páginas, e D. Luís de Meneses com o *Portugal Restaurado*.

O século XVIII é o século das Academias. Em 1720, D. João V institui a *Academia Rial de História Portuguesa*, e o 2.º Duque de Lafões a *Academia Rial das Ciências*, no reinado de D. Maria I. Daquela saem a *História Genealógica da Casa Rial Portuguesa*, em dezanove volumes, de D. António Caetano de Sousa, os dez volumes do *Vocabulário Português e Latino*, de Blntean, e a *Biblioteca Lusitana*, de Diogo Barbosa Machado. A

Biblioteca Lusitana é um repositório bio-bibliográfico em quatro grossos tomos. Desenvolvida, com o título de *Dicionário Bibliográfico Português*, por Inocêncio Francisco da Silva e pelo seu émulo Brito Aranha, conta hoje vinte e um volumes, ainda completáveis, que dão a medida da afluência com que nos temos utilizado da imprensa, desde a sua precoce entrada em Portugal nos fins do século xv. A jóia das primeiras edições portuguesas data de 1495. É a tradução da *Vita Christi*, de Ludolfo Cartusiano, pelo «mui pobre de virtudes», diz o cólofon, Fr. Bernardo de Alcobaça, impressa luxuosamente em Lisboa por Nicolau de Saxónia e Valentim de Morávia.

Com o democratizado título de *Academia das Ciências de Lisboa*, mantêm-se, um pouco sonolenta, a segunda das instituições apontadas, em cujo rol de publicações se contam obras da envergadura dos *Portugaliae Monumenta Historica*. Só não deve falar-se no seu *Dicionário*, pois, desde 1792, encalhou logo na primeira letra.

No século xix, tratam carinhosamente a história pátria Rebêlo da Silva, Latino Coelho, um estilista elegante, Gama Barros, Coelho da Rocha, Costa Lôbo, o vulgarizador Pinheiro Chagas. Leva-lhes a palma Herculano, que deixa um trabalho magistral na sua expurgadora *História de Portugal*, cujas árduas pesquisas explicam que só abranja os cento e cinquenta anos iniciais da nacionalidade.

Superficial na investigação, forçado nas ilações, mas arrebatador na forma, Oliveira Martins, servido por altos dotes de artista e sintetizador à maneira de Michelet, é a miúdo inexacto e parcial na sua história geral, «uma espécie de pintura mural — explicou — onde a tragédia portuguesa se desenrola, na sucessão dos seus momentos épicos». Mais cuidadosos, revelam-no melhor *Os Filhos de D. João I* e a esplêndida *Vida de Nun'Alvares*. Deviam seguir-se, nessa grandiosa resurreição da dinastia de Avis, *O Príncipe Perfeito*, D. João II, de que chegou a elaborar alguns capítulos, Afonso de Albuquerque e um D. Sebastião, que, prematura, a morte malogrou.

A mística, quer oratória, quer meditativa, agiográfica ou histórico-monástica, teve bons cultores. Na eloquência sagrada, o jesuíta António Vieira foi dos que maior lustro deu à língua. Em géneros ingratos, são dois prosadores irresistíveis de doçura e amenidade o teólogo oratoriano Manuel Bernardes e o cronista da *História de S. Domingos*, Fr. Luís de Sousa. Como moralistas, distinguem-se os quinhentistas Fr. Heitor Pinto, o bispo Amador Arrais e Diogo de Paiva de Andrade. No *Casamento Perfeito*, do último, há capítulos que não desmerecem de *La Perfecta Casada*, de Fr. Luís de Léon. Escritos no cativo, para se lerem «com recolhimento em hora quieta», os *Trabalhos de Jesus*, do augustiniano Tomé de Jesus, constituem, pelo calor da fé, pela unção e pelas infinitas tonalidades psicológicas da linguagem, uma das mais belas obras de toda a literatura religiosa.

O ponto fraco da literatura portuguesa está, para o passado, na novela, seja na de imaginação, faculdade de que a raça sempre se tem mostrado falha, seja na realística. Agravam tal penúria algumas lacunas inescaláveis.

Dito fica que Jorge de Montemor defraudou as letras da sua terra, compondo em espanhol a sua *Diana*. Outro português, Francisco Botelho de Moraes e Vasconcelos, também recorreu ao castelhano para a composição duma

novela onde há coisas apreciáveis, a *Historia de las Cuevas de Salamanca*, cuja segunda edição, aumentada, é de 1754.

Rodeia-se de mistério o *Amadis de Gaula*, com que se diz Vasco de Lobeira enriquecera a povoada galeria dos cavaleiros andantes, e ao qual, aplaudido por Cervantes, Francisco de Moraes deu, no século XVI, um irmão em *Palmeirim de Inglaterra*. Também nada se sabe do *Peralvilho de Córdoba*, de Miguel da Silva Cabral, que Fitzmaurice Kelly assegura passar por ser «o melhor dos contos picarescos de Portugal». Que foi obra conhecida, prova-o *O Hissope*, onde ao lado do *Bacharel Trapça*, de Castillo-Solórzano, aparece citado como de leitura corrente, mas não é lícito dizer mais, pelo facto singular de se não conhecer nenhuma cópia manuscrita ou exemplar impresso.

Os *Contos e Histórias de Proveito e Exemplo*, de Gonçalo Fernandes de Trancoso, que, esquecendo o *Lazarillo de Tormes*, Faria e Sousa considerara como o primeiro livro de novelas publicado em Espanha, não tiveram seguidores. Das poucas obras do género que há escritas, como o *Serão Político*, de Fr. Lucas de Santa Catarina, só merecem lembrança as três pastorais de Rodrigues Lôbo, *Primavera*, *Pastor Peregrino* e *O Desenganado*.

Compensando, até certo ponto, a falta da novelística, temos algumas obras de crítica social: *Apólogos Dialogais* e *Carta de Guia de Casados*, de D. Francisco Manuel de Melo, e a *Arte de Furtar*, cuja enigmática autoria ainda se não conseguiu desvendar. Ao P.^e António Vieira, Tomé Pinheiro da Veiga, o espirituoso diarista da *Fastigímia*, João Pinto Ribeiro e Duarte Ribeiro de Macedo, candidatos a tão honroso título, trouxe agora o Sr. Dr. Solidónio Leite mais um concorrente ilustre, em António de Sousa de Macedo, o atraente moralista do *Tribunal da Razão*.

Ainda de crítica social, outras obras há dignas de atenção, menos pelo defeituoso estilo do que pelo interesse documental com que retratam costumes. No século XVII, o *Tempo de Agora*, de Martim Afonso de Miranda, e as *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna*, não se sabe de quem. Para o século XVIII, o *Anatómico Jocosos*, atribuído a Fr. Lucas de Santa Catarina, *Governo do Mundo em Séco*, de Manuel José de Paiva, e as *Cartas do Cavaleiro de Oliveira*. Em princípios de 1800, os rabujentos fascículos do José Daniel.

Não é rico de grandes nomes, como já acentuei, o teatro português, cujo estudo a raridade de muitos textos dificulta. Depois de Gil Vicente, o fundador, Prestes, Chiado, Simão Machado e os restantes vicentistas, sem esquecer o interessantíssimo Jorge Ferreira de Vasconcelos, ha, no século XVII, *O Fidalgo Aprendiz*, e em 1700, as *Óperas* de António José da Silva, *O Judeu*. Depois de Manuel de Figueiredo e Pimenta de Aguiar, vem no século XIX, Garrett com o *Frei Luís de Sousa*, e mais tarde, um dramaturgo lírico inconfundível, D. João da Câmara. Actualmente representam o teatro, de carácter histórico ou moderno, Henrique Lopes de Mendonça, Marcelino Mesquita, Eduardo Schwalbach, Júlio Dantas,

É o romantismo que nos traz os primeiros romances, dando lugar ao *Arco de Sant'Ana* e às *Viagens da Minhã Terra*, de Almeida Garrett, e aos romances históricos de Alexandre Herculano, entre os quais *O Monge de*

Cister se destaca como um modelo de que tentam aproximar-se Arnaldo Gama, Bernardino Pinheiro, Andrade Corvo, Coelho Lousada e outros.

A 16 de Março de 1826 nasce, em Lisboa, uma das mais atormentadas e fecundas individualidades literárias de Portugal, Camilo Castelo Branco, gigante na prosa e na polémica. Obrigado a uma produção intensíssima, não chegou a condensar numa obra de íntegra perfeição as qualidades múltiplas e raras que em quasi todos os seus muitos livros evidenciou, mas em algumas dezenas de romances, na maioria de atmosfera provinciana, cegou a retratar com dor ou com riso, uma grande parte da sociedade do seu tempo. O mais divulgado, e um dos melhores romances de Camilo, que se suicidou em 1 de Junho de 1890, é o *Amor de Perdição*. Entre as suas novelas minhotas, sobressai a *Maria Moisés*.

Imbuído da maneira inglesa, Júlio Dinis, o preferido das donzelas de há trinta anos, é o novelista ingénuo e campesino das *Pupilas do Senhor Reitor* e da *Morgadinha dos Canaviaes*. Descende d'ele Trindade Coelho, o delicado contista de *Os Meus Amores*.

A Camilo sucede, no primado das letras, o mais europeu dos escritores do Portugal moderno. É Eça de Queiroz, ironista inexcedível, ao ridicularizar os podres da sua pátria, e o mais encantador dos estilistas nacionais. Pertençam à sua fase realista os três romances: *O Crime do Padre Amaro*, *O Primo Basílio* e *Os Maias*. Oscilam entre o realismo e a novela de fantasia, *A Relíquia*, flaubertiana, *O Mandarim*, *A Ilustre Casa de Ramires* e, fulgurante sátira da vida civilizada, *A Cidade e as Serras*, seu testamento. Levado, por um scepticismo elegante, a descrever do presente, bebeu no *Flos Sanctorum* motivos novos de inspiração, urdindo, nas vidas de *Santo Onofre*, *São Cristóvão* e nos supremos capítulos preliminares do *S. Frei Gil*, a mais harmoniosa, subtil e embriagante teia de palavras a que o português se tem prestado.

Colaborador de Eça no *Mistério da Estrada de Sintra*, Ramalho Ortigão, robusto e sensato, foi, depois de Júlio César Machado, um bem humorado anotador de factos e costumes. Pessoalíssimo, indisciplinado como o terno bambinista da *Musa Loira*, *Beldemónio*, Fialho de Almeida, crítico e contista, marca no impressionismo um talento de primeira água, que a constante revolta com a estreita banalidade do meio não deixou amadurecer para obras mais serenas e tão definitivas como a tela reverberante dos *Ceifeiros*.

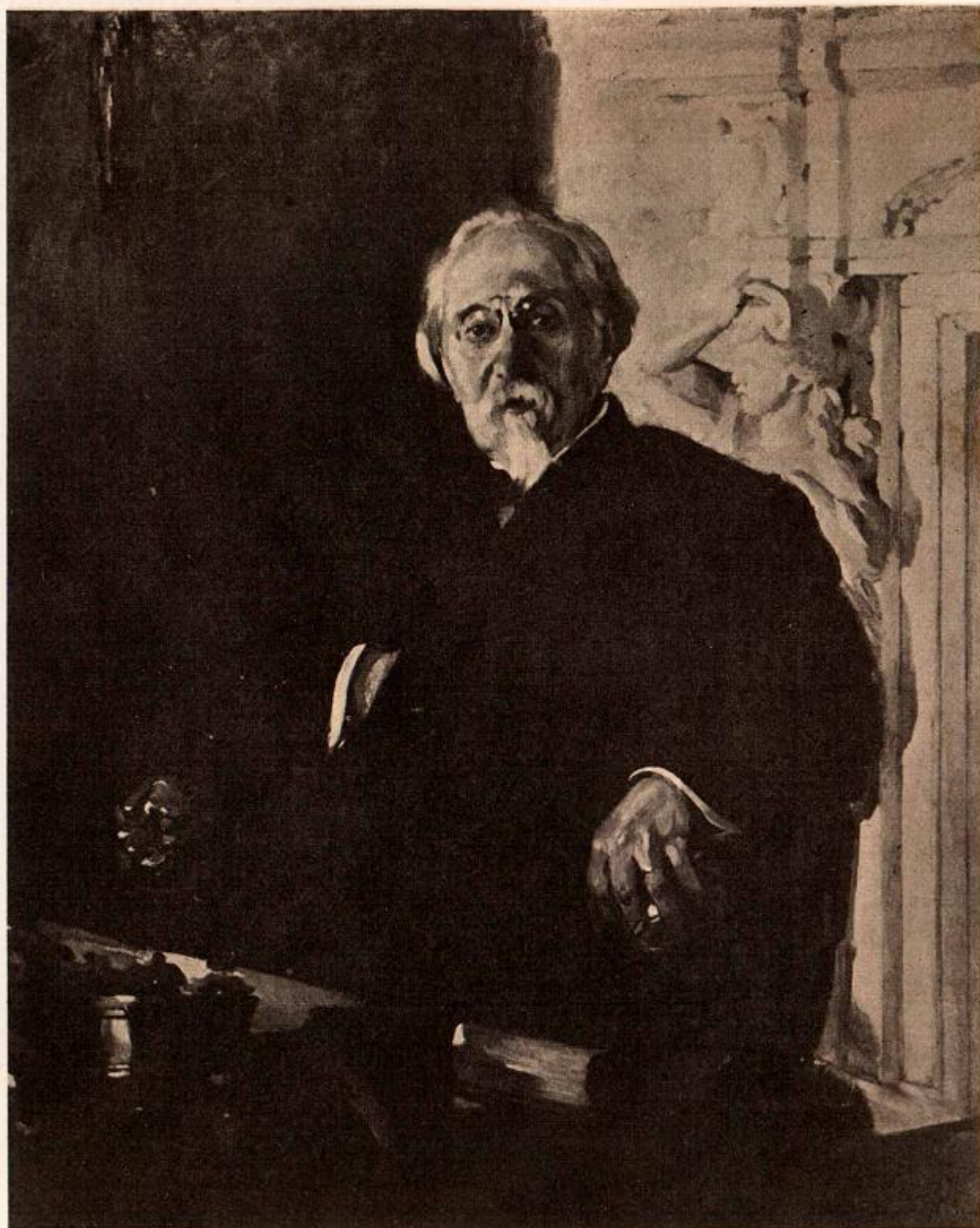
Morto Eça, desaparecidos Fialho e Ramalho, a prosa portuguesa espera o novo senhor. O romance, sobretudo, não produziu outro grande nome. Falta ao Portugal contemporâneo o seu romancista.

Com Abel Botelho, há pouco falecido, e Malheiro Dias, que mudou de rumo, é Teixeira de Queiroz, mais antigo do que eles, o novelista actualmente mais cotado.

Na crónica, no conto, na novela, aparecem-nos presentemente: Júlio Brandão, um temperamento delicadíssimo, Teixeira Gomes, colorista original, Alberto de Oliveira com as *Palavras Loucas*, Mayer Garção, poeta também de valor e jornalista fluente, João Chagas, vigoroso no panfleto, Antero de Figueiredo, João Grave, D. João de Castro, Venceslau de Moraes, Raúl Brandão, Luís da Câmara Reis, Justino de Montalvão, Augusto de Castro, André Brun, Aníbal Soares, Albino Forjaz de Sampaio, Arnaldo Fonseca, Joaquim Manso, Vila Moura, Sousa Costa, etc.

Terminarei esta desabalada correria, em que muita cousa hei-de ter deixado na sombra, por apontar, aos estrangeiros que quizerem imediatamente avaliar da rica sensibilidade lusitana, uma obra portuguesa, mas escrita em francês, e sem rival no mundo ardente da paixão: *Lettres d'amour d'une Religieuse portugaise*,—Sóror Mariana Alcoforado,—superiores às cartas de Heloísa. Cinco gritos, apenas, de amorosa, cinco soluços de mulher, tão absolutamente belos, porém, tão sinceros, que, ao flamejar dêsse morto coração eterno, se sente o desejo de ser, para lho devolver em felicidade, o perdido amante sacrílegamente amado.

MANOEL DE SOUSA PINTO.



DR. MANUEL DE ARRIAGA
Primeiro Presidente da República Portuguesa

(Por Columbano)

Les lettres au Portugal

Floresça, fale, cante, ouça-se e viva
A portuguesa língua, e já onde fôr
Senhora, vá de si soberba e altiva.

ANTÓNIO FERREIRA.

*Que la langue portugaise fleurisse, parle, vive
Et soit entendue, et que partout où elle domine
Elle soit superbe et hautaine.*

I

LA POÉSIE

...a arte de trouar que em todo tépo
foy muy estimada.

Vieux navire conquérant, toujours cinglant vers la haute mer, le Portugal est l'arche sainte d'un livre rival de l'*Odyssée*, de l'*Enéide*, de la *Divine Comédie*.

Dans le monde sorti du démembrement romain, seuls, en effet, l'Italie et le Portugal eurent la force, ou la chance, de créer un cerveau où la forme nationale, comme divinisée, se modèle définitivement en une statue olympienne qui se dresse pour montrer l'avenir à la foule des générations.

Dans l'épopée florentine, nébuleuse parfois, versifiée dans une langue qui n'a pas encore atteint sa majorité, flotte souvent l'obscurité du moyen âge. Notre poème, auquel préside Vénus, a été composé en pleine Renaissance, dans une langue adulte, où le paganisme se mélange à la foi chrétienne. Dans les dix chants qui le composent, où le Brésil, et l'essor portugais à travers les océans sont presque oubliés, le poète chante et exalte l'impétuosité aventurière qui a guidé ses navires du Tage au Gange, de la plage de «Lágrimas» aux portes d'or de Goa, et qui, déchirant les ténèbres dont l'Europe était enveloppée, dévoile à ses yeux éblouis toute l'éclatante splendeur de l'Orient.

Le miracle portugais, pour employer une expression à la mode, a eu son cantique dans les *Lusiadas*. Il a, dans l'admirable couvent de Belem le temple de sa victoire. Et dans le précieux ostensor que le roi D. Manuel fit ciseler avec le premier or que lui rapportèrent les nouvelles découvertes, est le gage du premier baiser par lequel Portugal, fiancé herculéen, emporté au milieu de mille

dangers par les voiles où saignait la croix du Christ, prenait possession de la nuit qui ensevelissait le monde, et changeait en « Bonne Espérance » les « tempêtes » d'Adamastor.

Camões est mort dans la misère. Une telle ingratitude chez les héritiers de la gloire qui lui devait son éclat, attira sur la patrie la colère du destin. À l'apparition du grand hymne, en 1572, succède peu après l'usurpation castillane que, dans son épuisement fatal, la légendaire fierté lusitaine se voit contrainte à subir pendant soixante ans.

En 1640 brille l'étoile d'Aljubarrota. Portugal secoue le joug des Filipes, comme il secouera au commencement du XIX^e siècle la domination éphémère de Napoléon.

Le peuple portugais est un peuple libre, un peuple rebelle dont l'expérience n'a pas encore éteint l'ardeur : s'il n'est pas doué de la ténacité que donne la maturité, en revanche, une éternelle jeunesse lui prodigue tous les dons du troubadour.

Nous, les portugais, nous avons tous, dans le sang, des globules de rêve. Dans aucune manifestation d'activité nous ne sommes plus nous-mêmes qu'en poésie. La liste des bons poètes portugais est longue, et peu de nations pourraient s'enorgueillir d'en avoir de meilleur et surtout en si grand nombre. Le peuple lui-même est un excellent poète, et dans sa forme de prédilection, le quatrain, il a produit des chefs-d'œuvre.

Vibrants, sentimentaux, mélancoliquement amoureux, dominés par cet intraduisible sentiment de *saúdade*, fait de souvenir, de regret, de désir de tout ce que le temps ou l'espace sépare de nous, sous l'influence de femmes passionnées qui savent donner à leurs larmes un charme idéal, il était tout naturel que la forme préférée de notre expression littéraire fut la poésie lyrique, et particulièrement la poésie lyrique triste.

Camões en est la meilleure preuve. Rival du Dante dans les *Lusiadas*, dans les *Rimas* il est l'égal de Pétrarque.

Le mérite du chantre de nos gloires est de nature à éclipser le mérite discutable de tant d'autres qui s'inspirant, soit dans l'histoire portugaise, soit dans la légende, ont écrit des poèmes épiques. Et la liste n'en est pas courte : depuis le *Viriato Trágico*, du brave Marcarenhas, jusqu'à la *Malaca Conquistada*, où Francisco de Sá e Meneses a célébré Albuquerque, depuis l'*Oriente*, de l'atrabilaire Macedo, si habile à flageller, jusqu'à l'*Afonso Africano*, dont l'auteur, Vasco Mousinho de Quevedo, consacre ensuite six chants castillans à l'entrée de Filipe III à Lisbonne, ce qui met en doute son droit de figurer au piédestal de l'unique monument où Portugal consacre à Camões un hommage mesquin.

C'est un jeu pour le moins heureux des hendécasyllabes des *Luisadas* de réduire en poudre les milliers de vers des innombrables poèmes dans lesquels la verbosité lusitaine a pompeusement ou ridiculement célébré des triomphes ou lamenté des revers, comme par exemple le tremblement de terre de 1755 qui fut prodigue en rimailleurs. Dans l'épopée, qui apparaît avec lui, Camões seul est debout. Ses émules s'appellent Milton, Byron, l'Arioste, le Tasse.

Il n'en est plus de même pour ses chansons, ses églogues et surtout ses sonnets. Dans la poésie lyrique, où Camões se montre aussi grand que dans l'épopée, il a des prédécesseurs remarquables et d'insignes continuateurs.

Les trois grands Chansonniers des XIII^e e XIV^e siècles, celui d'Ajuda, celui de la Vaticana et celui de Colocci-Brancuti, nous permettent d'assister à l'émancipation graduelle de la langue, qui fondue, à l'origine, avec le galicien, commence à se manifester en insinuantes chansons familières, en fraîches ballades, en chants montagnards, en barcaroles, en cantiques de pèlerinage.

Avec D. Dinis, la poésie s'assied sur le trône à peine affermi. Deux bâtards royaux, D. Pedro, Comte de Barcelos, dont le «Livro de Cantigas», on ne sait si originaires si compilées, s'est perdu, et D. Afonso Sanches, cultivaient, comme leur père, l'art de rimer, en quoi ils étaient imités par celui à qui le Marquis de Santilhane adressait la préface de ses œuvres, le connétable D. Pedro, le premier portugais qui se soit distingué dans l'histoire de la littérature espagnole.

Parmi ces portugais qui ont donné aux lettres castillanes le plus grand des précurseurs du théâtre du siècle d'or, en même temps que la classique *Historia de los movimientos, separación y guerra de Cataluña*, de D. Francisco Manuel de Melo, prend place l'inspirateur de *L'Astrée* de Honoré d'Urfé, le musicien Jorge de Montemor qui, avec sa «Diana» dix-huit fois éditée au XVI^e siècle, mit à la mode la pastorale en vers et en prose.

Plus que l'*Arcadia* de Sannazaro, elle servit de modèle à la nouvelle bien connue *A Menina e Moça*, de Bernardim Ribeiro, un autre bon poète du XVI^e siècle. Il est suivi de près, avec l'églogue *Crisfal* par Cristóvão Falcão, écrivain discuté qui, pour quelques-uns, n'est que Bernardim lui-même.

Avec eux, et surtout avec Camões, la poésie amoureuse atteint son apogée, et le lyrisme prédomine à un tel point sur l'esprit littéraire de la race que Gil Vicente, l'un des poètes dramatiques les plus extraordinaires qui aient existé, nous donne des pages magnifiques qui en sont toutes remplies.

De même que Camões est unique dans la poésie épique, Gil Vicente, dans la poésie dramatique, a des imitateurs, mais point de rival.

Sous une forme parfois un peu fantasque et indécise qui semble, sur divers points, marquer l'évolution portugaise, les mystères, les farces et les tragi-comédies de Gil Vicente sont les foyaux de notre théâtre.

Il surgit, comme une éblouissante aurore qui n'aura pas de midi, tandis que Camões est, dans la poésie lyrique, l'astre fixe autour duquel gravitent d'autres astres qui reçoivent de lui leur chaleur et leur éclat. Il nous faut encore nommer dans ce siècle de splendeur, Sá de Miranda et António Ferreira, tout inspirés des classiques, — et deux frères, frères par la nature et par l'art, Diogo Bernardes, le chantre du *Lima*, et le mystique Fr. Agostinho da Cruz. C'est António Ferreira qui nous a donné dans la péninsule, la première tragédie de la Renaissance, *Inês de Castro*, «celle qui fut reine après sa mort».

Le XVII^e ne donne naissance à aucun grand poète. Toutefois le nouvelliste Francisco Rodrigues Lôbo et D. Francisco Manuel de Melo, déjà cité, nous ont laissé des poésies agréables. Ce dernier fut le précurseur de Molière, avec sa farce en vers *O Fidalgo Aprendiz*. Léger et gracieux, l'*Auto da Lavradora de Airó*, de Vilasboas e Sampaio, vient ouvrir une parenthèse de simplicité dans le tortueux gongorisme.

Manuel Maria Barbosa du Bocage, le rabelaisien Bocage, à qui la malice populaire a infligé la même célébrité irrespectueuse qu'à Boccace en Italie et à Quevedo en Espagne, s'affirme comme le plus grand poète du XVIII^e siècle.

cle. Miséreux, aventureux, persécuté, il a gâché sa vie à traduire des ouvrages médiocres, et à en composer de secondaires, ce qui, heureusement ne l'a pas empêché de produire des satires admirables comme la *Pena de Talião*, contre José Agostinho de Macedo, et d'écrire des sonnets où reparaît, rajeunie, la verve de Camões.

Autour de lui se groupent, dans le genre facétieux, Tolentino, le poète toujours affamé, António Dinis da Cruz e Silva, avec son *Hissope*, en même temps que Correia Garção, vibrant d'inspiration, Domingos dos Reis Quita, le coiffeur bucolique, l'impeccable Francisco Manuel do Nascimento, qui pour échapper à l'Inquisition, alla mourir à Paris, et le mélodieux João Xavier de Matos, aussi injustement oublié que le parme José Anastácio da Cunha.

C'est alors que l'*Uruguay*, de José Basílio da Gama, et le *Caramuru*, de Santa Rita Durão viennent annoncer la constitution de la plus importante des littératures américaines, la littérature brésilienne, qui sorti de la nôtre va concourir à perpétuer la langue où deux poètes brésiliens, Tomás António Gonzaga et Cláudio Manuel da Costa, modulent des vers pleins de sentiment.

A travers l'Océan, son favori, embrassant le nouveau monde, la langue portugaise conserve, au-delà des mers, ses caractéristiques principales. Au rayonnement des Pléiades, l'amour, dans son despotisme, en avait fait son esclave; sous la scintillation de la croix du Sud, le même tyran la dominera. En bonne fille qu'elle est, la littérature brésilienne ne repudie pas la prépondérance lyrique de sa mère. Dans l'immense Brésil, les poètes lyriques l'emportent en nombre et en sentiment, et chez eux la mélancolie lusitane est raffinée par la langueur tropicale.

La première moitié du XIX^e siècle n'a produit que bien peu d'œuvres dignes de passer à la postérité. Malgré leur sentimentalité, aucun des trois coryphées du romantisme ne peut être considéré comme un grand poète. Castilho, aveugle, nous a laissé, avec un bon traité de métrification, un poème, *A Primavera*, et des adaptations d'Anacréon, de Vergile, d'Ovide, de Molière, où la liberté excessive des transcriptions nuit au prestige indéniable du style. Le poème religieux d'Herculano, *A Harpa do Crente*, ne saurait aspirer à l'immortalité. Garrett a donné à la poésie toute l'élégance dont il est doué; mais le meilleur de ses ouvrages en vers est le *Romanceiro*, qui ouvre l'ère des poèmes traditionnels et à l'abus de la recherche se fait trop sentir.

Puis viennent les troubadours ultra-romantiques : Soares de Passos, dont le funèbre *Noivado do Sepulcro* a compromis le *Firmamento*; João de Lemos, l'auteur de *Lua de Londres*; Gomes de Amorim et sa *Flor de Mármore*; Luís Augusto Palmeirim, que ses contemporains surnommaient le Béranger portugais; Tomás Ribeiro, Eduardo Vidal, Bulhão Pato.

A partir de 1850, commence une période de vibration intense. C'est alors qu'apparaissent des poètes de véritable valeur : Guilherme Braga, le pamphlétaire du *Bispo* et des *Falsos Apóstolos*; Guilherme de Azevedo, l'innovateur de l'*Alma Nova*; le brésilien Gonçalves Crespo, Simões Dias, Manuel Duarte de Almeida. Mais deux noms brillent du plus vif éclat : João de Deus e Antero do Quental.

Debordant d'une sensibilité qui n'a de comparable que celle de Camões, João de Deus cisèle, sous la forme la plus pure, la plus spontanée, les plus belles des choses qu'aient jamais versifiées un cerveau de poète. Dans tout

bon foyer portugais le *Campo de Flores* doit trouver place à côté des *Lusitadas*. Le *Campo de Flores* et *Os Sonetos*. Philosophe dont le suicide a démenti la philosophie, Antero, l'une des plus puissantes organisations cérébrales de la race latine, est un poète extraordinaire, impossible à comparer, un aède isolé qui, dans ses sonnets de bronze ou de cristal, descend jusqu'aux dernières profondeurs ou s'élève aux plus sublimes hauteurs.

Deux autres poètes plus modernes et déjà disparus ont signalé leur passage, chacun d'eux par un livre: Cesário Verde, impressionniste original, et António Nobre, qui, dans son poème *Só*, a su stéréotyper la douleur de la race.

Nous comptons encore parmi nous trois princes de la poésie: Guerra Junqueiro, épique incrédule dont Oliveira Martins compare la «verve caustique» à celle de Juvénal; Gomes Lial, dont le lyrisme adorable se révèle dans les *Claridades do Sul*, et dans son *História de Jesus*; et Eugénio de Castro, le plus artiste de tous.

Dans la nouvelle génération nous devons en toute justice fixer les noms de António Feijó, décédé depuis peu, António Patrício, Augusto Gil, Correia de Oliveira, Guedes Teixeira, João de Barros, João Saraiva, Lopes Vieira, Nunes Claro, Osório de Castro, Silva Gaio, Teixeira de Pascoais.

Parmi les tout jeunes, un certain nombre se fait remarquer; mais il serait prématuré de les individualiser dans un tableau aussi résumé que celui que nous traçons, et qui n'a d'autre objet que de bien faire constater que, de siècle en siècle, avec de courts intervalles ou l'écho de la corde momentanément muette, couvre le silence créateur d'un nouveau barde, l'histoire littéraire du Portugal forme une chaîne de poètes qui, sans interruption, se transmettent toujours sonore et vibrante la lyre amoureuse qu'ils ont reçue de leurs aînés.

II

LA PROSE

O gesto airoso do idioma luso.

(Le geste gracieux de la langue portugaise.)

FILINTO ELÍSIO.

De bonne heure, la prose portugaise fit son apparition. Nous la voyons essayant ses forces dans les *Livros de Linhagem* ou *Nobiliários*, où la généalogie fleurit en légendes.

Après le roi-poète de la première dynastie, apparaît dans l'étonnante famille d'Avis un monarque adonné à l'équitation et à la philosophie, D. Duarte, qui compose l'*Arte de bem cavalgar* et le *Lial Conselheiro*. A sa mort, la régence passe aux mains de D. Pedro, qui nous a laissé un traité de morale, *Da Virtuosa Bemfeitoria*.

L'histoire, à son tour, ne tarde pas à se montrer, et pour confirmer la brillante destinée du Portugal à son aurore, le premier chroniqueur est un

historien remarquable. Il est égalé par l'auteur anonyme de la *Crónica do Condestável*. Les raisons exposées récemment par l'illustre directeur de l'*Arquivo Histórico* portent à attribuer ce travail au maître de la *Crónica de D. João I*, et s'il en est ainsi, Fernão Lopes reste seul comme conteur admirable, modèle de concision, d'élégance et de pittoresque. Laissant bien loin derrière lui ses continuateurs les plus directs, Zurara, exact mais surabondant; Rui de Pina, moins prolixe mais trop flatteur, et Garcia de Resende, le courtisan compilateur du *Cancioneiro Geral*, si pauvre de beautés, mais si riche en détails typiques, Fernão Lopes est le plus grand des historiens de notre vie intime. Seul Damião de Góis, le grand esprit que toute l'Europe connaît et apprécie, peut, par la hardiesse et la précision de son langage, dans la *Crónica de D. Manuel*, rivaliser avec lui.

Il faut bien établir une distinction entre les historiens internes et externes, car au xv^e et au xvi^e siècle, c'est à l'histoire portugaise qu'incombe la tâche énorme d'accompagner ses soldats dans leurs conquêtes et ses navires dans leurs découvertes. Les chroniqueurs sédentaires, comme Jerónimo Osório, le latiniste du *De rebus Emmanuelis gestis*, obligés eux-mêmes de regarder au loin, cèdent le pas aux historiographes voyageurs, navigateurs, combattants, volontairement exilés.

Afin d'obtenir des documents pour sa *Crónica da Tomada de Ceuta*, Gomes Eanes de Zuzara visite le nord de l'Afrique.

Pour écrire l'*História do Descobrimento da Índia pelos Portugueses*, Fernão Lopes de Castanheda passe vingt ans de sa vie aux Indes.

C'est aux Indes qu'est né l'original António Galvão, auteur du *Tratado dos diversos e desvairados caminhos por onde, nos tempos passados, a pimenta e especiaria veio da Índia às nossas partes* («Traité des divers et étranges chemins par où, autrefois, le poivre et les épices nous venaient de l'Inde»). C'est de l'Inde que Gaspar Correa rapporte ses *Lendas*. L'inspirateur des *Lustadas*, João de Barros, dont les célèbres *Décadas* asiatiques constituent la seule partie entreprise de la tétralogie, *Europa, África, Asia e Santa Cruz*, épopée grandiose qu'il destinait à la glorification du Portugal João de Barros, dis-je, n'a pas parcouru l'Orient, mais il a été à Mima et il a fait les frais d'une expédition au Brésil. Son consciencieux continuateur est allé mourir aux Indes.

A côté de l'histoire et des travaux scientifiques de Garcia da Orta, abondent les descriptions des pays et d'usages exotiques, descriptions signées par une brillante pléiade, dominée par la figure de Fernão Mendes Pinto. Le récit fidèle de ce qu'il avait vu et appris en Chine et au Japon a paru tellement incroyable aux anciens lecteurs qu'ils accolèrent à son nom l'épithète de menteur.

Les généraux eux-mêmes cultivaient l'histoire et fournissaient d'utiles renseignements. Afonso de Albuquerque, le général qui avait tracé sur la carte l'empire dont plus tard l'Angleterre devait faire une réalité, nous a laissé des lettres précieuses. L'austère D. João de Castro, précédant l'ami de Michel Ange, Francisco de Holanda, fait, dans un de ses portulans, une critique d'art sur les temples d'Eléfanta.

C'est alors que prend naissance une autre œuvre typique de ce pays de navigateurs : l'*História Trágico-Marítima*, ou l'énumération des désastres que parfois la mer a infligés à la marine portugaise.

L'Orient, dominé par les portugais, envoie à Lisbonne, la capitale cosmopolite du xv^e siècle, les produits les plus rares et les plus variés. Le sceptre de D. Manuel est d'or recueilli et travaillé dans l'Inde, comme la légende veut que le sceptre de D. Dinis ait été fait avec l'or extrait des sables du Tage. Toute cette immense richesse dont l'Orient nous inonde, est bientôt dilapidée par l'État; mais notre langue, déjà si belle, s'enrichit prodigieusement de cette dilapidation.

Cet échange entre le portugais et les idiomes orientaux est profusément documenté par Monseigneur Sebastião Rodolfo Dalgado qui, dans son ouvrage *Influência do Vocabulário Português em Línguas Asiáticas*, a démontré la pénétration de notre langue dans près de cinquante dialectes orientaux, et plus tard a catalogué, dans son *Glossário Luso-Oriental*, le grand nombre de mots que nous leur avons pris.

L'un des meilleurs historiens du xviii^e siècle, D. Francisco Manuel de Melo, est allé, comme nous l'avons vu, enrichir la littérature du pays voisin, en écrivant en espagnol, et sur des événements espagnols, un ouvrage de valeur. Mais il nous reste comme historiographes portugais, à cette époque, Fr. António Brandão, l'auteur de la *Monarquia Lusitana*; Jacinto Freire de Andrade, dont la rhétorique exubérante produit des pages magnifiques dans le panégyrique de D. João de Castro; et D. Luís de Meneses avec son *Portugal Restaurado*.

Le xviii^e siècle est le siècle des Académies. En 1720, D. João V institue l'Académie Royale d'Histoire Portugaise, et le second Duc de Lafões, sous le règne de Maria I, fonde l'Académie Royale des Sciences. La première nous a donné l'*História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, dix-neuf volumes de D. António Caetano de Sousa; le *Vocabulário Português e Latino*, de Bluteau, en dix volumes, et la *Biblioteca Lusitana*, de Diogo Barbosa Machado. Cet ouvrage est un recueil bio-bibliographique qui formait quatre gros volumes. Largement développé sous le titre de *Dicionário Bibliográfico Português*, par Inocêncio Francisco da Silva et par son émule Brito Aranha, il compte, jusqu'à ce jour, vingt-et-un tomes, ce qui donne la mesure de l'usage que nous avons su faire de l'imprimerie introduite en Portugal vers la fin du xv^e siècle, c'est-à-dire presque immédiatement après son invention. Le joyau des premières éditions portugaises date de 1495. C'est la traduction de la *Vita Christi*, de Ludolfo Cartusiano, luxueusement imprimée à Lisbonne par Nicolaus de Saxônia et Valentim de Morávia.

Sous la dénomination démocratisée d'*Academia das Sciencias de Lisboa*, la seconde de ces institutions, toujours un peu somnolente, compte cependant à son actif des publications de valeur, telles que celle des *Portugaliae Monumenta Historica*. Ayons soin de passer sous silence son fameux *Dicionário*, qui depuis 1792 en est encore à la lettre A.

Au xix^e siècle, l'histoire portugaise est traitée avec amour par Rebêlo da Silva, Latino Coelho, Gama Barros, l'élégant styliste, Costa Lobo et le vulgarisateur Pinheiro Chagas. Mais celui qui l'emporte sur tous les autres, c'est le sévère historien Alexandre Herculano, dont l'œuvre magistrale, *História de Portugal*, est tellement consciencieuse que les longues et difficiles recherches qu'elle exige ne lui ont permis d'embrasser que les cent cinquante premières années de notre nationalité.

Superficiel dans ses investigations, forcé dans ses déductions, mais entraînant par sa forme, doué d'un tempérament d'artiste, et synthétisant à la façon de Michelet, Oliveira Martins est souvent inexact et partial dans son *Histoire Générale* «une espèce de peinture murale—explique-t-il—où la tragédie portugaise se déroule dans la succession de ses moments épiques». Il se montre plus soigneux et se fait mieux connaître dans son livre *Os Filhos de D. João I* et surtout dans sa magnifique *Vida de Nun'Alvares*. Il comptait écrire, pour continuer cette glorieuse resurrection de la dynastie de Avis, *O Príncipe Perfeito*, D. João I, dont il composa même quelques chapitres, Afonso de Albuquerque et un D. Sébastien : la mort ne lui en laissa pas le temps.

La théologie mystique, oratoire ou méditative, hagiographique ou historico-monastique, trouve de bons interprètes. Dans l'éloquence sacrée, c'est au jésuite António Vieira que notre langue doit son plus vif éclat. Dans un genre ingrat, le théologue oratorien Manuel Bernardes et le chroniqueur de l'*História de S. Domingos*, Fr. Luís de Sousa, sont deux prosateurs d'une douceur, d'une aménité irrésistibles. Comme moralistes, il faut citer les *quinhentistas* Fr. Heitor Pinto, l'évêque Amador Arrais et Diogo de Paiva Andrade, dont le *Casamento Perfeito* contient des chapitres qui ne seraient pas déplacés dans *La Perfecta Casada*, de Fr. Luis de Léon. Composés dans la captivité pour être lus «avec recueillement dans les heures de calme» les *Trabalhos de Jesus*, de l'augustin Tomé de Jesus, constitue par l'ardeur de la foi, par la profondeur de l'onction et par les tonalités psychologiques infinies du langage, une des plus belles œuvres de toute la littérature religieuse.

La nouvelle, qu'elle prenne sa source dans l'imagination, faculté dont notre race s'est toujours montrée un peu dépourvue, ou qu'elle soit tirée de la vie réelle, la nouvelle, disons-nous, est, dans le passé le point faible de la littérature portugaise. Quelques lacunes inexplicables viennent encore aggraver cette pénurie.

Nous avons déjà dit que Jorge de Montemor, sans se soucier du tort qu'il portait à sa langue maternelle, composa sa *Diana* en espagnol. Un autre portugais, Francisco Botelho de Morais e Vasconcelos, se servit aussi de la langue castillane pour composer l'*Historia de las Cuevas de Salamanca*, ouvrage qui contient des choses de valeur, et dont la deuxième édition, augmentée, date de 1734.

Le mystère plane sur l'*Amadis de Gaula*, dont on dit que Vasco de Lobeira enrichit encore la galerie déjà bien peuplée des chevaliers errants, et auquel, encouragé par Cervantes, Francisco de Morais, au XVI^e siècle, donna un frère, son *Palmeirim de Inglaterra*. On ne sait rien non plus sur le *Peralvilho de Córdova*, de Miguel da Silva Cabral, ouvrage qui, au dire de Fitzmaurice Kelly, passe pour le meilleur des contes badins de Portugal. Il est incontestable que cet ouvrage a été connu, car à côté du *Bacharel Trapaça*, de Castilho-Solórzano, il est cité comme lecture courante : mais on n'en saurait rien dire de plus, puisque par un fait singulier, on n'en connaît aucune copie manuscrite ni aucun exemplaire imprimé.

Les *Contos e Histórias de Proveito e Exemplo*, de Gonçalo Fernandes de Trancoso, que Faria e Sousa, oubliant le *Lazarilho de Tormes*, considé-

rait comme le premier livre de nouvelles publié en Espagne, n'eurent pas de continuateurs. Dans le petit nombre d'ouvrages de ce genre, on ne peut guère citer, avec le *Serão Político*, de Fr. Lucas de Santa Catarina, que les trois pastorales de Rodrigues Lôbo, *Primavera*, *Pastor Peregrino* et *O Desenganado*.

En revanche, et pour compenser, jusqu'à un certain point, notre infériorité comme nouvellistes, nous avons quelques bons ouvrages de critique sociale, tels que: *Apólogos Dialogais* et *Carta de Guia de Casados*, de D. Francisco Manuel de Melo; *Arte de Furtar*, dont l'énigmatique auteur est toujours resté inconnu. Aux noms du Père António Vieira, de Tomé Pinheiro da Veiga, le spirituel écrivain de *Fastigímia*, de João Pinto Ribeiro et de Duarte Ribeiro de Macedo, tous candidats à l'honneur d'avoir écrit a *Arte de Furtar*, il faut ajouter celui d'un concurrent illustre que nous apporte le Dr. Solidónio Leite: António de Sousa de Macedo, l'aimable moraliste du *Tribunal da Razão*.

D'autres ouvrages de critique sociale sont encore dignes d'appeler l'attention, moins par leur style souvent défectueux que par les documents pleins d'intérêt qu'ils nous donnent sur les mœurs et coutumes de l'époque: au xviii^e siècle, le *Tempo de Agora*, de Martins Afonso de Miranda, et les *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna*, dont on ne connaît point l'auteur; au xvii^e siècle, l'*Anatómico Jocosso*, attribué à Fr. Lucas de Santa Catarina; le *Governo do Mundo em Seco*, de Manuel José de Paiva, et les *Cartas* du Chevalier de Oliveira; enfin, au commencement de ce même siècle, les fascicules bilieux de José Daniel.

Comme nous l'avons déjà fait remarquer, le théâtre portugais n'est pas riche en grands noms, et la rareté d'un grand nombre de textes en rend l'étude encore plus difficile. Après Gil Vicente, le fondateur, viennent Prestes, Chialdo, Simão Machado et les autres disciples du maître, sans oublier l'intéressant Jorge Ferreira de Vasconcelos. Au xvii^e siècle, D. Francisco Manuel de Melo nous donne son *Fidalgo Aprendiz*, et en 1700 apparaissent les *Óperas* de António José da Silva, *O Judeu*. Ensuite, Manuel de Figueiredo et Pimenta de Aguiar, précédant Garrett, avec son drame *Frei Luís de Sousa*, et plus tard un dramaturge lyrique qui s'est fait une place à part, D. João da Câmara. Le théâtre, de caractère historique ou moderne est actuellement représenté par Henrique de Mendonça, Marcelino Mesquita, Eduardo Schwalbach, Julio Dantas.

C'est au romantisme que nous devons les premiers romans: *O Arco de Sant'Ana* et les *Viagens na Minha Terra*, de Almeida Garrett, ainsi que les romans historiques d'Alexandre Herculano, parmi lesquels *O Monge de Cister*, un véritable modèle, dont cherchent à s'inspirer Arnaldo Gama, Bernardino Pinheiro, Andrade Corvo, Coelho Lousada et d'autres.

Le 16 Mars 1826 naît à Lisbonne une des individualités les plus tourmentées et les plus fécondes du Portugal, Camilo Castelo Branco, prosateur et polémiste gigantesque qui, atteint de cécité, se suicide le 1^{er} Juin de 1880. Obligé, par les difficultés de l'existence, à une production épuisante, il n'a pu condenser dans un seul ouvrage les rares et multiples qualités qui en eussent fait un chef-d'œuvre de perfection, mais qui se révèlent à l'évidence dans ses nombreux livres, surtout dans quelques dizaines de romans tout imprégnés

de l'atmosphère provinciale, et où défile, dans une peinture vivante, au milieu des rires ou des larmes, une grande partie de la société de son temps. L'un des meilleurs romans de Camilo est sans contredit *Amor de Perdição*, de même qu'entre ses nouvelles du Minho la plus remarquable est *Maria Moisés*.

Imbu de la manière anglaise, Júlio Dinis, l'auteur préféré des jeunes filles d'il y a trente ans, est le nouvelliste ingénu et champêtre des *Pupilas do Senhor Reitor* et de la *Morgadinha dos Canaviais*. C'est de lui qui descend Trindade Coelho, le conteur adorable de *Os Meus Amores*.

Camilo mort, le sceptre des lettres passe aux mains du plus européen des écrivains du Portugal moderne, Eça de Queiroz. Ironiste inimitable, lorsqu'il jette le ridicule sur les corrompus de la société, il est le plus charmant des stylistes nationaux. Au réalisme, qui caractérise sa première manière, appartiennent les trois romans : *O Crime do Padre Amaro*, *O Primo Basílio* et *Os Maias*. *A Relíquia*, dans le goût de Flaubert, et *O Mandarim* oscillent entre le réalisme et la nouvelle fantaisiste. *A Ilustre Casa de Ramires* est une brillante et mordante satire de la vie civilisée. Dans *A Cidade e as Serras*, il nous donne son testament. Dominé par un scepticisme élégant, ayant perdu toute foi dans le présent, il va chercher dans le *Flos Sanctorum* de nouvelles sources d'inspiration, et la vie de Santo Onofre, de S. Cristóvão, les admirables chapitres préliminaires de S. Frei Gil réalisent, au point de vue du style, l'enchaînement de mots le plus harmonieux, le plus insinuant, le plus merveilleux, auquel la langue portugaise se soit jamais prêtée.

Collaborateur d'Eça dans le *Mistério da Estrada de Sintra*, Ramalho Ortigão, écrivain robuste et sensé, fut, après Júlio César Machado, un annotateur humoriste des faits et des coutumes de son temps.

Fialho de Almeida, critique et conteur, personnel à l'excès et indiscipliné, révèle dans l'impressionnisme un talent de premier ordre, qui, constamment en révolte contre l'étroite banalité du milieu, ne peut mûrir pour des œuvres plus sereines et aussi définitives que son lumineux tableau des *Ceifeiros*.

Eça mort, Fialho et Ramalho disparus, la prose portugaise n'a plus de chef. Plus un grand nom, dans le roman surtout, et le Portugal moderne attend son romancier.

Citons Abel Botelho, que la mort vient de nous enlever ; Malheiro Dias, qui a viré de bord, et surtout Teixeira de Queiroz, leur aîné, qui est actuellement le nouvelliste le plus haut coté.

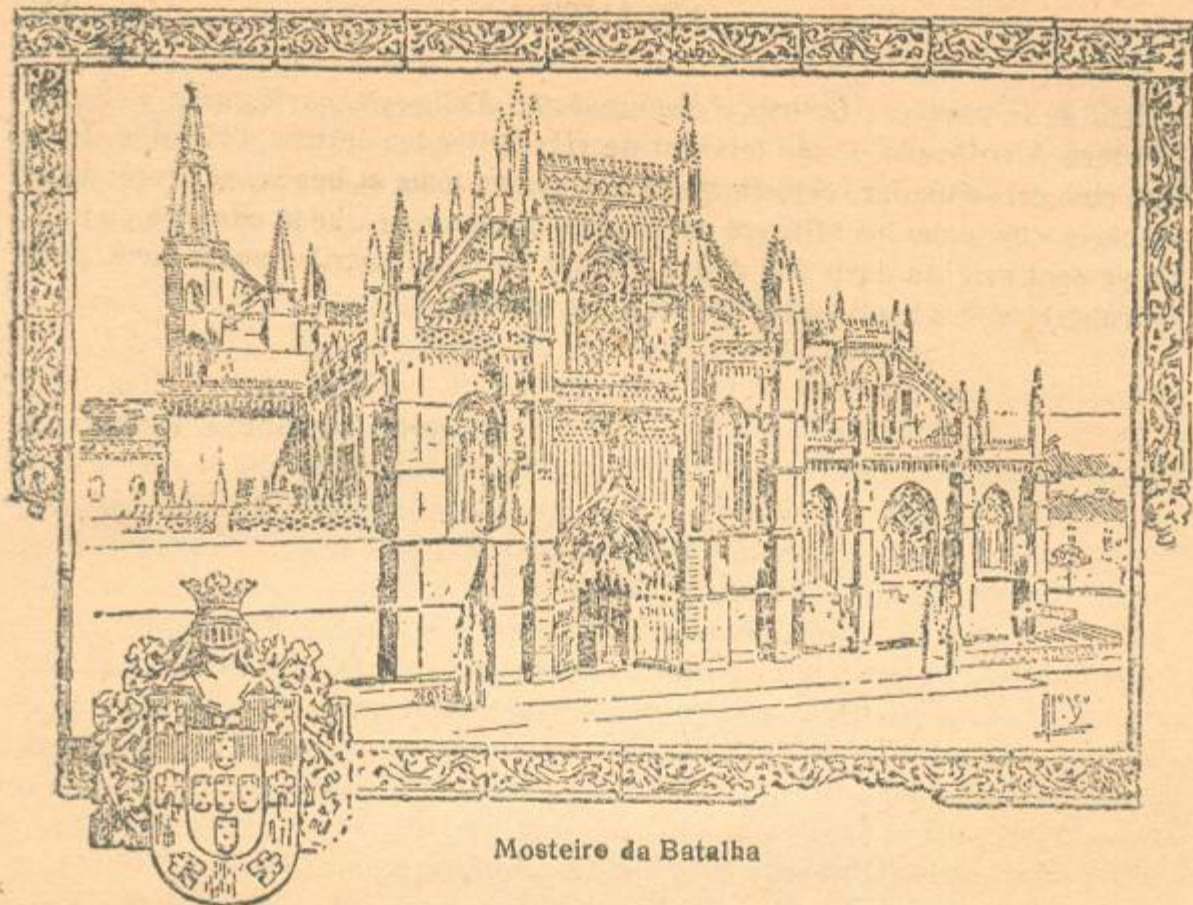
La chronique, le conte, la nouvelle ont aujourd'hui pour interprètes : Júlio Brandão, tempérament délicat ; Teixeira Gomes, coloriste original ; Alberto de Oliveira, avec ses *Palavras Loucas* ; Mayer Garção, poète de valeur et journaliste distingué ; João Chagas, vigoureux pamphlétaire ; Antero de Figueiredo, João Grave, D. João de Castro, Venceslau de Moraes, Raúl Brandão, Luís da Câmara Reis, Justino de Montalvão, Augusto de Castro, André Brun, Aníbal Soares, Albino Forjaz de Sampaio, Arnaldo Fonseca, Joaquim Manso, Vila Moura, Sousa Costa, etc., etc.

Pour terminer cette rapide ébauche ou j'ai dû forcément laisser de côté de belles et bonnes choses, je signalerai aux étrangers qui voudraient en un instant apprécier le haut degré de la sensibilité lusitanienne, un ouvrage portugais, mais écrit en français, ouvrage qui n'a point de rival dans le monde

ardent de la passion : *Lettres d'amour d'une Religieuse portugaise*, — Sœur Mariana Alcoforado —, qui laissent derrière elles les lettres d'Héloïse. Rien que cinq cris d'amour, cinq sanglots de femme, mais si beaux, si profonds, si sincères que, sous les effluves embrasées de ce cœur que la mort n'a pu tuer, on se sent pris du désir fou d'être l'amant perdu et sacrilègement aimé, pour lui rendre en bonheur toutes les tortures souffertes !

MANOEL DE SOUSA PINTO.





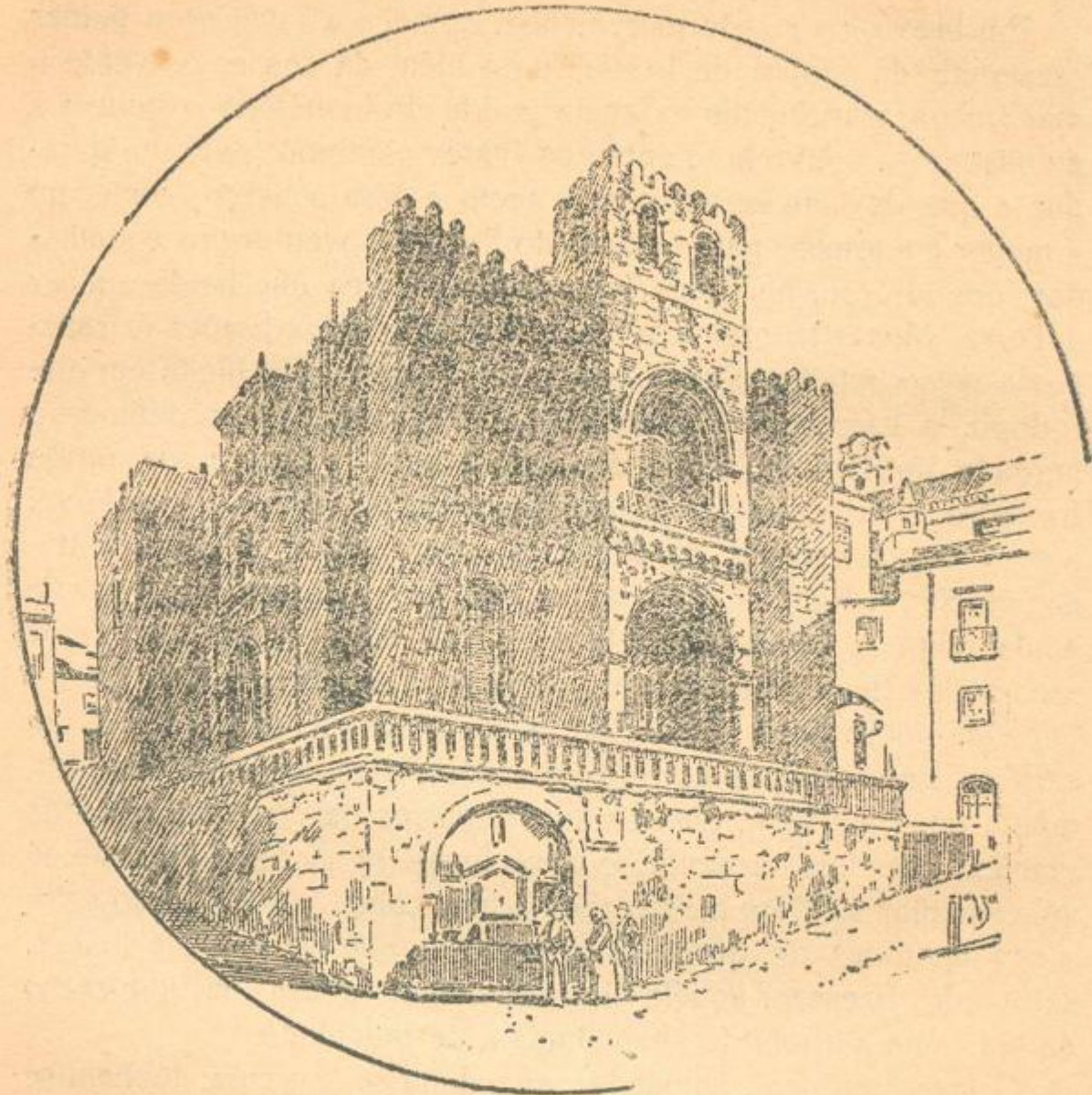
Mosteiro da Batalha

Três monumentos de Portugal

Na flora de pedra que tem brotado nesta faixa do solo ocidental desde o início portugalense da nossa pátria, já começada a traçar antes do borgonhês com a rija lança dos varões de Entre-Douro-e-Minho, destacam-se três monumentos que, pela sua definidora fisionomia, pela significação da sua linha geratriz, simbolizam, no mesmo fundo de pertinácia batalhadora, três aspectos da vida portuguesa com suas tendências, aspirações e insatisfeito anseio.

No período da meninice heróica, quando a mocidade do primeiro Afonso é cingida por uma muralha viva de elmos de aço, fazendo ao sol peninsular em face do tropel mauritano e da ameaça leonesa, ergue-se sôbre a acrópole primeva da nação a Sé Velha de Coimbra, de face austera e robusta, ameadada como um bastião, vestidura de cavaleiro e de monge a proteger o burgo industrial onde zumba a atarefada colmeia do estado nascente. É o edificio da fase rural e guerreira, quando uma gêmea luz brilha na ponta da lança e na ponta do arado, o ferro que reconquista e o ferro que arroteia, na hora sagrada em que o mesmo gesto vai dila-

tando a linha raiana e vai fazendo nascer a seara lourejante. Erguida acima da baluca humilde do mesteiral em cuja tintinante incude se bate o ferro da enxada e se tempera a lâmina do gládio,



Sé de Coimbra

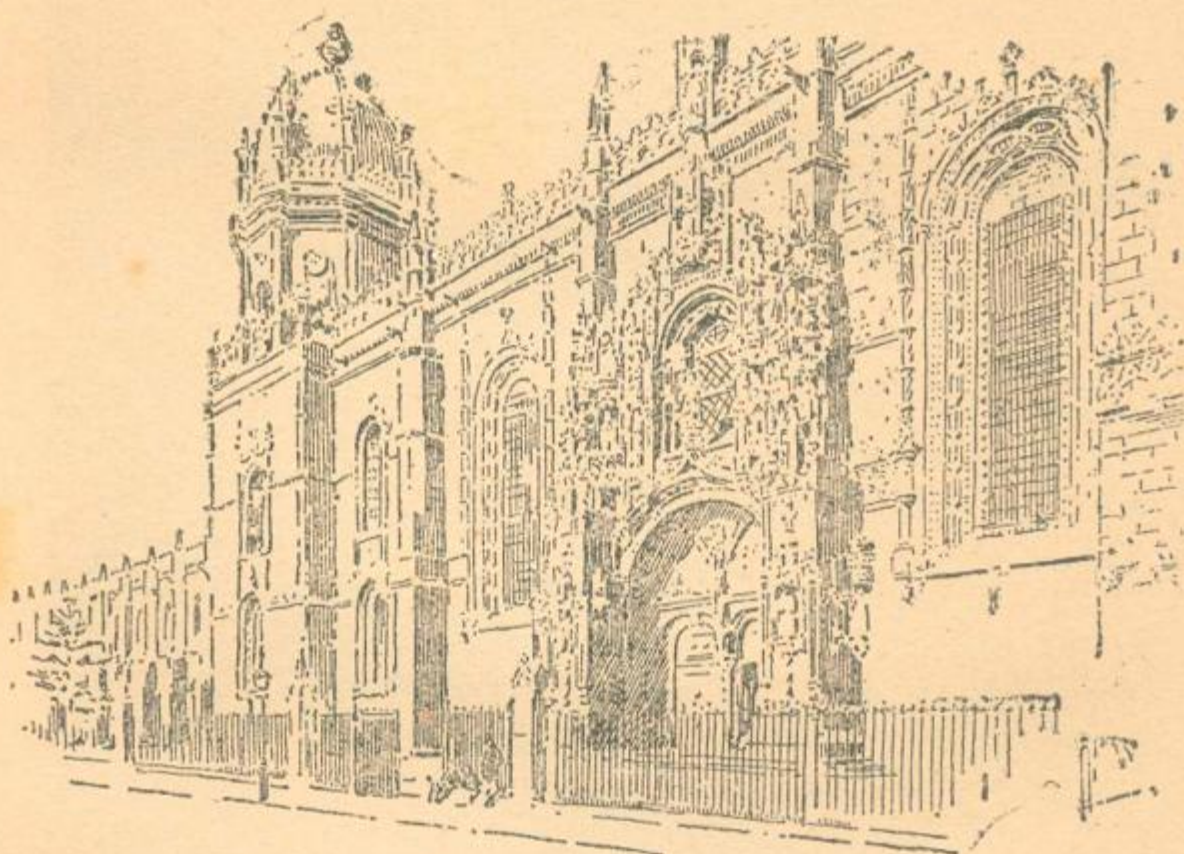
é o templo do Portugal agrário e caseiro, de juventude inquieta e conquistadora, cioso de independência altiva, mas que não se esquece de pedir ao torrão abençoado e ungido do seu suor o pão nosso de cada dia. A sua fachada sóbria tem a vetustez dum códice e o esplendor duma iluminura; sob as suas abóbadas de curva severa dir-se-ia que estão de joelhos e rezando os fronteiros que vão partir, indómitos e místicos, para as planuras do além Tejo, em companhia do Lidador; e a sua coroa de ameias mostra lá do alto um reduto de defesa ao vilão humilde

que na campina lavra e canta, de saião grosseiro e coração simples. É o tabernáculo da alma nascente da nação, onde repousam em espírito os heróis epónimos, Parthenon das nossas gestas, Erecteu da nossa raça.

Em breve, na região estremenha, começa a ouvir-se o gemer crescente do pinhal de Leiria; para além da sua coma verde o mar chama, marulhando na costa, mixto de monótono responso e de misteriosa polifonia, e então os fustes plantados pelo rei-lavrador e que deviam servir para o tecto e para o berço, começam a ranger e a tombar para as naus do Portugal aventureiro e sonhador, prelúdio murmurante duma cantata épica que há-de encher a Terra. Mas a fronteira indómита dos primitivos barões é transposta pelo castelhano cobiçoso, e num arranco de Ilíada em que rodopia a espada do Condestável, o Portugal caseiro defende o herdado património, firma de novo e para sempre a sua antiga fronteira, e volve um derradeiro olhar para o seu passado medieval e agrícola, encerrando o velho ciclo com o canto de Santa Maria da Vitória. A Batalha é um arrendado fecho do capítulo em que ainda paira o hábito carmelita de Nun'Álvares, mas em cujos arco-sólios tumulares há lugar para a *inclita geração* que vai ser impelida pela freima náutica de D. Henrique, o Navegador. É um edifício que se ergue entre duas idades, mas no seu desenvolvimento em superfície, com os seus terraços de pedra no meio da planície ubérrima, eu revejo-o como uma eira sacrossanta onde ao sol canicular se fôsse malhar todo o abençoado pão do nosso solo, numa apoteose de deslumbramento em que as espigas louras, saltitando, fizessem àquele enorme altar de pedra, na fulguração da luz, uma auréola de abundância e de felicidade.

O mar continua chamando: abandona-se a granja, fecham-se as portas da cabana, enferruja-se a ponta do arado. Os fustes continuam a ranger e a tombar nas matas do torrão natal, as tímidas caravelas transformam-se nos alterosos galeões e o Portugal que tinha pão e riso abandona a leira onde cavava com ventura, sulcando a planície infecunda e movediça onde vai escrever a epopeia dos seus novos destinos. Em vão a voz veneranda o chama na memoranda praia do Restelo, não na ouve, e para selar o novo conúbio levanta junto ao Tejo, donde partira, a igreja dos Jerónimos, padrão do Portugal mercador e oriental, da nova idade que por sua mão substituiu a civilização concêntrica do Mediterrâneo pela excêntrica civilização atlântica. O que

era canto grave e puro nas severas abóbadas românicas da velha Sé de Coimbra, o que era ainda coral místico nas naves góticas e ascensionais de Santa Maria da Vitória, é aqui um hinário cosmopolita onde perpassam vozes estranhas, onde se cruzam dialectos exóticos, sonoro e rico por certo, mas já sem essa homogeneidade vocal dos dois templos coevos das idades em que Portugal lavrava e ria com o saião grosseiro do vilão ou repelia o mouro numeroso em correrias fulminantes.



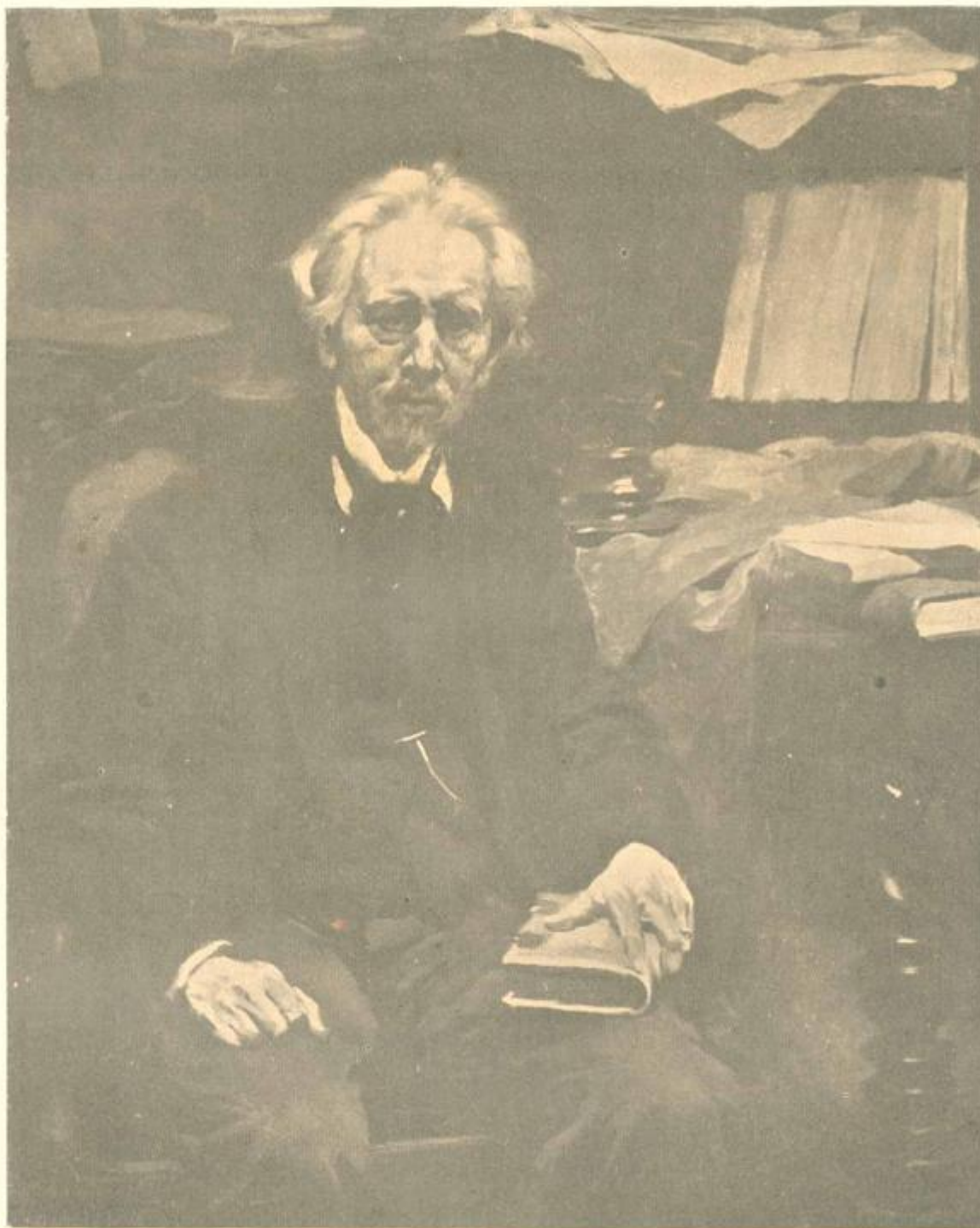
Mosteiro dos Jerónimos

É que Portugal batalha ainda, não nas estreitas leivas peninsulares, mas longe, lá longe, nos aromáticos palmares de Cipango, à beira dos grandes rios sagrados que foram berço de civilizações milenárias, nos estreitos que dão acesso a regiões cheias de mistério, aos mares remotos do sol levante...

Templos das idades de ouro, vozes de túmulo ou de sacrário que com a vossa imobilidade solene e eloquente nos chegais aos lábios o Santo Graal da esperança, depois de por êles nos teroçado a esponja do martírio, vós sois estrofes do mesmo poema ininterrupto e sempre renovado, exortações de avós que nesta

hora trágica nos lembrais a comunhão no sacrifício, dizendo-nos com imperativa linguagem que temos também de construir o templo da nossa idade com os duros materiais da vontade firme, da fé inabalável, represando as lágrimas e cantando, para que na cadeia secular das vitórias se forge um elo novo, o panteão triunfal da Pátria redimida e consagrada.

JOÃO BARREIRA.



DR. TEÓFILO BRAGA
Segundo Presidente da República Portuguesa

(Por Columbano)

Trois monuments du Portugal

Dans la flore de pierre éclosse, sur ce coin de terre occidental, depuis l'origine de notre patrie que la rude épée des braves d'Entre-Douro-e-Minho avait déjà commencé à délimiter avant la venue du comte Henri de Bourgogne, se détachent trois monuments qui par leur physionomie caractéristique, par la signification de leur ligne génératrice, symbolisent sur un même fond d'opiniâtreté belliqueuse, trois aspects de la vie portugaise, avec ses tendances, ses aspirations et ses désirs toujours inassouvis.

Dans la première phase, celle de l'enfance heroïque, lorsque la jeunesse d'Alphonse 1^{er} est enserrée dans une muraille vivante de casques d'acier, scintillant au soleil en face de la horde des maures, et sous la menace de Léon, s'élève sur l'acropole primitive de la nation la «Sé Velha», la Vieille Cathédrale de Coïmbre, à la physionomie austère et robuste, crénelée comme un bastion, armure de chevalier et de moine protégeant le bourg industriel où bourdonne la ruche affairée de l'état naissant. C'est l'édifice de la phase rurale et guerrière, alors qu'une double lumière brille à la pointe de la lance et à la pointe du soc de la charrue, sur le fer qui conquiert et sur le fer qui laboure, à l'heure sacrée où le même geste va élargir la ligne de nos frontières et faire germer la blonde moisson. Se dressant au-dessus de l'humble échoppe où l'artisan bat, sur son enclume sonore, le fer d'une charrue, ou trempe la lame d'une épée, elle est le temple du Portugal laboureur et casanier, de la jeunesse turbulente et batailleuse, de ce Portugal jaloux de son indépendance altière, mais qui n'oublie pas de demander à son morceau de

terre bénie et arrosée de sa sueur le pain de chaque jour. La façade, avec sa sobriété, a la vétusté d'un palimpseste et la splendeur d'une enluminure; sous ses voûtes d'une courbe sévère, on croit voir encore, à genoux et priant, les capitaines qui à la suite du *Lidador* vont partir pour les plaines d'outre Tage; et sa couronne de créneaux, comme un château fort, rassure le paysan à l'âme simple, qui là-bas, dans les champs, laboure en chantant. C'est le tabernacle de l'âme naissante de la nation, où reposent en esprit les héros éponymes, Parthénon de nos gestes, Erechthéion de notre race.

Bientôt, dans la région estrémadurienne, commence à se faire entendre le gémissement croissant des pins de la forêt de Leiria; au-delà de leur vert panache, la mer appelle, en chantant sur la côte, par la voix séductrice des sirènes, et alors ces troncs plantés par le roi laboureur, et destinés à devenir lambris et berceau, commencent à craquer et à tomber pour les nefes du Portugal aventurier et rêveur; ce murmure est le prélude de la symphonie épique que remplira la Terre. Mais la frontière indomptée des premiers barons est franchie par le castillan convoiteux, et dans une lutte homérique, où tourbillonne la lance du Connétable, le Portugal casanier reconquiert le patrimoine dont il avait hérité, et, d'une main ferme, trace de nouveau, et pour toujours, son ancienne frontière; puis lançant un dernier regard sur son passé agricole du moyen âge, il ferme son premier cycle par le cantique de Sainte Marie de la Victoire. La «Batalha» est le couronnement de dentelle du chapitre où flotte encore le froc carmélite de Nun'Álvares, mais qui, dans ses niches tombales, garde assez de place pour recevoir *l'illustre génération* poussée par l'esprit de Henri, le Navigateur. C'est un monument qui se dresse deux âges, mais qui dans son large développement, avec ses terrasses de pierre au milieu d'une plaine, d'une admirable fertilité me semble une aire sacro-sainte où, sous le soleil caniculaire, se battrait tout le blé béni de notre sol, dans une apothéose éblouissante, où les blondes épis iraient, en sautant, former cet énorme autel de pierre, dans la fulguration de la lumière, une auréole d'abondance et de félicité!

L'appel de la mer continue: la grange est abandonnée, la cabane est fermée, le soc de la charrue se rouille. Les pins craquent et tombent sans cesse; dans les forêts du sol natal, les timides caravelles se transforment en fiers galions, et le Portu-

gal, qui avait chez lui du pain et de la joie, abandonne le champ paternel, qu'il labourait en chantant, pour aller sillonner la plaine mouvante et inféconde où il va écrire l'épopée de ses nouvelles destinées. En vain une voix chérie l'appelle sur la plage mémorable de Restelo, il ne l'entend pas ; et pour sceller cette nouvelle alliance, il élève près du Tage d'où il est parti l'Église des Hiéronymites, monument du Portugal marchand et navigateur, monument d'un nouvel âge qui, par ses efforts, va remplacer la civilisation concentrique de la Méditerranée par la civilisation excentrique de l'Atlantique. Ce qui n'était qu'un chant grave et pur sous les sévères voûtes romanes de la Vieille Cathédrale de Coïmbre, ce qui était encore le chœur mystique, dans les hautes nefs gothiques de Sainte Marie de la Victoire, est ici une hymne cosmopolite où passent des voix étranges, où se croisent des dialectes exotiques, hymne sonore et riche, certainement, mais qui n'a déjà plus cette homogénéité vocale des deux temples contemporains des âges où le Portugal, sous sa bure grossière, labourait et riait, ou se précipitait en courses foudroyantes, pour chasser la horde innombrable des Maures.

C'est que le Portugal bataille encore, non plus dans les étroits sillons péninsulaires, mais là-bas, bien loin, au milieu des palmiers aromatiques de Cipango, sur les bords des grands fleuves sacrés, berceau des civilisations séculaires, dans les détroits qui donnent accès à des régions pleines de mystère, aux mers lointaines du soleil levant...

Temples des âges d'or, voix du tombeau ou du sanctuaire, qui, dans votre immobilité, approchez de nos lèvres le Saint Graal de l'espérance, après les avoir effleurées de l'éponge du Martyre, vous êtes les strophes du même poème ininterrompu et toujours renouvelé, les exhortations des aïeux, qui, à cette heure tragique, nous rappelez la communion dans le sacrifice, en nous disant dans votre langage impératif que, nous aussi, nous devons édifier le temple de notre âge avec les durs matériaux de la volonté inflexible, de la foi inébranlable, en étouffant nos larmes et en chantant, afin de forger, pour la chaîne séculaire des victoires, un nouveau chaînon : le temple triomphal de la Patrie rachetée et consacrée.

JOÃO BARREIRA

O Brasil e a guerra

Mais do que nunca, devemos hoje amar, honrar e admirar a terra gloriosa e a alma fraterna do Brasil.

E não só nós, portugueses: mas todos os latinos. Pois nesse país de prodígio, onde a vida é violenta e forte como o Sol, se criou, se desenvolveu e triunfou uma civilização essencialmente latina, uma civilização de *nuances*, de graça comovida, de inteligência fina, ao mesmo tempo cristã e pagã — cristã pelo espiritualismo profundo, pagã pela exaltação da beleza — e sempre entusiasta do Direito e da Justiça, com os sentimentos pautados pela noção do Dever social, com o pensamento amoldado à harmonia das ideias e das palavras. Civilização que, sendo moderna, parece durar há séculos, tanto se respira no ambiente, e tanto se reconhece no próprio aspecto exterior da vida social.

André Suarès diz algures, definindo cultura e civilização, que a civilização é mais da sensibilidade que da inteligência — nasce no sangue, é um produto herdado; enquanto que a cultura é uma aquisição puramente individual. Pode-se ser culto — e ser bárbaro. Mas o homem civilizado, embora sem instrução, nunca deixará de possuir aquela nobreza de instinto que o salva da barbárie, e que o eleva ao entendimento, talvez inconsciente mas seguro, de tudo o que é e tem sido belo e grande na humani-



Dr. Nilo Peçanha

dade. Nem doutro modo se compreenderia a fácil comunhão do povo, nas nações neo-latinas, com as criações do génio, com o lirismo dos poetas, com o idealismo de todos os santos e de todos os sonhadores.

Ora os brasileiros têm no sangue, todos, êsse germen admirável da verdadeira civilização. A ela juntam, a ela querem juntar a cultura, porque sabem que esta fornece elementos de estudo, de trabalho, de reflexão, à sua energia de homens impetuosos, tão forte como a energia avassaladora do solo que pisam. Antes, porém, de ser cultos, são civilizados. Vieram ao mundo com êsse dom supremo, com essa incomparável elegância moral.

Assim, o respeito do brasileiro pela Arte, pela Literatura, pela Inteligência, demonstra-se a todo o instante. Os grandes escritores, os grandes artistas, os grandes poetas, os grandes oradores, são considerados como semi-deuses. Uma devoção os cerca, um louvor permanente os segue, numa quasi antecipação de apoteose. São admirados, amados e estimados. Rui Barbosa domina a sociedade brasileira pelo prestígio da sua palavra admirável e do seu idealismo batalhador. Olavo Bilac, o príncipe dos poetas brasileiros, conquista a glória pelo poder duma sensibilidade poética excepcional, vasada em moldes helénicos. Nilo Peçanha, estadista, actual ministro das Relações Exteriores, ganha a sua notoriedade pela nitidez duma atitude política, sempre orientada no amor dos princípios de Direito e assentando num critério filosófico da grandeza do seu país, que tanto lhe deve em progressos materiais e intellectuais. E outros, muitos outros, novos e velhos, como Alberto de Oliveira, como Félix Pacheco ou Afrânio Peixoto, como Celso Vieira ou Paulo Barreto, como Mário de Alencar ou Alcides Maia, como Júlia Lopes de Almeida ou Amadeu Amaral, — obtêm a admiração da *élite* e das multidões, porque se alimentaram do génio latino, porque veneram as ideas e as formas pelas quais êle se tornou dominador, e porque traduzem assim, nessa terra de formidáveis realizações, a superioridade da vida espiritual sobre a dura realidade quotidiana.

Em todas as almas, em todos os espíritos de todo o Brasil imenso, florescem e desabrocham ramos viçosos dessa velha árvore que é a civilização latina, hoje sacudida, rudemente, pelo temporal germânico, mas sempre forte nas suas raízes que beberam a seiva da Terra, no seu tronco onde corre o sangue de tanto ideal, nos seus ramos que dão sombra e abrigo a todos os

sedentos de perfeição e de beleza. A influência — há muito conhecida — da mentalidade francesa sôbre a mentalidade brasileira, não é senão uma prova disto: — porque os brasileiros amam na



Bilhete postal de propaganda da guerra

França, acima de tudo, aquelas qualidades de clareza, de inteligência, de harmonia, que deram ao gênio dêsse grande povo a sua hegemonia sôbre todo o mundo, e que vêm, directamente, da clareza, da inteligência, da harmonia das criações greco-latinas.

Por isso, todos os países latinos, todos os países aliados devem amar, admirar e festejar o Brasil pela sua entrada na guerra. Ele mostrou, com efeito, que tinha a consciência do seu destino, para todo o sempre irmanado ao destino dos seus irmãos em civilização, dos seus iguais em sensibilidade, dos seus velhos e eternos companheiros de herança espiritual.

Mas nós, portugueses, temos de fazer mais, se quisermos ser justos com o Brasil. Penso, na verdade, — e apesar de todos os interêsses económicos, intellectuais, políticos e geográficos que ligam o Brasil aos Estados Unidos da América do Norte — penso que não foi só a declaração de guerra da Alemanha a esta nação o facto que determinou a situação actual do Brasil. O Brasil está na guerra, o Brasil rompeu as suas relações com o Império Germânico, o Brasil está, virtualmente, em beligerância, desde o dia em que os seus jornais publicaram os telegramas de Lisboa, anunciando a guerra entre Alemanha e Portugal; beligerância de corações, beligerância de sentimentos, beligerância de espíritos, — beligerância, no emtanto, e tão decisiva, tão decidida, tão útil mesmo, sob o ponto de vista comercial, a nós e aos nossos aliados, como se fôsse, quási, uma hostilidade declarada.

A simpatia de toda a imprensa brasileira pela causa de Portugal foi imediata — foi espontânea e ardente. Os jornais, até alguns

a quem não agradavam muito as novas instituições portuguesas, fizeram logo justiça à lialdade dos nossos propósitos de intervenção no conflito, aos compromissos da aliança inglesa, e ao esforço para um Portugal mais forte e mais poderoso que todo Portugal estava fazendo. Rui Barbosa, incitando os seus compatriotas ao rompimento de relações com a Alemanha, falava de Portugal com tanto carinho que a colónia portuguesa lhe fazia uma pública manifestação de agradecimento. Conferentes ilustres evocavam, em festas que se destinavam a angariar dinheiro para as obras portuguesas de assistência aos soldados, o nome vitorioso de Portugal e os laços indestrutíveis que nos ligam ao Brasil. E qualquer coisa de nobre e de superior se pressentia em todos estes actos de homenagem à nossa decisão: — o reconhecimento de que entre os dois povos uma solidariedade especial existe, uma solidariedade de instinto vital e de aspirações do Porvir, tão forte como aquela que os torna irmãos gémeos na sensibilidade poética e na imaginação lírica.

Paul Adam, no seu livro sôbre o Brasil publicado antes da guerra — *Les Visages du Brésil* — de tal maneira apreendeu esta solidariedade que fez começar o notabilíssimo volume sôbre a grande República transatlântica pela exaltação do valor português, evocado em frente de Lisboa, donde um dia partiu a frota de Pedro Álvares Cabral. O Dr. Gastão da Cunha, o eminente diplomata que é, por nossa fortuna, Embaixador do Brasil em Lisboa, neste lugar explicou um dia, com lúcido carinho, o quanto Portugal e Brasil vivem uma idêntica vida de aspirações e de progresso. O Dr. Bettencourt Rodrigues, ilustre português educado em França, que em S. Paulo passou grande parte da sua vida, possuindo assim o conhecimento pleno das três modalidades da mesma civilização, lançou nesta mesma revista — que muito se honra com tal distinção — a idea



O JURAMENTO DO ESCOTEIRO:
 -PROMETTO-PELA-MINHA-HONRA:
 PROCEDER, EM TODAS AS CIRCUMSTANCIAS,
 COMO UM HOMEM CONSCIENTE DOS SEUS DEVERES,
 LEAL E GENEROSO; AMAR A MINHA PATRIA,
 E SERVIL A FIELMENTE, NA PAZ E NA GUERRA;
 E OBEDECER AO CODIGO DO ESCOTEIRO.

BRAZIL

Bilhete postal de propaganda da guerra

duma confederação luso-brasileira, baseada nessa concepção de íntima solidariedade. E eu próprio, quando em 1912 visitei o Brasil, reconheci que ela existia realmente, decerto indefinida e esparsa, talvez mesmo negada por certas pessoas, mas verifican-



Dr. Gastão da Cunha

do-se em quási toda a parte, em quási todos os espíritos. Basta dizer que em S. Paulo, o grande Estado director da civilização brasileira, ninguém, medianamente culto, ignorava ou deixava de ler os clássicos portugueses; e na Escola Normal, que a alta competência de Oscar Thompson dirigia, o estudo do português — mas do português clássico — era considerado como um dos factores indispensáveis da educação das novas gerações, como uma base segura da formação da consciência nacional.

Mas, ao afirmar que a declaração de guerra da Alemanha a Portugal criou no Brasil, imediatamente, uma hostilidade, desde logo irreprimível, contra o Império Germânico, não esqueço — repito — a solidariedade americana, as múltiplas ligações de toda a ordem que aproximam numa mesma política internacional os Estados Unidos da América do Norte e as outras nações do continente americano. Simplesmente, quero dizer que nós, portugueses, devemos ao Brasil esta gratidão imensa: — tê-lo tido ao nosso lado, pelo impulso afectuosíssimo do seu coração, assim que nos vimos em guerra: ter sentido e sabido que êle nos acompanha, dia a dia, hora a hora, na ansiedade magnífica e dolorosa em que vivemos hoje; ter ouvido, através do vasto oceano que nos separa, a sua ternura, o seu carinho, o seu amor por nós, vibrar, subir, cantar na voz dos seus poetas, dos seus oradores, dos seus escritores, dos seus estadistas. Entre os incentivos e aplausos que a nossa atitude nos mereceu — entre a simpatia da Inglaterra, o abraço acolhedor da França, a admiração respeitosa de Espanha — os incentivos e os aplausos do Brasil confortaram-nos mais de que todos os outros. Tocaram-nos mais na alma, deram-nos uma confiança mais forte, trouxeram-nos mais a certeza de que cumpríamos inteiramente o dever imposto pelo nosso Passado, o dever reclamado pelo nosso Futuro. É que esse estímulo era o estímulo da nossa velha alma aventureira, da nossa alma de conquista e de epopeia — no Brasil resuscitada, ampliada e intensificada por um povo de energia ardente e de vontade

clara, caminhando para o seu esplêndido destino com a segurança heróica do trabalho e da fé!

Amemos, pois, o Brasil — o Brasil, nosso irmão na alegria e na dor; o Brasil, nosso aliado pelo sentimento e pelo espírito; o Brasil, ramo extremo da civilização latina, que nele, como em nenhum outro país da América, floresce em beleza inédita, e em consciência nobre, novo império das ideias e das formas que imperecivelmente moldaram as aspirações superiores da humanidade e da vida.

Outubro de 1917.

JOÃO DE BARROS.



Le Brésil et la guerre

Plus que jamais, nous devons aujourd'hui aimer, honorer et admirer la terre glorieuse et l'âme fraternelle du Brésil. Non seulement nous, les Portugais, mais tous les Latins. Car dans ce pays de prodiges, où la vie est violente comme le soleil, s'est créée, s'est développée et a triomphé une civilisation essentiellement latine, une civilisation de nuances, de grâce émue, d'intelligence fine, à la fois chrétienne et païenne : chrétienne par le spiritualisme, profond, païenne par l'exaltation de la beauté ; une civilisation toujours enthousiaste du Droit et de la Justice, dont les sentiments sont réglés par la notion du Devoir social dont la pensée est adaptée à l'harmonie des idées et des paroles. Une civilisation qui, quoique moderne, paraît durer depuis des siècles, tant on la respire dans l'ambiance, et tant on la reconnaît dans l'aspect extérieur lui-même de la vie sociale.

André Suarès dit quelque part, définissant les mots « culture » et « civilisation », que la civilisation tient plus de la sensibilité que de l'intelligence : elle naît dans le sang, c'est un produit hérité, tandis que la culture est une acquisition purement individuelle. On peut être cultivé et rester barbare. Mais l'homme civilisé, même sans instruction, ne laissera jamais de posséder cette noblesse d'instincts qui le sauve de la barbarie, qui l'élève à la compréhension, peut-être inconsciente, mais sûre, de tout ce qui est et a été beau et grand dans l'humanité. D'une autre manière, on ne comprendrait pas la facile communion du peuple, dans les nations néo-latines, avec les créations du génie, avec le lyrisme des poètes, avec l'idéalisme de tous les saints et de tous les rêveurs.

Les Brésiliens ont tous dans le sang ce germe admirable de la véritable civilisation. Ils y joignent, ils veulent y joindre la culture, parce qu'ils savent qu'elle fournit des éléments d'étude, de travail, de réflexion, à leur énergie d'hommes impétueux, aussi forte que l'énergie dominatrice du sol qu'ils foulent. Pourtant, avant d'être cultivés, ils sont civilisés. Ils sont venus au monde avec ce don suprême, avec cette incomparable élégance morale.

Le respect du Brésilien pour l'Art, pour la Littérature, pour l'intelligence se démontre à chaque instant. Les grands écrivains, les grands artistes, les grands poètes, les grands orateurs, sont considérés comme des demi-dieux. Une dévotion les entoure, une louange permanente les suit, presque comme une apothéose anticipée. Ils sont admirés, aimés et estimés. Ruy Barbosa domine la société brésilienne par le prestige de sa parole admirable et de son idéalisme batailleur. Olave Bilac, le prince des poètes brésiliens, conquiert la gloire par le pouvoir d'une sensibilité poétique exceptionnelle, versée dans des moules helléniques. Nilo Peçanha, homme d'État, actuel ministre des Relations Extérieures, gagne sa notoriété par la netteté d'une attitude politique toujours orientée par l'amour des principes du Droit et basée sur le critérium philosophique de la grandeur de son pays, qui lui doit tant de progrès matériels et intellectuels. Et d'autres, beaucoup d'autres, jeunes et vieux, comme Alberto de Oliveira, Félix Pacheco ou Afrânio Peixoto, comme Celso Vieira ou Paulo Barreto, comme Mário de Alencar ou Alcides Maia, comme Júlia Lopes de Almeida ou Amadeu Amaral, obtiennent l'admiration de l'élite et des foules, parce qu'ils se sont nourris du génie latin, parce qu'ils vénèrent les idées et les formes par lesquelles ce génie est devenu dominateur, et parce qu'ils traduisent ainsi, dans ce pays de formidables réalisations, la supériorité de la vie spirituelle sur la dure réalité quotidienne.

Dans toutes les âmes, dans tous les esprits de tout le Brésil immense, fleurissent et éclosent des rameaux vigoureux de ce vieil arbre qu'est la civilisation latine, aujourd'hui secoué rudement par l'ouragan germanique, mais dont les racines qui ont bu la sève de la terre, le tronc où coule le sang de tant d'idéal, les branches qui donnent l'ombrage et l'abri à tous ceux qui sont altérés de perfection et de beauté, sont toujours forts. L'influence, reconnue il y a longtemps, de la mentalité française sur la mentalité brésilienne, n'en est qu'une preuve : parce que les Brési-

iens aiment au-dessus de tout, dans la France, ces qualités de clarté, d'intelligence, d'harmonie, qui ont donné au génie de ce grand peuple son hégémonie sur tout le monde, et qui viennent directement de la clarté, de l'intelligence, de l'harmonie des créations gréco-latines. C'est pour cela que tous les pays latins, tous les pays alliés doivent aimer, admirer et fêter le Brésil, aujourd'hui plus que jamais pour son entrée en guerre. Il a montré, en effet, qu'il avait conscience de sa destinée, appariée pour toujours à la destinée de ses frères en civilisation, de ses égaux en sensibilité, de ses anciens et éternels compagnons d'héritage spirituel.

Mais nous, Portugais, nous devons faire plus, si nous voulons être justes envers le Brésil. Je pense, en vérité (et malgré tous les intérêts économiques, intellectuels, politiques et géographiques qui lient le Brésil aux États-Unis de l'Amérique du Nord), je pense que ce n'est pas seulement la déclaration de guerre de l'Allemagne contre cette nation qui a déterminé la situation actuelle du Brésil. Le Brésil est en guerre, le Brésil a cessé ses relations avec l'empire germanique, le Brésil est virtuellement en état de belligérance depuis le jour où ses journaux ont publié les télégrammes de Lisbonne, annonçant la déclaration de guerre de l'Allemagne au Portugal ; belligérance de cœurs, belligérance de sentiments, belligérance d'esprits, belligérance pourtant, et aussi décisive, aussi décidée, aussi utile même au point de vue commercial, pour nous et pour nos alliés, que si elle avait été une hostilité déclarée. La sympathie de toute la presse brésilienne pour la cause du Portugal fut immédiate ; elle fut spontanée et ardente.

Les journaux, quelques-uns même à qui ne plaisaient guère les nouvelles institutions portugaises, rendirent tout de suite justice à la loyauté de nos intentions d'intervention dans la guerre, aux compromis de l'alliance anglaise et à l'effort que tout le Portugal faisait pour un Portugal plus fort. Rui Barbosa, incitant ses compatriotes à la rupture des relations avec l'Allemagne, parla du Portugal avec tant d'affection que la colonie portugaise lui fit une manifestation publique de remerciement. Des conférenciers illustres évoquèrent, dans des fêtes destinées à recueillir de l'argent pour les œuvres portugaises d'assistance aux soldats, le nom victorieux du Portugal et les liens indestructibles qui nous lient au Brésil. Et quelque chose de noble et de supérieur se

présentait dans tous ces actes d'hommage à notre décision : la reconnaissance de ce qu'entre les deux peuples existe une solidarité spéciale, une solidarité d'instinct vital et d'aspiration vers l'Avenir, aussi forte que celle qui nous rend frères jumeaux par la sensibilité poétique et l'imagination lyrique.

Dans son livre sur le Brésil publié avant la guerre : *Les visages du Brésil*, Paul Adam a tellement saisi cette solidarité qu'il a fait commencer son très remarquable volume sur la grande République transatlantique par l'exaltation de la valeur portugaise évoquée devant Lisbonne, d'où partit un jour la flotte de Pedro Álvares Cabral. Le Dr. Gastão da Cunha, l'éminent diplomate, ambassadeur du Brésil à Lisbonne, a ici-même dit un jour combien le Brésil et le Portugal ont de semblables aspirations et la même modalité de progrès.

Le docteur Bettencourt Rodrigues, portugais illustre élevé en France, et qui a vécu au Brésil une grande partie de son existence, possédant ainsi la pleine connaissance des trois modalités de la même civilisation, lança dans cette revue même, qui s'honore beaucoup de cette distinction, l'idée d'une confédération luso-brésilienne, basée sur cette conception d'intime solidarité. Moi-même, quand je visitai le Brésil en 1912, je reconnus que cette solidarité existait réellement, certainement indéfinie et éparse, peut-être même niée par certaines personnes, mais se vérifiant presque partout et dans presque tous les esprits. Il suffit de dire qu'à S. Paulo, le grand État directeur de la civilisation brésilienne, aucune personne de culture moyenne n'ignorait ou ne négligeait de lire les classiques portugais ; et à l'École Normale, que le très compétent Oscar Thompson dirigeait, l'étude du portugais (mais du portugais classique) était considérée comme un des facteurs indispensables à l'éducation des nouvelles générations, comme une base sûre de la formation de la conscience nationale.

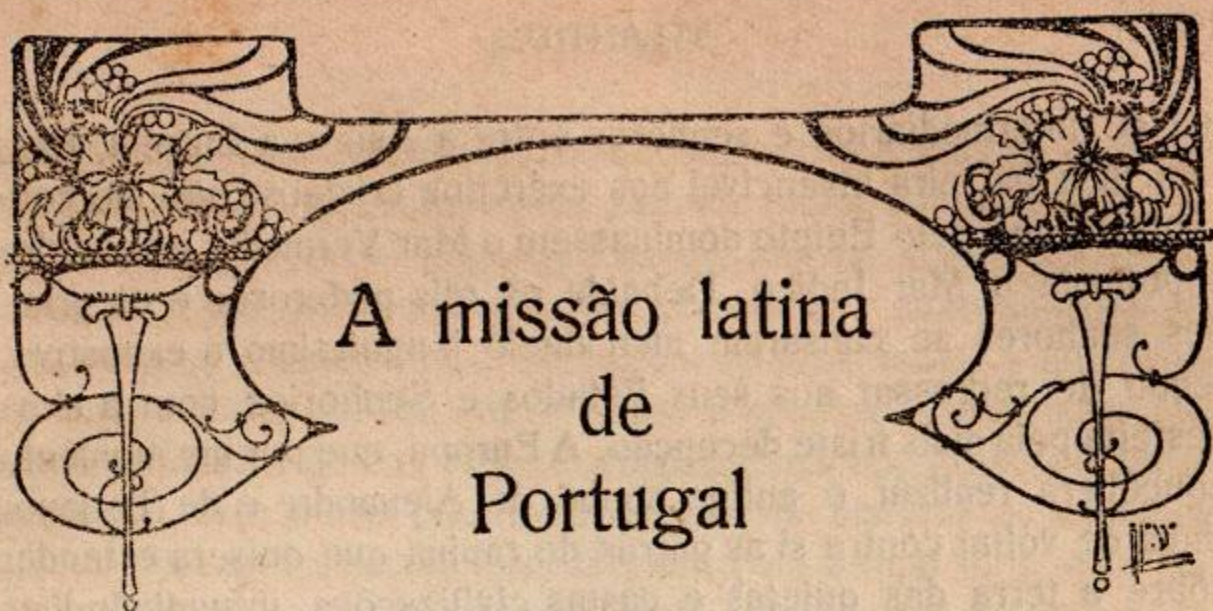
Mais en affirmant que la déclaration de guerre de l'Allemagne au Portugal créa immédiatement au Brésil une hostilité, tout de suite irrépressible, contre l'empire germanique, je n'oublie pas, je le répète, la solidarité américaine, les multiples attaches de toute espèce qui rapprochent dans une même politique internationale, les États-Unis de l'Amérique du Nord et les autres nations du continent américain. Je veux dire simplement que nous autres, Portugais, devons au Brésil une immense gratitude : pour l'avoir

eu à notre côté par l'impulsion loyale de son cœur, aussitôt que nous nous sommes trouvés en guerre, pour avoir senti et su qu'il accompagne jour par jour, heure par heure, l'anxiété magnifique et douloureuse dans laquelle nous vivons aujourd'hui; pour avoir entendu, à travers le vaste océan qui nous sépare, sa tendresse, son affection, son amour pour nous vibrer, monter, chanter par la voix de ses poètes, de ses orateurs, de ces écrivains, de ses hommes d'État. Parmi les approbations et les applaudissements que notre attitude nous a mérités: la sympathie de l'Angleterre, l'embrassement accueillant de la France, l'admiration respectueuse de l'Espagne, c'est l'approbation et l'applaudissement du Brésil qui nous ont réconfortés le plus. Ils nous ont plus touché l'âme, ils nous ont donné une confiance plus forte, ils nous ont apporté davantage la certitude d'avoir accompli entièrement le devoir imposé par notre Passé, le devoir réclamé par notre Avenir. C'est que ce stimulant était le stimulant de notre vieille âme aventureuse, de notre âme de conquête et d'épopée, ressuscitée, amplifiée et intensifiée par un peuple à l'énergie ardente et à la volonté claire, marchant vers sa splendide destinée avec la sûreté héroïque du travail et de la foi.

Aimons donc le Brésil, le Brésil notre frère dans la joie et dans la douleur; le Brésil notre allié par le sentiment et par l'esprit; le Brésil, rameau extrême de la civilisation latine, qui, en lui comme en aucun autre pays de l'Amérique, fleurit en beauté inédite et en conscience noble, nouvel empire des idées et des formes qui moulèrent les aspirations supérieures de l'humanité et de la vie.

Octobre 1917.

JOÃO DE BARROS.



A missão latina de Portugal

Portugal é um dos países da Europa que primeiro apreendeu o sentido da vida moderna, determinando as novas trajectórias da velha civilização mediterrânea. Sacudido o mouro e repelidas as ambições conquistadoras do leonês e do castelhano, encontrou-se constituído como uma forte unidade moral, quando ainda os grandes povos continentais mal adivinhavam os limites da sua existência e a significação social do seu esforço. O facto de se formar como uma negação do feudalismo, não consentindo que o nobre se vinculasse à terra como um obstáculo à fórmula organizadora da lei romana, evitou-lhe essa larga e tenebrosa série de lutas internas, donde tão trabalhosamente se ergueram as realzas que assentaram a primeira cultura das gerações, na disciplina do homem sujeito ao dever patriótico. Escapou assim a uma funesta luta de classes, o que lhe facilitou encarar prontamente o problema do seu destino, quando os outros se preocupavam ainda com o problema da sua existência. A consciência floriu-lhe como uma promessa, quando nos outros se anuviava como uma tormenta. A Europa sentia-se impossibilitada de viver a vida em gestos fortes, em movimentos que lhe permitissem desafogar-se num ritmo largo de império, consumindo-se portanto estérilmente, em guerras dinásticas e outras donde não brotava a semente fecunda das grandes virtudes civilizadoras. As cruzadas foram uma tentativa desesperada, a fim de rasgar um fecundo campo de expansão a caminho do Oriente, onde a jovem burguesia ambiciosa encontrasse as fontes de riqueza que o Ocidente depauperado não lhe oferecia. Os turcos, que aspiravam a desempenhar o pa-

pel de intermediários e senhores entre a Ásia e a Europa, fizeram uma barreira invencível aos exércitos cristãos, não lhe consentindo que pelo Egipto dominassem o Mar Vermelho e pela Mesopotâmia o Mar Índico. Debalde os reis poderosos e os grandes senhores se cansaram num duelo longuíssimo e exaustivo, tendo de regressar aos seus Estados e Senhorios com a alma desfeita pela mais triste decepção. A Europa, que por um momento concebera realizar o antigo sonho de Alexandre e de Trajano, tinha de voltar contra si as garras de rapina que quisera estender sobre a terra das quietas e gastas civilizações, infundindo-lhes um sangue moço, bárbaro e criador. Uma crise de pessimismo cresceu, alastrou e matou a messe de esperanças. Fôrça era que, dada a magnitude do fiasco, dentro de cada país estalasse a luta dos interêsses inconciliáveis e entre as nações se travassem pugnas tremendas. A *Divina Comédia* de Dante, nos seus tercetos em que flameja a cólera incontida duma nobre alma devastada pelo fragoroso espectáculo da Discórdia, denuncia a existência dum mundo que se devorava, impotente para acomodar fôrças que não conseguiam conjugar-se num labor de criação. Os papas, que tenazmente procuravam acalmar as inquietações sob a acção do seu poder espiritual, debalde afirmavam a necessidade de união, aproveitando os acontecimentos para congregarem os ânimos dispersos e as vontades descrentes. As invasões germânicas tinham trazido para os países latinos, que Roma submetera e afeiçoara à sua cultura tão favorável aos gostos superiores do espírito, tendências quási irreduzíveis para a desorganização, mantendo fiéis as tradições dos bandos guerreiros que teimosamente queriam, pelo feudalismo e pela cavalaria, obstar à unificação do Estado e ao predomínio das cidades, convertidas em agentes disciplinadores da barbárie incorrigível. Poder-se-ia ainda restaurar o antigo império romano do ocidente? Inteiramente impossível, visto que os mortos não resuscitam na sua carne, podendo simplesmente legar aos séculos a porção de verdade, beleza e justiça com que enriqueceram o seu património! Roma morrera para sempre: sómente a sua alma persistia sobre as ruínas. Nem Teodorico, nem Carlos Magno nem Barbaroxa puderam dar alento a um cadáver cujas cinzas a história guardava em gélido mármore eterno... E porque não vingaram os seus desejos? É que obedeciam unicamente ao furor germânico da conquista, desacompanhada do fermento latino, mal compreendido e assimilado ainda, da or-

ganização jurídica — base de toda a vida social e política. Impérios mortos não se restauram pela simples razão que as formas seguem a lei física, biológica e humana das metamorfoses. Roma tinha de seguir o destino de todas as cousas, renascendo nos povos que outrora educara à sua imagem e semelhança e que agora em plena idade média, enformariam o seu ser, conforme o alto modelo clássico de sua mãe. Portugal, Espanha, França e Itália, herdeiros dum nome precioso, entram na história com um inconfundível ar de família que os unirá pelo tempo fora, visto que se reclamam da mesma ascendência e colaboram na mesma tarefa abençoada de submeterem os homens à disciplina consciente da lei e os corações à mesma ânsia de perfeição.

Roma assimilou toda a civilização mediterrânea — egípcia, fenícia, hebraica, cretense e líbio-fenícia — realizando a maior síntese de raças paralela à maior síntese de ideias. Conseguiu essa coisa difícil — apreender a essência divina do helenismo, a mais subtil teia que o engenho dos homens teceu, a fim de ascender das transitórias aparências das cousas até as puras aparições divinas. O próprio Nietzsche diz que, se não existira Roma, a Grécia dificilmente seria compreendida na estranha harmonia do seu *logos*. A sua missão superior, além de assentar o direito na própria natureza humana, fazendo-o uma das faces eternas do espírito, foi espalhar por todos os povos que dominava as conquistas do saber helénico, criando assim uma mentalidade comum que tem sido a melhor salvaguarda dos destinos da humanidade, tantas vezes posta em perigo. As nações que de Roma descendem ou que dela receberam educação nunca desconhecaram este facto importantíssimo, cuidando inflectíveis de levar a todos os cantos do orbe o verbo latino que sua mãe e educadora lhes confiou. Portugal sacrificou-se sempre pelo máximo esplendor do latinismo. No momento em que a Europa se debatia numa crise quasi insolúvel, quando o imperialismo das raças fortes se exercia constantemente em guerras de fronteiras, os portugueses absolutamente seguros na sua existência — território bem defendido, população homogénea, língua e literatura já formadas, um ideal religioso facilitando as profundas acções e reacções da consciência — sentiram claramente, no seu convívio com o Oceano e as intuições que este desperta, que a civilização mediterrânea devia continuar a sua marcha para ocidente, seguindo as rotas do Atlântico, em

busca de novos mundos e novos mares. As cruzadas haviam sido um erro, porque, em vez de se proporem resolver um problema, aproveitando todos os factores necessários para a sua solução, serviram-se de tudo o que o podia obscurecer. O caminho da Índia, através da Síria, da Mesopotâmia e da Pérsia, era mais difícil de abrir que as portas Orco.

Os cruzados foram vencidos, porque nunca tiveram a noção exacta do seu esforço. Límpidamente, proféticamente, Portugal votou-se a continuar, pelo Atlântico fora, a obra mediterrânea dos povos colonizadores, clarificando os horizontes das nações que buscavam na treva a verdade que as iluminasse. Nascido sob a influência latina, encontrou nos seus navegadores os executores dedicados dum pensamento que se inspirava na obra incompleta que o passado lhe legara. Propôs-se propagar a fé e dilatar o império, o que equivale a dizer que ia fazer chegar a toda a parte a religião e a lei — as duas maiores criações de Roma imortal.

Descoberto o caminho da Índia, as ilhas atlânticas, o Brasil, lançadas as bases da colonização moderna, deslocado o tráfico mundial das cidades italianas e levantinas para Lisboa, a civilização europeia encontrou logo sem dificuldade todas as fórmulas necessárias ao seu desenvolvimento, dando à febre imperialista o seu verdadeiro significado e orientação. Os romanos reuniram no seu vastíssimo império todo o mundo conhecido. Os portugueses, seus continuadores, fiéis à sua vocação, foram ainda mais além, porque em todos os continentes e ilhas, sulcando ondas indómitas, fizeram soar uma língua oriunda do Lácio e desenharam gestos de domínio que Vergílio já celebrara. Graças a Portugal, a península ibérica iniciou a grande era das emprêsas mundiais, ficando com um prestígio digno das suas irmãs — as penínsulas itálica e helénica. Esta libertou a razão humana, tornando-a uma força capaz de subjugar a soberania dos deuses; aquela demonstrou que a fraternidade dos povos nada mais é que um dos resultados directos da evolução do Direito; aqueloutra provou que a civilização é um problema de raças e que estas para o resolverem têm de propor-se fins cada vez mais vastos.

Realizada a acção supremã da sua história, com a qual achou para a vida europeia um ritmo plenamente latino de expansão e actividade criadora, era natural que Portugal se conservasse indefectivelmente ligado à sua obra, nunca a desmentindo nem a

adulterando. E assim foi. Descobriu e conquistou, primeiro; despertou vida, lançou sementes fecundas ao solo virgem ou incul-to, depois. Ao longo de toda a costa de África, desde Marrocos ao Cabo da Boa Esperança e daí até Mombaça e Melinde, bem como nas penínsulas meridionais da Ásia, os portugueses como guerreiros, nautas, mercadores e missionários realizaram o sonho lusíada que Camões — o poeta que mais intimamente se aparen-tou com Homero e Vergílio — consagrou iluminando-o com as labaredas épicas do seu génio. O Infante D. Henrique, D. João I, Vasco da Gama, D. Francisco de Almeida, Albuquerque e Cas-tro são figuras cuja alma, formada na admiração dos antigos ro-manos, tem como estes o raciocínio claro e pronto, a mesma segurança no mando e a mesma prudência e calma de pensamen-to. Oliveira Martins escreve: — «Os heróis portugueses têm o que quer que é de grave e digno, ao mesmo tempo severo e quasi triste. Não se busque o drama e os seus contrastes nesses vultos que se destacam da scena trágica». — Estas palavras, que recor-támos da *História da Civilização Ibérica*, merecem alguns re-paros, pois que é precisamente o drama que avulta na epopeia nacional, ao passo que a tragédia passa a segundo ou terceiro plano. Não há história mais dramática que essa maravilhosa *Asia*, de Barros, onde as personagens principais, inacessíveis aos gol-pes da fatalidade, de braço rijo e de apetites duros e insaciáveis se mostram verdadeiros tipos da Renascença que evocou, sobre-tudo, Roma e os seus capitães tão mestres na arte de se esca-pulirem aos laços da Fortuna. O espírito da tragédia cria uma desproporção entre o homem e a sua ambição, entre o viajante e a sua romagem, entre o artista e a sua miragem interior — des-proporção que, acentuando-se, à medida que o sofrimento se apossa da imaginação, gera uma ânsia de destruir que os poetas gregos atribuíam aos fados e que nós poderemos atribuir ao des-sespêro do homem que descrê de si próprio. O drama, porém, é a acção sempre senhora do seu movimento, com os seus kontras-tes, contradições e violências que lutam progressivamente até conquistarem situações de equilíbrio em que os peitos, ainda ar-quejantes, gozam os instantes de repouso em que o amor e o orgulho cantam nos corações hinos de triunfo. A *História Trá-gico-Marítima* encerra tragédia, bem como o desastre de Alcá-cer-Kibir. Outro tanto se não pode dizer da descoberta do cami-nho marítimo para a Índia, da tomada de Ceuta, da passagem do

Cabo das Tormentas, da conquista de Ormuz, Goa e Malaca e de tantos outros feitos cuja unidade de inspiração ressalta vigorosamente aos olhos dos que lêem o passado com olhos maravilhados, traduzindo uma tão firme vontade de poder que tem qualquer cousa *de mais que humano*.

A colonização do Brasil não é duma intensidade dramática jamais excedida? Por certo. Durante quási três séculos, os portugueses, sem um desfalecimento nem um cansaço, renovam o gesto bíblico do sementeiro, fecundando a terra amorável com a boa semente da latinidade que, nascida nas margens do Tibre, se reanima e varia, nas margens do Tejo, e recebe o seu baptismo de fogo tropical, nas margens prodigiosas do Amazonas, adquirindo com a transplantação novos tons, timbres e matizes que são o sinal evidente da sua capacidade para dar volta ao orbe. E todavia tudo parecia indicar que a obra portuguesa, no Brasil, tinha de derivar para a tragédia, dada a enormidade gigantesca da empreza! E porque não aconteceu assim? Os colonizadores nunca perderam a noção do que queriam, nunca se reconheceram inferiores ao seu sonho, conservando nítido o sentido do homem, perante uma natureza cheia de mistério que parecia provocar as consciências dos navegadores e colonos, para as dissolver no pujante panteísmo da selva virginal. O Brasil, vaga expressão geográfica, a princípio, foi surgindo pouco a pouco como uma entidade moral e social, despegando-se confiado da mãe pátria, para constituir um grande povo em que a língua sonora e rica, o sentimento lírico e épico da vida e da acção, o espírito, o amor da liberdade e da livre iniciativa revelam uma das maiores criações de Portugal, agindo segundo um ideal latino, para consumar em fôrça e beleza a sua epopeia das Descobertas.

Em todos os tempos, a mocidade portuguesa recebeu nas escolas a influência das virtudes que tornaram Roma imperecível e os seus homens — generais, políticos, oradores, legisladores, escritores — foram-lhe apresentados como tipos superiores, nos quais o alto amor da pátria se convertia em vontade imperiosa, superior às mortais contingências. O exemplo antigo seduzia, modelava e inflamava as mentes das gerações que da bôca sábia dos mestres e catedráticos aprendiam a conhecer a vida em feitos e imagens nobres.

Vasco da Gama, quando demandava, por ordem do seu rei, a

maravilhosa Índia, que a lenda auriflorira para melhor atrair as raças atrevidas, nos momentos difíceis retemperava-se com a recordação dos clássicos, não sendo, pois, por uma vã figura que Camões frequentemente o aproxima de Eneas. Os nossos heróis tinham sempre diante dos olhos os quadros da história romana, como as nossos moralistas as sentenças da moral estóica. No estudo das guerras púnicas, todos nós aprendemos a conhecer o drama de duas civilizações antagónicas que pretendem assenho-rear-se da mesma terra ou do mesmo mar.

Roma e Cartago jogam os seus destinos num conflito que decidiu a sorte da antiguidade, porque da vitória final de Aníbal saíria provavelmente o predomínio da Líbia sobre a Europa meridional. Já houve quem dissesse que a mentalidade latina não passa da superfície das cousas, enquanto a germânica as mede em profundidade! Eis como as aparências iludem. Para que Roma criasse o seu império ela teve de entrar no conhecimento de realidades tão íntimas que povo algum jamais atingiu. A sua ciência de vencer e de dominar ainda não foi excedida. E os latinos modernos que se educaram no seu estudo, na penetração da sua história admirável e na admiração do seu génio robusto nunca deixaram de estar em contacto com a vida, em todos os seus aspectos exteriores, com todas as energias recatadas e distantes.

Nunca a humanidade atravessou um passo perigoso que o pensamento latino não o tivesse pressentido pela visão profética dos seus grandes mestres, quando não conjurado com a intervenção oportuna dos seus homens de acção.

Portugal, dentro desta órbita, tem acompanhado os povos seus irmãos, provando todas as dores da humanidade, quando esta, buscando purificar-se de iniquidades seculares, se aterra e confrange, perante a tarefa pesada do seu resgate.

Sob o ponto de vista religioso, político, moral, social, literário e artístico, nós temos mantido uma franca comunhão com as aspirações mais justas e levantadas que o espírito moderno tem concebido, a fim de sobrepor-se à marcha corrosiva dos anos. E poderíamos nós fazer assim, se porventura a nossa mente e a nossa percepção simpática da vida se limitassem ao que é espectáculo, imagem fugidia ou facto transitório? Não, incontestavelmente. A leitura, meditação e interpretação dos clássicos é mais alguma coisa que um capricho escolar destinado a reavivar na nossa memória a glória longínqua de raças modelares, porque visa

a dar à nossa cultura não só o brilho que as palavras, ideas e acções devem ter para assumirem a sua plenitude humana, mas sobretudo um processo de nos relacionar com o universo e a consciência no equilíbrio perfeito da sua interpenetração.

A inteligência e a sensibilidade fortalecem-se, alargam-se e afinam-se com êsse convívio espiritual que gradualmente lhes ensina a arte de se limitarem pelo conhecimento da *medida, proporção, ordem, harmonia e ritmo imperecível*. O nosso corpo que os sentidos nos revelam como um difícil caso de barbárie incorrigível, quando o submetamos à disciplina pagã do movimento livre e da beleza, que se realiza pela extereorização plástica do instinto, torna-se a cidadela formosíssima em que a vida se desabrocha em volúpias e sonhos impecáveis.

Atenas e Roma realizaram a fusão admirável do humano e do divino, porque estabeleceram a rialza da razão não como a negação do desejo e do prazer, mas antes como a labareda mais pura e clara que dêstes brota. Nós que lhes seguimos as lições magníficas, temos o nosso ser disposto a *perceber, sentir, imaginar e criar*, nunca como uma tortura diabólica, como aquela em que se aniquilou o Fausto germânico, porque realizamos assim em suave ascensão as esperanças mais caras à nossa natureza. A Roma e Atenas devemos o pendor invencível para aceitarmos e julgarmos a Beleza das cousas e dos seres como a mais alta libertação do jugo dos fados, visto que a Verdade por si não nos comove o coração, e enquanto êste se conserva estranho ao nosso esforço o homem debate-se no conflito e na desordem.

Guilherme Ferrero sustenta que entre as duas culturas empenhadas na guerra europeia uma, a germânica, tudo sacrifica a um ideal de poder, de ânsia de domínio, ao passo que a outra, a latina, prossegue a defesa das suas aspirações de perfeição estética e moral. Parece-nos que melhor seria dizer que a primeira, graças à grossaria da sua sensibilidade, assenta numa deficiência, numa palpável miséria de valores humanos e divinos, que é fácil de notar em todas as criações e manifestações do seu génio, ao passo que a segunda é obra de raças equilibradas que já há muitas centenas de anos compreenderam o homem como uma síntese de fôrça, idea e beleza realizada pela consciência, segura da sua marcha.

O que é a guerra que actualmente se fere entre as nações ?

Muito se enganará quem vir nela unicamente um problema económico a resolver. O seu âmbito estende-se a todo o homem. A civilização latina e germânica atribuem a êste valores diferentes, sob o ponto de vista religioso, político, social, económico, artístico, etc., tendendo cada uma delas a fazer vingar as suas concepções fundamentais. Os soldados que se batem, como no tempo das guerras médicas ou das guerras púnicas, decidirão a significação do mundo de amanhã. O homem que se erguer vencedor, depois de tantas e formidáveis destruições, remodelará não só a carta da Europa, mas os limites do espírito e da consciência.

Não se arriscam milhões de criaturas, pondo povos e raças como Hamlet perante a sombra de seu pai, só para saber a quem há-de ficar o senhorio dos mares.

Quem dará a fórmula da próxima cultura?

— Em tórno desta terrível interrogação, anglo-saxónios, latinos, slavos, germânicos, turcos e amarelos jogam os seus destinos.

Os que superficialmente encaram a guerra, sem visão augural, não lhe crêem uma importância tamanha, um alcance tão profundo, se bem que uma vez ou outra, quando lêem certas afirmações dos dogmatistas de Alêrn-Reno, sintam abalar-se na solidez superficial dos seus raciocínios. Os mestres da latinidade não se iludem, quando lhe apontam a largueza dos seus fins, como também os representantes do pangermanismo não laboram num êrro.

— Porque é que todas as democracias — não esqueçamos que a democracia é criação greco-romana — espalhadas pelas cinco partes do mundo se unem em tórno dum mesmo ideal, a fim de salvaguardarem a sua existência?

— Porque é que os povos latinos da América e da Europa se vão coligando, num bloco invencível, contra o *boche* que êles sabem disposto a subvertê-los, nas razões efectivas do seu labor e do seu próprio ser? Prevêem, com aquela razão que Roma e Atenas habituaram à previsão e ao estudo subterrâneo dos acontecimentos, que o orbe renova a sua capacidade de existir.

E Portugal? O nosso país, que é uma democracia em formação, lança-se no conflito, não por um interêsse egoísta de momento, mas para afirmar a sua vitalidade latina, continuando a sua missão de séculos, lançando por toda a parte a boa semente duma civilização que tem dado volta a todos os continentes.

Mens agitat molem.

JOAQUIM MANSO.

La Mission latine du Portugal

Le Portugal est un des pays de l'Europe qui, les premiers, comprirent le sens de la ire moderne, déterminant les nouvelles trajectoires de la vieille civilisation méditerranéenne. Après avoir expulsé les maures et repoussé les ambitions conquérantes des Léonais et des Castillans, il se trouva constitué comme une forte unité morale, quand les autres peuples continentaux devinaient encore à peine les limites de leur existence et la signification sociale de leur effort. Le fait de se former comme une négation de la féodalité, ne permettant pas que le noble se liât à la terre comme un obstacle à la formule organisatrice de la loi romaine, lui évita cette longue et ténébreuse série de luttes internes, sur lesquelles se dressèrent si péniblement les royautes qui établirent parmi les êtres de la première culture des générations la discipline de l'homme sujet au devoir patriotique. Il échappa ainsi à une funeste lutte de classes, ce qui lui facilita d'envisager promptement le problème de sa destinée, quand les autres se préoccupaient encore du problème de leur existence. Sa conscience fleurit comme une promesse, quand chez autres, elle s'obscurcit comme une tourmente. L'Europe sentait l'impossibilité de vivre une existence aux gestes forts, aux mouvements qui lui permirent de s'épancher en un large rythme d'empire, et se consumait stérilement en guerres dynastiques d'où ne germait pas la semence féconde des grandes vertus civilisatrices. Les Croisades furent une tentative désespérée, afin d'ouvrir un champ d'expansion fécond vers l'Orient, où la jeune bourgeoisie ambitieuse pût trouver les sources de richesses

que l'Occident appauvri ne lui offrait pas. Les Turcs qui aspiraient à jouer le rôle d'intermédiaires et souverains entre l'Asie et l'Europe opposèrent une barrière invincible aux armées chrétiennes, ne consentant pas que par l'Égypte, elles dominassent la mer Rouge, ni par la Mésopotamie, l'Océan-Indien. En vain les rois puissants et les grands Seigneurs se fatiguèrent-ils à ce duel long et épuisant, ils durent retourner dans leurs états ou leurs domaines, l'âme abattue par la plus triste déception. L'Europe qui, un moment, avait cru réaliser le songe antique d'Alexandre et de Trajan, devait retourner contre elle-même les serres de rapine qu'elle avait voulu étendre sur la terre des civilisations tranquilles et usées pour leur infuser un sang jeune, barbare et créateur. Une crise de pessimisme crût, se répandit et tua la moisson des espérances. Vu l'importance du fiasco il était inévitable que dans chaque pays éclatât la lutte des intérêts, inconciliables et qu'entre les nations se livrassent d'épouvantables combats. La *Divine Comédie* de Dante, dans ses tercets où flamboie la colère non contenue d'un âme noble dévastée par le spectacle assourdissant de la Discorde, dénonce l'existence d'un monde qui se dévorait, impotent à accommoder des forces qui n'arrivaient pas à se réunir pour une œuvre de création. Les papes, qui opiniâtement essayaient de calmer les agitations sous l'action de leur pouvoir spirituel, proclamaient en vain la nécessité de l'union, profitant des événements pour rassembler les courages dispersés et les volontés incrédules. Les invasions germaniques avaient apporté dans les pays latins que Rome avait soumis et façonnés à sa culture, si favorable aux goûts supérieurs de l'esprit, des tendances à la désorganisation, presque irréductibles, maintenant les fidèles traditions des hordes guerrières qui voulaient obstinément, par la féodalité et la chevalerie, empêcher l'unification de l'état et la prédominance des villes, converties en agents disciplinateurs de la barbarie incorrigible. Pourrait-on encore restaurer l'antique empire romain d'occident? C'était absolument impossible, car les morts ne ressuscitent pas de leur propre chair, ils ne peuvent que léguer aux siècles la portion de vérité, de beauté et de justice dont ils ont enrichi leur patrimoine! Rome était morte pour toujours : son âme seule persistait sur les ruines. Ni Théodoric, ni Charlemagne, ni Barberousse ne purent rendre le souffle à un cadavre dont l'histoire gardait les cendres sous un marbre glacé et éternel...

Et pourquoi ne parvinrent-ils pas à accomplir leurs desseins ? C'est parce qu'ils obéissaient uniquement à la fureur germanique de la conquête sans y joindre le ferment latin de l'organisation juridique encore mal compris et assimilé, qui est la base de toute vie sociale et politique. Les empires morts ne peuvent se restaurer pour la simple raison que les formes suivent la loi physique, biologique et humaine des métamorphoses. Rome devait avoir le sort de toutes les choses : renaître dans les peuples qu'elle avait autrefois formés à son image et à sa ressemblance, et qui maintenant, en plein moyen-âge, mouleraient leur être suivant le grand modèle classique de leur mère. Le Portugal, l'Espagne et l'Italie, héritiers d'un nom précieux, entrent dans l'histoire avec un air de famille qu'on ne peut pas confondre et qui unira ces nations dans l'avenir vu qu'elles ont la même ascendance et collaborent à la même tâche bénie : soumettre les hommes à la discipline consciente de la loi et les cœurs au même désir de perfection.

Rome assimila toute la civilisation méditerranéenne : l'égyptienne, la phénicienne, l'hébraïque, la crétoise et la libio-phénicienne ; réalisant la plus grande synthèse de races parallèle à la plus grande synthèse d'idées. Elle réussit cette chose difficile : prendre à l'hellénisme son essence divine, la toile la plus subtile que l'ingéniosité de l'homme ait créée, afin de remonter de l'apparence transitoire des choses jusqu'aux pures apparitions divines. Nietzsche lui-même dit que, si Rome n'avait pas existé la Grèce aurait été difficilement comprise dans l'étrange harmonie de son logos. La mission supérieure de Rome fut d'asseoir le droit sur la nature humaine elle-même, en le rendant une des faces éternelles de l'esprit, et en outre, de répandre chez tous les peuples qu'elle dominait les conquêtes du savoir hellénique, créant ainsi une mentalité commune qui a été la meilleure sauvegarde des destinées de l'humanité, si souvent exposées aux périls. Les nations qui descendent de Rome ou qui en ont reçu l'éducation n'ont jamais méconnu ce fait important, ayant soin, sans fléchir, de porter à tous les coins de l'orbe le verbe latin que leur mère et éducatrice leur avait confié. Le Portugal s'est toujours sacrifié pour la plus grande splendeur du latinisme. Tandis que l'Europe se débattait pour sortir d'une crise presque insoluble, que l'impérialisme des races fortes

s'exerçait constamment en guerres de frontières, les Portugais, absolument sûrs de leur existence, leur territoire bien défendu, leur population homogène, leur langue et leur littérature déjà formées, possédant déjà l'idéal religieux qui facilite les profondes actions et réactions de la conscience, sentirent clairement, dans leur commerce avec l'Océan et les intuitions que celui-ci éveille, que la civilisation méditerranéenne devait continuer sa marche vers l'occident, en suivant les routes de l'Atlantique, à la recherche de nouveaux mondes et de nouvelles mers. Les Croisades avaient été une erreur, parce que, au lieu de se proposer de résoudre le problème en utilisant tous les facteurs nécessaires pour sa solution, on s'était servi de tout ce qui pouvait l'obscurcir. Le chemin de l'Inde à travers la Syrie, la Mésopotamie et la Perse, était plus difficile à ouvrir que les portes de l'Enfer. Les Croisés furent vaincus parce qu'ils n'eurent jamais la notion exacte de leur effort. Clairement, prophétiquement, le Portugal se voua à continuer, au-delà de l'Atlantique, l'œuvre méditerranéenne des peuples colonisateurs, éclairant les horizons des nations qui cherchaient dans les ténèbres la vérité qui les illuminât. Né sous l'influence latine, il trouva dans ses navigateurs les exécuteurs dévoués d'une pensée que s'inspirait dans l'œuvre incomplète que le passé lui avait léguée. Il se proposa de propager la foi et d'agrandir l'empire, ce qui équivaut à dire qu'il allait faire parvenir partout la religion et la loi, les deux plus grandes créations de Rome immortelle !

Quand le chemin des Indes, les îles d'Atlantique et le Brésil furent découverts, quand les bases de la colonisation moderne furent découvertes, quand les bases de la colonisation moderne furent établies, quand le trafic mondial eut dévié des villes italiennes et levantines vers Lisbonne, la civilisation européenne trouva tout de suite et sans difficulté toutes les formules nécessaires à son développement, et donna à la fièvre impérialiste sa signification et son orientation véritables.

Les Romains réunirent dans leur vaste empire tout le monde connu. Les Portugais, leurs continuateurs, fidèles à leur vocation, allèrent encore plus loin, parce que, dans tous les continents et les îles, sillonnant des ondes indomptées, ils firent sonner une langue originaire du Latium et dessinèrent des gestes de domination que Virgile avait déjà célébrés. Grâce au Portugal, la péninsule ibérique commença la grande ère des entreprises mondiales,

jouissant d'un prestige digne de ses sœurs : les péninsules italique et hellénique. Cette dernière libéra la raison humaine, la rendant une force capable de subjuguier la souveraineté des dieux, celle-là démontra que la fraternité des peuples n'est rien moins qu'un résultat direct de l'évolution du Droit, l'autre enfin prouva que la civilisation est un problème de races, et que, pour le résoudre celles-ci doivent se proposer des fins de plus en plus vastes.

Quand fut réalisée l'action suprême de son histoire, par laquelle il trouva pour la vie européenne un rythme pleinement latin d'expansion et d'activité créatrice, il était naturel que le Portugal restât indéfectiblement lié à son œuvre, ne la démentant, ni ne l'adultérant jamais. Et en effet. Il découvrit et conquit d'abord ; ensuite, il éveilla la vie et lança les semences fécondes au sol vierge ou inculte. Le long de toute la côte de l'Afrique, depuis le Maroc jusqu'au cap de Bonne-Espérance, et de là jusqu'à Mombace et Mélinde, ainsi que dans les péninsules méridionales de l'Asie, les Portugais, comme guerriers, navigateurs, marchands et missionnaires, réalisèrent le songe lusitain que Camões, le poète le plus intimement apparenté à Homère et à Virgile, a consacré, l'illuminant des flammes épiques de son génie.

L'infant D. Henrique, D. João I, Vasco de Gama, D. Francisco de Almeida, Albuquerque et Castro, sont des hommes dont l'âme formée dans l'admiration des anciens Romains ont, comme ceux-ci, le jugement clair et prompt, la même sûreté dans le commandement, la même prudence et le même calme dans la pensée. Oliveira Martins écrit : — « Les héros portugais ont je ne sais quoi de grave et de digne, de sévère et de presque triste à la fois. Qu'on ne recherche pas le drame et ses contrastes dans ces figures qui se détachent de la scène tragique ». — Ces paroles, que nous tirons de *l'Histoire de la Civilisation Ibérique*, méritent quelques observations, car c'est précisément le drame qui saillit de l'épopée nationale, tandis que la tragédie passe au second ou au troisième plan. Il n'y a pas d'histoire plus dramatique que cette merveilleuse *Asia* de Barros, dans laquelle les personnages principaux, inaccessibles aux coups de la fatalité, le bras ferme, les appétits durs et insatiables, se montrent de véritables types de cette Renaissance qui évoqua surtout Rome et ses capitaines si maîtres dans l'art de s'esquiver aux pièges de la Fortune. L'esprit de la tragédie crée une disproportion entre l'homme

et son ambition, entre le voyageur et son pèlerinage, entre l'artiste et son mirage intérieur, disproportion qui, s'accroissant à mesure que la souffrance s'empare de l'imagination, engendre un besoin de destruction que les poètes grecs attribuaient au destin et que nous pouvons attribuer au désespoir de l'homme qui ne croit plus en soi-même. Le drame, au contraire, est l'action toujours maîtresse de ses mouvements, avec ses contrastes, ses contradictions et ses violences qui luttent progressivement jusqu'à ce qu'ils conquièrent des situations équilibrées dans lesquelles les poitrines, encore haletantes, jouissent des instants de repos pendant lesquels l'amour et l'orgueil chantent dans les cœurs des hymnes de triomphe.

L'histoire tragico-maritime renferme de la tragédie, ainsi que le désastre de Alcacer-Kibir. On n'en peut pas dire autant de la découverte du chemin maritime des Indes, de la prise de Ceuta, du passage au Cap des Tempêtes, de la conquête d'Ormuz, de Goa et de Malacca et de tant d'autres faits qui traduisent une volonté de pouvoir si ferme qu'elle a quelque chose de plus qu'humain et dont l'unité d'inspiration ressort vigoureusement aux regards de ceux qui lisent le passé avec des yeux émerveillés.

La colonisation du Brésil n'est-elle pas d'une intensité dramatique qui n'a jamais été excédée? Sans aucun doute. Trois siècles durant; les Portugais, sans une défaillance, ni un moment de fatigue, renouvellent le geste biblique du semeur, fécondant la terre aimante de la bonne semence de latinité qui, née sur les bords du Tibre, se ranime et varie sur les rives du Tage et reçoit son baptême de feu tropical sur les bords prodigieux de l'Amazonie, acquérant par la transplantation de nouveaux tons, de nouveaux timbres et de nouvelles couleurs: signe évident de sa capacité à faire le tour du monde. Et cependant, tout paraissait indiquer que l'œuvre portugaise, au Brésil, devait aboutir à la tragédie, vu l'énormité de cette entreprise gigantesque! Et pourquoi cela n'est-il pas arrivé? Les colonisateurs n'ont jamais perdu la notion de ce qu'ils voulaient, ils ne se sont jamais trouvés inférieurs à leur songe; ils conservèrent le sens exact de l'homme, devant une nature pleine de mystère qui paraissait provoquer la conscience des navigateurs et des colons pour la dissoudre dans le puissant panthéisme des selvas virginales. Le Brésil, qui n'était au commencement qu'une vague expression géographique, surgit peu à peu comme une entité morale et sociale, se

détachant avec confiance de la mère patrie pour constituer un grand peuple dont la langue sonore et riche, dont le sentiment lyrique et épique de la vie et de l'action, dont l'esprit, l'amour de la liberté et de la libre initiative, révèlent une des plus grands créations du Portugal, agissant selon un idéal latin, pour consommer en force et en beauté son épopée des Découvertes.

De tous temps, la jeunesse portugaise a reçu dans les écoles l'influence des vertus qui ont rendu Rome impérissable, et les grands hommes romains : généraux, politiques, orateurs, législateurs, écrivains — lui furent toujours présentés comme des types supérieurs, chez lesquels le grand amour de la patrie se convertissait en volonté impérieuse, au-dessus des contingences mortelles. L'exemple antique séduisait, modelait, enflammait les intelligences des générations qui, de la bouche savante des maîtres et des docteurs, apprenaient à connaître la vie par des faits et des images nobles.

Quand Vasco de Gama recherchait, par ordre de son roi, l'Inde merveilleuse que la légende avait fleurie d'or pour mieux attirer les races audacieuses, il se retrempait, dans les moments difficiles, par le souvenir des classiques ; et ce n'est pas pour une vaine figure de littérature que Camões l'a fréquemment comparée à Énée. Nos héros avaient toujours devant les yeux les tableaux de l'histoire romaine comme nos moralistes les sentences de l'école stoïque. Dans l'étude des guerres puniques, nous avons tous appris à connaître le drame de deux civilisations antagonistes qui prétendaient s'emparer de la même terre ou de la même mer.

Rome et Carthage ont joué leurs destinées dans un conflit qui a décidé du sort de l'antiquité parce que de la victoire finale d'Annibal serait probablement sortie la domination de la Lybie sur l'Europe méridionale. On a déjà dit que la mentalité latine ne dépasse pas la surface des choses, tandis que la germanique les mesure en profondeur ! C'est ainsi que les apparences trompent. Pour que Rome créât son empire, elle dut acquérir la connaissance de réalités si intimes qu'aucun peuple ne les a jamais atteintes. Sa science de vaincre et de dominer n'a pas encore été excédée. Et les latins modernes qui se sont instruits par son étude, par la pénétration de son histoire admirable et par l'admiration de son génie robuste, n'ont jamais laissé d'être en contact avec

la vie, dans tous ses aspects extérieurs, avec toutes ses énergies cachées et distantes.

L'humanité n'a jamais traversé un événement périlleux que la pensée latine ne l'ait pressenti par la vision prophétique de ses grands maîtres, quand elle ne l'a pas conjuré par l'intervention opportune de ses hommes d'action.

Dans cette orbite, le Portugal a toujours accompagné les peuples, ses frères, partageant toutes les douleurs de l'humanité, quand celle-ci, cherchant à se purifier d'iniquités séculaires, s'épouvantait et se consternait devant la tâche pesante de son rachat.

Au point de vue religieux, politique, moral, social, littéraire et artistique, nous avons toujours maintenu une franche communion avec les aspirations les plus justes et les plus élevées que l'esprit moderne ait conçues, afin de se superposer à la marche corrosive des années. Et aurait-il pu en être ainsi si notre intelligence et notre perception sympathique de la vie se bornait à ce qui est spectacle, image fugitive ou fait transitoire ? Non, incontestablement. La lecture, la méditation et l'interprétation des classiques est quelque chose de plus qu'un caprice scolaire destiné à faire revivre dans notre mémoire la gloire lointaine de races modèles ; parce qu'elle s'efforce de donner à notre culture non seulement *l'éclat* que les paroles, les idées et les actions doivent avoir pour assumer leur plénitude humaine, mais surtout un *procédé* de nous mettre en rapport avec l'univers et la conscience dans l'équilibre parfait de leur interpénétration.

L'intelligence et la sensibilité se fortifient, s'élargissent et s'affinent par ce commerce spirituel que leur enseigne graduellement l'art de se borner par la connaissance de la mesure, de la proportion, de l'ordre, de l'harmonie et du rythme impérissable. Notre corps que nos sens nous révèlent comme un cas difficile de barbarie incorrigible, devient l'admirable citadelle dans laquelle la vie s'épanouit en voluptés et en songes impeccables, si nous le soumettons à la discipline païenne du mouvement libre et de la beauté réalisée par l'extériorisation plastique de l'instinct.

Athènes et Rome réalisèrent la fusion admirable de l'humain et du divin, parce qu'elles établirent la royauté de la raison, non comme la négation du désir et du plaisir, mais plutôt comme la flamme la plus pure et la plus claire qui en éclosent. Pour nous qui suivons leurs leçons magnifiques, nous tenons notre être dis-

posé à percevoir, sentir, imaginer et créer, mais jamais avec une torture diabolique comme celle qui anéantit le Faust allemand, car nous réalisons ainsi par une suave ascension les espérances les plus chères à notre nature.

C'est à Athènes et à Rome que nous devons le penchant invincible à accepter et juger la beauté des choses et des êtres comme la plus grande libération, du joug du destin, vu que la Vérité en soi n'émeut pas nos cœurs, et que, tant que celui-ci reste étranger à notre effort, l'homme se débat dans le conflit et dans le désordre.

Guillaume Ferrero soutient que, des deux cultures engagées dans la guerre européenne, l'une, la germanique, sacrifie tout à un idéal de pouvoir, à un désir véhément de domination, tandis que l'autre, la latine, poursuit la défense de ses aspirations de perfection esthétique et morale. Il nous semble qu'il serait préférable de dire que la première, à cause de la grossièreté de sa sensibilité, se base sur une manque, sur une palpable misère de valeurs humaines et divines, qu'il est facile de remarquer dans toutes les manifestations de son génie ; tandis que la seconde est l'œuvre de races équilibrées qui, il y a beaucoup de centaines d'années, ont compris l'homme comme une synthèse de force, d'idéal et de beauté réalisée par la conscience sûre de sa marche.

Qu'est-ce que la guerre qui sévit actuellement entre les nations ? On se tromperait beaucoup si on n'y voyait qu'un problème économique à résoudre. Son ambiance s'étend à tout l'homme. La civilisation latine et la germanique lui attribuent des valeurs différentes au point de vue religieux, politique, social, économique, artistique, etc., et chacune d'elles tend à faire dominer ses conceptions fondamentales. Les soldats qui se battent, comme au temps des guerres médiques ou des guerres puniques, décideront de la signification du monde de demain. L'homme qui se redressera vainqueur, après de si formidables dévastations, remodelera, non seulement la carte de l'Europe, mais les limites de l'esprit et de la conscience.

On ne risque pas la vie de millions de créatures, envoyant les peuples et les races, comme Hamlet devant l'ombre de leur père, rien que pour savoir à qui appartiendra la souveraineté des mers.

Qui donnera la formule de la prochaine culture ? C'est autour de cette terrible question que les Anglo-Saxons, les Latins, les

Slaves, les Germains, les Turcs et les Jaunes jouent leurs destinées.

Ceux qui envisagent la guerre superficiellement, sans vision augurale, ne lui croient pas une telle importance, une portée si profonde ; toutefois, de temps en temps, quand ils lisent certaines affirmations des dogmatistes d'outre-Rhin, ils sentent s'ébranler la solidité superficielle de leurs raisonnements. Les maîtres latins ne se trompent pas quand ils leur montrent la largeur de leurs fins, et les représentants du pangermanisme ne commettent pas non plus une erreur.

— Pourquoi toutes les démocraties (n'oublions pas que la démocratie est une création gréco-romaine) dispersées dans les cinq parties du monde, s'unissent-elles autour d'un même idéal, afin de sauvegarder leur existence ?

— Pourquoi les peuples latins de l'Amérique et de l'Europe se liguent-ils en un bloc invincible, contre le *boche* qu'ils savent résolu à les renverser, dans les raisons effectives de leur labeur et de leur existence propre ? Ils prévoient avec cette raison que Rome et Athènes ont habituée à la prévoyance et à l'étude souterraine des événements que le globe renouvelle son aptitude d'exister.

Et le Portugal ? Notre pays, qui est une démocratie en formation, se jette dans la lutte, non pour un intérêt égoïste du moment, mais pour affirmer sa vitalité latine, en continuant sa mission des siècles passés, en lançant partout la bonne semence d'une civilisation qui a fait le tour de tous les continents.

Mens agitat molem.

JOAQUIM MANSO.



A música em Portugal

Portugal toma um maior desenvolvimento artístico no tempo de Afonso III, que introduziu na sua côrte hábitos e costumes mais policiados que os dos seus quatro antecessores, tendo chamado para perceptor de seu filho o sábio francês Aymerie d'Ebrard; no Regimento da sua casa estatui-se a presença permanente de três jograis, um dos quais se chamava Martim Maya e era da classe de *segréis*, jograis narradores de *fabliaux novellaires*.

A educação dada por Afonso III a D. Dinis fez dêste um trovador de alto mérito, sendo o primeiro rei que se interessou pela instrução, fundando a Universidade em 1290. Por desgraça, nenhum dos documentos que conservam a letra das trovas dêste rei tem a sua notação musical, facto quasi sem excepção nas nossas trovas. Emquanto dos trovadores provençais se conservam duzentas e sessenta melodias e dos troveiros franceses perto de duas mil, dos nossos quasi todas se perderam. Por esta época, a música trovadoresca, *ars mensurabilis*, desaparecia, cedendo o passo à nova forma musical a que a sua natural evolução conduzia e que se chamou *ars nova*.

¿Ter-se-ia esta nova forma musical introduzido desde logo entre nós? ou teria ainda perdurado a ingénua e elegante melodia trovadoresca?

É possível que se desse esta última hipótese, dado o nosso afastamento do movimento europeu e a dificuldade de comunicações.

No tempo de D. João I a música tomou ainda maior desenvolvimento, ficando célebres as festas do seu casamento no Pôrto com D. Filipe de Lencastré, acompanhadas a orquestra; D. João I tinha ainda na sua côrte uma orquestra particular. Depois da tomada de Ceuta, tocaram no *Te Deum* realizado na cidade conquistada mais de duzentas trombetas.

D. Duarte, não só conservou como ainda aumentou o brilho da capela de seu pai, chegando a ter músicos tão eméritos que o rei de Castela fez instâncias para que os mais distintos de entre êles fôssem para a sua côrte, o que por pouco não produziu uma guerra, por ter D. Duarte protestado contra as tentativas do rei de Castela numa carta enérgica dirigida a êste último.

Também D. Fernando, o Infante Santo, sustentava uma excelente capela, possuindo várias obras musicais de valor, algumas das quais deixou em seu

testamento à Sé de Lisboa. Seu irmão D. Pedro não só era um notável poeta-músico, mas também perito em vários instrumentos.

Afonso V procurou aumentar o número dos cantores da capela, para o que solicitou um breve do papa, expedido por Eugénio IV em 1439, e mandou vir uma cópia do cerimonial dos reis de Inglaterra, que pretendia adaptar entre nós.

Ao entrarmos na Idade Moderna, vemos D. João II transformar em realidade esta aspiração de seu pai, dando execução ao breve sessenta anos depois de êle expedido. Por ocasião do casamento do príncipe D. Afonso teve a música um importante papel nos festejos.

Ao fausto de D. Manuel I não podia a música ser estranha, como efectivamente o não era. Diz o cronista:

«Todos os dias jantava e ceava com música de charamelas, sacabuxas, cornetas, harpas, tamboris e rabecas e nas festas principais com atabales e trombetas, que todos enquanto comia tangiam cada um por seu giro; além destes tinha músicos mouriscos, que cantavam e tangiam com alaúdes e pandeiros, ao som dos quais e assi das charamelas, harpas, rabecas e tamboris, dançavam os moços fidalgos durante o jantar e ceia; o serviço de sua mesa era esplêndido como a rei pertence»¹.

O próprio cronista era músico e dos mais ilustres. Damião de Góis familiarizara-se na Flandres com as grandes obras musicais dos mestres flamengos, depositários e continuadores da tradição dos troveiros artesianos; conhecia as obras de João Ockbegem, *pilar da música* e de Obrecht. As suas composições filiam-se, por isso, nessa escola, donde saíram os mestres que no século XVI ensinaram música à Europa.

Da Flandres trouxera Góis também o coral, forma musical que, como nenhuma outra, traduz o sentimento colectivo dum povo e prova a sua unidade. Não podia, por isso, enraizar-se entre nós, justamente no momento em que a alma nacional se dissociava, e o Renascimento surgia a afirmar, com o amor pela antiguidade, os direitos do indivíduo. Acresce ainda que o coral vinha com a mancha de heresia, por se ter criado e desenvolvido em países protestantes. Todas as outras formas musicais eram de factura rebuscada, feitas sob regras rígidas, sem naturalidade, sem espontaneidade, sem calor, sem vida: eram exercícios artificiosos, a que o povo se não podia entregar, porque ignorava os seus princípios scientificos e que não podia ouvir, porque eram privilégio de ricos. Por isso o povo se mantinha afastado do grande movimento musical. Com toda a sciência da *ars nova* trazia Góis, da Flandres, também o canto coral. Mas o sábio humanista, amigo de Erasmo e de Dürer, não podia regressar à pátria em pior momento: a intolerância era enorme, a Inquisição vigiava e Damião de Góis, apesar do seu passado, do seu cargo e dos seus setenta anos, é denunciado e preso.

«Pelos depoimentos das testemunhas do seu processo, sabemos que os seus vizinhos foram depor contra o acusado, declarando um deles que entravam alguns estrangeiros em casa de Góis, «e por muitas vezes ouviu a teste-

¹ Damião de Góis, *lerónica do felicissimo rei D. Manuel*.

munha cantarem cousas que não entendia, e durar aquilo por muito espaço ; que não eram cantigas que cá costumavam cantar-se, e que era ordinário entre êles fazerem isto». Outro vizinho acusador depôs que «cantavam cantigas e tangiam órgão. Era assim que os lisboetas do século XVI compreendiam o canto coral que Damião de Góis praticava com os seus amigos em sua casa, e quem sabe se êste orfeão concorreu para a sentença com que o tribunal fulminou o desgraçado humanista, condenando-o a cárcere perpétuo».

Não foram, pois, as grandes obras, cheias de grandeza e majestade, que o protestantismo ia produzindo, as que nos serviram de modelo ; os nossos compositores deviam antes inspirar-se no madrigal, com a forma profundamente melódica que lhe davam os italianos, ainda entristecida pela tristeza saúdosa, sentimento característico da raça.

O sentimento da saúde já era familiar aos coevos de D. Dinis.

«Em 1200, morrer de amor já era costume dos mimosos da alma atormentados. Já então os grandes olhos de criança das damas portuguesas inspiravam pela sua meiga e dorida expressão ao mesmo tempo sensual e soberanamente espiritual e casta, amores apaixonados, mais vezes de perdição do que de salvação»¹.

Se já assim era no século XIII, mais o devia ser no XVI, agravada a saúde inata com as dores dos naufrágios e as decepções das aventuras. Era o sentimento que a música devia traduzir, como se vê desta passagem :

«Em a teoria da Música, que trata de número comparado, passei três consonâncias simples : Diapasão, que entra em proporção dupla : Diapente em sesquiáltera : Diatessarão em sesquitércia com todas as suas vozes e intervalos, tons e semi-tons, maiores e menores, com que faço obras e composturas mais excelentes que as de Reguem e Joaquim : porque êles compõem sómente ao modo francês, em Francês, Italiano e Espanhol que é mais saúdoso»².

Noutra obra diz o mesmo Barros³ que a nossa música é grave e sentida, porque grave é a linguagem, e em cada nação a música naturalmente segue o modo da fala. Eram, como se vê, músicos, não só teóricos mas compositores, os nossos humanistas do século XVI. Além dêstes, havia os profissionais, entre os quais brilhavam os mestres da capela do rei, da rainha e dos príncipes, chegando até nós os nomes de João Lourenço, João de Vilhacastim, Francisco Rodrigues, cantor emérito, António Correia, Diogo Gonçalves, Diogo de Belmonte e Pero do Pôrto⁴.

Êste era quem ensaiava e regia os coros e muito provávelmente também escrevia a música, se não para todos, pelo menos para alguns dos autos de Gil Vicente, que nomeadamente se lhe refere no auto da *Côrte de Júpiter*.

Pero do Pôrto é o autor dum motete *Chamabat autem Jesus*, e que João de Barros chamou o *príncipe dos motetes*.

Ainda desta época são os músicos João Fernandes Formoso, autor dum *Passionário da Semana Santa*, publicado em 1543, D. Heliodoro de Paiva,

¹ V. a minha crónica *O professor de Pelestrina*, na *Capital* de 6 de Dezembro de 1915.

² D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, *Cancioneiro da Ajuda*, 1, pág. IX.

³ João de Barros, *Rhópica Pneuma*.

⁴ *Diálogo em louvor da nossa linguagem*.

o capelão de D. João III, Manuel Cardoso, autor do *Passionarium juxta Cancellae Regiae Lusitaniae consuetudinem*.

Notáveis executores foram Peixoto da Pena, de quem diz António de Sousa de Macedo que foi «o mais famoso e perito instrumentista que se conheceu no seu século», e André de Escobar, eminente tocador de charamelinha.

A cadeira de música da Universidade, criada por D. Dinis, parece ter desaparecido desde o reinado de Afonso V; restabeleceu-a D. João III, sendo seu primeiro professor Mateus de Arando. A música também se ensinava nos conventos, nas sés e em algumas igrejas.

Ainda no século XVI e grande parte do seguinte floresceram músicos notáveis, o principal dos quais parece ter sido Duarte Lôbo, prefeito de música na Igreja Olisiponense, que viveu cento e três anos, tendo formado numerosos discípulos. A este período pertenceram Manuel Mendes, João Soares Rebêlo, João Alvares Frovo, António Marques Lábio, Manuel Rebêlo. Português era também Afonso Lôbo, pôsto que, por ter vivido em Toledo, seja geralmente considerado espanhol.

A Restauração foi altamente benéfica para a música, dada a cultura e predilecção que por ela tinha D. João IV. Este rei possuía uma das melhores bibliotecas musicais do tempo, que se dispersou nos reinados de seus filhos, acabando de se perder com o terremoto de 1755. D. João IV era um admirador entusiasta de Palestrina, que falecera em 1594, e seguia-lhe a escola e estilo nas suas composições: o seu motete *Cruz fidelis* é considerado por Naumann um exemplo muito notável de estilo palestriniano. A sua admiração pelo mestre de Prenesta era tal que o levou a publicar, em 1649, um opúsculo em que refutava os ataques feitos à música religiosa pelo bispo Cirilo Franco na sua carta de 16 de Fevereiro de 1549, quando essa refutação, volvido um século, já estava feita pelas próprias obras. Além dessa *Defensa de la música moderna contra la errada opinión del obispo Cirillo Franco*, ainda D. João IV publicou, em 1654, *Respuestas a las dudas que se pusieron a la missa «Panis quem ego dabo» de Penestrina*.

Deveria ser brilhante o esplendor das execuções musicais neste reinado.

O contrário se deu nos dois reinados seguintes; e, com o advento de D. João V em 1707, a música portuguesa, em decadência havia século e meio, perde-se definitivamente com o enxêrto italiano.

Com a rainha D. Maria Ana de Austria viera o uso da ópera nos paços reais, então espalhado em toda a Europa.

«Com a ópera vieram cantores, instrumentistas, bailarinas, scenógrafos, compositores e até poetas, para comporem e executarem aquelas representações denominadas óperas, que substituíram os antigos e nacionais autos ennobrecidos pela memória de Gil Vicente. Músicos portugueses foram enviados a Roma para beberem na própria fonte o manancial dos gorgieios italianos. Da escola de Nápoles vieram mestres para também aqui ensinarem as fórmulas da composição e o modo da execução de tais gorgieios. Os primeiros músicos alados a Itália foram: António Teixeira, em 1717, e Francisco António de Almeida, pouco depois. Muitos outros se lhes seguiram, sendo o último Marcos António Portugal»¹.

¹ Ernesto Vieira, *A música em Portugal*, nas *Notas sobre Portugal*, vol. II, pág. 273-275.

Dos mestres estrangeiros que demoraram entre nós os mais célebres foram os napolitanos Domingos Scarlatti, David Peres e Nicola Jamelli. Este último tinha um contrato, ruinoso para o nosso Erário, pelo qual se obrigava a enviar para Lisboa um exemplar de todas as obras que compusesse.

De 1720 a 1793 cantaram-se nos teatros riais mais de duzentas óperas, sendo cêrca de um têtço de compositores portugueses. Nos teatros públicos também se representava ópera, saindo dêles a célebre cantora Luísa Todi.

De entre os compositores portugueses o mais celebre foi Marcus Portugal.

«Eis um artista cujo destino é por demais singular, um nome sonoro que encheu todos os teatros líricos da Europa, e que hoje soa aos nossos ouvidos sem que possamos infelizmente ligar-lhe um sentido profundo, a nossa admiração consciente. Porque é certo que o conhecemos de nome, mas que muito pouco conhecemos da sua obra. Todavia, essa arte foi a de um dos mais fecundos e adorados criadores de melodias, dum génio que sofreu todas as influências da sua época, e que por isso mesmo foi aclamado pelo ardente entusiasmo dos seus contemporâneos, — músico perdulário e fácil que espalhou o seu talento por cêrca de cem obras, vinte das quais foram cantadas neste teatro de S. Carlos, sendo a primeira delas *La donna di genio volubile*, em Janeiro de 1799, e que anteriormente fôra já cantada em Parma, em Veneza e em Dresde. Marcos certamente revelara muito cedo a sua vocação musical, tocando nos órgãos dos seminários que frequentava e, muito moço ainda, aparece-nos em Madrid, empregando-se como acompanhador de cravo na ópera italiana, donde o Marquês do Louriçal, embaixador portuguez, o mandou estudar em Itália. Certo parece que o primeiro dos seus triunfos na ópera foi *La Baccheta misteriosa*, aclamada em Génova como uma magnífica revelação musical em que os genoveses descobriram um grande encanto de ideas e de frases novas. Desde então a vida de Marcos Portugal é um turbilhão de trabalho e de glória. Todos os primeiros teatros da Itália disputam a honra de fazer ouvir a sua música. O compositor tem os seus mais belos triunfos no *Fenix* de Veneza, no *Scala* de Milão, no *Pergole* de Florença; os mais célebres artistas, entre êles o Billington, a Catalani e a portuguesa Luísa Todi, criam os principais papéis das suas óperas; dois teatros em Florença cantam-lhe a mesma ópera numa noite; segundo a tradição refere, numa outra cidade o público obriga os artistas a bisar um acto inteiro; em Veneza é com música sua que se festejam carnavais, até que a sua fama enche toda a Europa e as óperas de Marcos Portugal são cantadas em França, na Inglaterra, na Austria, na Alemanha e na Rússia.

.....
 «Marcos Portugal é na realidade um dos mais notáveis músicos italianos que se conhecem, e a tristeza é que êle, vindo na sua época, não nos tenha podido pertencer mais que pelo nascimento»¹.

Tanto como de Marcos, o mesmo se pode dizer dos outros compositores do seu tempo; portugueses de nascimento, sim, mas italianos como artistas. A perda das tradições nacionais já estava consumada, a invasão da ópera e

¹ Afonso Lopes Vieira, *Conferência realizada no Serão de Arte Portuguesa Antiga*, promovido pela Federação Académica de Lisboa, no teatro de S. Carlos, a 25 de Março de 1915.

a industrialização da música, acentuada com a fundação do teatro de S. Carlos em 1793, deram o último golpe na música portuguesa, nas composições de *modo saúdoso* a que se refere João de Barros.

As próprias peças nacionais representadas nos teatros do Salitre e da Rua dos Condes tinham música italiana, caindo no domínio populares *árias* de mais agrado, que assim se transformavam nas *modas* ou *modinhas*, que se divulgavam por todo o país, havendo até um *Jornal de Modinhas*, que publicava as mais interessantes; nessas peças também se intercalavam os *lunduns*, dança africana que lhes servia de intermédio; o *lundum* foi a pouco e pouco tendo existência autónoma como canção, que acabou por se tornar a predilecta das meretrizes e das pessoas que constituíam as mais baixas camadas sociais, que lhe deram o nome de *fado*.

Nada mais erróneo, portanto, do que considerar o *fado* uma canção nacional, devendo mesmo os portugueses repelir essa infelizmente tão espalhada opinião, que artística e até moralmente os deprime. A transformação do *lundum* em *fado* só se completou nos meados do século XIX, não aparecendo a palavra *fado* no sentido musical, em quaisquer documentos nem dicionários anteriores a essa época. Nem sequer a diuturnidade pode, portanto, alegar-se a favor da nacionalização da deliquescente e imoral melodia.

Tão pouco o *fado* provém dos árabes, como pretende o Sr. Teófilo Braga, quando diz:

«As danças portuguesas participam dos caracteres provenientes da nossa situação: sensuais, como os *Fados*, os *Batuques* recebidos dos árabes e das possessões africanas, e as *Modinhas* recebidas das colónias do Brasil»¹.

A *modinha* também não é originária do Brasil, como o mesmo autor confessa noutra obra, em que diz que, conquanto seja uma criação musical do génio português, se conservou no Brasil «levada para ali pelos negociantes e colonos, e do Brasil a trouxe na sua inteireza primitiva António José da Silva, que abandonara a pátria aos oito anos de idade e achava nessas cançonetas uma recordação da infância»².

Efectivamente, a *modinha* foi levada de Portugal para o Brasil, mas não é nenhuma criação musical do génio português, mas apenas, como acima disse a *ária* de ópera italiana tornada popular, como se reconhece pela simples leitura de qualquer delas.

A história da música em Portugal no século XIX é principalmente a história do teatro lírico. Não me demorarei nesse período, porque isso alongaria excessivamente este já longo artigo³. Tampouco tratarei das tentativas feitas para o estabelecimento entre nós de orquestras sinfónicas, pois a elas me referi nesta mesma revista⁴.

O encerramento dos dois teatros líricos de Lisboa e Pôrto, o primeiro por falta de empresário, o segundo, recém-construído em substituição do velho S. João que um incêndio destruiu, à espera de melhor oportunidade para se inaugurar, veio facilitar a criação e desenvolvimento de orquestras sinfónicas. A arte musical ganhou com a substituição, visto os teatros de ópera,

¹ Teófilo Braga, *O Povo Portuguez, nos seus costumes, crenças e tradições*, I, pág. 385.

² Teófilo Braga, *História do teatro portuguez no século XVIII*, pág. 153.

³ V. o citado artigo de Ernesto Vieira.

⁴ V. a minha crónica musical na *Atlântida*, vol. I, pág. 285-289.

tais como eram explorados, alimentarem os seus frequentadores quasi exclusivamente de ópera italiana, e da pior; além disso, êsses teatros, já pelo elevado preço dos seus lugares, já pela sua reduzida lotação, não eram accessíveis ao grande público.

Pelo contrário, os concertos sinfónicos das duas orquestras que se fundaram em Lisboa, uma sob a direcção do espanhol Pedro Blanch, que já tem seis anos de existência, outra, mais recente, dirigida por David de Sousa, são extraordinariamente concorridas por pessoas de todas as classes, tendo altamente contribuído para o desenvolvimento do gosto musical e para a divulgação dalgumas das mais importantes obras sinfónicas. No Pôrto fundou-se também uma orquestra, que Raimundo de Macedo dirige.

A fundação destas orquestras, que em cada inverno dão uma série de quinze a vinte concêrtos dominicais, criou um novo campo de actividade para os compositores. Do repertório delas fazem parte obras de Augusto Machado e João Arroio, autores das óperas *Lauriana*, *Dória* e *Mário Wetter*, o primeiro, e *Amor de Perdição* e *Leonor Teles*, o segundo. Alguns novos se têm também sentido solicitados para a composição de obras sinfónicas, mas até hoje ainda nenhum conseguiu afirmar-se. Várias causas concorrem para isso, sendo das mais importantes a recente criação das orquestras e a falta duma verdadeira Escola de Música.

Pensa-se agora em reformar o Conservatório aproveitando um ensejo feliz: o regresso à pátria do insigne professor e distintíssimo pianista Viana da Mota, que tão altos e merecidos créditos conquistou nos grandes centros musicais estrangeiros. Êste eminente músico tem elaborada uma reforma do Conservatório, que, se fôr adoptada como é mister que o seja, certamente transformará o actual estabelecimento de ensino musical de modo a que êle possa contribuir para a cultura artística em Portugal. No Pôrto também se vai fundar um Conservatório, cuja acção não deixará de ser benéfica, se porventura a sua criação corresponder aos princípios pedagógicos e artísticos modernos.

Citarei ainda o nome dum professor que, em largos anos de ensino de piano, tem conseguido exercer salutar influênciã, sendo incansável no trabalho de divulgação das grandes obras da literatura pianística e de câmara: — Alexandre Rey Colaço.

A música de câmara tem sido pouco cultivada por compositores portugueses; últimamente, porém, Óscar da Silva fez ouvir um interessante quarteto com piano e uma admirável sonata para piano e violino, *Saudade*, a qual, conjuntamente com vários trechos de piano, coloca o seu autor na primeira linha dos nossos compositores. Tentativa digna de menção é a da criação do *lied* nacional, que um moço, Rui Coelho, depois de ter fracassado em vastas composições sinfónicas e corais, agora se propõe, annunciando-se para breve a publicação da primeira colecção; a avaliar por alguns exemplos já vindos a público, deve esta tentativa ser coroada do melhor êxito.

Terminarei esta ligeiríssima resenha com os nomes dos críticos e musicógrafos actuais, que, também músicos, têm prestado excelentes serviços à cultura musical do nosso país: — Adriano Mereia, António Arroio, Júlio Neuparth, Michelangelo Lambertini, e, no Pôrto, Bernardo Moreira de Sá.

HUMBERTO DE AVELAR.

O EXÉRCITO PORTUGUÊS NA GRANDE GUERRA



PRIMEIRO ENCONTRO

LA PREMIÈRE RENCONTRE

(Desenho de Alberto de Souza)

PORTUGAL INDUSTRIAL

POR

JOSÉ DE CAMPOS PEREIRA

Características. — Números. — Comentários

1 VOL. IN 8.º BROCHADO \$80

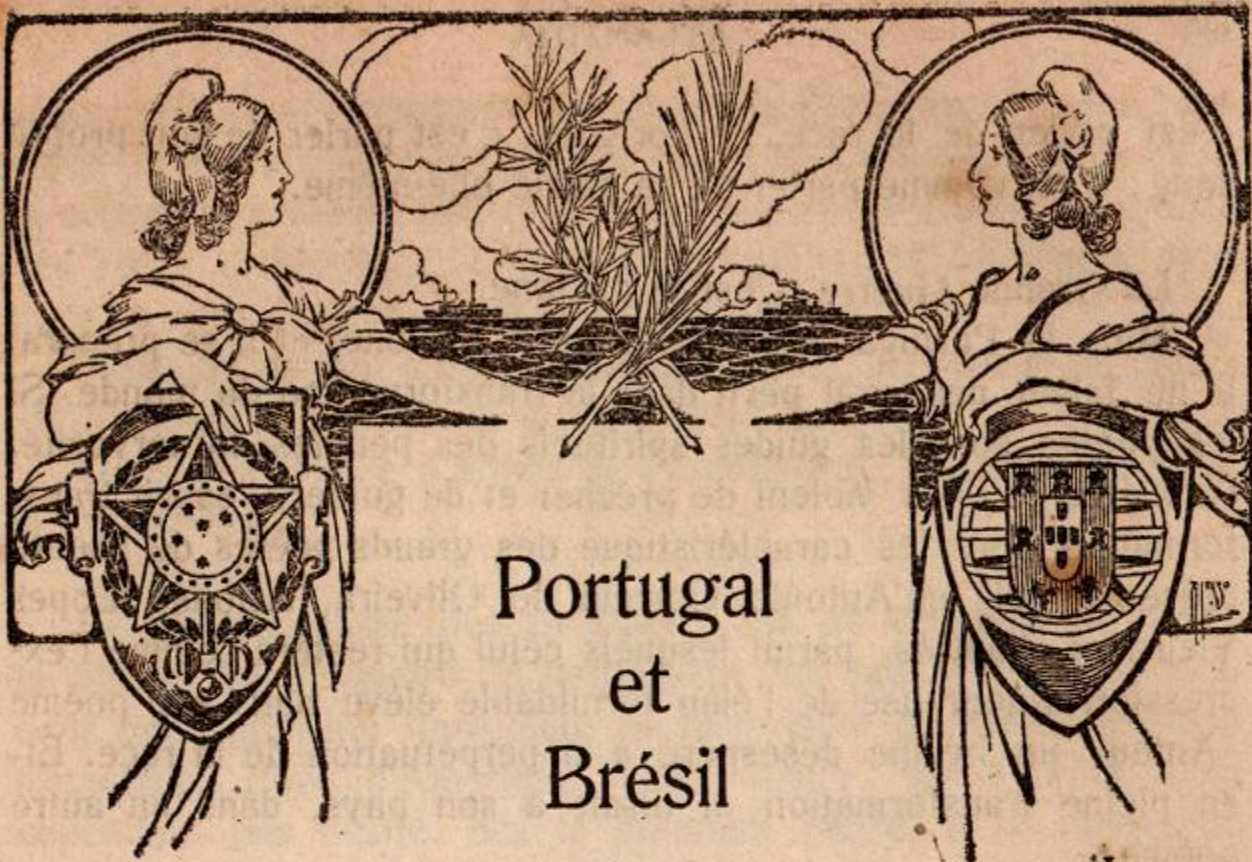
ÍNDICE

INTRODUÇÃO. I = *Indústrias derivadas da exploração agrícola*: Cortiça — Azeite — Moagem, massas alimentícias, bolachas, descasque de arroz — Manteiga e queijos — Alcatrão, resina, água-ráz, etc. — Frutas secas, preparadas e em conserva — Mel e cera — Indústrias de madeira — Outras indústrias: serração, tanoaria, carpintaria, marcenaria, palitos, obras de vêrga e de esparto, tamancos, etc. II = *Indústrias derivadas de exploração marítima*: Pesca — Conserva de peixe — Sal — Construções marítimas. III = *Indústrias derivadas da exploração do Sub-solo*: Minas — Águas minerais — Cerâmica — Pedreiras e jazigos diversos, cantaria, materiais de construção, etc. IV = *Indústrias derivadas de exploração colonial*: Açúcar — Borracha — Cacau — Sementes oleaginosas, etc. V = *Indústrias têxteis*: Algodão — Lanifícios — Linho — Sêda. VI = *Indústria de transportes*: Ferro-viários — Eléctricos — Automóveis — Viação animal — Transportes marítimos. VII = *Indústrias metalúrgicas*. VIII = *Indústria de cortumes e derivadas*: Cortumes — Sapataria — Correaria e selaria — Luvaria. IX = *Indústrias diversas*: Artes gráficas — Construções — Espectáculos — Fosforos e tabacos — Papel — Vestuária — Edificações, Vidros. X = *Considerações finais*

PEDIDOS Á LIVRARIA EDITORA

LIVRARIA PROFISSIONAL

Largo do Conde Barão 49 — LISBOA



Portugal et Brésil

Avant la rupture des relations entre le Brésil et l'Allemagne, un brésilien illustre, Paulo Barreto, membre de l'Académie des Lettres, ancien Directeur de la «*Gazeta de Noticias*», collaborateur du «*Jornal do Comercio*» et d'«*O Paiz*», prononçait, au milieu, des plus vifs applaudissements, dans une conférence au bénéfice de la Croix Rouge, et sous le patronnage de l'*Atlantida*, les paroles suivantes, vibrantes d'enthousiasme et de justice, pour célébrer la participation du Portugal à la guerre et montrer combien sont indestructibles les liens qui unissent les deux peuples frères.

C'est le Portugal qui m'a enseigné ainsi le poids étrange du mot qui résume en soi la plus grande somme de douleurs, de peines, de souffrances, de désirs, d'espérance, d'amour ; c'est lui qui m'a enseigné ainsi la force du mot-«Atlas», du mot qui évoque la vision de l'éternité des races, du mot où se confondent, dans le sang et dans l'idée, les aspirations tumultueuses des hommes, le mot «patriotisme».

.....
 En ce moment, les brésiliens s'empressent autour de la Croix Rouge du Portugal. Ma bouche ne saurait que prononcer des paroles de louange et d'encouragement, des paroles d'enthousiasme. Mais au-dessus de chacune de mes paroles brille, comme la lumière du soleil, le reflet d'un autre mot, profond, immense, le mot unique, le mot fondamental : — Patriotisme ! Parce que pour le brésilien qui s'enorgueillit de l'être, parler du Portugal

c'est parler de la race, de l'origine ; c'est parler de son propre sang : c'est comme parler de sa patrie elle-même.

.....
 La Grande Guerre, c'est le cyclone.

Mais le Portugal avait pressenti le cyclone, et il se prépara. Il ne fallait pas qu'il pérît dans la transformation du monde. Si les poètes sont les guides spirituels des peuples, la nervosité, l'anxiété, le désir violent de prêcher et de guider, l'esprit transformateur sont les caractéristique des grands poètes de l'heure présente, tels qu'Antonio Correia de Oliveira, Affonso Lopes Vieira et d'autres, parmi lesquels celui qui restera comme l'expression vigoureuse de l'élan formidable élève dans son poème «Anteu» un hymne désespéré à la perpétuation de la race. Et, en pleine transformation, il disait à son pays, dans un autre poème :

Brisè tes amarres
 Triste vaisseau endormi le long du quai !
 N'écoute plus
 La voix nerveuse, la voix pleurante des guitares
 Dans les mains inquiètes des matelots, des nochers !
 Brise tes amarres!...
 . . . Abandonne le Passé sur le quai, o mon navire !

Toute la société portugaise, tout le peuple portugais pensait et sentait ainsi. Comme ils se trompaient, ceux qui croyaient le Portugal désillusionné et faible, ne sachant plus que chanter les «fados» et penser aux gloires d'autrefois. Moi-même, je suis tombé dans cette erreur et je me suis écrié :

— Mais, par tous les dieux ! le passé n'existe que quand il est l'élixir vital de la gloire qui s'avance ! Il n'y a pas de gloires perdues. Il y a des défaites qui ne comptent pas quand nous nous sentons encore pleins de vie, et des victoires qui ne doivent que servir de stimulant à d'autres victoires plus grandes. Évoquer Gama comme s'il était déjà mort ! Les grands hommes sont toujours vivants et présents sur la terre ; ils sont les guides de la race. Le Destin donne à chaque portugais l'anxiété des aventures, le brillant héritage de Gama. En chaque obscur émigrant qui sanglote à l'avant d'un bateau, en chaque pêcheur de Terre Neuve, en chaque héros de la brûlante Afrique, vit, contemporain dans le passé et dans l'avenir, un matelot de Gama, portant à d'autres

contrées la race portugaise, la langue du Portugal, la pureté physique et morale du Portugal. Ne citons pas Camoëns sans avoir la notion du présent. Les grands poèmes épiques sont les guides des races privilégiées. Les grecs écoutaient Homère pour agir, pour vaincre. Salamine est la résultante de l'Illiade.

Mais, en parlant ainsi, jamais je n'avais fait preuve de moins de jugement ! Je disais ce qu'ils avaient déjà fait . . .

Dans une veillée d'armes de l'Intelligence, Portugal a réalisé la République.

.....

La grande masse des Brésiliens, fils de ce pays où, selon la phrase de Junqueiro, la bonté peut être prêchée — a compris dans une impulsion immédiate la formidable gravité du moment historique. Pays d'Amérique, pays neutre, ses enfants n'ont cependant pas hésité, dès la première heure, à se ranger du côté des nations du libre arbitre, de l'indépendance et de la civilisation. Le mouvement est parti spontanément des intellectuels, du peuple, des femmes. Nous n'avons point de haine, nous n'avons que le sentiment de la défense. Dans aucun autre pays ces preuves de solidarité n'ont été soutenues si chaleureusement.

Et pour que rien n'y manquât, les femmes brésiliennes ont apporté leur concours à l'organisation des «Comités» à l'oeuvre de la Croix Rouge, à tous les pays alliés.

L'entrée du Portugal dans la lutte ne pouvait qu'affiner encore notre amour pour la cause de la défense universelle. Aujourd'hui une partie du Brésil est sur les champs de bataille.

— Nous sommes et nous devons être pour le Portugal, à cause de son patriotisme.

— Nous sommes et nous devons être pour le Portugal, en signe de réciprocité, parce que ce peuple a toujours été avec nous.

— Nous sommes et nous devons être pour le Portugal, parce que nous sommes dans le Nouveau Continent les héritiers de sa langue et de son passé, passé le plus glorieux parmi tous les peuples de la terre.

— Nous sommes et nous devons être pour le Portugal, parce que le même sang coule dans nos veines, parce que les mêmes qualités stimulent en nous la vie.

— Nous sommes et nous devons être pour le Portugal, parce

que nous appartenons au même tronc, parce qu'on ne choisit pas sa race, parce que sa race est la nôtre, parce que c'est elle qui nous donne son éclat, c'est elle que nous devons continuer à honorer.

.....
 Cette salle de spectacles, elle-même, faite pour le rire et l'insouciance, a pris un air auguste. Il y a ici des coeurs qui vibrent. Les dieux vivent dans les hommes, et partout où se trouve un homme ayant la conscience de sa patrie, il y a un temple. Nous nous sommes réunis pour donner un peu d'aide à l'oeuvre qui sera celle des femmes portugaises. Sans larmes, elles sont derrière les bataillons qui se forment. Chacune d'elles pense aux vers du doux poète :

Si tu est porte-drapeau
 Soldat qui vas à la guerre
 Quand même on te couperait les bras
 Ne le laisse pas tomber à terre.

Et chacun de nous, aussi, a l'espérance du soldat :

Drapeau des Cinq Plaies,
 Si Dieu te voyait à terre
 Il descendrait lui-même du ciel
 Pour venir te relever.

Parce que derrière les soldats, deux fois bénies du sang de la croix et du sang des cinq plaies de leur bannière, les femmes portugaises seront les Archanges de Dieu qui font justice et chassent la mort.

MESDAMES, MESSIEURS:— Nous avons tant de raison pour être frères que le coeur de chacun de nous brûle du désir ardent de voir s'éterniser ce moment de transfusion, quelle que soit la terre de demain.

Ame du Brésil, âme du Portugal, soyez éternellement dans la vie les rameaux fraternels sortis du même tronc impérissable, soyez la Force, soyez le Splendeur, soyez le Courage. Mais conservez toujours ce mutuel amour né de la même Race, Race de gloire aussi forte aujourd'hui qu'autrefois, la Race Portugaise !

JOÃO DO RIO.



A Mulher Portuguesa

A mulher portuguesa tem, como é natural, o temperamento característico da raça: de imaginação viva, espírito sentimental, é laboriosa, inteligente, capaz de grandes rasgos. Não embarcou nas caravelas e só raras vezes acompanha os emigrantes de abalada para as Américas à conquista do velo de ouro; mas se fica *na terra* a gemer saudades, rezando, rezando... não desanima; lida, moureja sempre e de mistura vai scismando e idealizando cousas para quando voltarem os aventureiros e houver mais pão em casa e mais dinheiro na arca.

Rezando... rezando..., nem ela fez muito mais durante largos séculos a mulher portuguesa. Oh! a longa, a infindável bicha das monjas portuguesas no decorrer da história; fidalgas, filhas de reis, tantas as infantas! Corpo em chaga, faces maceradas, poses hieráticas de oração perpétua, elas aí vão lentamente através dos tempos numa longa, infindável bicha a desenrolar-se das lajes dos mosteiros às portas cerradas e mudas do céu. E a fazer cortejo às filhas dos príncipes, a multidão humilde e anónima das filhas do povo. Dessas não rezam as crónicas, passam como sombras; mas que importam os nomes e as cinzas das que envôltas na mesma mortalha tanta vez, quem sabe, só teriam tido existência real na mente dos velhos cronistas e nos caracteres esmaecidos dos rolos de pergaminho.

Pergaminhos iluminados com retratos e com títulos. Cronistas ingénuos a cuidarem que o abandono de palácios, brocados e baixelas e a escolha, de vontade, na partilha da estamemha e do púcaro de barro fariam esquecer os cilfícios de todas e as mortificações gerais. ¿O túmulo de ébano marchetado de bronze dourado a agasalhar-lhe as cinzas pelos tempos fora não teria sido compensação suficiente do burel monástico de Santa Joana, princesa de Portugal, filha de D. Afonso V? ¿E as urnas de prata que resguardam pelos séculos dos séculos os corpos intactos das beatificadas filhas de D. Sancho I, de que valeriam perante o julgador imparcial dos corações de monja?

Sim, que importam nomes?



O século XVIII vingador e scéptico pôs termo a cilfícios e a jejuns, e as galantes freirinhas de tacões à moda, casquinando risadas, troçando petulantes

dos vates enamorados nas grades de Odivelas e dando-lhes gaiatas os do es e os motes, fizeram fugir espavoridas as sombras ascéticas das monjas de outrora.

Júlio Dantas que o diga. ¿E para que aprisionavam tantos vinte anos floridos, exuberantes de mocidade e de seiva e de vida, sequiosos de ar e de luz e de ventura? Não há vinte anos que não careçam imperiosamente de dar largas a sonhos e a ideais, a devaneios, a aspirações, a misteriosas ansias de actividade. Parodiando o poeta: Enclausurar a mulher não será encarcerar a asa?

Diz-se ainda assim — e é bom fazê-lo notar para honra . . . do convento —, que nem todas as reclusas dessa época eram professoras nem desenvoltura tamanha era apanágio dos claustros de Portugal.

Antes assim.

Antes. Porque o carácter fundamental da mulher portuguesa não é esse.

A mulher portuguesa é activa, sadia moralmente e boa. Não lhe tolham os movimentos e vereis como desde o princípio da nossa história ela se manifesta agasalhadora e profundamente, instintivamente, maternal para todas as desventuras. Conforme o espírito da época, mas atendendo quanto podia às necessidades mais acabrunhadoras. Nos princípios, por exemplo, da nação portuguesa os viajantes passavam grandes trabalhos com a falta de pousadas ou de hospedarias onde descansassem, e logo morgadas piedosas e as primeiras rainhas fundaram e dotaram *albergarias*: hospícios destinados aos peregrinos e onde se abrigavam também pobres e doentes.

Não conheço talvez na história pátria gesto feminino que mais comova, pela largueza do alcance, do que a fundação da primeira Misericórdia pela rainha D. Leonor, irmã de D. Manuel e mulher de D. João II. Instituição moldada pela de Florença e destinada a «dar agasalho aos expostos; abrigo e educação a órfãos; dotes às donzelas pobres; consôlo e remédios aos enfermos, esmola aos necessitados, pousada ao peregrinos, resgate aos cativos, amparo aos condenados e sepultura aos mortos». Instituição de tão admiráveis propósitos que logo se espalhou por todo o país, enraizando sólidamente nos costumes e nos corações e perdurando até os nossos dias, se bem que já profundamente modificada. Não haverá terra de alguma importância em Portugal que não tenha a sua Misericórdia, mantida por esmolas e por legados, alguns ainda dessas longínquas épocas (o de Fernando Afonso, em Santarém) e destinada principalmente a acudir a doentes, a velhos e a crianças desamparadas.

D. Leonor fundou também o hospital das Caldas da Rainha, legando-lhe toda a sua fortuna com o encargo de fornecer banhos a 600 pobres; para acabar a sua construção vendeu as jóias ao rei.

As jóias das fidalgas portuguesas! Vindas das Índias, aos punhados, não havia outras de esplendor tamanho, e santificadas seriam por certo quando D. Leonor as sacrificava aos pobres e as mulheres de Chaúl as ofereciam patrioticamente ao governador da Índia para sustentar as despesas do cerco de Dio. Já a Rainha Santa noutras eras as tinha transformado em rosas.

Também revela mão de mulher, pela profunda delicadeza tão fora da época medieval, a existência das *mercearias*, obra destinada a suavizar a vida aos decaídos de fortuna.



EA

917-VIII

MULHER PORTUGUESA DA BEIRA-MAR

Desenho de Antonio Carneiro

E a mulher moderna das classes superiores? Antes da guerra dançava o tango, como por toda a Europa então se fazia. Agora, que raiva a tormenta, esforça-se graciosamente, gentilmente, por descobrir maneiras de prestar assistência aos nossos soldados na guerra: promove festas para angariar recursos, dá foros de instituição às madrinhas de guerra; sorri, seduz, desce à rua a vender flores... O elemento feminino mais ou menos oficial lança-se de alma e coração na bem dita cruzada de organizar hospitais, enfermagem, protecção, desvelos, auxílio, amparo aos combatentes e às atribuladas famílias.

Lembra-me agora, nem sei se por ideias associadas se talvez intempestivamente, aquela Isabel Fernandes, a *velha de Dio*, que percorria as muralhas da cidade sitiada metendo na bôca dos soldados bolos e doces e dizendo-lhes: «esforçai, filhos! pelejai cavalheiros! que a Virgem Nossa Senhora está com-vosco!»

Cada um faz o que pode e dá do que tem. Bolos ou bentinhos, sorrisos ou palavras brandas, que importa? Tudo é afago, tudo é confôrto ao espírito rude dos guerreiros; agrada-lhes, à natureza simplista, o gesto pueril; não aprofundam, e levam para a peleja a visão vaga e consoladora do eterno feminismo; isso lhes basta... e a elas também talvez.

A algumas. Porque há as espôsas, as amantes, as mães; a essas, quando lhes tocam de perto as partidas para a guerra, mulheres de todos os tempos, mulheres de todos os países, vai-se-lhes o alento e a vida. Mas, já portuguesas quando os homens fatalistas deitam, na frase dum dêles, ao largo o coração, elas bem querem elevar o delas, bem querem num sorriso pálido fazer de Filipas de Vilhena. Ide, ide, filhos, que a Pátria vos contempla! Pobres das mulheres!

E então a mulher portuguesa... tão extremosa, tão sentimental. Por essas províncias fora abunda o tipo simpático na sua ternura cega das mulheres que só têm olhos para os filhos. Andam os rapazes nos estudos ou na vida militar, e elas nem vivem num sobressalto constante. Vêm as férias ou a licença e toda a casa é pouca para conter o alvoroço das mães; êles são os melhores lençóis; a mais vistosa cobertura para a cama do filho; os mais saborosos petiscos, os mimos mais delicados são para êle, e o pai uns dias à sombra do seu pimpolho tem a mesa mais bem servida, toda a casa mais cuidada. As economias maternais passam todas para os bolsos do ditoso que, desagradecido, nem dá pelo sacrifício e em troca repele às vezes, tantas, ligeiramente enfadado, os absorventes desvelos das pobres. Mimalho, julga-se tudo devido. E pensar a gente que a estas criaturas de extremos quási físicos lhes hão-de mandar os filhos para a chacina... Tolda-se a vista... E afinal são elas próprias, as heróicas, valorosas quem vai buscar às reservas ignoradas da raça a energia precisa para as ocasiões.

Conta-se de uma brasileira nascida em S. Paulo, D. Rosa Maria de Siqueira, que, aos 24 anos, vindo de viagem com o marido para a Europa, lhe foi a nau atacada por piratas argelinos. Em luta desigual, iam os da nau ceder ao número quando a juvenil e até ali tímida senhora se enche de brio, exproba em rosto aos companheiros a vergonha de semelhante derrota e ajuda-os a resistir com o exemplo e os actos; cinco vezes o pirata carregou a nau, cinco vezes foi repellido; toda a noite a levou Rosa de Siqueira a confecionar car-

gas. E quando voltou ao seu país, tão singela nem pare lembrar-se do seu feito.

Naquele segundo cêrco de Dio, de tão terrível memória, em que escaparam 40 de 600 portugueses ali encerrados, se os homens obraram prodígios as mulheres foram sublimes de heroicidade. Guarda a história o nome de muitas.

Isabel Madeira, casada com Mestre João, um cirurgião, ofereceu-se ao governador para acarretar com as demais mulheres os materiais precisos para erguer de novo os muros derrubados por Rumeção e os seus turcos, e logo todas com filhos e escravos trabalham sem cessar. A seguir transportam para os combatentes as lanças, os dardos, as panelas de pólvora; recolhem os feridos, tratam-nos. E quando mestre João sucumbe, Isabel Madeira leva-o em braços, *faz-lhe o pranto*, enterra-o com todos os usos da época e volta para o seu pôsto de combate.

Outra, Bárbara Fernandes, digna dos tempos e dos temperamentos de Esparta, assiste à morte de dois filhos feitos pedaços, procura e recolhe piedosamente os fragmentos dos pobres corpos mutilados e dá-lhes ela própria sepultura cristã...

¿ Não temos nós também na nossa história o vulto intrépido de Filipa de Vilhena, por suas mãos armando cavaleiros os filhos de 16 e 13 anos e enviando-os a libertar a pátria com os quarenta conjurados do palácio Almada? E em todas as portuguesas reviveria, se preciso fôsse, o ânimo varonil de D. Filipa. Exemplo de resolução tenaz e de energia, carácter de aço, foi, não há dúvida, D. Isabel Juliana de Sousa Coutinho Monteiro Paim, mãe do Duque de Palmela, estadista do século XIX, para cuja educação tanto contribuiu. Apaixonada por um primo, com quem muito mais tarde veio a casar, foi aos 15 anos pelo Marquês de Pombal cobiçada para espôsa de seu segundo filho. A família dela e o ministro todo poderoso levaram-na de rasto ao altar, mas durante três anos, lado a lado do marido, vigiada por uma tia, pela avó, pelo confessor, resistiu tenazmente a todos os esforços feitos para que aceitasse a posição a que a tinham levado. Foi por fim encerrada num convento com proibição de falar fôsse com quem fôsse de fora, e foi-lhe, com grande escândalo, anulado o matrimónio. «Aquele bichinho de pera...» dizia o Marquês de Pombal. Sôbre êste facto histórico escreveu Marcelino Mesquita, o grande dramaturgo, uma peça, a *Sempre Noiva*.

Enérgicas, decididas, nos motins populares as mulheres portuguesas manifestam-se, arriscam tudo, levam atrás de si os revoltosos. Na revolta da Maria da Fonte capitaneavam bandos. Em 1886, numas lutas eleitorais especialmente renhidas, contribuíram em grande parte para o entusiasmo público. E mais não têm voto!

Reza uma tradição que Brites, a padeira de Aljubarrota, matou sete castelhanos com a pá do seu forno. É conhecido também o episódio do imposto das «maçarocas», tentativa do govêrno de Filipe IV para colectar as rocas das portuguesas.

Espalhámos rainhas pela Europa; muitas infantas de Portugal se sentaram nos tronos de Castela e Aragão e mais tarde no de Espanha. A D. Maria

Isabel, mulher de Fernando VII, devem os espanhóis a fundação do Museu do Prado. D. Catarina, filha de D. João IV, casou com Carlos de Inglaterra. Foi rainha da Dinamarca, no século XIII, uma princesa de Portugal, Leonor, filha de D. Afonso II, que faleceu de desgosto com a morte do marido, ferido numa caçada. Démos à Alemanha (mal empregadas!) duas imperatrizes: uma no século XV, Leonor também, radiante de graça e formosura, filha de D. Duarte, o eloquente, e outra no século XVI, D. Isabel, filha de D. Manuel, a tão apagada e prolífica espôsa de Carlos V, de quem o Ticiano pintou um retrato que, no mosteiro de S. Justo, o marido passava horas a contemplar. A essa não posso eu perdoar ter mimoseado o mundo com a personalidade lóbrega do segundo Filipe. Também foi infanta de Portugal a mulher de D. Carlos, o desgraçado filho dêste monarca. Em França não me lembra de soberana portuguesa, mas em troca cedemos à casa de Borgonha, a mais faustosa do tempo, a linda e inteligente infanta D. Isabel, da pléiade dos filhos de D. João I. Filipe o Bom, um dos mais célebres príncipes soberanos da sua casa e do seu tempo, recebeu a juvenil espôsa com esplendores desusados mesmo nas Flandres, instituiu em sua honra para as festas do casamento a nobre ordem do Tosão de Ouro, e deixou-se muita vez influenciar pela beleza e sagacidade de D. Isabel. A conselho seu liquidou uma situação tensa com a França, conseguindo evitar uma guerra por meio dum combate singular em que pela casa de Borgonha terçou armas o *Magriço*, o campeão célebre nas justas com os Doze de Inglaterra.

Foi portuguesa, da Madeira, a mulher de Colombo.

Também illustrou o nome da Pátria, nas longínquas paragens do Indústão, a célebre Juliana, que teve uma tão extraordinária influência na côrte dos soberanos de Delhi que um dêles lamentava que ela não fôsse homem para a fazer seu vizir.

Inteligência, a mulher portuguesa tem-na como as melhores, e demonstrou-o muitas vezes bem como a sua cultura. No claustro e fora dêle, nos tempos antigos, provou muito a miúdo a sua erudição e os seus talentos vários; Margarida de Noronha, filha do segundo Conde de Linhares, foi citada por Duarte Nunes de Leão como exímia na arte da iluminura, e a infanta D. Filipa, filha do regente, mereceu igual distinção de Barbosa Machado. Sórora Brites da Glória e sórora Catarina da Glória eram reputadas como cantoras, e esta segunda como esplêndida organista. Margarida de Noronha sabia quatro línguas e ocupava-se de arquitectura; passou tormentos com a Inquisição. Bernarda Ferreira de Lacerda, do século XVI, manifestou uma vasta erudição em sciencias filosóficas, matemáticas e históricas; sabia hebraico, o grego e o latim; tocava com a maior perfeição vários instrumentos, pintava e fazia versos. Têm fama as suas obras *Soledades do Buçaco* e *Espanha Libertada*, muito apreciada esta fora de Portugal. Era do Pôrto.

No século XVI, tempos áureos do nosso país, floresceram as mulheres inteligentes e eruditas. No paço da infanta D. Maria, que foi a princesa mais rica do seu tempo na Europa, reuniu esta filha do rei D. Manuel uma «verdadeira universidade de senhoras ilustres em todo o género de sciências e artes, de que foi especial protectora, pois não só se encontrava quem se desse à lição dos livros e tocasse destramente vários instrumentos, mas quem com o pincel e a agulha procurasse nos primores da pintura e lavor virtuosa emu

jação...» Distinguiam-se, entre tantas, Paula Vicente, a filha de Gil Vicente, precursor de Molière, Angela Vaz, as duas irmãs Sigeas, Luísa muito douta em humanidades e Angela exímia na arte de tocar harpa e órgão, e Públia Hortênsia de Castro que se vestiu de homem para poder em Coimbra estudar sciências, tendo defendido conclusões públicas aos 17 anos, causando o maior assombro. Brígida de Alarcão, que faleceu nos meados do século xvii, discutia com toda a fluência sobre direito canónico e civil, teologia e história, e conta-se que duma vez orou durante cinco horas. (A quem faria ela obstrução?)



Marquesa de Alorna

Grande oradora também foi nos nossos tempos a escritora Angelina Vidal, estranho temperamento de revolucionária que acaba de falecer. Josefa Micaela de Castro, do século xvii, tornou-se ilustre nas artes liberais e escrevia com perfeição em latim e português.

No século xix notam-se duas senhoras jornalistas: Antónia Gertrudes Pusich, das ilhas de Cabo Verde, educada por seu pai, intendente geral de marinha, e que, dotada de grande inteligência e muita energia, colaborou em vários jornais políticos e literários, e D. Maria José Canuto, a humilde mestra régia, que foi poetisa, e cheia de talento escreveu artigos sobre administração municipal e colonial e sustentou ardentemente polémicas políticas; ocupou-se muito

esta senhora, que era de Caneças, da propaganda de jornais e de sociedades de instrução, fundou uma aula nocturna gratuita, que ela própria regia, e até morrer instruiu e educou crianças.

Foi também no século xix, muito nos seus princípios e ainda em fins do século xviii, que a Marquesa de Alorna encheu de graça, de espírito e de talento uma época infeliz da nossa história. Presa do Estado num convento desde a sua meninice, em várias côrtes da Europa mais tarde e por fim em Almeirim, viúva desolada toda entregue à educação dos filhos, a Marquesa de Alorna por toda a parte deixou um rasto de luz, de beleza de alma. O seu espírito de eleição, tão essencialmente feminino, encantava todos: criança, suavizou as amarguras da pobre mãe com os tesouros do seu carácter meigo e afável; serviçal, foi no convento enfermeira, refeitoreira, organista. Casada, a imperatriz Maria Teresa de Austria, o papa, os reis de França e de Espanha, todos lhe testemunhavam simpatia e admiração. Em Almeirim mandava ensinar a coser, a fiar e a tecer, a ler e a escrever às raparigas pobres, e espalhava esmolas às mãos cheias.

Poetisa e escritora ilustre, as obras da Marquesa de Alorna, *Alcipe* ao gosto da época, só foram publicadas depois da sua morte. Traduziu um poema de Ossian, traduziu Thompson, Wieland, uma parte da Ilíada, Lamennais. Escreveu sobretudo as deliciosas poesias chamadas de *Chelas*. Também pintava, e entre vários originais fez uma cópia da *Sybila*, de Guido Reni, e foi encarregada de elaborar os desenhos para a decoração interna da Ajuda, trabalho esse que não chegou a realizar.

É sóror Mariana Alcoforado, a nossa freirinha apaixonada do século XVIII, com as suas lindas cartas de amor que tanto brado deram e tanta discussão provocaram?

Nos tempos de agora mudou a scena e sem intenção de *calembour*, o talento feminino português manifesta-se muito no teatro. Temos tido actrizes



D. Juliana de Sousa Coutinho Monteiro Paim,
mãe do Duque de Palmela

de grande merecimento: Virginia, Lucinda Simões, Lucília, com o seu delicado temperamento de verdadeira actriz moderna; Regina Pacini, a grande cantora, e tantas outras. Muitas escritoras: D. Maria Amália Vaz de Carvalho, que escreveu biografias illustres; D. Ana de Castro Osório, também tão conhecida no Brasil pela sua vasta obra de educação traduzida em várias línguas; Alice Moderno...

— J'en passe et des meilleures.

É muito inteligente a mulher genuinamente portuguesa. E digo muito de propósito genuinamente portuguesa. A vida moderna, com a atracção irresistível das cidades tentáculos e com a industrialização progressiva de

toda a mão de obra, tende a desnacionalizar a mulher e a criar um tipo feminino único, em que mais ou menos se fundem as raças e que vem a ser o da proletária de todos os países. E o que diz o Dorsenne de Bourget, dissertando a respeito dum meio aliás totalmente diferente, não pode ter aplicação aqui: o *coup de pousse* das paixões várias, que faz vir ao de cima os característicos das raças, com a proletária de todos os países vai mais fundo: toca os arcanos mesmo da natureza humana e êsses são iguais por toda a parte, sede de gozar, de não se constranger, de *faire fi* de tudo o que não seja a satisfação própria e da ocasião.

E Portugal, mal desperto ainda para a intensa vida moderna, pode e deve evitar o escolho onde fatalmente se abastardaria a sua raça: urge-lhe cuidar da educação das camadas profundas do seu povo, donde todos os dias saem as mães e as espôsas dos operários, dos pequenos burgueses, dos comerciantes, donde ao cabo de duas ou três gerações se selecciona o elemento feminino das classes dirigentes. Educar a mulher portuguesa é tarefa inadiável. Há anos já que deu o sinal de partida: ondas de raparigas invadem os liceus sôfregas de instrução, de liberdade, de independência; os cursos especiais são tomados de assalto, e não há mãe analfabeta que não sonhe para a filha um qualquer diploma.

Está muito bem. Era na verdade indispensável que a rapariga portuguesa deixasse de começar desde os dez anos a namorar a torto e a direito, à pesca já dum problemático marido e por não ter mais que fazer. Mas é urgente, é imprescindível guiar os ímpetos das gerações novas; não lhes deixar enveredar à toa por um caminho que as pode levar ao *déclassement*, à desgraça; nada de mais triste que a sorte das proletárias intelectuais a quem faltou uma

sólida base de educação moral. A democracia iguala direitos bem sei, bem sei; e se as mulheres querem estudar, querem instruir-se, querem libertar-se, é de louvar, de ajudar, de incitar tal propósito; mas a democracia também cria deveres: e é preciso não esquecer nunca que só pode reclamar direitos quem souber cumprir os seus deveres, e estes devem ainda antepor-se àqueles numa sociedade sadia e bem organizada.

Portanto, acompanhando, precedendo, baseando a emancipação intelectual das mulheres portuguesas esteja sempre a educação dos seus sentimentos, a cultura moral do seu eu psíquico. E que as classes populares, a pequenina burguesia não se intoxique do perigoso desdém pelo trabalho manual, pela vida doméstica. Mandem ensinar muita cousa às filhas, embora; mas façam-lhes tomar o gosto pela família, façam-nas ter interêsse nos mil nadas da vida de cada dia, na vida em casa.

O lar é a ara santa da raça: portugueses, santificai-o e dai uma sólida educação moral às vossas filhas, para que a humanidade moderna possa no seu seio conter novos Lusíadas.

Arcos de Valdevez, 7 de Setembro de 1917.

AMÁLIA DE QUEIROZ.

La femme portugaise

Le tempérament de la femme portugaise est, comme de raison, celui de sa race; active, intelligente, l'imagination vive, elle sent profondément, et à l'occasion elle sait faire preuve d'héroïsme à la manière antique.

Elle est restée *au pays* au *xv^e* et au *xvii^e* siècles, lors de notre épopée maritime, et aujourd'hui encore elle accompagne rarement les hommes quand ils partent pour l'Amérique à la conquête de la fortune; mais elle ne perd jamais courage et tout en pleurant et tout en priant, elle travaille, elle peine et elle rêve sans cesse à la huche pleine de pain et aux pièces d'or que rapportera l'absent.

Toujours priant, toujours, priant... car la femme portugaise n'a guère fait autre chose pendant de longues années.

Oh! la douloureuse théorie de religieuses portugaises se traînant sanglantes, émaciées, sur les dalles des couvents, tendant les bras au ciel en poses hiératiques de prière perpétuelle! Le long cortège de nobles demoiselles, de filles de roi! Nos vieux parchemins gardent souvent les noms tout enluminés d'or des pâles infantes et des filles de race. La foule des humbles glisse anonyme dans l'histoire et pourtant... pourtant... Les unes, c'est sûr, ont quitté des palais et échangé les brocards contre la bure, mais en des temps si rudes les cilices ne meurtrissaient-ils pas tout aussi bien les unes que les autres et les portes du ciel n'étaient-elles pas lourdement fermées à tout venant?

Le tombeau d'ébène et de bronze doré qui garde la dépouille mortelle de la princesse Sainte-Jeanne, fille de Alphonse V compensera à lui seul, je le crains, le luxe dédaigné; et les urnes d'argent qui renferment à jamais les corps intacts des bienheureuses filles de Sanche I, pourront-elles être de quelque poids devant le Juge immuable du cœur humain? A quoi bon l'insistance des chroniqueurs naïfs?

* * *

Que le temps passe, et, comme une envolée d'oiseaux, les gaies petites religieuses du dix-huitième siècle viendront s'ébattre dans les cloîtres d'Odivelas et autres monastères, faisant claquer leurs hauts talons pointus, coque-

tant à la grille avec leurs poètes et leurs galants, mutines, rieuses, et mettant en fuite les ombres épouvantées des nonnes ascétiques des temps jadis. — Pourquoi donc emprisonner toute cette jeunesse au cœur chaud, tous ces vingt-ans assoifés de bonheur, de soleil et d'air libre ? Tant de sève coulant à flots, tant d'idéal et de sourires tremblants... Laissez passer la jeunesse, oh ! ne brisez pas le rêve, ne mettez pas l'oiseau en cage.

Je me suis laissé dire que ce n'était pas qu'au Portugal que tant de folles jeunes têtes ont risqué de se briser contre des barreaux trop étroits ; à cette époque par toute l'Europe civilisée l'esprit humain tentait de prendre l'essor. Ce n'était pas qu'au Portugal... tant mieux, tant mieux, car le fonds du caractère de la femme portugaise n'est pas du tout cela. Elle a en général une moralité saine, elle est pleine d'activité et elle est sensible et bonne.

Parcourons l'Histoire et nous la verrons dès les premiers temps de notre nationalité manifester de tout son pouvoir les sentiments les plus touchants de l'âme féminine. Tout au commencement du XII^e siècle, et longtemps encore après, nous la voyons, reine ou noble dame, instituant et dotant des asiles, des hôpitaux, des *albergarias* : ces lieux où l'on accueillait les pèlerins et aussi les pauvres et les malades.

Un peu de la délicatesse féminine se révélera encore à coup sûr dans la création des *mercearias* : spéciaux fonds au soulagement de ceux qui avaient perdu leurs biens et qui selon les rudes usages de l'époque étaient destinés à finir misérablement leur existence.

Rien de plus beau dans sa large portée que la fondation au XVII^e siècle de la première *Miséricorde* par D. Leonor, sœur de notre heureux roi Manuel et femme du grand D. Jean I. A l'instar de celui de Florence, cet institut était destiné à pratiquer toute sorte d'œuvres de miséricorde : recueillir les enfants trouvés, élever les orphelins, doter les filles pauvres ; soigner et consoler les malades ; donner l'aumône aux misérables et un abri aux pèlerins ; payer leur rançon aux captifs ; assister les condamnés, enterrer les morts...

Partout dans le pays l'institution admirable se propagea et prit promptement de solides racines dans les mœurs et dans les cœurs. Tant et si bien qu'il n'est pas au Portugal de ville de quelque importance qui n'ait sa Miséricorde. Bien que profondément modifiées dans leur ensemble, ces institutions secourent principalement les malades, les vieillards et les enfants abandonnés, et ils sont maintenus par des dons et des legs, quelques-uns encore de ces temps lointains, comme celui de João Afonso à Santarem.

Ce fut cette même reine Léonor qui fonda l'hôpital de Caldas da Rainha, et lui légua toute sa fortune à charge de fournir des bains gratuits à six cents nécessiteux.

Pour se procurer les moyens de faire achever la construction de l'édifice, la généreuse femme vendit au roi tous ses bijoux.

Oh ! les bijoux des nobles dames portugaises... Ruisselants de pierres incomparables, ils leur venaient des Indes et n'avaient sans doute de pareillement précieux au monde que l'éclat du geste de celle qui les sacrifiait aux pauvres ou de celles qui à Chaul les offraient patriotiquement au gouverneur de l'Inde, pour subvenir aux dépenses de la ville de Dio assiégée par les Turcs. Déjà la tradition nous rapporte que la Sainte Reine Isabelle, comme sa tante Elisabeth de Hongrie, avait autrefois miraculeusement changé en

une brassée de roses des bijoux et des pièces d'or, pour fuir le courroux de D. Denis, grand roi portugais un peu trop regardant.

— Et la femme d'aujourd'hui ? Avant la guerre elle dansait le *tango* comme une mondaine accomplie qu'elle se prisait d'être. Partout à présent elle s'efforce de se procurer les moyens d'être secourable à nos soldats partis en guerre pour la France et pour l'Afrique. Gentiment, avec des sourires, elle fait appel à toutes les bourses ; elle s'insinue ; se transforme en bouquetière, se cherche des filleuls... *Deus super omnia*... Dans le monde plus ou moins officiel on se lance de tout cœur dans la sainte croisade de l'organisation des divers hôpitaux et de la protection indistincte accordée aux combattants et à leurs malheureuses familles.

Chacun fait de son mieux.

Et je songe à cette vieille femme de Dio, qui aux temps glorieux où l'Inde était à nous, parcourait les murailles de la ville assiégée en distribuant des friandises et en remontant par de bonnes paroles le courage des guerriers.

Des médailles, des livres, des images ; des sourires et des friandises ; des mots ! des mots ! Qu'importe ? Notre montagnard, ou le laboureur de nos plaines, aura chaud au cœur et, soldat au naturel simpliste, il emportera dans les combats la vision vague de l'éternel féminin, et tout sera dit.

Tout sera dit pour eux et pour leurs marraines de guerre.

Mais il reste d'autres femmes : les épouses, les mères à qui le départ de l'aimé semble devoir briser le ressort même de la vie. Comme les femmes de tous les temps, comme les femmes de tous les pays, celles-là ne trouveront point de douleur semblable à leur douleur.

Mais que nos hommes, les enfants de l'océan, répètent seulement dans leur fatalisme héroïque la phrase populaire : « le cœur à l'aise », et vous les verrez, nos Portugaises, s'efforcer d'élever bien haut leur cœur à elles, tout en répétant dans un sourire mouillé de larmes :

Partez, partez. La Patrie vous contemple.

Pauvres femmes de nos provinces si aimantes, si humbles qui passent leur existence à ne songer qu'à leurs garçons, à se désoler naïvement de leur départ pour les études ou le service militaire...

Pauvres, pauvres mères.

Et cependant à l'occasion, vaillantes, héroïques, ce seront elles-mêmes qui trouveront dans les profondes ressources ignorées de la race toute l'énergie, toute la force requise.

On raconte par exemple que Rose Marie de Siqueira, née à S. Paulo, du temps que le Brésil nous appartenait, était une jeune femme fort timide. Elle s'en vint en Europe avec son mari à l'âge de 24 ans, et pendant la traversée le navire fut attaqué par un pirate algérien. Ce fut grâce aux brûlantes exhortations de Rose Marie, et même à son aide matérielle, que le pirate fut repoussé.

Et au siège de Dio, de terrible mémoire, les femmes firent des prodiges de valeur. L'Histoire a gardé leurs noms. Isabel Madeira, mariée au chirurgien Maître Jean, offrit ses services au gouverneur de la place pour aider à relever les murailles de la ville avec toutes les autres femmes, leurs enfants et leurs esclaves. Et quand ce fut fait, ces femmes portaient aux combattants

les lances, les dards, les marmites de poudre; relevaient les blessés, les soignaient. Quand son mari fut tué, Isabel Madeira l'emporta dans ses bras, l'enterra de ses mains selon tous les usages d'alors et revint à son poste de combat.

Une autre, Barbe Fernandes, digne celle-là des temps et du tempérament des Lacédémoniennes, assista à la mort de ses deux enfants mis en pièces; elle rechercha tous les lambeaux de leurs pauvres corps mutilés et les mit pieusement en terre.

Eh! ne comptons nous pas aussi dans le nombre de nos héroïnes la vaillante Filipa de Vilhena qui, en 1640, de ses propres mains arma chevaliers ses deux jeunes fils et les envoya aider les quarante conjurés du palais Almada à chasser du Portugal le roi usurpateur? Et toutes les Portugaises recommenceraient le geste de D. Filipa.

Au dix-huitième siècle, D. Isabel Juliana de Sousa Coutinho fit preuve dans son jeune âge d'une décision extraordinaire. Elle osa résister en face au tout puissant ministre Marquis de Pombal, qui la maria contre son gré à son second fils. Vivant aux côtés de son mari pendant trois ans, étroitement surveillée par son aïeule, une de ses tantes et son confesseur, elle ne voulut jamais plier et obligea son adversaire à faire casser son mariage. Enfermée dans un couvent, il fallut la disgrâce du puissant homme d'État pour la délivrer et lui permettre de devenir la mère du Duc de Palmela.

Elle contribua fortement à l'éducation de son fils qui hérita de son énergie et de sa valeur.

Marcelino Mesquita écrivit d'après ce fait historique une pièce qui le consacre: «*Fille malgré tout*».

Dans les émentes populaires, les femmes portugaises se montrent partout; elles risquent tout et souvent elles se sont mises à la tête des révoltés. Brites, la boulangère, embrocha à Aljubarrota sept Espagnols à elle seule. Et quand Philippe IV s'avisa de vouloir mettre un impôt sur les quenouilles des Portugaises, elles se levèrent en masse au Porto et pour un peu elles faisaient payer cher sa sottise au délégué du gouvernement exécré.

.....
Les filles de nos rois, nos belles infantes, se sont assises sur bien des trônes.

La Castille et l'Aragon et plus tard l'Espagne ont très souvent brigué l'honneur de ces alliances. Le Musée du Prado doit sa création à Marie Isabelle, fille de Jean VI. Catherine, fille de Jean IV, épousa Charles II, roi d'Angleterre, et au XIII^e siècle la reine du Danemark était cette princesse du Portugal, fille de Alphonse II, Léonor qui mourut de douleur quand son mari fut tué à la chasse.

— L'Allemagne nous prit deux impératrices. Au XV^e siècle, cette autre Léonor remplie de grâce et de beauté, la fille de D. Duarte, l'éloquent, et au XVI^e, Isabelle, l'épouse féconde et nulle de Charles-Quint, si belle que le Titien fit son portrait. Au couvent de Saint-Just le souverain déchu passait des heures à le contempler. Je ne saurais tout de même lui pardonner à celle-là d'avoir donné au monde la sinistre personnalité de Philippe II d'Espagne. D. Carlos, le malheureux fils de ce roi, fut aussi marié à une infante du Portugal.

En France point de souveraine d'origine portugaise, que je sache. Mais en revanche, Philippe le Bon, Duc de Bourgogne, épousa la belle et très sage infante Isabelle, de l'illustre lignée de João I et sœur de Henri, le Navigateur. Le prince souverain reçut sa jeune épouse avec des splendeurs inusitées même à sa cour, la plus fastueuse du temps ; il institua en son honneur l'ordre de la Toison d'Or et souvent, plus tard, il se laissa conduire d'après ses avis.

Sur son conseil, il sut éviter une guerre avec la France en faisant dépendre une solution extrême d'un combat singulier dans lequel le célèbre chevalier portugais, *Magriço*, défendait la maison de Bourgogne. . .

La femme de Colomb fut une portugaise de Madère, et jusque dans l'Hindoustan des femmes illustrèrent la race et le nom portugais. La célèbre Julienne eut tellement d'influence à la cour des souverains de Delhi que l'un deux se lamentait de ne pouvoir la faire son vizir.

La femme portugaise est très intelligente et elle l'a souvent prouvé jadis, soit au cloître soit dans le monde. Elle s'instruisait jusqu'à l'érudition et cultivait tous les arts avec beaucoup de talent. Marguerite de Noronha, fille d'un Comte de Linhares, mérita d'être citée par Duarte Nunes de Leão comme une artiste hors ligne dans l'enluminure ; elle faisait de l'architecture et parlait quatre langues ; l'Inquisition s'occupa beaucoup d'elle. Deux religieuses, Brites et Catherine da Gloria, étaient réputées dans le chant, et cette dernière passait pour jouer de l'orgue dans la perfection.

Au xvi^e siècle Bernarda Ferreira de Lacerda poussa fort loin son savoir dans la philosophie, les mathématiques et l'histoire ; elle parlait l'hébreu, le grec et le latin, connaissait la musique, peignait et faisait des vers. Son ouvrage *L'Espagne délivrée* est très connu hors du Portugal. Elle était du Porto.

Le xvi^e siècle nous a fourni beaucoup de femmes émérites. La fille du roi Manuel, D. Marie, qui fut la princesse la plus riche de son temps, réunissait en son palais tout un petit cénacle de femmes qui devinrent illustres. Elles s'occupaient de toutes les sciences et de tous les arts, maniaient à la perfection l'aiguille et le pinceau et jouaient de toutes sortes d'instruments. On cite particulièrement Paula Vicente, fille de Gil Vicente, le précurseur de Molière ; Angèle Vaz ; les deux sœurs Sigea dont l'une, Louise, fort savante dans les humanités, fut le professeur de l'infant ; Publia Hortensia de Castro qui s'habilla en homme pour pouvoir fréquenter l'Université de Coïmbre et qui, à 17 ans, défendit des thèses publiques au grand étonnement d'un monde de savants lettrés.

Brigitte de Alarcão, du xvii^e siècle, avait toute l'étoffe et le talent d'un orateur de race : elle discourait sans s'arrêter jusqu'à cinq heures de suite. Nous nous devons de citer dans les temps présents la célèbre Angelina Vidal, qui vient de mourir et qui révéla un bel et étrange tempérament de femme révolutionnaire.

Josefa Micaela de Castro, écrivain du xvii^e siècle, s'est rendue illustre dans les arts libéraux et elle écrivait admirablement le latin.

Nous remarquons au xix^e siècle deux femmes journalistes, Antoinette Pusich et Marie José Canuto, maîtresse d'école, qui prouva son beau talent dans la polémique, en écrivant des articles sur l'administration municipale et sur celle des colonies, et en faisant la propagande de journaux et de sociétés pour la diffusion de l'instruction.

C'est tout au commencement du XIX^e siècle et à la fin du XVIII que brilla la très célèbre Marquise d'Alorna. Ame d'élite, nature essentiellement féminine, partout elle laissait la trace lumineuse de son esprit et de sa bonté. Dans sa prime jeunesse ayant été enfermée avec sa mère dans un couvent comme prisonnière d'État; elle adoucit toujours par ses prévenances les rigueurs de leur triste position et se rendit indispensable aux religieuses en remplissant tour à tour de gaieté de cœur les plus humbles emplois. Plus tard mariée en Autriche, elle fut l'amie de Marie Thérèse; les rois de France, d'Espagne et le pape lui-même, leur témoignèrent beaucoup d'estime et d'admiration.

Quand elle devint veuve et se retira à Alorna, dans ses propriétés d'Almeirim, tout le monde l'y adora, tellement elle semait d'aumônes et de bonnes paroles. Elle faisait enseigner les filles de la campagne à coudre et à filer, aussi bien qu'à lire et à écrire, et ne s'occupait elle-même que de l'éducation de ses enfants.

On admire beaucoup ses ouvrages, qui ne furent publiés qu'à sa mort. Elle a traduit de l'Ossian, du Thompson, du Wieland, du Lamennais, un chant de l'Iliade... Elle fit surtout les délicieuses poésies dites de *Chellas*, le couvent qui abrita sa jeunesse. Elle avait toutes sortes de talents. Elle peignit la *Sibylle*, de Guido Reni, et fut chargée du plan de la décoration intérieure du palais royal d' Ajuda, qu'elle n'a point exécuté.

Et sœur Marianne Alcoforado, la nonne amoureuse du XVIII^e siècle, qui écrivit les si charmantes lettres d'amour devenues mémorables et qui soulevèrent tellement de discussions?

.....

Il est temps de tirer le rideau sur le passé et de venir retrouver notre vingtième siècle. Voyons ce qui se passe au théâtre où tant de beaux talents se sont manifestés: Virginie, à la voix d'or et aux manières de grande dame; Lucinde Simões; sa fille Lucilie, l'actrice qui sut le plus fidèlement interpréter la *Nora*, de Ibsen; la cantatrice Regina Pacini, et tant d'autres, et tant d'autres encore. Beaucoup de femmes dans le monde des lettres. D. Maria Amalia Vaz de Carvalho, auteur de plusieurs biographies de personnages illustres; D. Ana de Castro Osorio, fort connue également au Brésil et dont les œuvres d'éducation ont été traduites en plusieurs langues. Alice Moderno... «J'en passe et des meilleures». Elle est, sans nul doute, très intelligente la femme vraiment portugaise. Et je dis fort exprès «vraiment portugaise».

La vie moderne avec l'irrésistible attraction de ses villes tentacules et l'industrialisation de toute main d'œuvre tend à faire perdre aux femmes le cachet de leur nationalité et à créer un type féminin unique où viennent se fondre toutes les races: celui de la prolétaire de tout pays.

Ce que Bourget fait dire à son Dorsenne, le coup de pouce des passions révélant le caractère spécifique des races, n'a guère d'application entre nous. On touche ici au plus profond de la nature humaine, la même sous toutes les latitudes: on voit partout la même soif de jouissance, le même refus de toute contrainte, le même impérieux besoin de faire fi de tout ce qui n'est pas l'immédiate satisfaction individuelle des moindres appétits. Le Portugal, sur le pas de cette intense vie moderne, doit tâcher d'éviter l'écueil qui ferait dégé-

nérer misérablement sa race honnête et vaillante. Il lui faut sans tarder s'occuper de l'éducation des couches profondes de la population d'où sortent chaque jour les mères et les épouses de ses ouvriers, de ses petits commerçants, de toute une pullulante bourgeoisie. Là s'opère également le triage fournissant au bout de deux ou trois générations l'élément féminin des classes dirigeantes. Donc il s'agit de faire face vite et proprement à la lourde tâche.

Depuis des années une avalanche de jeunes filles de toute provenance a envahi les lycées, avides d'instruction et d'indépendance; c'est la course au brevet, et toute petite bourgeoise en fait son rêve pour sa fille.

C'est parfait. On ne pouvait plus tolérer que dès l'âge de dix ans toute petite fille commençât à se faire conter fleurette, à faire la chasse aux amoureux et à un mari problématique; il fallait bien sûr l'occuper autrement et par instinct et elle-même en avait le désir bien vif. Mais il faut guider les pas de toute cette vaillante jeunesse, et ne pas la laisser s'égarer en chemin, ou prendre au bout le sentier qui mène au déclassement et au malheur. Rien de plus misérable que le sort de la jeune fille dont le développement intellectuel n'a pas eu de solides assises morales. Je sais, je sais que la démocratie nous a donné l'égalité des droits et je veux de tout mon cœur que les femmes de mon pays s'instruisent, qu'elles s'élèvent, qu'elles se rendent indépendantes et libres; mais je voudrais, et cela de toutes mes forces, qu'elles pussent parvenir à comprendre aussi, et en tout premier bien, que la démocratie crée bien des devoirs et que nul ne peut réclamer des droits s'il ne sait remplir ses devoirs.

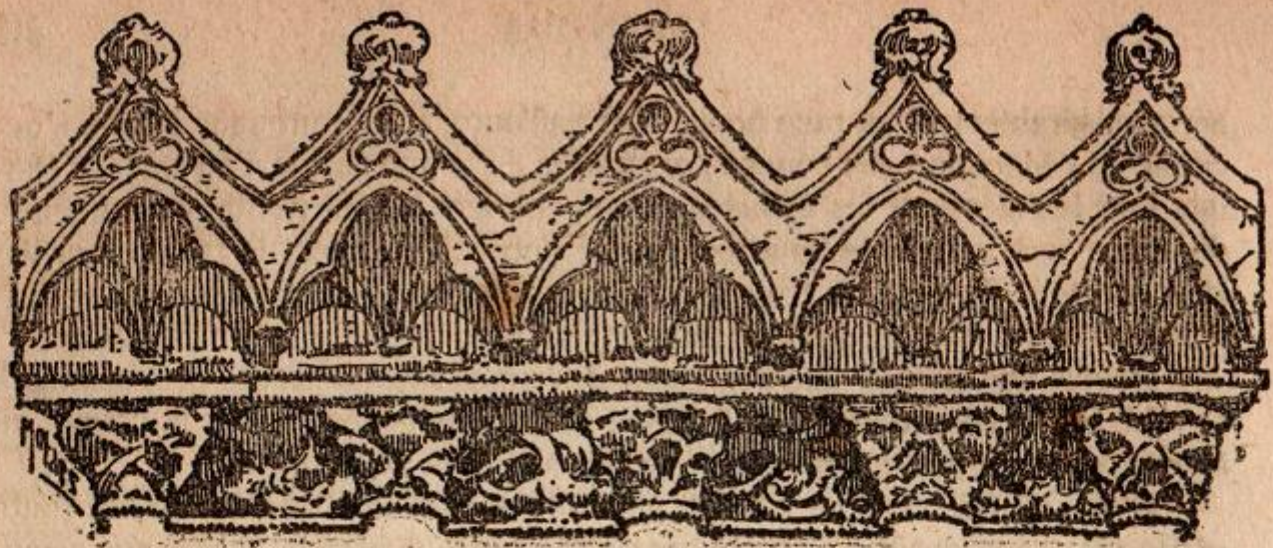
Dans toute société saine et bien organisée le devoir prime encore le droit. Apprenons, apprenons donc à bien remplir tous les nôtres afin, de pouvoir dire comme les esprits élevés: *tous les droits pour tous les devoirs.*

Donnons sans trêve et sans relâche la culture morale pour base à l'émancipation intellectuelle de la femme, développons tous ses bons sentiments, donnons-lui la responsabilité de ses actes. Et que la petite bourgeoise, les classes populaires comprennent qu'il ne faut point dédaigner les travaux manuels, la vie domestique. Ce n'est pas tout que de faire faire aux filles leurs études; il faut leur inspirer le goût du foyer, leur insuffler l'intérêt pour les mille petits devoirs de l'existence quotidienne, il faut leur faire envisager la vie comme quelque chose de sérieux et d'élevé et non pas comme une foire ou comme un film de cinéma.

Mais que les Portugais élèvent sagement leurs filles et l'humanité nouvelle comptera encore dans son sein bien des Lusiades.

Arcos de Valdevez, le 7 de Septembre de 1917.

AMÁLIA DE QUEIROZ



A aliança inglesa

Quando D. Fernando, o *Formoso e Inconstante*, o último rebento da primeira dinastia portuguesa, êsse de quem Camões disse

*Do justo e duro Pedro nasce o brando
(Vêde da natureza o desconcerto!)
Remisso e sem cuidado algum Fernando,*

fitando enigmáticamente das ogivas do seu rial alcaçar as águas largas e curvas do Tejo que ao longe vão engolfar-se no imenso e marulhoso mar, se decidiu a assinar com o britano monarca d'Alencastro o seu tratado de aliança, nem sequer podia suspeitar que selava então com Eduardo III da Inglaterra, nesse remoto Junho de 1373, aquela que havia de vir a ser mais tarde, que hoje viria a ser, a mais velha das alianças que subsistem no mundo inteiro e que, do mesmo passo, êle marcava assim o facto mais transcendente para a vida da nação portuguesa e um daqueles que maior influência haviam de vir a ter na história dos dois povos que pareciam tão distantes e alheios um ao outro, e ainda na própria história do mundo. Mais de seis séculos são passados desde então; alargou-se assombrosamente o horizonte do mundo; saíram continentes novos dos misterios do mundo desconhecido; nasceram e ruíram impérios; revolveu-se e transformou-se a vida social e política dos povos; e, através de todos êsses cataclismos e todas essas metamorfoses, e ainda por entre as perturbações e mutações internas das duas nações aliadas, ou mau grado os mútuos e eventuais atritos entre elas, a velha aliança manteve-se e sobreviveu sólidamente.

Como se tivesse a intuição segura do ulterior destino marítimo de Portugal, qual se depreende das leis que promulgou para fomentar a navegação e o comércio, D. Fernando, nessa crise angustiosa e permanente de lutas com Castela que encheram todo o seu reinado, e que na vida nacional portuguesa assumiram a importância que um historiador ilustre compara com «a que a natureza dá às crises que determinam a passagem duns para outros dos seus

tipos orgânicos», assinou com o inglês esse tratado que o havia de garantir contra o irrequieto e ambicioso vizinho do lado, mas que, de facto, só doze anos mais tarde, em Aljubarrota, com o de *Boa Memoria*, havia de ter a sua sanção eficaz e definitiva pelo concurso dos frêcheiros ingleses que, renovando a proeza d'Azincourt, consolidaram com os seus aliados no sangue da destroçada e feudal cavalaria espanhola o trono de Avis e, com êle, a independência nacional.

Assim D. João I, monarca eleito pelo povo, confirmou em 1386 com a sua assinatura aquele pacto da aliança, o qual como que simbólicamente se materializou no ano seguinte no Porto — *a lial cidade, donde teve origem (como é fama) o nome eterno de Portugal*, — no fausto enlace do monarca português com a filha do rei inglês, aquela Filipe de Lencastre, que havia de vir a ser a mãe modelar e virtuosa dessa «íclita geração, altos infantes» como diz o épico, que tão alevantada e imperecível memória gravariam na historia portuguesa.

Advêm com Alcácer-Quibir a nova e aguda crise da nacionalidade; e, após o eclipse de sessenta anos do sol português nas brumas de Castela, o velho leão abatido levanta-se em 1640 e brusco sacode o jugo. Na Inglaterra encontra estímulo e fôrça moral, como logo o demonstrou o tratado que em 1642 é renovado entre os dois países, mostrando assim a Inglaterra não haver esquecido a injúria e o grave perigo que a soberba Espanha de Filipe II lhe fizera correr, organizando e fazendo sair do Tejo em hora para ela própria sinistra essa *Invincível armada*, quasi logo destroçada no mar pelos elementos desencadeados . . .

Esse tratado, assinado entre D. João IV e Carlos I, assegurava a Portugal o apoio da Inglaterra, proporcionando dest'arte à Nação Portuguesa apresentar-se acompanhada ante as outras potências e fortalecida pelo apoio dos ingleses, — facto de inapreciável transcendência que a tirava duma situação de isolamento tanto de temer por parte dos regimes incipientes. Isto mesmo se conclua do próprio texto do tratado, muito taxativamente, quando se dizia «*que nenhuns dos ditos Serenissimos Reis, seus herdeiros e sucessores, fará ou tentará cousa alguma, já por si, já por outrem, contra um e outro, ou seus Reinos, em terra ou no mar, nem consentirá ou aderirá, em guerra alguma, conselho ou tratado, em prejuizo do outro*». Era assim que logo nos primeiros dias da dinastia brigantina as duas nações se prendiam afectuosa e íntimamente. Ainda estava muito longe então a Nação Portuguesa da sua vitória definitiva sôbre as pretensões da Espanha a submetê-la de novo ao pesado jugo de que acabava audazmente de libertar-se; só vinte e seis anos depois é que a sangrenta e porfiada luta lograria seu termo, mas isso não impediu que logo desde os primeiros tempos, em que o triunfo era ainda problemático, a Inglaterra de tal arte nos significasse a sua dedicação e simpatia e nos alentasse com o seu apoio. E não foi êle inútil e desvalioso, nesse angustioso período de incertezas, em que nem sempre a fortuna coroou o aguerrido esforço das armas de Portugal. A cabeça de Carlos I rolara no cadafalso, e o Protectorado de Cromwell, tendo-nos privado da simpatia da Inglaterra, deu assim ensejo a que as armas espanholas tomassem larga desforra, chegando a pôrem de novo em grave risco a mal consolidada restauração portuguesa. Foi ainda, no entanto, o auxílio inglês que lhe veio dar novo e valioso

apoio no doloroso transe quando, depois de restaurada a monarquia dos Stuarts por um refluxo da revolução, a velha aliança ressurgiu com a confirmação dos anteriores em tratados novos, proporcionando o oportuno envio de dois mil homens que fortemente contribuíram para o reverdecimento em Montes-Claros dos lauréis vitoriosos de Aljubarrota. O casamento da infanta D. Catarina, filha de D. João IV, com Carlos II de Inglaterra, levando no seu acafate de noiva um dos mais esplêndidos e magníficos dotes de que reza a História, veio coroar simbólicamente com um enlace de príncipe esta fausta renovação da aliança dos dois países, primitivamente selada também pelo matrimónio simbólico de D. João I e da austera e nobre Filipa de Lencastre, que no seu enxoval trouxera de mais precioso as altas e sólidas qualidades morais da sua raça.

Foi seguramente laboriosa e acidentada essa longa campanha diplomática de Restauração, que não é meu propósito agora esmiuçar e criticar, envolvido e arrastado então Portugal, não só pela fatalidade da sua situação geográfica como ainda pelos compromissos das suas alianças, nessa prolongada e sangrenta luta de predomínio entre a casa da Áustria e a França dos Bourbons e que, sobretudo, caracteriza politicamente o século XVII e os primeiros anos do próprio século XVIII. Nesse torvelinho de intrigas diplomáticas, em que ora estivemos ao lado da França contra a Espanha, ora ao lado da Espanha contra a França, outro tratado surgiu em 1703 entre o inglês e o triste Portugal de Pedro II, quando ingleses e portugueses combateram lado a lado por um dos pretendentes nessa guerra da Sucessão da Espanha, aberta pela morte sem herdeiros do *Enfeitado* Carlos II.

Assim se chega até os tempos napoleónicos, em que Portugal se viu mais uma vez forçado a sacrificar o seu sossêgo e a imolar vidas e fazendas no cumprimento dos seus deveres de aliança. É o período heroico e já lendário da *Guerra Peninsular* em que o sentimento do povo português, deflagrando numa explosão de indómita revolta contra o francês invasor, viu a seu lado as tropas inglesas de Wellesley colaborando com o exército português. Foram os dias da Roliça e de Vimeiro; foi a página épica do Buçaco em que pela primeira vez empalideceu o sol de Napoleão. . . E, aliados sempre os dois exércitos, vão assim até o termo da Guerra da Península, perseguindo o invasor audaz e arrogante até o sul da França. Vem a paz geral em 1815, após o dia sinistro de Waterloo, que viu tombar de vez a gloriosa águia d'Arcole, d'Austerlitz, e de tantas outras enormes e épicas batalhas, e com essa paz novo tratado, nesse mesmo ano, mais uma vez robustece a antiga aliança.

Eram estes os tratados em vigor com todas as suas cláusulas, como em 1898 o declarou o próprio govêrno britânico na Câmara dos Lords quando num momento interessante para a política externa inglesa ali os apresentou, confirmando assim a velha aliança, a qual alguns anos mais tarde recebeu nova e solene consagração de Eduardo VII, por ocasião da sua visita à côrte de Lisboa, em vida do rei Carlos de Bragança. E que essa aliança não era apenas entre os soberanos, mas também «*entre os seus Reinos, Países, Domínios, Terras e povos*»,—como, por exemplo, se lê no tratado de 1642 estipulado entre D. João IV e Carlos I—, patenteou-o duma maneira clara, inequívoca e categórica o facto de ter sido já em plena República que todas as cláusulas das mencionadas convenções foram codificadas num só diploma que

ficou dest'arte constituindo como que um único tratado, actualizando êsse velho pacto internacional que há mais de seis séculos une as duas notáveis nações marítimas.

Assim foi oficialmente declarado e consignado pelos dois governos nos respectivos parlamentos com a apresentação e leitura dêsse novo documento — era Presidente do Ministério e Ministro dos Negócios Estrangeiros em Portugal o Sr. Augusto de Vasconcelos que tal fez na sessão da Câmara dos Deputados em 15 de Março de 1912 — «que haverá aliança e amizade constante e perpétua entre Portugal e a Gran-Bretanha, a qual não será derogada por nenhuma outra aliança ou tratado que celebre qualquer das duas nações, comprometendo-se ambos a nenhuma delas se juntar com os inimigos ou émulos da outra parte, não lhes dando conselho ou auxílio, nem aderindo a qualquer guerra, conselho ou tratado em prejuízo da outra». Outras cláusulas forçam os dois aliados «a não consentirem que nas suas terras inimigos da outra fretem ou detenham navios que possam empregar-se em prejuízo da outra parte, e a deverem, quando solicitados pela outra, enviar auxílio de homens, armas, navios, etc., para defesa dos territórios na Europa da parte atacada, ou em outros quaisquer domínios desta, que forem ofendidos ou invadidos por inimigos ou émulos, ou contra os quais se preparam invasões, ou pareça tentar-se ou maquinar-se qualquer invasão ou ofensa». Por sinal que muito taxativamente ficou expressa na cláusula VIII a obrigação de qualquer das partes contratantes, quando solicitada pela outra, enviar aqueles auxílios no caso das colónias de algumas delas serem invadidas ou por qualquer modo ofendidas ou estejam em risco de serem ofendidas ou prestes a sê-lo, ou até simplesmente quando parecer que o possam ser ou que tal se maquine ou pareça maquinar-se. Conclui êste tratado estipulado entre a República Portuguesa e a Gran-Bretanha por uma cláusula — a IX — especialmente dedicada à hipótese de «quererem a Espanha ou a França fazer guerra a Portugal nos seus territórios da Europa ou nos seus domínios». Neste caso «a Gran-Bretanha interporá os seus bons ofícios para a conservação da paz e, não o conseguindo, enviará tropas e navios que combaterão por Portugal».

Tão expressas são as condições dêste tratado e tão conhecido era o compromisso contraído que a ninguém poderia ou, pelo menos, deveria causar espanto que, ao intervir a Inglaterra na guerra em 1914, logo Portugal se abstivesse de qualquer declaração de neutralidade e antes, na histórica sessão de 7 de Agosto, o Govêrno Português, por intermédio do Sr. Dr. Bernardino Machado, seu Presidente, afirmasse, com aplauso geral e entusiástico do Parlamento, o firme propósito em que estava de manter e cumprir em toda e qualquer circunstância os deveres livremente contraídos para com a Gran-Bretanha.

Está fora do âmbito traçado a esta simples notícia histórica a justificação da intervenção de Portugal naguerr a europeia; por isso apenas me limitarei a notar que, em vista do exposto, mais que as frias cláusulas dum documento frio, todo o passado da Nação Portuguesa lhe apontava e impunha o cumprimento dêsse dever de honra, aliás, o único compatível com os interesses nacionais, tanto no continente como no ultramar. Na inextricável rêde de interesses de toda a ordem que caracteriza a vida de hoje não pode haver isolamento de povos, como a própria Inglaterra muito bem o compreendeu no

seu alto senso prático quando abandonou aquele seu «esplêndido isolamento» para se ligar à França e à Rússia, constituindo o Tríplice Entendimento. Foi esta a obra de Eduardo VII, contraposição magnífica e formal daquela célebre fórmula do jactancioso Salisbury. Ora Portugal, pequena metrópole com um vasto império de colónias, não poderia manter-se livremente sem estar ligado a uma forte aliança que o garantisse contra agressões possíveis. E nenhuma outra como a aliança inglesa lhe poderia mais convir, sendo de mais a mais essa conveniência do próprio interesse da Inglaterra, nossa vizinha em todos os pontos do globo, e à qual, portanto, muito importa manter a geografia política da Península Hispânica. Isso se viu em todas as grandes crises da vida de Portugal, em que ela não nos faltou com o seu apoio material e moral. Aljubarrota, Montes-Claros e Buçaco são três nomes que definem uma História e caracterizam uma aliança, que não foi obra do acaso, como muito bem disse o tradicionalista Sr. D. José Manuel de Noronha, «mas alguma coisa de mais alto, de mais poderoso e de mais forte: por um lado a necessidade de defesa e por outro o interesse em manter independente este torrão florido».

30 de Outubro de 1917.

EDUARDO DE SOUSA.

L'Alliance Anglaise

Lorsque des fenêtres ogivales de son château royal, fixant les yeux sur la masse des eaux du Tage roulant majestueusement vers la mer pour s'engouffrer dans son sein, Ferdinand, le roi Beau et Inconstant, dernier rejeton de la première dynastie portugaise, celui dont Camoës a dit :

*Do justo e duro Pedro nasce o Brando
(Vêde da natureza o desconcerto !)
Remisso e sem cuidado algum Fernando, ¹*

se décida à signer avec le Duc de Lencastre un traité d'alliance, il était bien loin de soupçonner qu'il venait de sceller, en ce mois de Juin 1373, si lointain déjà, avec Edouard d'Angleterre, une alliance qui devait être, comme elle l'est aujourd'hui, la plus vieille de toutes celles qui existent dans le monde entier. Sans y avoir songé, il signalait ainsi son règne par le fait le plus transcendant pour la vie de la nation portugaise, fait qui devait avoir la plus grande influence non seulement dans l'histoire de deux peuples si éloignés l'un de l'autre et qui semblaient si étrangers entre eux, mais encore dans l'histoire du monde elle-même. Plus de six siècles se sont écoulés depuis lors ; l'horizon du monde s'est élargi d'une manière stupéfiante, des continents nouveaux sont sortis du mystère de l'inconnu ; des empires sont nés et se sont écoulés, la vie sociale et politique des peuples s'est transformée dans des révolutions successives, et, à travers les cataclismes et toutes les métamorphoses, à travers les troubles et les changements qui se sont produits dans l'organisme propre des deux nations alliées, et malgré les foissements mutuels et occasionnels amenés par les événements, la vieille alliance a survécu et s'est maintenue inébranlable.

Comme s'il eût eu l'intuition parfaite de la suprématie maritime que le

¹ De Pierre, le roi justicier et impitoyable,
(Voyez l'ironie de la nature !)
Est sorti le nonchalant et insouciant Ferdinand.

destin réservait au Portugal, ainsi que semblent le prouver les lois qu'il a promulguées pour développer la navigation et le commerce, Ferdinand, dans cette crise douloureuse de lutttes permanentes contre la Castille, lutttes qui remplirent tout son règne et qui prirent dans la vie nationale portugaise une importance qu'un illustre historien compare à celle des crises qui dans la nature déterminent le passage de l'un de ses types organiques à un autre, Ferdinand, disons-nous, signa avec le monarque anglais ce traité qui devait garantir le Portugal contre son turbulent et ambitieux voisin ; mais en réalité, ce n'est que douze ans plus tard que ce traité reçut une sanction efficace et définitive, à Aljubarrota, sous le Prince de Bonne Mémoire, avec le concours des archers anglais qui, renouvelant les prouesses d'Azincourt, en combattant à côté de leurs alliés, consolidèrent dans le sang de la chevalerie féodale espagnole le trône d'Avis et avec lui l'indépendance nationale.

Ainsi Jean I^o, l'élu du peuple, confirma en 1386, par sa signature, ce pacte d'alliance qui se matérialisa symboliquement, si l'on peut dire ainsi, l'année suivante à Porto—la *ville loyale qui a donné au Portugal son nom immortel*— par l'heureuse union du monarque portugais avec la fille du roi d'Angleterre, la fameuse Philippine de [Lancastre, destinée à être la mère exemplaire et vertueuse de cette «lignée d'élite, illustres infants», selon l'expression de notre poète, qui devaient laisser dans l'histoire portugaise une mémoire impérissable.

Alcacer-Quibir amène une nouvelle crise aiguë de la nationalité ; pendant soixante ans le soleil portugais est éclipsé par les brumes de Castille, mais, tout à coup, le vieux lion se réveille, et, en 1640, il secoue le joug étranger. Il trouve en Angleterre l'encouragement et la force morale, comme le prouve, en 1642, le renouvellement du traité d'alliance entre les deux pays ; car l'Angleterre n'a pas oublié l'offense reçue de l'Espagne, et le grave danger que lui a fait courir Philippe II, en organisant et en faisant sortir du Tage à l'heure qui devait être fatale pour elle-même cette *Invincible Armada* presque aussitôt détruit par les éléments déchaînés . . .

Ce traité, signé entre Jean IV et Charles I, assurait au Portugal l'appui de l'Angleterre, et permettait ainsi à la Nation portugaise de se présenter aux autres puissances soutenue par les anglais — fait d'une inappréciable transcendance pour elle, car il la tirait d'une situation d'isolement toujours si redoutable pour les régimes qui commencent. Le texte même de ce traité ne laissait aucun doute à cet égard, car il disait d'une façon précise : «aucun des dits Sérénissimes Rois, de leurs héritiers, de leurs successeurs ne fera ou ne tentera rien, soit [par lui-même ou par autrui, contre l'autre, ou contre ses royaumes, sur terre ou sur mer, ni ne consentira ou n'adhèrera à aucune guerre, à aucun conseil ou traité au préjudice de l'autre». C'est ainsi que dès les premiers jours de la dynastie brigantine, les deux nations s'attachaient intimement et affectueusement l'une à l'autre. Toutefois le Portugal était bien loin encore d'en avoir fini avec les prétensions de l'Espagne, qui n'avait pas renoncé à le soumettre de nouveau au joug de fer dont il venait de se débarrasser par un coup d'audace ; ce n'est que vingt-six ans plus tard que devait se terminer cette lutte sanglante et acharnée ; mais cela n'empêcha pas que dès les premiers temps, alors que notre triomphe était encore problématique, l'Angleterre nous témoignât ainsi son dévouement et sa sympathie, en nous

encourageant de son appui. Et de quel secours ne nous a-t-il pas été dans cette douloureuse période d'incertitude, où la fortune ne couronnait pas toujours les efforts des armes portugaises ! La tête de Charles I avait roulé sur l'échafaud, et le Protectorat de Cromwell, nous ayant privés des sympathies de l'Angleterre, permit à l'Espagne de prendre une large revanche, et de mettre en grand danger la restauration portugaise, encore mal consolidée. Et cependant ce fut encore l'Angleterre qui vint à notre secours dans le moment critique que nous traversions ; le reflux de la révolution ayant restauré la monarchie des Stuarts, la vieille alliance ressuscita, l'ancien traité fut confirmé et l'envoi opportun de deux mille hommes contribua fortement à faire reverdir à Montes-Claros les lauriers d'Aljubarrota. Le mariage de l'Infante Catherine, fille de Jean IV, avec Charles II d'Angleterre, qui trouva dans la corbeille de sa fiancée une des dots les plus splendides et les plus magnifiques dont l'Histoire fasse mention, fut le couronnement symbolique de l'heureux renouvellement d'une alliance qui une fois déjà avait été scellée par le mariage de Jean I avec l'austère et noble Philippine de Lancastre, la mère et l'épouse exemplaire qui apportait en dot le joyau, précieux entre tous, des hautes et solides qualités de sa race.

Cette longue campagne diplomatique de la Restauration, qu'il n'entre pas dans mes desseins d'étudier et de critiquer à présent, fut certes laborieuse et accidentée, le Portugal se trouvant alors entraîné et enveloppé, non seulement par la fatalité de sa situation géographique, mais encore par les engagements de ses alliances, dans cette interminable et sanglante lutte de rivalité entre la maison d'Autriche et la France des Bourbons, lutte qui caractérise surtout, au point de vue politique, le xvii^{ème} siècle et les premières années du xviii^{ème} lui-même. Dans ce dédale d'intrigues diplomatiques où, tantôt nous prenions parti pour la France contre l'Espagne, tantôt pour l'Espagne contre la France, surgit, en 1705, un autre traité entre l'Angleterre et le triste Portugal de Pierre II, quand anglais et portugais combattirent côte à côte pour l'un des prétendants, dans cette guerre de la Succession d'Espagne, succession ouverte par la mort de Charles II, l'*Ensorcelé*, qui laissait le trône sans héritiers.

Nous arrivons ainsi aux temps napoléoniens où une fois de plus le Portugal se vit obligé de sacrifier, avec son repos, la vie de ses enfants, pour faire honneur à ses devoirs d'allié.

C'est la période héroïque et déjà légendaire de la Guerre Péninsulaire, où le sentiment du peuple portugais éclate en une révolte indomptable contre le français envahisseur, et où les troupes anglaises de Wellesley collaborent sur les mêmes champs de bataille avec l'armée portugaise. Ce sont les journées de Roliça et de Vimeiro ; c'est la page épique du Buçaco, où, pour la première fois, pâlit le soleil de Napoléon . . . Et, toujours alliées, les deux armées marchent ainsi jusqu'au terme de la Guerre Péninsulaire, poursuivant l'envahisseur audacieux et arrogant sur le sol même de la France. Enfin, en 1815, vient la paix générale, après le jour sinistre de Waterloo qui vit tomber pour jamais l'Aigle glorieuse d'Arcole, d'Austerlitz et de tant d'autres batailles épiques ; et comme conséquence de cette paix un nouveau traité vient, la même année, donner une nouvelle vigueur à notre vieille alliance.

Il n'avait été dérogé à aucune des clauses de tous ces traités, comme le

déclara en 1898 le gouvernement britannique lui-même à un moment intéressant de sa politique extérieure, en les présentant à la Chambre des Lords, confirmant ainsi la vieille alliance qui reçut une nouvelle et solennelle consécration de la part d'Edouard VII, lors de sa visite à la cour de Lisbonne, du vivant du roi Charles de Bragance. Et cette alliance n'était pas conclue entre les souverains seulement, mais bien, comme on peut le lire dans le traité de 1642, stipulé entre Jean IV et Charles I, «entre leurs Royaumes, leurs Pays, Domaines, Terres et Peuples». Et cela est prouvé d'une manière claire, catégorique et absolue par ce fait, que c'est en pleine République déjà que toutes les clauses des conventions antérieures furent réunies en un seul document, comme un traité unique, actualisant ce vieux pacte international qui, depuis plus de six siècles, unit les deux grandes nations maritimes.

C'est ce qui fut consigné et officiellement déclaré par les deux gouvernements à leur parlement respectif, auquel le nouveau document fut lu et présenté. Le Président du Ministère et Ministre des Affaires Étrangères était alors M. Augusto de Vasconcelos, qui, le 15 Mars 1912, fit à la Chambre des Députés la déclaration—«qu'il y aura alliance et amitié constante et perpétuelle entre le Portugal et la Grande-Bretagne; qu'il n'y pourra être dérogé par aucune autre alliance ou traité qui viendrait à être contractée ou passé par l'une ou l'autre des deux nations; qu'elles s'engagent toutes deux, chacune de son côté, ne pas s'unir aux ennemis ou rivaux de l'autre partie contractante, à ne leur donner ni aide ni conseil, et à n'adhérer à aucune guerre, à aucun conseil ou traité au préjudice de l'autre». D'autres clauses obligent les deux alliés à «ne pas consentir que sur les terres de l'une des parties les ennemis de l'autre puissent fréter ou retenir des navires pouvant être employés au préjudice de celle-ci; à envoyer, lorsqu'elles en seront sollicitées, des secours en hommes, en armes, en navires pour la défense des territoires de la partie attaquée en Europe, ou sur tout autre de ses domaines qui serait attaqué ou envahi par ses ennemis ou ses rivaux, ou contre lesquels domaines se prépareraient, ou paraîtraient se tenter ou se machiner quelque invasion ou une offensive quelconque.

C'est au point que la clause VIII impose expressément aux deux parties contractantes l'obligation, lorsque l'une d'elles en sera sollicitée par l'autre, d'envoyer des secours dans le cas où ses colonies seraient envahies, ou offensées de quelque manière que ce soit, ou seraient en danger d'être offensées ou prêtes à l'être, ou même simplement quand il semblera qu'elles puissent l'être, ou que cela se machine ou semble se machiner. Ce traité stipulé entre la République Portugaise et la Grande-Bretagne se termine par une clause, la ix^{ème}, destinée spécialement à l'hypothèse où l'Espagne ou la France voudraient faire la guerre au Portugal sur ses territoires d'Europe ou dans ses domaines coloniaux. En ce cas, «la Grande-Bretagne interposera ses bons offices pour que la paix ne soit pas altérée, et si elle ne réussit pas, elle enverra des troupes et des navires qui combattront pour le Portugal».

Les conditions de ce traité sont tellement expresses, et l'engagement pris était tellement connu, que personne ne pourrait ou, tout au moins, ne devrait s'étonner que lors de l'intervention de la Grande-Bretagne dans la guerre de 1914, le Portugal se soit immédiatement abstenu de toute déclaration de neutralité, et qu'au contraire, dans la séance historique du 7 Août, le Gouverne-

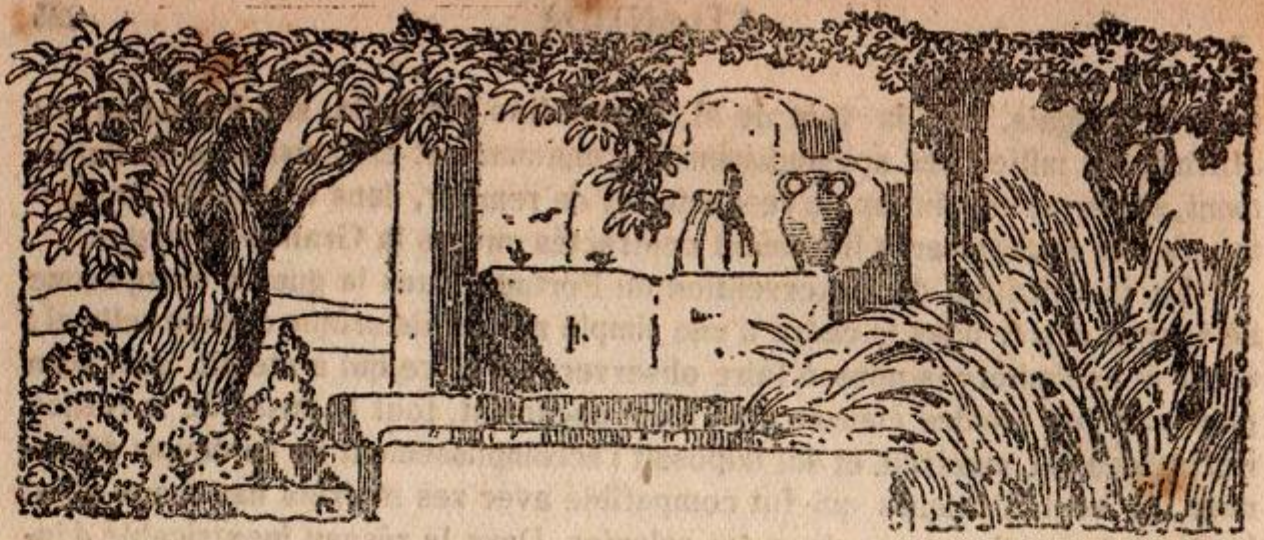
ment Portugais, par la voix de M. Bernardino Machado, son Président, ait affirmé, au milieu des applaudissements unanimes et enthousiastes du Parlement, sa ferme résolution de respecter et de remplir, dans toutes les circonstances, les engagements librement contractés envers la Grande-Bretagne.

La justification de l'intervention du Portugal dans la guerre européenne ne saurait entrer dans le cadre d'une simple notice historique comme celle-ci ; aussi nous limiterons-nous à faire observer, après ce qui a été dit, que, bien plus que les froides clauses d'un froid document, tout le passé de la Nation Portugaise lui montrait et lui imposait l'accomplissement de ce devoir d'honneur, le seul d'ailleurs qui fut compatible avec ses intérêts nationaux aussi bien sur le continent que dans ses colonies. Dans le réseau inextricable d'intérêts de tout ordre qui caractérisent la vie actuelle, les peuples ne sauraient vivre isolés, comme l'a fort bien compris l'Angleterre elle-même, dans son haut bon sens pratique, lorsqu'elle a abandonné son «splendide isolement» pour s'allier à la France et à la Russie, et former avec elles la Triple Entente. Ce fut l'œuvre d'Edouard VII, en opposition, magnifique et formelle, à la célèbre formule du jactantieux Salisbury. Or, le Portugal, petite métropole avec un vaste empire colonial, ne pouvait conserver son indépendance et son intégrité qu'en s'appuyant sur une forte alliance qui le garantît contre des agressions possibles. Et nulle autre ne pouvait mieux lui convenir que l'alliance anglaise, d'autant plus que l'Angleterre elle-même y trouvait son compte : car étant, comme elle l'est, notre voisine sur tous les points du globe, il lui importe fort de maintenir la géographie politique de la Péninsule Hispanique. Elle l'a bien démontré dans toutes les grandes crises de la vie du Portugal, où jamais son appui matériel et moral ne nous a manqué.

Aljubarrota, Montes-Claros et Buçaco sont trois noms qui définissent une Histoire et caractérisent une alliance, qui n'est pas l'œuvre du hasard, mais, comme l'a si bien dit le traditionaliste D. José Manuel de Noronha, «quelque chose de plus haut, de plus puissant et de plus fort : d'un côté, la nécessité de la défense, et de l'autre l'intérêt à conserver son indépendance à ce coin de terre éternellement fleuri».

30 Octobre 1917.

EDUARDO DE SOUSA.



A poesia e a filosofia moderna em Portugal

O pensamento de largas curiosidades, ávido de ser e universalismo, aquele pensamento que busca o coração da Realidade e só aí encontra a perspectiva que interesse, aparece, desde sempre, implícito na poesia portuguesa.

A maior criação intelectual dos portugueses é a poesia, e não só porque tenha a *sua* epopeia, mas, também e igualmente, porque tem o *seu* lirismo. Mesmo dentro da grande epopeia lusfada há máximas alturas de lirismo e drama.

E, se é certo que o mais sincero e ingénuo documento da alma humana é a arte, a poesia portuguesa deve revelar-nos, em acção viva, o nosso pensamento metafísico.

Um vago panteísmo amoroso, tocado de saúdosa ternura, faz o encanto dos nossos poetas.

Esse panteísmo, porque é poético, não, é a unidade abstracta, a totalização dialéctica, mas apenas a direcção emotiva a que se inclinam as almas. Não é a Unidade paralizante e absorvente, mas a unidade do amor na comunicação das almas. O povo, que é o maior Poeta, soube abrir a voz do monoteísmo do Deserto em mil bôcas de verdura e água, para que as sêdes agradecidas se unissem na alegria do seu amor contente.

Na imaginação poética há um maravilhoso equilíbrio entre a sensibilidade e a representação; equilíbrio quebrado, apenas, em Antero, pelo predomínio da representação, e, em Antonio Nobre, pelo predomínio da sensibilidade.

Este morre tuberculoso; Aquele perde-se num Nirvana intelectualista, que, apagando a distância entre o sensível e o representado, adormece a consciência.

São os pontos da crise poético-filosófica, onde o inicial sincretismo se fragmenta em filosofia e poesia.

A poesia *conhece* e sai do Eden com a mácula do pecado original.

A filosofia, sem imaginação, procura-se, perde-se em abstractos sistemas de lógica, sossega-se no burguesismo positivista, e, volvidos novos olhos sobre a poesia, retoma imaginação; sorri, medita e canta.

Guerra Junqueiro, cõscio do pecado original, começa representativa e intencionalmente a análise do materialismo social. É a caliça da Igreja, er-

guida, arremessada pelo vento da ironia; é a mentira do amor supurando as íntimas gangrenas. Mas muito pequena seria esta obra se não ouvíssemos, sob o esforço da superfície, o murmúrio dum lirismo, fio de água a subir em maré viva. É a Pátria sonâmbula despertando; são os *Simples* da terra, cantando, amando, caminhando em romarias de alma para a grande Unidade amorosa. Ainda aqui o Poeta destaca as suas desilusões, e o pessimismo implícito mostra esta fase dos *Simples*, a mais *Anteriana* da sua vida: a distância da representação e da sensibilidade existe ainda.

A representação condensa-se comovida, e, *gratia plena*, em puro platonismo imanente, o Poeta ergue as orações, flexas de Luz falada, levando o planeta para além de si e pela imensidade do Infinito.

Neste Poeta a representação tende de novo a predominar, e êle promete um livro de filosofia — a Unidade do Ser — que será, por certo, um neo-spi-noismo platonizado, isto é, sem a idolatria cartesiana da matéria-cousa.

J. Jaurés, Platão, Spinoza serão os companheiros do Poeta.

Em António Nobre, o espectro da Morte inibe a representação especulativa, e, em reacção, prende-o, por um novo e mais íntimo abraço, à terra, em *despedida*. Uma nova ingenuidade campesina atinge expressão, mas em surdina crepuscular, com um grito de alarme ou de auto-excitação de alegria, donde em onde. Noutros Poetas da Realidade (à parte, pois, os de salões e varetas de leque) o ponto de reencontro da representação e da sensibilidade dá-se na acção.

É o próprio esforço de criar que funde os termos e reapresenta a unidade originária. À parte os casos patológicos da acção transformada em vertigem, ou dispersa em sensações perspectivadas, êste movimento tem interêsse filosófico.

É o método pragmático de reúnificação. João de Barros, cultor sadio desta poesia, é o homem pronto, simples, ansioso de realizações; é, pois, naturalmente um crente na educação e no esforço. A sua representatividade é portanto determinista; daí a simpatia que, ingenuamente, o levou à admiração paradoxal pelo contrito inimigo das artes, o dialéctico Le Dantec. Um outro Poeta, quanto a mim o mais complexo de todos, é Teixeira de Pascoaes. Em Pascoaes ha acção e contemplação e uma especial sensibilidade representativa.

Desde o início, a acção aparece a Pascoais como um lucro e uma perda.

A vida é criação, mas é também perda. Ao longo do caminho, que vamos florindo de pensamentos, pétalas vão caindo, e dentro das nossas almas. A vida é um crescimento, mas o ser vivo recebe em depósito, dentro de si, os mortos que tombam.

É o velho Heraclito, em termos de alma.

Pascoaes é o drama da Memória. O panteísmo de Pascoaes é pluralista, no final; a Natureza é dêle, da sua alma, e a impotência radical do Ser, o fluxo dos fenómenos é imediatamente o drama do esquecimento.

O seu panteísmo é o monismo radical do seu ser.

Quando converso com Pascoaes, sinto-me por vezes um espectro da sua Imaginação.

Pinta a branco e preto, com luz ou sem ela; as côres dariam demasiada realidade às suas criações, demasiada independência da sua imaginação.

Quando fala em côres é para consentir amigavelmente na existência dos outros e falar por êles, por êsses outros.

A analogia, que é o último processo de conhecimento do filósofo e o pri-

meiro do poeta, dá-lhe os outros seres, que, para a sua imaginação absorvente, são os espectros dum pluralismo de si mesmo.

Sinto que, de mim, partem fios para todos os seres e que sou um pouco o que me cerca; sinto que, para Pascoais, o que o cerca é bastante Êle. O pinheiro entra na minha alma com verdura e resina, o pinheiro só existe para Pascoaes com o mocho piando solidão e tristezas. O resíduo desta assimilação imaginífica é um vago sentimento de inabordável alteralidade que dá a Pascoaes o desenho dantesco da Solidão.

É tudo psicologia na alma dêste Poeta, e creio que, se êle tentasse uma enciclopédia, ela seria um panpsiquismo espectral. O drama da alteralidade em psicologia é o drama do esquecimento. Por isso, para Pascoaes, a essência do drama é a saúde, que é o sentimento da mortalidade da memória.

Nestes termos poderia dizer-se: se o esquecimento fôsse completo teria razão o materialismo; se a lembrança fôsse completa tudo se absorveria em Deus, apagavam-se as liberdades, *seria* o único determinismo integral, em forma e matéria.

Porque há esquecimentos parciais é que há saúde, evolução e dor.

Pregunto eu: ¿ e se não houver mais que consciente actual e consciente virtual, isto é, se o esquecimento fôsse memória virtual e actualizável?

O Poeta quer a dor, porque quer a vida, e eu sei que à sua fraqueza não desagradaria um integral esquecimento ou morte.

O Poeta realiza, por vezes, os universais para se tranquilizar: «o Amor é o que não ama», mas sente perdido o dinamismo da vida e regressa à dor para o conservar.

A sua fisionomia profundamente dramática, que lembra Nietzsche, de acôrdo com a sua alma, tem sorrisos de ventura em ingénuos regressos ao estado originário de simples natureza, enternecendo-se com o que é imediato; mas ergue-se de novo o drama, e ei-lo que nos fala de um pecado original, que parece agora ser a alma, a própria memória.

Será a memória pecaminosa?

A memória é o ser destacando no concôrto dos seres, é, por isso, a razão do pluralismo, que faz a tragédia da alteralidade.

¿ Mas porque não há-de a memória social abranger sem as suprimir, antes adaptando-se às suas liberdades, as memórias parcelares?

Vê-se, pois, a que alturas o pensamento poético tem subido em Portugal.

A filosofia propriamente dita procura-se, é menos interessante, por mais detalhada, como em Amorim Viana, nas críticas de Antero e na teologia de Sampaio Bruno.

Filosofia sistemática temo-la tentado nós; não nos compete, pois, referi-la. Apenas diremos que nos nossos livros — *O Criacionismo, O Pensamento Criacionista, A Morte; A Alegria, a Dor e a Graça* — ela está exposta e que seria interessante compará-la com o que dissemos sôbre o pensamento poético.

O seu anti-cousismo, o seu pluralismo social, o carácter do equilíbrio social, permanentemente reinventado pelos seres sociais, o poder *criador* do pensamento, a realidade metafísica das memórias, o princípio da conservação e evolução da memória, tudo isto é de molde a fazer pressentir o seu parentesco espiritual com o pensamento poético português.

LEONARDO COIMBRA.

Sur la poésie et la philosophie moderne au Portugal

La pensée aux curiosités insatiables, avide d'universalisme, cette pensée qui cherche le cœur de la Réalité et ne trouve que la perspective qui intéresse, apparaît, depuis toujours, implicitement dans la poésie portugaise.

La plus grande création intellectuelle des portugais, c'est la poésie, non seulement parce qu'elle a *son* épopée, mais aussi parce qu'elle a *son* lyrisme. Même dans la grande épopée — les *Lusiadas* — le lyrisme et le drame se montrent dans toute leur élévation. Et, s'il est certain que l'art est le document le plus sincère et le plus naïf de l'âme humaine, la poésie portugaise doit nous révéler, en une action vivante, notre pensée métaphysique.

Un vague panthéisme amoureux, nuancé d'une tendresse faite de mélancolie et de doux souvenirs attristés, fait le charme de nos poètes.

Ce panthéisme, parce qu'il est poétique, ne constitue pas l'unité abstraite, la totalisation dialectique; il n'est que la direction émotive vers laquelle s'inclinent les âmes. Ce n'est pas l'Unité qui paralyse et absorbe, mais l'unité de l'amour dans la communion des âmes.

Le peuple, qui est le plus grand poète, a su faire naître dans le Désert du monothéisme mille oasis de verdure et d'eau pure pour que les assoiffés reconnaissants s'unissent dans la joie de leur amour content. Un merveilleux équilibre existe dans l'imagination poétique entre la sensibilité et la représentation, équilibre qui n'est détruit que chez Antero par la prédominance de la représentation, et chez António Nobre par la prédominance de la sensibilité.

Le premier meurt phtisique, le second se perd dans un Nirvana intellectualiste qui, effaçant la distance qui sépare le sensible du représenté, endort la conscience.

Ce sont les points de la crise poético-philosophique où le syncrétisme initial se fragmente en philosophie et en poésie.

La poésie *sait*, et elle sort de l'Eden avec la tache du péché originel.

La philosophie sans imagination, se cherche, se perd en systèmes abstraits de logique, s'assoupit dans un *bourgeoisisme* positiviste, puis, tournant de nouveaux regards sur la poésie, elle reprend de l'imagination, elle sourit, elle médite, elle chante.

Guerra Junqueiro, conscient du péché originel, commence d'une manière représentative et intentionnelle l'analyse du matérialisme social. Ce sont les plâtras de la vieille Église, arrachés et disséminés par le vent de l'ironie; c'est le mensonge de l'amour suppurant des gangrènes intimes. Mais cette œuvre serait bien petite si, sous l'effort de la surface, nous n'entendions pas le murmure d'un lyrisme, filet d'eau qui monte et va se transformer en marée vive. C'est la Patrie somnambule qui se réveille; ce sont les *Simples* de la terre qui chantent, qui aiment et qui marchent en longues processions d'âmes vers la grande Unité amoureuse.

Ici encore, le Poète fait ressortir ses désillusions, et le pessimisme implicite montre cette phase des *Simples*, la plus *Antérienne* de sa vie: la distance entre la représentation et la sensibilité existe encore.

La représentation se condense émue, et, *gratia plena*, en pur platonisme immanent, le Poète élève ses prières, flèches de lumière parlée, emportant la planète dans l'au-delà de lui-même à travers l'immensité de l'Infini.

Chez ce Poète, la représentation tend de nouveau à prédominer, et il nous promet un livre de Philosophie — l'Unité de l'Être — qui sera certainement un néo-spinosisme platonisé, c'est-à-dire, sans l'idolâtrie cartésienne de la matière-chose.

J. Jaurès, Platon, Spinoza seront les compagnons du Poète.

Chez António Nobre, le spectre de la Mort s'oppose à la représentation spéculative, et par réaction, l'attache à la terre dans un embrassement plus intime, un embrassement d'adieu. L'expression atteint une nouvelle ingénuité champêtre, mais en sourdine crépusculaire, avec, parfois, un cri d'alarme ou d'auto-excitation de joie.

Chez les autres Poètes de la Réalité (excepté, bien entendu, les poètes de salon et les rimailleurs pour éventails) le point de rencontre de la représentation et de la sensibilité se trouve dans l'action.

Par le seul effort de la création, les deux termes se fondent et l'unité originelle reparaît de nouveau. À part les cas pathologiques où l'action se transforme en vertige, ou se disperse en sensations perspectivées, ce mouvement philosophique présente son intérêt.

C'est la méthode pragmatique de ré-unification. João de Barros, qui cultive sainement cette poésie, est un homme prompt, simple, aspirant aux réalisations ; il est donc naturellement un croyant de l'éducation et de l'effort. Par conséquent, sa représentativité est déterministe ; de là, la sympathie ingénue qui l'a porté à l'admiration paradoxale de l'ennemi contrit des arts, le dialectique Le Dantec.

Un autre poète, pour moi le plus complexe de tous, c'est Teixeira de Pascoaes. Il y a chez lui de l'action et de la contemplation en même temps qu'une sensibilité représentative spéciale.

Dès le commencement, l'action apparaît à Pascoais comme un profit et une perte.

La vie, c'est la création, mais c'est aussi la perte.

Le long du chemin que nous allons fleurissant de nos pensées, tombent des pétales, et elles tombent dans nos âmes. La vie est une croissance, mais l'être vivant reçoit en dépôt, dans son for intérieur, les morts qui tombent.

C'est le vieil Héraclite traduit en langage d'âme.

Pascoaes est le drame de la mémoire. Le panthéisme de Pascoaes est pluraliste, en fin de compte ; la nature est à lui, à son âme, et l'impuissance de l'Être, le flux des phénomènes est immédiatement le drame de l'oubli.

Son panthéisme est le monisme radical de son être. Lorsque je cause avec Pascoaes, je me sens parfois un spectre de son imagination.

Il peint en blanc et en noir, avec ou sans lumière ; les couleurs donneraient trop de réalité à ses créations, trop d'indépendance de son imagination.

Quand il parle des couleurs c'est pour consentir amicalement à l'existence des autres et parler pour eux, pour ces autres.

L'analogie qui, pour le philosophe, est le dernier procédé de connaissance, tandis qu'il est le premier pour le poète, lui donne les autres êtres qui, dans son imagination absorbante, sont les spectres d'un pluralisme de lui-

même. Je sens que de moi partent des fils qui me rattachent à tous les êtres et que je suis un peu ce qui m'entoure ; je sens que pour Pascoais ce qui l'entoure est surtout lui. Le sapin entre dans mon âme avec sa verdure et sa résine ; pour Pascoais le sapin n'existe qu'avec le hibou hululant la solitude et la tristesse. Le résidu de cette assimilation imaginifique est un vague sentiment d'inabordable altéralité qui donne à Pascoais le dessin dantesque de la Solitude.

Tout est psychologie dans l'âme de ce Poète, et je crois que s'il tentait de faire une encyclopédie, ce serait un panpsychisme spectral. Le drame de l'altéralité en psychologie est le drame de l'oubli. Aussi pour Pascoais, l'essence du drame est le regret qui est le sentiment de la mortalité de la mémoire. On pourrait dire en ces termes : si l'oubli était complet, le matérialisme aurait raison ; si le souvenir était complet, tout s'absorberait en Dieu, les libertés s'éteindraient, ce *serait* l'unique déterminisme intégral dans la forme et dans la matière.

C'est parce qu'il y a des oublis partiels qu'il y a regret, évolution, douleur. Je demande : Et s'il n'y avait que le conscient actuel et le conscient virtuel, c'est-à-dire, si l'oubli n'était que la mémoire virtuelle et actualisable ?

Le Poète veut la douleur, parce qu'il veut la vie, et je sais que l'oubli intégral, ou la mort, ne répugnerait pas à sa faiblesse.

Le Poète réalise parfois les universaux, pour se tranquilliser : « l'Amour est ce qui n'aime pas », mais il sent que le dynamisme de la vie se perd, et il retourne à la douleur pour le conserver.

Sa physionomie profondément dramatique, qui rappelle Nietzsche, d'accord avec son âme, a des sourires de bonheur dans des retours ingénus à l'état originaire de simple nature, et elle s'attendrit devant l'immédiat ; mais le drame apparaît de nouveau, et le voilà qui nous parle d'un péché originel, qui semble à présent être l'âme, la propre mémoire.

La mémoire serait-elle donc pécheresse ?

La mémoire est l'être se détachant dans le concert des êtres, c'est pourquoi elle est la raison du pluralisme qui fait la tragédie de l'altéralité.

Mais pourquoi la mémoire sociale n'embrasserait-elle pas les mémoires parcellaires, sans les supprimer, mais en s'adaptant à leurs libertés ?

On voit donc à quelle hauteur la pensée poétique est arrivée au Portugal. La philosophie proprement dite se cherche, elle est moins intéressante, parce qu'elle est plus détaillée, comme chez Amorim Viana, dans les critiques d'Antero, et dans la théologie de Sampaio Bruno.

La philosophie systématique, nous l'avons tentée ; n'est-ce pas à nous d'en parler. Nous dirons simplement qu'elle est exposée dans nos livres : *O Criacionismo*, *O Pensamento criacionista*, *A Morte* ; *A Alegria*, *a Dor e a Graça*, et qu'il serait intéressant de la comparer avec ce que nous avons dit sur la pensée poétique.

Son *anti-chosisme*, son pluralisme social, le caractère de l'équilibre social constamment réinventé par les êtres sociaux, le pouvoir *créateur* de la pensée, la réalité métaphysique des mémoires, le principe de la conservation et de l'évolution de la mémoire, tout cela est de nature à faire pressentir sa parenté spirituelle avec la pensée poétique portugaise.

LEONARDO COIMBRA,

A CARICATURA PORTUGUESA
E A GUERRA

LA CARICATURE PORTUGAISE
ET LA GUERRE



ENA! RAPAZES! TANTOS CAMARADAS!

TOUS CAMARADES!!

(Desenho de Manoel Gustavo)

Notícias & Comentários

A MISSÃO PORTUGUESA AO BRASIL

Parte por estes dias a Missão Portuguesa ao Brasil, na qual o Governo Português vai representado pelo ilustre orador Dr. Alexandre Braga, Ministro da Justiça, e à qual a presença de Augusto Gil, de Fausto Guedes Teixeira e de Marcelino Mesquita, dão, felizmente para todos os que se interessam pelas relações intelectuais luso-brasileiras, um acentuado cunho literário. Fazem também parte da missão um oficial do exército e um oficial da marinha.

A *Atlântida* aplaude esta iniciativa do Governo Português, cujos resultados serão, decerto, de utilidade imediata, e logo manifesta.

A COLÓNIA PORTUGUESA NO BRASIL E A GUERRA

Por ocasião da declaração de guerra da Alemanha a Portugal, depois do successo da comissão Pro-Pátria, esforcei-me por convencer a colónia portuguesa da necessidade de dar combate ao inimigo aqui no Brasil, no terreno comercial e industrial, pois, muito antes de ter o nosso país sido vítima da prepotência germânica, já os portugueses aqui domiciliados tinham sido batidos pela invasão vitoriosa do comércio alemão, que hábilmente conseguiu dominar os mercados brasileiros.

O patriotismo da colónia não poderia exercer-se de modo mais eficiente do que esforçando-se por reconquistar a posição perdida, ferindo em cheio a expansão comercial germânica no Brasil, do mesmo modo por que a Inglaterra lhe deu o mais formidável golpe com a organização da lista negra, cujas conseqüências têm sido, e serão posteriormente, mais sérias do que os resultados obtidos pelas armas. A colónia portuguesa compreendeu perfeitamente o valor que poderia ter para a causa da Pátria e dos aliados a derrota comercial da colónia germânica, não poupando esforços e não medindo sacrifícios para empenhar êsse grande combate, em condições de poder levar a melhor.

Ao passo que os trabalhos da grande comissão Pro-Pátria, no que dizia respeito à subscrição patriótica destinada ao amparo dos órfãos, cujos

país forem vitimados no campo de batalha em defesa da nossa bandeira, sem descuidar dos auxílios aos feridos, eram auxiliados por uma propaganda ampla, generalizada em todo o Brasil, o que muito contribuiu para o sucesso dessa subscrição, a parte relativa ao combate comercial, ao duelo entre as duas colónias, tem sido feito com absoluta discreção, pondo o comércio português em acção as suas extraordinárias qualidades de sagacidade tenaz e inteligente, de coesão e de solidariedade, organizando-se e reunindo os elementos necessários para constituir os órgãos indispensáveis à luta, seguindo o processo que os alemães adoptaram para combater a hegemonia do comércio português no Brasil.



Candido Sotto Mayor



Visconde de Morais

Esta parte do programa da comissão Pro-Pátria encontrou no seu ilustre presidente, o Visconde de Morais, e no delegado da comissão de Lisboa, Cândido Soto Mayor, dois elementos formidáveis, que tomaram a si a iniciativa de dotar o comércio português de àquém e de além mar, das instituições indispensáveis para levar àvante a grande campanha.

Os bancos alemães, estabelecidos no Brasil, transformaram-se, dentro de curto período, em potências propulsoras, alimentadas todas as suas caixas pelos depósitos consideráveis das casas portuguesas, que éles vinham combater e aniquilar, e que dêsse modo levavam lenha para a fogueira em que haviam de ser sacrificadas.

É intuitivo que rôtas as hostilidades, a primeira necessidade a preencher era a fundação de um grande banco português, que viesse desempenhar a função que os bancos alemães exerciam, substituindo-os, não só para os efeitos dos depósitos das casas portuguesas, como para multiplicar, pelas facilidades do crédito, o capital dessas casas.

Um empreendimento desta ordem não era tarefa fácil de realizar, se o patriotismo de dois portugueses eminentes, Visconde de Morais e Cândido de Soto Mayor, possuidores ambos de fortunas consideráveis e ambos retirados dos negócios, não se dispusessem a pôr o prestígio dos seus nomes e os recursos da sua fortuna ao serviço dessa grande causa, organizando o grande estabelecimento de crédito, em bases colossais, quer

quanto ao capital, quer quanto à expansão das operações que dentro em breve serão iniciadas.

Não sei como enaltecer o patriotismo desses dois capitalistas, que podiam egoísticamente limitar-se a gozar dos frutos da fortuna, tão honradamente acumulada através de um longo período de trabalho e de esforço, sem preocupações de outra ordem, e que não hesitaram em pôr-se à frente dum empreendimento dessa magnitude!

Além do grande banco, Cândido de Soto Mayor fundou, com um successo jamais alcançado, uma grande companhia de seguros, «Sagres», cujas acções tem um agio de 450 % e que, apenas iniciou as suas operações em Portugal e no Brasil, obteve tal êxito, que já é uma das mais importantes, senão a mais importante das companhias brasileiras e portuguesas.

Quer o banco quer a companhia «Sagres» não foram fundados com intuitos meramente mercantis, mas principalmente com o patriótico propósito de evitar que a colónia portuguesa e o comércio de àquém e de além mar contribuissem com os seus contingentes formidáveis para alimentar instituições congêneres, da nacionalidade inimiga, fornecendo-lhes armas com que eram feridos pelas costas, pois não é outra a história da supremacia do comércio alemão sobre o comércio português no Brasil.

Essas instituições dispensam qualquer reclame, pois não haverá no Brasil um só português que não compreenda que, por patriotismo e por interesse, tem o dever de, para as suas operações bancárias e de seguros, preferir as suas instituições portuguesas fundadas com tão nobre objectivo.

Para que o comércio português fique definitivamente organizado e em condições de poder com vantagem combater o comércio alemão e reconquistar a posição que já teve no Brasil, de que foi expoliado pela concorrência inteligente dos alemães, dirigida e fortemente amparada pelo governo do kaiser, não só com os intuitos lícitos da expansão económica do império, mas com os propósitos, agora desvendados, de implantar a hegemonia política, para poder vencer na luta travada, só falta agora a solução do problema da navegação para o Brasil.

Os últimos telegramas dão-me a grata nova de que o Governo Português cogita de dar imediata solução a esse problema, que não pode dispensar o auxílio oficial dos poderes públicos, o que me leva a crer na próxima organização duma carreira directa de vapores entre Portugal e o Brasil.

Com esses aparelhos, o patriotismo do comércio português fica habilitado a levar de vencida os concorrentes inimigos, com grande utilidade e relevo para a nossa Pátria, que, dando, em vastas proporções, o seu concurso de sangue no combate ao militarismo prussiano, ainda serve à causa dos aliados e da civilização, enfraquecendo o comércio germânico no Brasil, um dos mercados que elle mais disputava e que tinha conseguido acaparar, com sacrificio do comércio português.

JOÃO LAGE

(Do jornal «O Paiz», do Rio de Janeiro, de 29 de Outubro de 1917.)

ONDE DEVEMOS PASSAR AS NOITES?

A temporada de inverno nos teatros de Lisboa

... Os Senhores concordam, não é verdade? As terras, como as pessoas, como as coisas, mudam de fisionomia, falam-nos com expressões e intonações diversas, parece que, acompanhando a inconstância do tempo, surgem, cada vez, com uma máscara diferente e vestem as *toilettes* mais variadas. Lisboa — os senhores já repararam em Lisboa? — é uma cidade pacata, grave, sonolenta, durante o verão. Afigura-se mesmo uma burgueza, de olhos estremunhados e gritos desgraciosos, que tivesse chegado da província, onde lhe não cultivaram o espírito nem cuidaram do gosto. Aquele sol tórrido que a bate, de manhã à tarde, faz com que as suas ruas se desguarneçam, com que as suas belas e rasgadas avenidas se tornem mortas, como as fôlhas crestadas que as enliam, com que o seu comércio paralize e desanime. É mesmo uma burgueza, sem encanto, Lisboa assim. O *touriste* que escolher esta época do ano para nos visitar, não deixará de o reconhecer e de o informar, quando lhe pedirem referências. Mas, absolutamente o inverso sucederá se essa visita se realizar pelo inverno. Lisboa tem uma fisionomia aristocrata, um aspecto todo senhorial, durante o quadro de inverno. Dir-se-ia que abandonou um vestidinho de algodão, muito modesto, para trajar uma *robe* de veludo *noir* com uma magnífica *fourrure* que mal lhe deixa vêr o rosto risonho, satisfeito, evocador, sobretudo, das noites de arte e de brilho que lhe proporcionaram os teatros mais elegantes e com melhores espectáculos. Mas são os teatros, principalmente os teatros, que imprimem em Lisboa êsse ar de aristocracia e de distinção, de graça e de bem-estar que se lhe nota, durante a estação invernal. As suas *toilettes* mais *chics*, destinam-se para a noite, para os espectáculos, a sua excelente disposição de espírito vem de lá — das impressões de arte que se colheram, dos agradáveis encontros que se tiveram, do rastro de admiração que se semeou. As nossas leitoras não nos poderão desmentir que é assim, que sempre foi assim. É verdade que, de quando em quando, se mostram amuadas com o teatro por êste ou aquele motivo que não vale a pena discutir; mas a sua alteração, por êle revive, mais poderosa do que nunca, e, logo que as primeiras sombras da noite se espalham, o espelho do toucador, reflecte o vivo anseio de lá voltar.

Os teatros de Lisboa começaram a funcionar. As enchentes sucessivas que têm contado, vaticinam uma temporada brilhante. E — diga-se a verdade — o *record* dessa temporada brilhante pertencerá ao *Nacional*, ao *Avenida*, ao *Éden* e ao *Apolo*. Porquê? Os leitores da «Atlantida» já vão saber porquê. Uma peregrinação rápida através dessas casas de espectáculos, forneceu-me um razoável *stock* de informações, mais ou menos inéditas, sôbre continuação da época começada — e com êle espero saciar um pouco essa curiosidade e êsse interêsse que sempre existe nos espíritos dos lisboetas por tudo o que diz respeito aos seus teatros.

NO NACIONAL

LUÍS GALHARDO E A SUA OBRA. — NOMES ELOQUENTES

Atravessei o palco onde dois artistas, cujos rostos não pude distinguir, dialogavam em surdina, de papéis na mão. Um porteiro que me servia de *cicerone* guiou-me através um verdadeiro labirinto de corredores atapetados. A bela sala do normal, entre-vista através as órbitas dos camarotes escancarados, parecia dormir, na tranqüilidade e na penumbra que a invadiam. Galguei ainda as escadarias de mármore que me conduziram ao salão nobre. Aqui, cortei à direita e entrei num gabinete todo azul, alegrado à francesa por caricaturas assinadas por Sem e Leal da Câmara. Abancado a uma clara e complicada secretária americana, Luís Galhardo lia e tomava apontamentos. Levanta-se cortez, para me cumprimentar e exposto o motivo da visita, êle sorri-se, observando!

— Informações, dá-las-ei de boa mente. Mas *interviews*, meu caro amigo . . . por quem é! É uma verdadeira perseguição.

— Odeia então a entrevista?

— Odiar, não. Tenho-lhe simplesmente pavor. E estou certo que se os inquisidores tivessem apanhado êsse género de suplício, punham ao pé de cada vítima um *reporter*, e o desgraçado no fim de algumas horas, confessava até as heresias proferidas pelo bisavô . . .

— Então tenho de contentar-me só com . . . simples informações?

— Sim . . . mas, dê-me licença que termine êste trabalho que é urgentíssimo . . .

Voltou à papelada, e, eu sentado numa *chaise-long* puz-me a observar Luís Galhardo, recordando o papel que êle tem representado no meio teatral português e brasileiro. Realmente, só com uma energia única e com um raro *savoir faire* como a dêle se podia ter conseguido acordar o público dessa indiferença que há anos votava ao teatro. Não dirige essa coisa complexa que é uma casa de espectáculos quem quer. É preciso, é indispensavel uma intuição especial, e nata. Cultura, muita cultura, e qualidades excepcionais de psicólogo para conhecer o público, feri-lo nos pontos sensíveis, atraí-lo. Todos nós sabemos em que situação Luís Galhardo tomou o guiador do Nacional. As perdizes contavam-se pelos espectáculos, e quem fôsse lá uma vez ficava com pouca vontade de voltar, dada a frialdade que escorria de tudo, da solidão da sala, do aborrecimento dos artistas que se viam obrigados a representar . . . para as cadeiras vazias. Um horror. Outro qualquer teria recusado, na certeza que seriam inúteis todos os esforços que se fizessem para estabelecer as antigas correntes do público. Luís Galhardo não hesitou; e logo na sua primeira época, a vitória foi inegável. E, se as grandes massas, atraídas de novo ao vetusto normal, como borboletas que corressem para uma tulipa eléctrica bruscamente iluminada, não foi porque êle transigisse com a perversão do gosto do público. Não. O reportório que lhe ofereceu era do mais selecto. Mas o segrêdo estava no modo brilhante como êle foi apresentado. E o espectador *mirone* que à meza do almoço, de jornal na mão, na escolha do espectáculo da noite, se sente atraído por um teatro — não pode calcular, a série de trabalhos, de tensão de espírito e que trabalho estenuante não foi preciso ao dirigente dêsse teatro para pouco a pouco ir-

lhe criando no espírito, sem que êle dê por isso, um ambiente de simpatia. É como se do seu gabinete de trabalho Luís Galhardo tivesse feito como os hipnotisadores índios dos romances de Giffard, que com um fluido potente e misterioso impõem a sua vontade às multidões distantes.

— Pronto — exclama Galhardo, voltando-se para mim. O meu bom amigo perdôa-me . . . mas o meu tempo está de tal modo transbordante de afazeres . . . Reclame as informações que prefere . . .

— Antes de mais nada . . . o elenco.

— Do elenco pouco há a dizer. É quasi o mesmo do ano passado e as críticas das peças bastam para o defenir. Da minha bôca a própria verdade pode parecer uma lisonja. Mas, possuindo elementos como o Brazão — o grande sol dos nossos palcos — Palmira Bastos, a gentil e delicada comediante, Palmira Torres, a violenta intérprete de Bataille, não se deve estar descontente.

— Cite-me o resto, o resto do elenco.

— E Inácio Peixoto, que já tão vasta galeria de criações possui; Joaquim Costa, um cómico sóbrio e inconfundível; Augusto Melo e Pato Moniz, dois centros correctíssimos. Galãs, apontar-lhe-ei Luís Pinto e Carlos Santos, que escusam de adjectivos. Erico Braga, êsse gentleman que abandonou a feerie das salas pela . . . feerie do palco; Henrique Albuquerque, um estudioso que conta só triunfos. No plano seguinte, tenho João Henriques, Carlos Lacerda, Carlos Shore, Salvador Costa, Joaquim Roda e Teixeira Soares. Na parte feminina, Leonor Faria, uma ingénua adorável; Lucinda do Carmo, essa característica única; Augusta Cordeiro, Laura Cruz, Maria Pia, Jesuína Motili, Albertina de Oliveira; todos admiráveis colaboradores. Depois, há a citar Isabel Berardi, Emília Berardi, Judit de Castro, Carlota Sandi, Rosina Rêgo, Mariana de Figueiredo, Raquel de Castro, Amália Rios e espero poder contar com Justina de Magalhães, que é uma glória do Conservatório.

— E quanto a repertório.

— Tenho boa memória, mas temo qualquer lapso . . . E tirando uma fôlha de papel duma gaveta, acrescentou: Que trabalho. É aqui que as vontades mais tenazes emperram. Para conseguir o que consegui, reúnir todas estas peças, obtê-las, escolhê-las — que trabalho titânico. — E lendo, começou. Primeira: *Querer*, original de Álvaro de Paiva, o autor do *Sem dote*. Assentua-se nesta nova obra a intuição de carpintaria teatral, que foi o segrêdo de parte do successo obtido pela sua primeira peça. *O Salão de M.^{me} X*, de Vitoriano Braga, o autor do *Otávio*, É uma comédia pulvilhada de espírito, amoldada nos sistemas de observação das peças de Croisset. *Abel e Caim*, um drama de Afonso Gaio — a quem eu devo um dos maiores successos da época passada — *O Condenado* e *Nun'Alvares*, de Rui Chianca, dêsse môço cheio de patriotismo e de fôlego lírico, que aos vinte anos, na sua estreia com *Aljubarrota* recebia do público uma das mais entusiásticas aclamações que se tem visto em teatro português. Entre outros originais disponho de dois que são assinados por Marcelino Mesquita e por Vasco de Mendonça Alves. Farei a *rèprise* da *Morgadinha de Val Flor*, desenterrando-a da velharia dos *mise-en-scène* com que tem sido últimamente representada, dando-lhe scenários novos. Palmira Bastos e Brazão têm os principais papeis. Entre as *rèprises* destacar-lhe-ei *Les Marionnettes*, uma comédia suave e cheia de

sentimento que é talvez a obra prima de Pierre Wolff de que já conhecemos o *Polichinelo* e *O coração de todos*. E pronto! Está satisfeito?

Estava-o realmente. Agradei-lhe a sinformações. E Luís Galhardo tornou a prevenir:

— Nada de entrevistas.

— Meu amigo, um *repórter* é um fonógrafo e um aparelho cinematográfico. Tudo o que vi e ouvi ficaram fixos em mim e serão reproduzidos, inclusive o seu terror pelas *interviews*.

NO AVENIDA

O TEATRO MUSICADO TEM ALI O SEU TEMPLO

Saindo do Nacional, subi a Praça dos Restauradores, toda doirada por êste sol *frapé* de outono belo, mas um pouco cruel. Ao chegar ao Teatro Avenida, inqueri se Armando de Vasconcelos estava. Estava—mas trabalhando. O porteiro tinha uma certa relutância em o ir importunar no meio do ensaio. Envio-lhe um cartão. Fui imediatamente recebido. No palco havia uma verdadeira animação. Dezenas de mulheres belas e alegres aprendiam danças caprichosas, vivas, ao som dum piano cujo harpar era quasi abafado. Armando de Vasconcelos, levantou-se da sua meza de *metteur—enscène* e recebeu-me com êsse sorriso e essa benevolência a que todos merece a impertinência dos *reporters* curiosos. Acantoamo-nos. As coristas, festejavam aquele inesperado descanço por mim provocado, com um chalrear iguala o da passarada quando ingressa, todas as tardes às copas das árvores da Praça Luís de Camões. Novo rôgo de *interview*—nova recusa. E novamente fingi contentar-me com a esmola de algumas informações... anónimas.

— Possuo rouxinoes de vozes de cristal. Alice Pancada e Etelvina Serra. Palmira Bastos, que é sem duvida a nossa primeira actriz de opereta, voltará enriquecer-me o elenco, mal termine a sua temporada no Nacional. Conta ainda, Sofia Santos, Margarida Martinó, Honorina Cruz, Guilhermina Anjos, etc. Para os actores julgo ser igualmente dispensado essa esfuziada de adjectivos: José Ricardo, o comico bizarro, Almeida Cruz, Fernando Pereira, Carlos Viana, Correia, Matias de Almeida, Sebastião Ribeiro, Humberto do Amaral, Antonio Barros, Antonio Matos e eu que também dirijo os ensaios, juntamente com o José Ricardo. Do que diz respeito à parte musical, basta falar em Assis Pacheco, Luz Junior e Cruz Braz, para se ficar com a certeza que... que...

— Mas é uma companhia de opereta ideal. — Exclamamos com admiração. — Modestia à parte — julgo que há muitos anos não se obtem uma selecção igual a esta. E o publico reconhece-o. Vê-se pelo successo da *Duqueza do Baile Tabarin*.

— O publico teve sempre grande predilecção pelo teatro musicado.

— O publico, meu caro jornalista, corre ao espectáculo que possui elementos que lhe agradam. Se a peça é boa, bons os interpretes e artistica a *mise-en-scène* — não há teatro que não faça dinheiro — muito dinheiro. Realmente, a opereta — viva, com um fio de entrecho que prenda a atenção, salpicada de graça e de *trucs* cómicos — é um género digno de preferênciã...

— E quais são as outras obras que conta no seu repertório?

— *Sonho de Amor* de Chagas Roquete, — êsse humorista de inesgotável graça e Bento Faria, com música de Assis Pacheco; *Adeus à Juventude*; *Amorina Potin*; uma adaptação de Acácio Antunes; o *Sr. Duque*, adaptação de João Soler, música de Luz Junior; *Alma de Artista* — e um original de Tavares de Melo e Acácio Antunes, música de Júlio Cardona. Calou-se. Percebi que os trabalhos estavam interrompidos, por minha causa e que a pas-sarada do côro tinha já conversado de mais. Despedi-me. E ainda nos corre-dores ouvi de Armando de Vasconcelos ordenar. — Vamos a isto. E imediata-mente dezenas de vozes delicadas de mulher entoavam unidas:

Porque foges das flôres?
Porque foges de nós?

EDEN TEATRO

UM DRAMATURGO... REVISTEIRO

Vai desaparecendo pouco a pouco essa impressão que a revista esfran-galhou o gôsto do público e que mata o teatro de declamação. É uma cantada sem pés nem cabeça. O teatro, leve templo de espírito e de graça esfusiante, recruta os seus adeptos no público em geral — mas êste, que apenas ali vai buscar umas horas da alegria não deixa de ir gosar espectáculos sérios com a mesma frequência com que o fazia dantes. Pelo contrário. A revista, atraindo as grandes massas desabituou do serão caseiro centenas de criaturas que já-mais saíam de noite. Agora, mal acabam de jantar, saltita-lhes no corpo o de-sejo e mesmo a necessidade de vir buscar distracções mais absolutas, do que as brincadeiras do gato ou as delicias do dominó. E, vista uma, duas, três ve-zes a revista, o lisboeta que não ia ao teatro vê-se obrigado a ir buscar novas sensações no teatro sério e assim toma o gosto pela declamação. A revista, longe de afugentar o publico dos outros teatros, canalisa-o. E, na verdade, está provado que existe uma vocação especial entre nós para a urdidura e manufactura desse género de peças. Temos visto nos nossos palcos revistas que se podem gabar de grande superioridade sobre as melhores de Rip — o grande revisteiro parisiense. E isto é tanto mais para admirar quanto é certo que o nosso meio é, para isso, árido como uma charneca, e engendrar piadas em Lisbôa, onde ninguem vem provocá-las ou inspirá-las é como que fabricar blocos de gêlo sob as ardencias das areias do Sahará.

Mas, para vencer estas deficiencias, temos autores do género de inegaveis recursos, artistas que são verdadeiros génios do riso e das canções gaiatas ou sentimentais — e, sobretudo, um empresário, que, com um arrojo único, arriscando verdadeiras fortunas, conseguiu levantar a nossa revista em ri-queza de *mise-en-scéne*, em exuberância de luxo às mais ricas e às mais lu-xuosas revistas dos grandes meios. Refiro-me, já se vê, a Teixeira Marques. Ele bem sabe que Lisboa possui unicamente uns 600.000 habitantes, que as populações fluctuantes da *Cock* e da *Garl* pouco veem por estas paragens. E, contudo, não hesitou. E hoje, graças à *feerie* perturbante com que as suas peças são montadas, elas conservam se no cartaz durante os mesmos longos meses que as revistas das cidades em que os habitantes se contam por mi-lhões.

Mas... eis-me precisamente no Eden, no seu teatro. Teixeira Marques

não está, recebe-me Motta de Carvalho — que não é necessário apresentar-vos. Ele não se importa de ser focado pelo meu Kodak entrevistador e sem rodeio, com uma sobriedade de termos absolutamente americana, conta-nos os seus planos :

— Depois do *Az de Oiros*, espero fazer a *réprise* do imortal *Novo Mundo*, remodelado com dois quadros novos; do *Amor*; do *Reino das Mulheres*; do *Diabo a Quatro* e doutras peças consagradas. Tenho uma magica da parceria — Ernesto Rodrigues, João Bastos e Felix Bermudes — e uma revista... de... advinhe de quem ?

— De Luís de Camões ? respondi blagueando.

— Não ! de Marcelino Mesquita.

— Mas só isso, meu caro, vale um artigo. E você está calado com uma novidade dêsse quilate...

Sorriu-se e com concisão dos que teem todos os momentos preenchidos, e continuou :

— De artistas, além dos inescedíveis Nascimento Fernandes e Carlos Leal, conto com Amadeu Ferrari — o belo tenor — José Morais, Vasco Santana, Alvaro Pereira, Aurélio Ribeiro, Narcizo Vaz, Júlio de Burgos, Manuel Vilas, Francisco Correia e Amílcar de Oliveira. Na parte feminina, tenho, Amélia Pereira, Flora Dyson, Dora Vieira e Ema de Oliveira, e outros elementos de definida consagração, tais como Conchita Ruano, Carmen de Oliveira e outras.

— E com tal companhia não se resolve a atravessar o Atlântico ?

— Não. Não sei mesmo se faremos uma *tournee* ao Porto. E se permite... esperam-me lá em cima.

TEATRO APOLO

BOM REPERTÓRIO, MELHOR ELENCO

O Apolo era o último da peregrinação. Depois de passar por uma série de certezas em que o *Mártir do Nazareno* me fitava com o seu olhar cheio de luz, e suave como uma carícia de mãe, encontrei-me com o secretário da empresa o sr. Mário que imediatamente se prontificou a rematar esta série de *interviews*, rápidas, cinematográficas, em que tentei fixar todo o movimento da actual época teatral. Eis o que ouvimos sobre a do Apolo.

— Se Adelina surgisse só, sem outros artistas, ninguém duvidaria uma época de sucesso. O talento de Adelina é suficiente para alimentar uma noite inteira, um teatro cheio. Mas agora cercada dos artistas que ela escolheu para o seu elenco, e interpretando as peças que enchem o repertório é o suficiente para atrair meia Lisboa. E por isso, na increscência do valor artístico com que se seguirão as *premières*, o sucesso colossal obtido pelo *Mártir do Calvário* deve aumentar, se possível fôr, de peça para peça. O elenco compõe-se dos seguintes artistas : Maria Augusta, Júlia de Assunção, Irene Gomes, Irene Neves, Irene Vieira, Alexandrina Quádrios, Elvira Vilez, Helena Sousa e Helena Litaly. Na parte masculina, temos Sacramento que é um artista completo, Rafael Marques que nos criou um *Jesus* ideal, Alvaro Cabral, Rapozo, Côrte Real, Augusto Tôrres, Carlos Machado, Henrique Peixoto, Seixas Pereira, Alcibiades Monteiro, Alfredo de Sousa, Hol-

beche Bastos, João dos Santos, Frederico Ferreira, Henrique de Oliveira, José Alves Júnior, etc.

— E quanto a peças?

— Quanto a peças, seguir-se-há ao *Mártir do Calvário, Noiva e Mártir*, tradução de Aires de Carvalho; depois, uma comédia para o Carnaval e . . . e não posso dizer mais nada . . . que o resto é segrêdo . . .

— Diga, que pedirei aos leitores da *Atlantida* para serem discretos.

— Nêste caso . . . dir-lhe-ei que temos ainda um drama do grande espectáculo em que pozemos as nossas maiores esperanças.

— E chama-se?

— *Marquez de Pombal*.

— E os autores são?

— Ah! Isto é que não consegue arrancar-me. Basta que lhe diga que são dois dos mais consagrados do público.

Findára a minha missão.

Estão batendo as pancadas de Molière. Os panos vão subir. É só escolher, meus senhores . . . Bem sei que entre tal variedade e selecção de espectáculos, hezitareis. Mas, para evitar hezitações aconselhar-vos-ia . . . que escolhesseis todos — e o bem seria todo vosso . . .

“*ATLANTIDA*,, — O SEU 3.º ANO

A *Atlântida* inaugura hoje, com o seu 25.º número, o terceiro ano de vida. Vida acidentada, vida difícil, mas sempre norteada pelo ideal que determinou a publicação desta revista: — a aproximação intelectual luso-brasileira. Se, mercê do estrito cumprimento de tudo o que julgamos ser — sob êsse ponto de vista — o nosso dever literário, temos sido alvo de críticas por vezes desagradáveis e de comentários menos justos, não nos pesa na consciência nenhum vestígio de culpa: — nós não podíamos, com efeito, fazer desta revista uma publicação guiada só por determinados princípios de arte, mas sim deveríamos sempre acolher nas suas páginas todas as manifestações elevadas do génio brasileiro e do génio português. Isso, cremos, se tem feito. E sirva-nos de perdão a possíveis e prováveis erros a certeza de que não faltámos nunca a essa obrigação essencial.

O 1.º número do terceiro ano da *Atlântida* é número de propaganda patriótica.

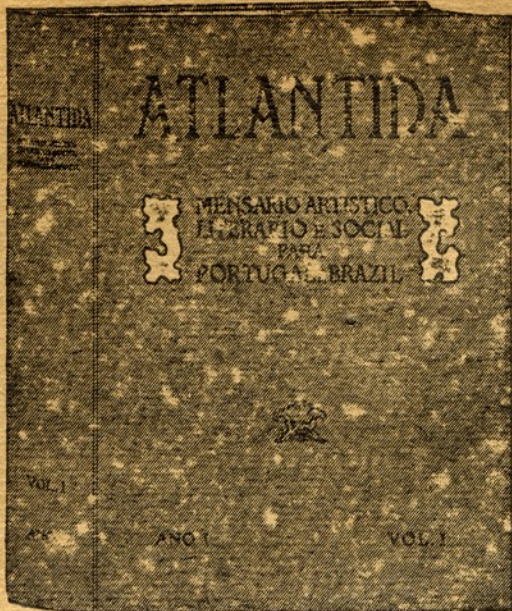
Tendo assegurada uma larga expansão dêste numero em França e Inglaterra, resolvemos publicá-lo em português e francês, para que assim seja compreendido e lido lá fora. Julgamos prestar dêste modo um bom serviço ao nosso país.

Resta-nos agradecer aos nossos ilustres colaboradores, aos nossos assistentes, aos nossos representantes, do Brasil e de Portugal, o acolhimento carinhoso que a *Atlântida* lhes tem merecido. É com verdadeira e profunda gratidão que o fazemos, certos de que sem o seu dedicado auxílio, esta obra, que é a obra de todos êles, mais ainda que nossa, não poderia ter sequer chegado ao fim do seu primeiro ano de existência.

A *Atlântida* deixa aqui expresso o seu reconhecimento profundo.

FREIRE D'ANDRADE

Por lapso da paginação, não acompanham o retrato deste ilustre colonial as palavras que para êsse fim tínhamos escripto. Nelas se prestava homenagem ao talento superior e aos conhecimentos excepcionais dêste homem público. Releve-se-nos a falta involuntária. E aceite o Sr. Freire d'Andrade os nossos agracecimentos pela sua valiosíssima colaboração.



Encadernações e Capas

(ESTÃO PUBLICADOS OS VOLUMES I A VI)

Cada capa	\$45
Pelo correio	\$47
Cada encadernação	\$65
Pelo correio	\$71

Cada Volume encadernado	1\$65
Pelo correio	1\$71

PREÇOS À ADMINISTRAÇÃO:

**Largo Conde Barão, 49
LISBOA**

**e Rua Gonçalves Dias, 78
RIO DE JANEIRO**

NOTA:—A fim de evitar as despesas de cobrança, lembramos a conveniência de fazer acompanhar os pedidos de capas ou encadernações da respectiva importância.

SUMÁRIO DO NÚMERO 24

<i>Documentos inéditos sobre a genealogia de Gomes Freire d'Andrade</i>	Salazar de Souza
<i>Os povos da Península Ibérica entre o ano 700 A. C. e a conquista romana</i>	Vergílio Correia
<i>Ramalho Ortigão</i>	Jaimé de Magalhães Lima
<i>O Fogo de Santelmo</i>	Jaime M. Vasconcelos
<i>A tragédia do Inverno</i>	Mansueto Bernardi
<i>Os portugueses no Mediterrâneo</i>	Eduardo de Noronha
<i>O Vira</i>	Augusto Pinto
<i>O Estado casamenteiro</i>	Arlindo Camilo Monteiro

REVISTA DO MÊS

O mês literário Elísio de Campos

Desenhos de: Moraes, Raul Lino, Alberto de Souza e Santos Silva.

AGÊNCIA NO SUL DO BRASIL BRAZ LAURIA

Rua Gonçalves Dias, 78

RIO DE JANEIRO

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Um ano (12 números)	12\$000
Semestre	7\$000

Número avulso 1\$500



ANO III

Nº 25

NUMERO ESPECIAL—PREÇO \$60 CENT.